

UMA ONDA MUNDIAL DE REVOLTAS:

Movimentos estudantis de 1968
2ª edição

LUÍS ANTONIO GROPPA



Pedro & João
editores

Uma Onda Mundial de Revoltas
Movimentos estudantis de 1968

2ª edição

Luís Antonio Groppo

**Uma Onda Mundial de Revoltas
Movimentos estudantis de 1968**

2ª edição


Pedro & João
editores

Copyright © Luís Antonio Groppo

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos do autor.

Luís Antonio Groppo

Uma Onda Mundial de Revoltas: movimentos estudantis de 1968. 2ª ed.
São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. 369p. 16 x 23 cm.

ISBN: 85-85541-59-8 [1ª edição. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2005]
978-65-5869-939-2 [2ª edição. Impressão]
978-65-5869-950-7 [Digital]

1. Movimento estudantil. 2. Maio de 1968. 3. História. I. Título.

CDD – 900

Capa: Petricor Design

Créditos das imagens capa: frente: Evandro Teixeira, trás: <https://www.freepik.com/author/palinchak>

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/ Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/ Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luis Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2022

Aos meus filhos Beatriz e Luís Otávio

Sumário

Prefácio à 2ª edição	9
Prefácio à 1ª edição	13
I.	17
Juventude e Revolução	
1. Juventude	19
2. Revolução	30
II.	57
Terceiro Mundo e Movimentos Estudantis	
1. Jovens e o Terceiro Mundo	57
2. Movimentos Estudantis no Terceiro Mundo	72
3. O Massacre de Tlatelolco	83
III.	107
O Brasil em 1968	
1. 1968	107
2. Ideias e formas de ação	125
3. A violência	146
4. Depois de 1968	159
IV.	161
Juventude e Socialismo	
1. A heterodoxia	170
2. Revolução Cultural Chinesa	175
3. Revolução Cubana	198

V.	217
Leste Europeu e Movimentos Estudantis	
1. Movimentos estudantis	223
2. A Primavera de Praga	230
VI.	249
A Juventude no Primeiro Mundo	
1. Movimentos estudantis	249
2. Alemanha	256
3. França	263
4. Estados Unidos	
VII.	301
Contraculturas e Movimentos Estudantis	
1. Movimento hippie	307
2. Situacionistas e Yippies	315
3. Cotidiano e comportamento nos movimentos estudantis	322
4. Mídia, sociedade e Contracultura	334
Conclusão	345
Referências	353
Filmes estudantis	367
Documentos estudantis	367

Prefácio à 2ª edição

Escrevo esse prefácio tendo ao meu lado uma foto em que estou com meu querido orientador, Octávio Ianni, no dia da defesa de minha tese de doutorado em Ciências Sociais, em 2000, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Conto aqui, porque não contei no prefácio à 1ª edição, que este livro se origina desta tese.

Não conto aqui dos quatro anos que levei para escrever a tese, apesar de tantas lembranças boas do tempo em que me tornei pesquisador em Ciências Humanas – primeiro em Ciências Sociais, mais tarde em Educação. Mas quero contar do desafio de transformar aquelas 700 páginas em um livro que, na versão original, tinha menos de 300 páginas. Da tese, precisei retirar a parte que falava sobre os movimentos estudantis no Brasil antes de 1968 e cortar ou sintetizar boa parte das muitas citações que havia. Assim, se o texto original parecia mais uma polifonia de vozes, a versão em livro se tornou mais a esforçada voz do jovem intérprete. Como eu tinha 29 anos em minha defesa, 34 anos quando da primeira edição do livro, talvez soasse melhor uma interpretação esforçada e até criativa, por meio de uma voz que misturava ingenuidade, arrogância e certa ousadia.

Quando fui preparar o texto para esta 2ª edição, minha decisão foi a de manter o texto da primeira. Não se tratava de uma reinterpretção, nem mesmo a oportunidade para acrescentar novos capítulos ou resgatar partes originais da tese cortadas. A tese continua disponível na Internet, com certa facilidade de acesso.¹ Mas a versão original do livro, não mais. Daí o desejo desta 2ª

¹ Em <https://www.unifal-mg.edu.br/ocupacoessecundaristas/wp-content/uploads/sites/207/2021/08/1-GROPPO-Uma-onda-mundial.pdf> e <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/433814?guid=1654973926586&returnUrl=%2fresultado%2fflistar%3fguid%3d1654973926586%26quantidadePaginas%3d1%26codigoRegistro%3d433814%23433814&i=16>

edição, já que o livro me parece mais acessível a leitoras e leitores com interesse maior no cerne do trabalho ou que são iniciantes no tema, em especial as jovens gerações, a quem talvez esta obra esteja apresentando os movimentos juvenis dos anos 1960. Assim, mantive muito do belo trabalho de editoração feito por Heitor Amílcar Silveira Neto, além da precisa revisão feita por Milena de Castro, pela Editora UNIMEP, a quem já faço os agradecimentos.

Agradeço o trabalho de meu filho, Luís Otávio - cujo nome homenageia meu orientador de doutorado -, que preparou os originais para esta 2ª edição. Fiz bem poucas correções no texto aqui apresentado, corrigindo uma outra imprecisão de conteúdo ou problema de concordância. Resisti a reescrever adotando a flexão de gênero – algo que apenas recentemente aprendi -, assim como a fazer reinterpretções com base em publicações ou conhecimentos mais recentes sobre os temas tratados aqui.

Assim, apesar dos limites do texto original, mesmo com estes avanços no campo do conhecimento dos movimentos juvenis, penso que boa parte do que o livro traz mantém sua relevância original. Mas ele é fruto de seu tempo, ainda assim, a virada do século passado ao atual. Daí o apelo, desde o início, às teorias da globalização. Na verdade, elas são fruto também da minha proximidade com dois grandes expoentes no Brasil desse paradigma – o próprio Octávio Ianni e Renato Ortiz, que me orientou no mestrado (Ortiz preferia falar em “mundialização”). Temos vivido, mais recentemente, anos em que o avanço inexorável da globalização como enfraquecimento dos Estados nacionais já não é uma tese tão evidente, entretanto, a leitura de Ianni (que eu retomo lá na Conclusão) da globalização como uma história de entrelaços entre o globalismo e forças nacionais, regionais e locais, parece ainda poderosa para entender nossos tempos.

O cotejo entre as teorias da globalização e o caráter mundial dos movimentos juvenis dos anos 1960, notadamente os protestos estudantis de 1968, é o mote principal deste livro. Outro mote é o que meus esforços como aprendiz de sociologia da juventude trouxeram para entender os anos 1960, 1968 em particular, a saber,

a centralidade do seu caráter juvenil: o papel fundamental de pessoas jovens nos mais diversos protestos destes anos; e a relação experimental com ideologias, valores e práticas, que marca a condição juvenil – concepção criada por Karl Mannheim, que Marialice Foracchi, socióloga brasileira, já tinha usado para interpretar estes movimentos. Outras teses vão se sucedendo, tentando dar inteligibilidade e coesão à aparente cacofonia dos protestos daqueles anos: a precedência do então chamado “Terceiro Mundo” nos protestos, assim como sua centralidade nas pautas (ideia inspirada pela leitura dos autores terceiro mundistas de então); a potência dos movimentos oriunda de sua confluência entre novas esquerdas (incluindo aí as de caráter terceiro-mundistas) e contraculturas (ideia criada por Cláudio Novaes Coelho); e o crescente desencontro entre as concepções vanguardistas que advogavam o uso da violência (incluindo a luta armada) e a inspiração democrática-libertária das “massas” juvenis (bastante inspirada em literatura de analistas da esquerda brasileira e latino-americana, como Jacob Gorender e Jorge Castañeda).

Agradeço, por terem tornado possível esta segunda edição, à Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), em especial ao Programa de Pós-graduação em Educação e à Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Editora Pedro & João. Deixo um beijo especial para a Alice.

Luís Antonio Groppo
Alfenas/MG, junho de 2022

Prefácio à 1ª edição

As juventudes foram atores fundamentais da história do século XX. Isso se deu tanto num sentido mais progressista, quando os jovens protagonizaram movimentos sociais, revoltas políticas e constatações comportamentais, quanto num aspecto mais regressivo, quando participaram de atividades de cunho facista, terrorista ou simplesmente “em conflito com a lei”. Nos diversos movimentos dos anos 1960 - e não apenas estudantis, mas também em grupos guerrilheiros, resistências antiimperialistas, ações pacifistas, ecológicas e feministas, entre outros -, a juventude constituiu uma categoria social fundamental. Contudo, essa dimensão juvenil foi bastante subestimada ou incompreendida, inclusive por muitos dos próprios jovens mobilizados. Hoje em dia, novamente, são em geral jovens os que arregimentam em protestos antiguerra ou em manifestos de crítica à globalização. Contudo, outra vez, a importância do caráter juvenil de tais mobilizações sociais tende a se manifestar também por formas mais inquietantes de atuação social, como os grupos delinquentes, criminosos e até teóricos, em muitas partes do mundo.

Mas este livro pretende focar a presença da categoria juventude, das juventudes concretas em um instante com um sentido mais progressista, propositivo e generoso, ainda que, como outrora e nos dias de hoje, não tenha deixado de registrar igualmente certas doses de intolerância, violência, contradições, desenganos e ilusões. A juvenildade presente nas manifestações sociais dos anos 1960, com destaque para o movimento estudantil de 1968, é o tema do presente trabalho. Descrever, compreender e interpretar de modo contextualizado tal dimensão juvenil da onda mundial de revoltas da década de 1960 é o seu objetivo principal.

Além de focar as juventudes como um agente social e político fundamental, tantas vezes subestimado ou esquecido, busca-se aqui

recuperar o surto revolucionário de 1968 como um momento fundamental do século XX. Enfrentando o confuso e violento mundo da Guerra Fria, do avanço da tecnologia da revolução do comportamento, das lutas dos povos oprimidos e da ascensão de novas formas de socialismo, essa onda mundial de revoltas também anunciou o processo de globalização, ainda que num ângulo inesperado: como um movimento mundial anti-sistema.

Apesar de partir de temas caros às ciências sociais e de ter certas ambições teóricas, este livro é principalmente histórico. Ele trata de histórias das revoltas das juventudes num século de guerras, conflitos e revoluções. No que se refere às ações juvenis da década de 1960 - e do século XX em seu todo, na verdade -, destaca-se 1968 como um instante revelador de um complexo de processos históricos que não começam nem acabam naquele ano.

O meu principal agradecimento vai para o saudoso e querido professor Octavio Ianni. Sem ele, a pesquisa que deu origem a esta obra nunca teria se realizado. Aquilo que espero aqui haver de bom em muito se deve aos conselhos de meu honrado mestre. Porém, certamente a ele não cabe qualquer responsabilidade por possível erros ou omissões.

A mesma advertência vale para outras pessoas que leram este trabalho e colaboraram, de algum modo com seu olhar crítico e sugestões, como os professores Renato Ortiz, Carmen Junqueira, João Roberto Martins Filho, Marcelo Ridenti, José Carlos Barbosa e Janice Tirelli Ponte de Sousa. Também agradeço a meu irmão, Edielson José Groppo, que me ajudou bastante na primeira versão do texto original.

Agradeço ainda a colaboração de Maria Ribeiro deValle, que, quando minha colega em disciplina da pós-graduação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), generosamente me emprestou cópias de importantes documentos do movimento estudantil brasileiro de 1968, fontes essenciais para o capítulo III.

Manifesto gratidão pelo apoio dado, durante fase de pesquisa, aos funcionários do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da

Unicamp. Também, ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), que financiou a pesquisa que deu origem a este livro.

Expresso meu agradecimento à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) pelo auxílio financeiro à publicação o, auxílio este que, além de facilitar materialmente a vinda desta obra, ajuda a atestar sua legitimidade como contribuição ao mundo do conhecimento.

Agradeço ao Centro Universitário Salesiano de São Paulo (Unisal), Unidade Americana, no qual sou professor e pesquisador desde 1998, por ter, além de propiciado condições materiais que me deram tranquilidade durante o tempo em que completei a revisão do texto original, ainda ter patrocinado a edição deste livro, Nesse sentido, agradeço em especial também à colaboração em prol deste auxílio cultural dos meus colegas professores Luiz Fábio Mesquiati e Sueli Maria Pessagno Caro.

Agradeço à editora UNIMEP por ter aceitado publicar esta obra, bem como às importantes sugestões dadas por seus pareceristas e sua Comissão Editorial, que analisaram o texto original. Em especial, agradeço ao seu editor executivo, Heitor Amílcar da Silveira Neto, por seu paciente auxílio, que tornou possível a adaptação do texto original ao seu atual formato de livro. Assim como à eficiente edição final de texto, por parte de Milena de Castro.

Finalmente, agradeço à colaboração, sobretudo afetiva, de meus pais, Hermogenes e Clarice, de minha irmã Fabiana, e de Simone.

Luís Antonio Groppo
Piracicaba/SP, 2000

I. Juventude e Revolução

Os movimentos estudantis e a Contracultura dos anos 1960 foram amplamente investigados pelas Ciências Sociais, transformados em roteiros literários e cinematográficos, esquadrihados por serviços de inteligência dos governos de países capitalistas e comunistas, julgados não só pelos tribunais judiciários mundo afora mas pelos mais diversos atores e grupos sociais. A cada ano, em maio, reencenam-se homilias ao movimento de Paris. 1978, 88 e 98 reviveram 1968 como epopéia...

De certo modo, é claro, este livro passeia sobre um terreno já bastante pisado. Porém, sua reavaliação de 1968 parte de aspectos fundamentais que só a distância no tempo parece poder revelar melhor: a juventude como agente de transformação social; o cosmopolitismo ou internacionalismo da onda de revoltas em 1968; a complexidade da estrutura social da modernidade.

Em primeiro lugar, este livro investe nos jovens como ponto de referência para refletir sobre 1968. Somente a juventude une os diversos movimentos que abalaram as convicções e as certezas nos anos 1960: movimentos estudantis, *beatniks*, *hippies*, culto às drogas, misticismos orientais e contracultura, juventude dos guerrilheiros em movimentos socialistas, de liberação nacional ou simplesmente anti-imperialistas no Terceiro Mundo, juvenildade expressa na valorização da coragem guerrilheira e da opção pela luta armada, organizações estudantis na Primavera de Praga, revoltas estudantis na Iugoslávia e Polônia, constante menção de solidariedade aos movimentos do Terceiro Mundo em movimentos estudantis no Primeiro Mundo.

O ano de 1968 legitimou um agente social projetado desde pelo menos as revoluções burguesas da virada do século XVIII ao XIX, mas que sempre teve pouca atenção do liberalismo vitorioso ou do socialismo de viés marxista: a juventude. E na esteira de um

agente social tido antes como secundário, tanto politicamente quanto para a compreensão da estrutura social da modernidade, outras forças estruturantes despontaram na denúncia de relações sociais injustas e na proposição de relações alternativas, como as mulheres, minorias étnicas, veteranos de guerra, sub-proletariado urbano e rural e povos do Terceiro Mundo. Outras lutas sociais, baseadas em pressupostos então “alternativos”, emergiram também: ecologismo, novos movimentos pacifistas, étnicas, feministas, dos homossexuais e pela liberdade sexual. Novos aspectos da vida social, principalmente da vida privada foram (re)politizados: faixas etárias (passagens entre as “idades da vida”), sexualidade, gênero, etnicidade, espiritualidade, alimentação e hábitos de consumo. Novas propostas “ideológicas” e filosóficas retornaram ou surgiram com força: maoísmo, trotskysmo, foquismo, “nova esquerda”, anarquismos e ideais libertários, teologia da libertação, existencialismo, psicanálise, *pop art*, culturas juvenis de consumo, drogas alucinógenas, feminismo, *black power*, comunitarismo *hippie*, homeopatia, medicinas alternativas, vegetarianismo, ecologismo, africanismos, indigenismos, orientalismos, misticismos – eventos, culturas, forças sociais e categorias estruturantes todas muito díspares e, no geral, dificilmente combináveis entre si numa mobilização única e organizada. Historicamente, entretanto, observou-se um improvável processo de fermentação de revoltas que se fundamentaram, real e conscientemente, em categorias sociais outrora consideradas secundárias na prática institucional oficial do Estado, dos partidos e sindicatos. Mais que improvável, 1968 não era passível de cooptação política através dos procedimentos formais dados tradicionalmente, assim como de compreensão pelos conceitos científicos então predominantes.

Na verdade, foi fruto de uma variada gama de eventos e causas, que revelaram, estimularam ou possibilitaram agentes sociais a mostrarem suas faces diversas, alternativas, novas ou por muito tempo escamoteadas no “mundo moderno”. Mundo este que perde de vez a possibilidade de se definir com univocidade, que torna-se

um caleidoscópio múltiplo de encontros (geralmente não harmoniosos) entre culturas, contraculturas, gêneros, estilos de vida, etnias, opções sexuais, categorias etárias – e não apenas de classes sociais definidas pela infra-estrutura econômica. A modernidade passa a ser percebida como uma civilização que contém faces fortes e historicamente relevantes não apenas na vida econômica da produção industrial (capitalista ou socialista) ou na existência política (na luta de classes), mas também na vida que se passa dentro das relações privadas, íntimas, sexuais, etárias e culturais.

1. Juventude

Os movimentos de contestação, não apenas em 1968, mas durante todos os anos 1960, tiveram na condição juvenil a principal – talvez a única – categoria social estruturante comum. Ações de contestação, muitas vezes tidas como heterogêneas demais para serem analisadas como um processo único (de estudantes nos três mundos, contraculturas, de minorias, de guerrilha, feminismo, ecologismo etc.), têm como denominador comum a *juventude* real, presumida ou assumida de seus integrantes, da fonte de seus *slogans* ou da sua motivação.

A juventude é uma categoria social *estruturante* gerada pela modernidade. Historicamente, observam-se ensaios de uma juventude moderna desde o Renascimento europeu, junto aos nascentes projetos de escolarização universal e disciplinarização dos costumes.¹ A história da modernidade tem sido também a da criação de uma estrutura de faixas etárias (entre as quais, a juventude) sob princípios universalistas e *naturais*, baseados na cronologização do curso da vida (o tempo do crescimento físico-psíquico medido em anos). Esse registro cronológico do curso da vida tornou-se instrumento jurídico para determinar responsabilidades criminais, direitos comerciais e de propriedade,

¹ DELUMEAU, 1984, caps. XII e XIII.

códigos civis e regras de casamento, direitos políticos, leis trabalhistas de proteção a “menores” e direitos especiais da infância e adolescência. A primeira criação visível desta cronologização foi a infância moderna, com todos os cuidados considerados necessários a esta fase do curso da vida: preparação dos pais, médicos, escolarização fundamental, legislações e instituições específicas. Hoje em dia, dados sobre mortalidade infantil, trabalho infantil e crianças fora da escola são utilizados para auferir o Índice de Desenvolvimento Humano – uma espécie de *grau de civilização* – atingido por uma coletividade.

A correlação entre infância protegida e *civilização* (ou modernidade) é uma realidade histórica e sociológica, não exatamente nos termos de direitos *naturais* respeitados ou leis positivas obedecidas por uma coletividade de cidadãos conscientes, mas pelo fato de serem as categorias etárias e a cronologização do curso da vida elementos *estruturantes* das sociedades consagradas como *modernas*.

Quanto às juventudes, pode-se constatar que, na virada do século XIX ao XX, houve uma *explosão* de projetos que visavam construí-las e controlá-las. Surge daí a chamada *Era da Adolescência*.² Na verdade, trata-se do processo mesmo que constituiu as juventudes modernas. Tais projetos, propostas, esboços e práticas efetivas estabeleceram o solo, a base, o cimento, o fundamento social – ou categoria estruturante – que chamo juventude. Estrutura forte e fundamental a partir de então na vida social moderna, mas, assim como todas as demais categorias sociais da modernidade, nunca ausente de contradições, ambiguidades, formas alternativas, contraprojetos de autonomia e superação.

Por outro lado, a juventude só existe na realidade social, e assim deve figurar na análise sociológica, em combinação com outras categorias estruturantes da sociedade moderna. Acaba tornando-se realmente estéril uma análise sociológica dessa etapa da vida que não considere tal princípio: a existência, na *práxis*

² Segundo definição de GILLIS, 1981.

social, de juventudes³, nunca de uma juventude isolada das outras experiências sociais e das outras categorias modernas. Ao analisar a *práxis* social, o cientista, o político ou o cidadão se deparam com a *juventude* vivida diferentemente pelos indivíduos. Diferencia e complexifica a vivência juvenil, a classe social, o gênero, a condição urbana ou rural, a etnia, a filiação religiosa, a nacionalidade, a disparidade Norte/Sul, capitalismo/socialismo, desenvolvimento/subdesenvolvimento etc. Uma análise que não leve em conta a diversidade real ou possível das vivências dessa fase da vida humana corre o perigo de tornar-se pouco explicativa ou pouco fecunda.⁴

Em contraposição aos projetos e concepções criados durante a “Era da Adolescência”, desde o início da modernidade – mas crescendo justamente quando aumentou a institucionalização da juventude –, surgem os grupos juvenis semi-independentes, autônomos, informais, livres, paralelos ou alternativos às escolas e aos grupos controlados por adultos. Desde a origem das juventudes, instala-se uma contradição análoga às das demais categorias sociais geradas pela modernidade: projetos oficiais, concepções institucionais, fundamentos ideológicos, construções jurídico-legais, ciências legitimadoras e políticas públicas constróem, recriam ou reorganizam grupos e/ou coletividades sociais; prévia, paralela ou postumamente, os objetos (de quem se esperava passividade) passam a elaborar, propor ou criar práticas de sociabilidade e valoração alternativas, ambíguas em relação às propostas oficiais, resistentes e até *revolucionárias*, tornando-se,

³ REZENDE, 1989.

⁴ Um estudo de Stephen HUMPHRIES (1984, esp. cap. 3) demonstra os bons resultados de uma pesquisa que combina o caráter infanto-juvenil de um fenômeno com seu caráter de classe (operária). Exemplifica como dos processos de institucionalização “moderna” e “burguesa” surgem não apenas as categorias “estudante” e “adolescente”, mas muitas vezes grupos juvenis (neste caso, também infantis) em revolta. Contra o caráter repressivo das escolas inglesas, no início do século XX, em que a universalização do ensino também se tornava uma estratégia de dominação de classe, deram-se greves, protestos e projetos alternativos (algumas vezes apoiados pelos pais dos estudantes).

deste modo, também sujeitos da ação social.⁵ Na verdade, nesse caso, a contradição também é fruto da diversidade ou falta de unidade dos múltiplos projetos advindos das instituições oficiais ou dos “adultos” – se por um lado, concordavam todos com a necessidade da tutela dos jovens, longe estavam do acordo em relação aos objetivos visados e às práticas corretas.⁶

Pensando historicamente, os grupos juvenis “desviantes” ou informais em relação aos projetos oficiais, têm duas fases marcantes. Na primeira, mais ou menos até meados do século XIX, destacam-se os *desviantes* ainda controlados por adultos, com projetos alternativos em relação aos rumos tomados pela revoluções burguesas: revolucionários e nacionalistas (doutrinados pela *École de Mars* jacobina, carbonários, Juventudes de Mazzinni, barricadas estudantis de 1830 e 1848, ex-estudantes atuando nas Manufaturas Nacionais de Paris em 1848, blanquistas e populistas russos), socialistas utópicos (crianças de Saint-Simon e Legiões Juvenis de Fourier) e até reacionários (os *muscadins* girondinos, a Guarda Móvel na Revolução de 1848 e, na Alemanha, grupos estudantis como o *Burschenschaften*).⁷ Pode-se citar como característica desta etapa a boêmia parisiense – convívio social de jovens artistas e intelectuais, rebeldes políticos, conspiradores e cultivadores de estilos de vida amorais e anárquicos.

Numa “segunda fase”, destacam-se os grupos mais caracteristicamente informais que, se já apareciam em pequeno número desde a Renascença europeia, multiplicam-se na virada do século XIX ao XX – paralelamente à *práxis* oficial da “juvenilização” disciplinadora dos indivíduos considerados *jovens*. Para Eisenstadt, eles acabam complementando, em sua maioria, a função integradora/socializadora dos jovens dentro das esferas oficiais universalistas da economia, trabalho e política – tarefa deixada ainda incompleta pelos grupos controlados por

⁵ GROPPPO, 2000.

⁶ EISENSTADT, 1976.

⁷ GILLIS, 1981; LUZZATTO, S. “Jovens rebeldes e revolucionários: 1789 1917”. In: LEVI & SCHMITT, 1996, p. 195-258.

adultos. Apenas uma minoria dos grupos informais decairia à boêmia, radicalismo ou à mera delinquência. Em relação aos grupos “marginais”, a versão conservadora de Matza afirma que são atraídos por tradições anti-sociais, forças ocultas ou verdadeiros vírus sociais, que têm nos jovens ingênuos suas melhores vítimas e portadores: tradições boêmias, mundo do crime e radicalismo político.⁸ Segundo interpretação mais generosa, que defendo, os grupos juvenis contestadores ou *desviantes* fazem parte do mesmo processo gerador dos grupos informais aparentemente *integrados* à modernidade. Todos eles possuíam um grau, ao menos mínimo, de inconsistência diante do caráter da sociedade capitalista *concorrencial*, calcada na ética do trabalho disciplinado, de fundo puritano. E, de modo pouco consciente, lento, mas eficaz, tornaram-se a maior fonte criativa, foco publicitário e mercado consumidor das novas instituições geradas pelo (ou integradas no) capitalismo *monopolista*: meios de comunicação de massa, cultura de mercado, lazer e turismo modernos, valores hedonísticos, universidades “de massa” etc.⁹

Em outras palavras, os grupos juvenis modernos e informais foram agentes nas transformações da sociedade moderna durante o século XX. Mas isto não significa que os grupos juvenis possuíam em sua totalidade projetos claros ou que, no caso de possuir, eles tenham sido realizados por uma espécie de *alta modernidade* ou uma sociedade pós-industrial e pós-moderna. Pelo contrário, assim como outras categorias sociais fundamentadas pela modernidade – classe operária, classes médias, outras classes etárias (em destaque a *Terceira Idade*) e o gênero *mulher* no sentido moderno –, a juventude foi portadora de múltiplos projetos sociais, com conteúdos potenciais ou realmente alternativos aos rumos tomados pelas sociedades modernas nos dias atuais. Um ponto forte destes projetos foi o ano de 1968.

⁸ MATZA, D “As tradições ocultas da juventude”. In: BRITO, 1968 p. 81-106.

⁹ Conforme discuto em GROPPPO, 1996.

Mas, antes mesmo dos anos 1960, as juventudes esboçaram movimentos alternativos autônomos ou semi-autônomos, em contraste com os grupos juvenis politizados do século XIX, ainda controlados por adultos. Também durante o século XX, movimentos juvenis foram construídos a partir de identidades propriamente *juvenis*, manifestando claramente sua condição de *jovem* ou estudante – diferentemente da boêmia na Paris do século XIX, em que era fraca a identidade juvenil professada, apesar da mocidade presumida da maioria dos seus membros. A primeira delas, e talvez a mais importante, antes dos anos 1960, foi o Movimento Juvenil Alemão, uma série de grupos formados prioritariamente por jovens alemães (e em menor medida, austríacos e suíços) do sexo masculino, que dispendiam seu tempo livre em passeios a pé pelos campos, florestas, regiões montanhosas e aldeias rurais, uma *práxis* que retomava os ideais românticos da evasão na natureza e da valorização do *autenticamente* popular. O primeiro destes grupos chamou-se Pássaro Emigrante (*Wandervogel*), formado por alunos do Ginásio de Steglitz, próximo de Berlim, em 1896. Grupos semelhantes multiplicaram-se pela Alemanha e, numa segunda fase, ocorreram tentativas frustradas de formação de “federações” ou centrais organizadoras destes grupos – como as concorrentes *Alt-Wandervogel* e *Steglitzer Wandervogel*. Pululam, entretanto, grupos e propostas as mais díspares, derivadas do projeto romântico-juvenil original. Alguns deles aproximaram-se dos valores que futuramente comporiam a Juventude Hitlerista e o próprio Nazismo: misogenia, totalitarismo, arianismo e nacionalismo radical. O Movimento Juvenil Alemão, apesar das suas características únicas em toda a história da juventude, demonstra que a *rebeldia* juvenil, quando acontece, não toma *naturalmente* um rumo político-social de caráter esquerdista, democrático ou progressista – ela contém possibilidades políticas variadas, que dependem de muitos fatores sociais, históricos e conjunturais. Ainda assim, em alguns dos seus momentos mais criativos, grupos do Movimento Juvenil Alemão professaram radicalmente

a identidade juvenil de uma forma que só se repetiria na Contracultura nos anos 1960.

No final dos anos 1910, irrompem lutas estudantis nas universidades, agora na América Latina. Não será sempre do presumido centro da história da modernidade *ocidental*, Europa e Estados Unidos, que surgirão os movimentos e momentos *fortes* da juventude do século XX. O próprio Movimento Juvenil Alemão desponta num país que, então, apenas ingressava no curso das grandes nações industrializadas. E, enquanto ele possui certa analogia com os *hippies* – na valorização radical da juvenilidade –, os movimentos estudantis latino-americanos do início do século XX lançam temas, palavras de ordem e práticas de protesto que seriam retomados pelas revoltas dos universitários nos anos 1960. Eles têm início em 1918, na Universidade de Córdoba, Argentina, cujo Movimento de Reforma Universitária inspirou outros em toda a América Latina.

O período entreguerras, a partir da Europa, foram marcados por movimentos e regimes fascistas – cujas ideologias invadiram, incentivaram ou formaram grupos juvenis, de caráter totalitário e ultranacionalista, que usavam métodos truculentos contra os inimigos declarados (semitas, comunistas ou democratas). Entre eles, destacam-se a *Orilla Izquierda* (fundada em 1920 por estudantes ativistas da Ação Francesa), *vanguardas estudantis* do fascismo italiano (reorganizadas, durante o governo de Mussolini, na *Opera Nazionale Balilla* [ONB], transformada em 1937 na *Juventù Italiana del Littorio* [GIL]) e a Juventude Hitlerista (na qual, depois da tomada do poder pelo nazismo, todo adolescente alemão *ariano* era obrigado a inscrever-se). Uma intrincada rede de fatores explica o porquê desta aproximação do radicalismo juvenil com ideologias, movimentos e valores nazi-fascistas – frustração de Alemanha e Itália com os resultados da Primeira Guerra Mundial, a Grande Depressão, ondas de desemprego e inflação, a atuação de grupos paramilitares de direita desde o fim da Primeira Guerra, a propaganda criativa e idealista dos partidos de extrema direita para com adolescentes e jovens etc. Na verdade, não

apenas os jovens, mas sociedades inteiras, ou considerável parte delas, deixaram-se arrastar então por ideias de pureza racial, chauvinismo, anti-semitismo, anti-comunismo e totalitarismo.

No final dos anos 1950, como que antecipando os anos 1960 e o novo radicalismo juvenil, voltou a se destacar a participação política de jovens e/ou estudantes. Outra vez isto se deu principalmente fora da Europa e Estados Unidos. Foram os movimentos de libertação nacional ou socialistas no Terceiro Mundo e a Revolução Cubana, todos com importante participação de estudantes e jovens guerrilheiros. Além disso multiplicavam-se as revoltas e os protestos em toda a América Latina, no Japão, Turquia e Coreia do Sul. Era uma espécie de pontapé que dava início à década radical.

Com os novos movimentos estudantis, os novos radicalismos e as contraculturas, os anos 1960, destacando 1968, são um desafio à interpretação. Enquanto ocorre uma nova institucionalização atingindo as juventudes (a classe média vai à universidade, e assim obriga o ensino superior a se democratizar), elas, em diversos graus, sublevam-se em lutas por mais autonomia. De certo modo, repetem-se processos de institucionalização e lutas já observados desde a Revolução Industrial. No entanto, 1968 alcançou uma visibilidade que, no meu entender, não foi nem superficial, nem limitou-se a um mero produto da mídia – conforme denunciaram críticos de direita e esquerda. Trata-se de uma visibilidade política e uma legitimidade sócio-cultural pela primeira vez conquistada por movimentos juvenis, contrastando com os movimentos juvenis do século XIX (nacionalistas, revolucionários, utópicos ou reacionários), tidos como secundários pela maioria dos movimentos “classistas” e relegados à poeira da História.

Este ano teve tanta força e legitimidade que gerou o que chegou a ser chamado de crise da civilização moderna. Talvez, pelo menos, uma crise de modelos que se acreditavam universais de modernidade, fundados no racionalismo, no cientificismo mecanicista e na tecnocracia. Modelos da sociedade *industrial* –

capitalista ou socialista –, ocidentalizante e nacional. Certamente, ele foi uma séria ameaça aos valores de base *puritana* que pregavam uma sobrevalorização do trabalho, a renúncia dos prazeres materiais ou sensuais (ou o contentamento para com um mínimo de confortos domésticos) e a limitação dos impulsos, desejos e expressões do indivíduo exercida pelas instituições e tradições não totalmente solapadas pela modernização (família, escola, ética do trabalho etc.).

Mostrei aqui, anteriormente, que a modernidade conteve uma contradição, entre tantas outras, envolvendo projetos, práticas e instituições oficiais modernizantes e as juventudes informais e “não-funcionais”. Seria a visibilidade da juventude, em 1968, fruto de um momento em que a sua contradição se “resolvera”? Teria sido solucionada esta contradição moderna (mas não necessariamente as demais contradições modernas) pela auto-reciclagem da sociedade em um modo pós-industrial ou pós-moderno? Na sociedade atual – sob uma ética de consumo, ao mesmo tempo que mundializa suas referências culturais e globaliza seus padrões de sociabilidade –, teria a juventude transformado seu papel estruturante, perdendo seus conteúdos contestadores e metamorfoseando-se em uma categoria mais integrada?

Ou, simplesmente, naquele ano a juventude se tornou o carro-chefe de uma nova onda revolucionária (ao passo que as ondas de outrora eram encabeçadas pela classe operária)? Não seria 1968 apenas mais um dos pontos altos do ciclo de revoluções *anti-modernas* (visando o futuro ou o alternativo) que se inicia em 1848? Aqui, a lógica dialética-materialista de Karl Marx poderia ajudar-nos a esboçar possíveis respostas. A obra de Marx contém o projeto de uma onda internacional de revoltas a partir de uma situação socioeconômica de generalização da classe proletária e da condição assalariada, do desenvolvimento de partidos e associações operárias, da construção de uma nova consciência de classe e do desencadeamento de uma crise econômica que levaria os antagonismos de classe a um ponto crítico, irrompendo lutas revolucionárias que fundariam uma nova configuração social

oposta ao capitalismo.¹⁰ As revoltas operárias de 1848, 1905 e 1917 parecem ter esbarrado em condições materiais e sociais incompletas e foram derrotadas no tocante à organização de uma nova sociedade oposta à capitalista (incluindo-se aí a Revolução Russa). O que eu gostaria de questionar aqui é a possibilidade deste arcabouço lógico-dialético da revolução de Marx ter se repetido em 1968, por meio da generalização de uma categoria social moderna (a juventude em vez do proletariado ou, no caso da Itália e França, ao lado dele), bem como das condições políticas que criaram organizações combativas relativamente integradas mundialmente (associações estudantis e novas esquerdas), da formação de uma *consciência* de si bem delineada¹¹ e a configuração de uma situação de crise (não da economia, mas das universidades e, especialmente, da legitimidade do cenário bipolar da Guerra Fria). Também surgiram, em analogia às revoluções proletárias, propostas sociais alternativas, ainda que não fossem todas elas opostas ao capitalismo – proposições muito heterogêneas entre si, mas que almejavam a superação da sociedade industrial vigente ao menos em um dos seus aspectos, criticando suas relações geracionais, pedagógicas, de gênero ou étnicas, entre outras.

Levando em conta as propostas de George Katsiaticas, 1968, 1917, 1905 e 1848 fazem parte de um mesmo conjunto cíclico de levantes contra os rumos da modernização *iluminista*, tecnicista, racionalista e criadora de desigualdades entre os indivíduos e grupos.¹² Cada novo ciclo revolucionário acrescenta novos pontos aos programas contestadores, bem como novos desejos para a recriação do ser humano integral.

Não seria possível ver 1968 como uma combinação de dois processos: um momento crítico da contradição entre juventude e instituições modernas, uma nova onda de revoltas *anti-sistema*

¹⁰ MARX & ENGELS, 1988.

¹¹ Radicalizada na frase de Mario Savio: “Não confie em ninguém com mais de 30 anos” (apud FORACCHI, 1972, p. 31).

¹² KATSIATICAS, 1987.

(contra os rumos tomados pela sociedade moderna)? Não teria vindo justamente deste encontro a força daquele ano e sua capacidade de, ao legitimar o protesto de uma outra categoria social (a juventude), fomentar uma complexidade de novas lutas sociais contra injustiças dadas no âmbito do cotidiano, do privado e do cultural? De certo modo, sua heterogeneidade pode ser vista igualmente como a retomada de um arsenal de propostas de emancipação humana, não apenas daquelas já esboçadas anteriormente, mas também daquelas que foram reprimidas, muitas vezes no interior dos próprios levantes revolucionários, que pediam “paciência” aos emancipacionistas do gênero e das etnias alegando que tudo se resolveria após a resolução da contradição principal, advinda do conflito de classes. É claro que em 1968 não foi o legitimador de todos os projetos dos movimentos sociais que pulularam mais caracteristicamente a partir dos anos 1970 – e as feministas procuraram criar seus próprios grupos, alegando, entre outros motivos, restrições nos movimentos de contestação então existentes. No entanto, tornou possível e motivou a revelação quase que triunfal de desconfortos preexistentes, propostas alternativas, resistências e lutas ocultas, como nunca se havia feito. Ademais, este período *revolucionário* retomou, revelou e inclusive fez uso das mais diversas táticas de luta, resistência, protesto e ação social – dos *sit-ins* do Movimento pelos Direitos Civis dos negros norte-americanos às guerrilhas de Che Guevara, da ingênua promiscuidade nas noites de ocupação das universidades às abertas provocações da moralidade pública feita pelos *hippies*, da tradicional campanha eleitoral ao uso da arte vanguardista (como o teatro de guerrilha).

Além de sua complexidade e heterogeneidade, ou seja, o fato de ter se tornado um caleidoscópio de lutas, bandeiras e estratégias para a emancipação humana, tais revoltas possuem uma perturbadora dimensão que ainda não foi suficientemente decifrada: 1968 intriga teoricamente aqueles que vislumbram sua ocorrência mundial.

Sem colorir completamente o mapa-múndi, mas, ao menos, distribuindo-se dentro ou próximo de todos os setores geopolíticos do globo, o arco-íris das revoluções juvenis nos interroga: por que aquele ano? por que a juventude? por que os estudantes? Por que em quase todas as grandes cidades do mundo - capitalistas, subdesenvolvidas ou socialistas, de todos os continentes - pulularam os movimentos estudantis, com um sem-número de semelhanças que desmentem qualquer hipótese de coincidência?

2. Revolução

Para responder à questão do internacionalismo de 1968, é necessário encontrar fatores históricos de caráter supranacional e, inclusive, não limitados aos países capitalistas desenvolvidos. Isto deve-se claramente ao fato de que importantes movimentos estudantis deram-se em países de capitalismo não desenvolvido (como México e Brasil) e socialistas (como as antigas Checoslováquia e Iugoslávia, por exemplo). Os fatores históricos a serem levados em conta devem ter atuado em todos os locais do mundo onde surgiram movimentos estudantis radicais.

Se há causas que parecerão mais genéricas e, portanto, aparentemente explicativas, encarar aquele ano como um fenômeno de reação instantânea e inconsciente a partir de um ou alguns processos generalizantes seria perder de vista o caráter revolucionário do fenômeno. Seria um retorno à mera surpresa, seguida da incapacidade de sair do lugar comum.

O desafio também é pensá-lo, em primeiro lugar, não isoladamente dos fatos que o antecederam – as mobilizações juvenis de contestação e de criação cultural no Pós-Segunda Guerra Mundial. Em segundo lugar, avaliar os eventos daquele ano em conjunção com uma miríade muito extensa de outros acontecimentos, processos, permanências, retrocessos e avanços sociais, econômicos, culturais e políticos que se interprenetavam. Ou, na verdade, eventos e processos que só se podem entender nas suas relações recíprocas - *objetos* de investigação social cuja

análise, mesmo nos seus pormenores, remete-nos ao todo intrincado de relações e contradições. Em terceiro lugar, essa defesa de uma visão *sistêmica* de 1968 não deve incorrer justamente no que é a limitação do paradigma sistêmico-estruturalista, ou seja, o desconhecimento das evidências e profundidades contraditórias da vida social, contradições que movimentam as *estruturas* aparentemente bem ajustadas, como sociedades, classes, grupos e indivíduos, produzindo novas contradições e um todo sempre incompleto na sua integração.

Cada um dos fatores históricos que parecem explicar 1968 devem ser compreendidos como estando em inter-relação com os demais – da qual se originam os movimentos de contestação que, por sua vez, vão também fazer parte desta *galáxia* complexa de relações. A imagem de 1968 como uma *eletrostática* de eventos contestatórios, categorias sociais em rebeldia e valores culturais em ebulição parece ser mais interessante e forte que a de um conjunto mecânico de causas únicas e consequências diretas. Procuo analisá-lo a partir de sua qualidade juvenil, mas não tenho a pretensão de considerar este aspecto como a *essência* ainda não revelada do evento. Na verdade, parto da consideração que a condição juvenil é mais uma situação social (por si mesma, um complexo conjunto das relações sociais que geraram a juventude) a ser levada em conta no múltiplo rol de eventos históricos e relações sociais que explicam tal época.

Diversas são as teses que procuraram ou ainda tentam dar conta da surpresa de 1968. Uma delas, bastante usada por governos dos países capitalistas, foi a do *complô comunista*¹³ ou, no caso de revoltas nos países comunistas, do *complô capitalista* ou *anti-revolucionário* – no México, declarações do governo acusaram tanto os comunistas quanto a CIA (serviço secreto norte-americano)?! Tais teses são insustentáveis, mesmo que se reconheçam intensos esforços políticos procurando atuar sobre os

¹³ Segundo SIRKIS (1984, p. 37), o jornal *O Globo*, desde o início das passeatas de 1968 no Brasil, atribuiu a autoria delas a “estudantes profissionais a soldo de Moscou”.

movimentos – como a KGB, serviço secreto soviético, que se enraizou numa associação estudantil internacional criada por Moscou; ou a CIA, que tentou criar uma “anti-universidade” em São Domingo, em 1967.¹⁴ Mas a vontade de mobilizar não é suficiente para explicar o sucesso e a amplitude da mobilização.

Já a tese do mal-estar em relação ao capitalismo parece válida, mas é insuficiente, levando-se em conta que também em alguns países socialistas surgiram movimentos estudantis. Além do mais definir o objetivo das revoltas como uma denúncia do capitalismo seguida pela opção ao modelo oposto, o socialismo real existente no mundo sob a égide da União Soviética, seria um exagero. Na Checoslováquia, em 1967, diante de protestos estudantis e violentos choques com a polícia, um alto funcionário do Comitê Central do Partido Comunista do país parecia espantado, diante de uma realidade que não cabia dentro da *tese do complô*, divulgada oficialmente pelo seu próprio partido: “Pela primeira vez na história de nossa República, crianças nascidas e criadas sob o regime, não tendo recebido nenhuma influência além da educação socialista, foram espancadas pela polícia e exibiam *slogans* hostis ao governo e ao partido”.¹⁵

A hipótese da revolta geracional, de que, em 1968, os filhos revoltaram-se contra seus pais, que os jovens se revoltaram contra seus pais, parece ser mais interessante. Andres Garrigó traz dados relevantes neste sentido. Realizara-se no final dos anos 1960 na Inglaterra, uma pesquisa com os adultos sobre seu grau de simpatia em relação aos estudantes (incluindo os que não protestavam): entre os que tinham 55 anos ou mais, apenas 23% declararam simpatia; e 77% do total de adultos (acima de 21 anos) achavam que as autoridades deviam tomar medidas duras contra estudantes que participavam de manifestações, como a expulsão de líderes, revogação de bolsas de estudo, multas, prisões e suspensões.¹⁶

¹⁴ KATSIAFICAS, 1987.

¹⁵ Apud BROUÉ, 1979, p. 47.

¹⁶ GARRIGÓ, 1970, p. 156.

No entanto, esta tese do conflito entre gerações tem que ser reavaliada em um contexto sociológico, considerando as gerações, coortes ou estágios da vida (incluindo a juventude) como criações socioculturais sustentadas por valores e instituições sociais. Não se deve considerar a juventude como *naturalmente* propensa à revolta, assim como não se deve conceber a maturidade biologicamente propensa ao conformismo. Essa contradição momentânea, jovens revoltados *versus* adultos conformistas, que se observou realmente naquela época, passou a sustentar um mito da relação jovem/adulto que é ainda hoje presente. Contudo, esta contradição era fruto de contextos socioeconômicos e culturais definidos. A experiência geracional dos que eram adultos em meados daquela época, principalmente os das classes médias, criou expectativas e visões de mundo muito diferenciadas das interpretações construídas pelos jovens universitários. Enquanto os adultos viveram a Guerra Fria como uma experiência traumática e de terror, os jovens a sentiam – ainda que com certo temor – como uma contingência irracional. Os adultos concebiam o *boom* econômico enquanto dádiva dos novos tempos, como recompensa pelo esforço nos anos duros que antecederam a *Era de Ouro*, os jovens rejeitavam a defasagem entre a liberalidade material e o conservadorismo moral e sociocultural.

Parece-me bastante sugestiva a tese de Wallerstein de que as revoltas de 1968 expressaram um clima geral de mal-estar, sobretudo pelas novas gerações, causado pelo contexto global da Guerra Fria.¹⁷ Esse clima de mal-estar certamente se observa como elemento constante no Primeiro, Segundo e Terceiro Mundos. Numa primeira enquete, o impacto dessa guerra aparece como o grande denominador comum das revoltas estudantis. Ao menos indiretamente, todas as revoltas juvenis “radicais” dos anos 1960 tiveram como objeto algum elemento que compunha a ordem determinada pela bipolarização mundial.

¹⁷ WALLERSTEIN, 1989.

A insistente menção dos movimentos estudantis contra o imperialismo norte-americano mostra que a vida dos homens e mulheres, em praticamente todo o globo, durante a Guerra Fria, foi afetada grandemente pelas ramificações ideológicas, culturais e políticas do conflito entre os dois sistemas pretensamente opostos. A bipolarização mundial assemelhou-se a uma espada afiada e ameaçadora, pairando sobre a cabeça de todos os cidadãos do globo durante um período considerável da história do século XX: “*We have been made to live as no other generation has on the edge of the world’s doom*”.¹⁸ Se na década anterior, a resposta das massas se adequou à propaganda ideológica – notadamente no lado americano –, quando elas tenderam ao conformismo amedrontado, naqueles anos os universitários, sobretudo, lideraram uma série de revoltas que transformaram o mal estar em inconformismo. Nascidos após o fim da Segunda Guerra Mundial, os filhos do *baby boom* não possuíam os mesmos padrões de resposta à corrida armamentista compartilhados por seus pais e irmãos mais velhos, que vivenciaram os anos da Depressão (no Entreguerras) ou do terror de fato (a Segunda Guerra).

Outro fator que explica a diferente resposta ao mal-estar da Guerra Fria pelos jovens de classe média e universitários, naqueles tempos, deriva da própria lógica da Guerra Fria, que vivia então o período conhecido como *Detente*, em que a URSS declarava a “convivência pacífica” do socialismo com o capitalismo. A Guerra Fria põe a nu, com isto, todo seu caráter de aberrante divisão desigual do mundo entre as duas superpotências. A divisão geopolítica de forças e territórios, havia tempos, colocara movimentos, ideologias, partidos e práticas políticas sob a batuta do jogo do poder entre União Soviética e Estados Unidos. Nos anos 1960, esta lógica geopolítica – em que interesses externos interferem autoritariamente contra ideologias e práticas políticas emancipatórias, principalmente em

¹⁸ “Nós temos sido obrigados a viver, como nenhuma outra geração teve, sob o gume da ruína do mundo” (David HOROWITZ apud CANTOR, 1978, p. 183).

movimentos de esquerda no Primeiro e Terceiro Mundo – torna-se cada vez mais descaradamente escusa: “A Guerra Fria fornece um arcabouço em que cada uma das superpotências pode usar a força e a violência para controlar seus próprios domínios contra os que buscam um grau de independência no interior dos blocos – apelando à ameaça da superpotência inimiga, para mobilizar sua própria população e a de seus aliados”.¹⁹

Além disso, a *Detente* viu-se acompanhada de um relativo relaxamento da perseguição política interna nas duas superpotências, com o fim do macarthismo e do stalinismo. Alguns anos de relativa liberdade ideológica permitiram um acesso momentâneo, nas duas superpotências e nas áreas sob seu controle, a ideias, doutrinas e obras pouco tempo antes expressamente perseguidas pelos seus sistemas políticos. Na Europa Ocidental, paralelamente, surgia a “Nova Esquerda”²⁰ e popularizava-se uma série de intelectuais esquerdistas não-ortodoxos, que se tornaram influentes em todo o Primeiro Mundo e, relativamente, no Terceiro Mundo, como Herbert Marcuse.

O mundo pós-Segunda Guerra passa a ser sentido cada vez mais como uma divisão brutal de dois blocos, contrapostos mais pela geopolítica do que pela ideologia. As populações universitárias, jovens de classe média, tiveram um mesmo sentimento de fundo e desenvolveram ou contataram mensagens muito semelhantes, denunciando uma condição irracional pela qual não deveriam se sentir responsáveis. No Segundo Mundo, seu mal-estar voltou-se contra os dominadores do Partido Comunista local ou, principalmente no caso da Checoslováquia, contra os interventores russos. E como se demonstrará mais a

¹⁹ Noam CHOMSKY apud FARIA et. al., 1989, p. 195.

²⁰ Essa expressão nasce em 1959, com a fusão de duas revistas de esquerda inglesas (existentes desde 1956) na *New Left Review* (BIRNBAUM, N. “O colosso que vacila”. In: LEFEBVRE, H. et. al., 1968, p. 170-201). Já de acordo com KASTIAFICAS (1987), o termo surge para autodeterminar um movimento de esquerda alternativo na França, em 1957.

frente, no Terceiro Mundo alimentaram um importante sentimento nacionalista.

O outro fator geopolítico, que também envolveu diretamente os interesses dos blocos socialista e capitalista e, ao menos indiretamente, suas populações, foi a descolonização da Ásia e da África após o fim da Segunda Guerra Mundial. Reações juvenis/estudantis em todo o mundo contra o papel intervencionista das superpotências (principalmente dos Estados Unidos) estão na origem de movimentos estudantis pré-1968. Movimentos precursores de 1968, na Universidade Livre de Berlim Ocidental (cidade controlada pela Alemanha Ocidental, mas incrustada no território socialista da Alemanha Oriental) e no *campus* da Universidade da Califórnia em Berkeley (Estados Unidos), iniciados quatro anos antes, demonstram que a denúncia da ação do imperialismo norte-americano no Terceiro Mundo foi o *estopim* da criação de um novo ideário de ação e protesto estudantil *radical*. Em ambos, a acusação da violência da ação militar norte-americana no Vietnã marcou a passagem das reivindicações limitadas à vida universitária para uma tentativa de interferência nos assuntos mais nacionais e globais. A Guerra Fria passa a ser sentida pelos estudantes universitários cada vez mais como um processo não apenas amedrontador (o simples medo que gerara, nos anos 1950, somente o conformismo), mas fundamentalmente irracional.

Antecedendo Berlim e Berkeley, entretanto, a Revolução na Argélia já criara um sentimento de mal-estar correlato na sociedade francesa – que acabou muito bem expresso na mobilização dos estudantes universitários pela União Nacional dos Estudantes da França (UNEF). Em Berlim Ocidental, também houve protestos de estudantes universitários contra a visita do xá do Irã à Alemanha e contra o apoio do governo alemão ocidental a um regime ditatorial que liquidara fisicamente sua oposição. Tais ações, ocorridas em junho de 1967, que foram reprimidos com violência pela polícia alemã.

As revoltas estudantis no bloco soviético davam uma menor importância à denúncia do imperialismo americano. Contudo, em nenhum momento os protestos estudantis cogitaram apoiar a passagem para uma sociedade de tipo capitalista. Em geral, seu ideário coincidia com o de muitos indivíduos e movimentos dissidentes do mundo socialista, antes e depois de 1968, que apregoavam a necessidade de reformas políticas no socialismo a partir de uma maior defesa da democracia e dos direitos humanos.²¹ Já a Revolução Cultural Chinesa tratou-se de um caso muito particular.

No Terceiro Mundo, incluindo a América Latina, a denúncia contra o imperialismo norte-americano se relacionava diretamente com a situação interna de cada país, em que a interferência política e diplomática e a ameaça do uso da força norte-americana influenciavam em boa medida. O imperialismo americano era denunciado como a principal causa da dependência econômica e das dificuldades de emancipação ou formação plena de uma *nação* das nações do Terceiro Mundo. Justamente aí a mobilização estudantil restringe-se material e ideologicamente às fronteiras do Estado e da nação. Uma das causas da limitação maior destes movimentos, quanto às fronteiras da nacionalidade, é exatamente o fato do mal-estar causado pela Guerra Fria ser sentido como uma interferência do imperialismo americano no desenvolvimento econômico, na liberdade política e na justiça social dessas nações. Porém, isso não impediu a troca de informações, experiências e mensagens de solidariedade entre eles e os jovens do Primeiro Mundo. Inclusive porque, aí, *radicais* fizeram da defesa da autonomia das nações do Terceiro Mundo um tema mobilizador de suma importância, muitas vezes mais que a denúncia do atraso da universidade ou da irracionalidade dos valores da sociedade *tecnocrática*.

A partir da Revolução Cubana, as regiões não desenvolvidas do globo, em luta contra a interferência das superpotências,

²¹ BROUÉ, 1979.

passaram não apenas a motivar moções de solidariedade dos estudantes, mas também a influenciar o rol de novas ideias, temáticas e símbolos das novas esquerdas. As novas teorias revolucionárias possibilitavam ao movimento estudantil, ao mesmo tempo, criticar o capitalismo e discordar da opção pelo socialismo soviético – considerado *burocrático*, stalinista, conservador e estatizante. A resistência cubana e vietnamita contra o imperialismo americano gerou socialismos heterodoxos e combativos, como o foquismo. O mito do “Che” Guevara criou sonhos e saturou a *práxis* guerrilheira de romantismo e juventude idealista – a defesa da violência revolucionária tornar-se-ia cada vez mais comum na nova esquerda após 1968, mas tinha seus defensores desde o início das revoltas estudantis.

Por outro lado, o comunismo vietnamita alinhara-se à China, cuja teoria revolucionária, o maoísmo, destoava do socialismo cada vez mais comedido da União Soviética. O maoísmo e o trotskismo encontraram importantes espaços no mundo capitalista por meio dos movimentos estudantis, afetando-os em razão de suas ideias, mitos e atuação direta de suas organizações. A opção por esses socialismos heterodoxos foi reforçada pela desilusão relativa à convivência soviética para com a divisão desigual do globo durante a Guerra Fria, o impacto da Revolução Cultural Chinesa iniciada em 1966, e, em meio ao tumultuado ano de 1968, a embaraçosa intervenção soviética na Checoslováquia.

A Revolução na China foi lida imediatamente pelos novos esquerdistas como uma ação conduzida pelas próprias massas operárias e camponesas, contra a burocratização excessiva do Partido Comunista Chinês e contra camadas intelectuais e dirigentes que estariam sobrepondo-se aos interesses populares. Imediatamente, a violenta ação contra os quadros do partido que discordavam de Mao e, em particular, a repressão conduzida pelo próprio Mao contra massas que continuariam agitadas mesmo após ser decretada a sua desmobilização eram difíceis de se avaliar. Ainda assim, essa revolução não deixou de ter o caráter de revolta juvenil contra os adultos, apesar do seu conteúdo não

autônomo, seguidor de Mao Zedong. A impressão aos movimentos juvenis e às novas esquerdas, mesmo àqueles que discordavam do maoísmo, era a de uma rebelião jovial e criativa.

Mas o golpe final contra a hegemonia do socialismo ortodoxo soviético nas movimentações esquerdistas do mundo capitalista foi a invasão russa da Checoslováquia, que encerrou violentamente a Primavera de Praga. Seu impacto imediato, em parte substancial do movimento estudantil e da nova esquerda, reforçou a certeza de que o comunismo soviético não era uma opção real ao *sistema* vigente no Primeiro e Terceiro Mundo. Além da Primavera de Praga, em 1967 e 1968 outras ações universitárias desejosas de transformações no socialismo ocorreram no Leste Europeu, sofrendo forte repressão dos aparelhos de Estado.

Num âmbito mais cultural, a denúncia do Terceiro Mundo invadido militar e economicamente, ou sufocado culturalmente pelas duas versões contemporâneas do *ocidentalismo* (o capitalismo e o socialismo), levou os jovens a reivindicações, lutas e expressões culturais não-ocidentais que, desde o início da ocidentalização do mundo – de certo modo, desde as Grandes Navegações da Era Moderna –, tinham sido abafadas.

Curiosamente, um dos primeiros exemplos deste tipo de legitimação do que não correspondia ao padrão *ocidental* deu-se na esfera da realidade social de uma superpotência. Tratou-se da ação pelos direitos civis dos negros americanos, com grande impacto entre os estudantes dos Estados Unidos. Na verdade, é o movimento dos negros que suscita o dos universitários *brancos* – utilizado pelos primeiros para legitimar ainda mais suas reivindicações. Em Berkeley, em 1964, o movimento estudantil teve suas raízes no impacto da luta dos negros americanos pelos direitos civis, liderada por Martin Luther King. Muitos estudantes voluntários juntaram-se a organizações ligadas aos direitos civis, fizeram coletas em benefício delas ou abriram as portas da universidade para seus ativistas. A aproximação dos novos radicalismos com minorias étnicas e grupos marginalizados pela sociedade *da abundância*, bem como das contraculturas com

práticas culturais alternativas têm nos poetas *beats* e sua *pré-história*. Os *beats*, nos anos 1950, foram solitários opositores à sociedade conformista americana do macarthismo. Manifestaram sua recusa da identidade social que lhes era oferecida pelo sistema do *american way of life* (estilo de vida americano), não através de ações públicas e políticas (como fariam os jovens na década seguinte), mas sobretudo em ira literária.²²

No caso da Contracultura – um extremo desta “legitimação” do não-ocidental, os *hippies* adotaram uma gama ampla de misticismos, esoterismos, exotismos, formas religiosas e musicais de raízes orientais, africanas, indígenas e afro-americanas. Já quanto aos estudantes, muitas vezes a denúncia do *ocidentalismo* resumia-se à crítica de sua forma exploradora – ou seja, não se negava enfaticamente a necessidade da *ocidentalização*, desde que ela não significasse a degradação social e a exploração econômica da região por ela alcançada. Entre os extremos do contato juvenil com o *outro*, produziu-se, ao menos uma motivação para que muitos indivíduos, grupos ou organizações adotassem total ou parcialmente formas culturais locais, regionais, orientais, africanas etc. que resultaram em uma variedade de manifestações culturais híbridas. Por exemplo, na música, verificou-se a adoção de estilos negros pelo *pop-rock* (e durante os anos 1960, também do *ragga* indiano) e a preferência dos universitários brasileiros pela música de protesto (em que múltiplos ritmos regionais nativos acompanhavam letras politizadas). Nos movimentos sociais, a valorização crescente, pelos negros americanos, das raízes africanas, inclusive da África muçulmana. E na Contracultura, a busca, por muitos jovens *hippies* (e até de alguns ídolos da música *pop*), das fontes originais dos misticismos que adotavam, fazendo viagens à Índia e outros locais do *Oriente*.

Passo agora aos fatores socioeconômicos desencadeadores das manifestações de 1968. Os anos 1950 e 1960 foram interpretados por diversos historiadores e economistas como a *Era*

²² PEÇANHA, 1988.

de Ouro, os *Anos Dourados* ou o surgimento da *sociedade afluyente*. Estes termos visam definir outro fator histórico genérico, que afetou tanto o mundo capitalista – desenvolvido e subdesenvolvido – quanto o comunista: o grande *boom* econômico mundial daquelas duas décadas. É claro que se tratou de um desenvolvimento muito mais característico dos países desenvolvidos capitalistas. Mas, durante os primeiros dez anos, o progresso econômico do bloco socialista conseguiu acompanhar de perto os números e as realizações do mundo capitalista desenvolvido – o socialismo só é superado definitivamente na década seguinte. Já o Terceiro Mundo observou nestes anos um enorme aumento populacional, ausência de fome endêmica, aumento da produção de alimentos e a elevação da expectativa de vida. Nos três mundos, o avanço gigantesco da industrialização atingiu regiões ainda não-industrializadas do mundo capitalista desenvolvido, países socialistas caracteristicamente agrários (Bulgária e Romênia) e nações do Terceiro Mundo que passam a ser considerados como *em desenvolvimento* (é o caso do Brasil).²³

Ainda sobre os anos 1950, segundo Hobsbawm, uma série de fatores explica o fato deste *boom* econômico não ter sido percebido imediatamente: nos EUA, foi proporcionalmente menor que nos outros países desenvolvidos e apenas deu continuidade a um processo anterior à Segunda Guerra; a Europa tinha como desafios recuperar-se da destruição causada por essa guerra mundial e evitar crises econômicas e sociais como as do entreguerras; e só na década seguinte os benefícios materiais tornaram-se mais visíveis, ampliando-se para larga margem populacional.²⁴ Portanto, vivia-se não apenas um período de terror de massas diante de um possível holocausto nuclear, mas também a lembrança presente das dificuldades materiais dos anos precedentes. Só a geração nascida após a Segunda Guerra – nos EUA, eram os chamados *baby boomers* –, pôde sentir a afluência

²³ HOBBSAWM, 1995, cap. 9.

²⁴ *Ibid.*, 1995, cap. 9

material como padrão normal de vida, e não como uma benevolência dos novos tempos. A crítica dos movimentos estudantis contra o conformismo expresso pela maior parte da população – os adultos – explica-se justamente por esta diferente experiência de vida dos jovens de classe média, imersos na afluência material do pós-guerra. Especialmente nos centros urbanos do mundo capitalista desenvolvido, apesar de importantes ressonâncias nas cidades dos países *em desenvolvimento*, construiu-se uma crítica estudantil, apoiada muitas vezes em obras de marxistas não-ortodoxos ou de pensadores liberais, contra a sociedade *industrial, alter-dirigida*²⁵, *organizada*²⁶, *da abundância*²⁷, *unidimensional*²⁸ e *tecnocrática*.

De acordo com os estudantes radicais, essa sociedade impediria a manifestação criativa, livre e diferenciada do ser humano, ao fornecer um ambiente inquestionável em que todos os desejos eram, antes mesmo de virem à consciência, satisfeitos. Anteriormente à nova esquerda e aos anos 1960, estabelecera-se quase que um consenso entre os intelectuais, mesmo os marxistas, sobre a dificuldade, e até a impossibilidade, de surgir qualquer tipo de contestação a esta sociedade tecnocrática e da abundância, que teria resolvido os problemas básicos dos povos. Falava-se sobre um recolhimento – alguns até declararam a morte – das *ideologias* na sociedade industrial. Segundo um intelectual socialista, “não tínhamos suficiente confiança na capacidade que tem o homem de recusar a humilhação, a privação (...), mesmo quando estas últimas são infringidas sob formas apuradas e veladas”.²⁹ De acordo com esse autor, teria vindo dos estudantes, justamente aqueles que não eram considerados *pontos fortes* da sociedade capitalista pelo marxismo oficial, a inesperada rebelião contra a sociedade unidimensional: “aqueles a quem a sociedade

²⁵ RIESMAN et. al., 1971.

²⁶ GOODMAN, 1971.

²⁷ GALBRAITH, 1977.

²⁸ MARCUSE, 1968.

²⁹ BIRNBAUM, N. “O colosso que vacila”. In: LEFEBVRE, H. et. al., 1968, p. 171.

industrial oferecia perspectivas de um futuro assegurado voltaram-lhes as costas e procuraram avançar para o desconhecido: para uma hipotética comunidade de justiça, de razão e de alegria".³⁰

Uma interpretação possível, apesar de menos otimista, pode considerar que a insatisfação dos estudantes dirigia-se somente contra a defasagem *moral* da sociedade do pós-guerra, ou seja, visava superar éticas e concepções de mundo ligadas ao período anterior. Tais éticas e concepções não mais se adaptavam à economia afluyente então vigente em boa parte do globo, mas, por conta da própria velocidade das transformações socioeconômicas, mantinham-se como padrão cultural das gerações mais velhas, dos adultos. Diferentemente do Entreguerras, quando as mobilizações juvenis mais importantes expressaram visões de mundo conservadoras e até reacionárias – sob a égide do nazifascismo –, os fatores aqui expostos fizeram com que os novos movimentos juvenis perseguissem ideias mais progressistas, lutando contra concepções defasadas e desestimuladoras da integração *sem culpa* ao novo mundo do consumismo.³¹

A Era Dourada e o surgimento de uma sociedade da aflluência, da opulência e do consumismo constituíram muito mais características dos países do Primeiro Mundo, nos quais a elevação do nível de vida da população em geral foi mais explícita. Entretanto, nos centros urbanos do Terceiro Mundo houve uma elevação dos padrões de vida e a adoção de estilos consumistas semelhantes, sobretudo pelas classes médias, que aí cresceram numericamente e em importância política.

Os anos 1950 e 1960 proporcionaram a ascensão numérica e do nível de vida material das classes médias, massivamente no mundo capitalista desenvolvido, mais restritamente nos grandes centros urbanos do Terceiro Mundo (como São Paulo, Rio de Janeiro e Cidade do México). As *novas classes médias* aparecem

³⁰ Ibid., p. 195.

³¹ HOBSBAWM, 1995, cap. 11.

como uma decorrência social das transformações do capitalismo planejado e de bem-estar desenvolvido no pós-guerra. No capitalismo ascendente, o papel planejador do Estado e sua política social de bem-estar funcionaram, pelo menos até o início da década de 1970, como uma proteção contra crises econômicas e convulsões sociais (embora não evitassem a Revolução Juvenil de 1968). Alterações no processo industrial, com a tecnologia multiplicando a capacidade criadora das forças de produção, minimizaram a necessidade da energia humana no processo de produção – apesar de que, apenas nos anos 1980, teria início o decréscimo numérico do operariado. Transforma-se a necessidade da intervenção da força de trabalho humana no ciclo econômico de produção/circulação/consumo, com o incremento do chamado *setor de serviços* ou terciário e com a crescente importância no processo industrial de funções técnicas, especializadas, gerenciais, administrativas e burocráticas – setor e funções a serem ocupados justamente pelas novas classes médias. Por outro lado, exatamente essa classe seria a mais importante para o processo de expansão dos mercados consumidores, necessários para o capitalismo ascendente do Pós-guerra.

Já na década de 1950, essa nova classe tinha sido flagrada nos Estados Unidos por C. Wright Mills,³² que, assim como a maioria dos seus analistas, considerou-a politicamente acomodadas e ideologicamente pouco propensas a radicalismos. Em geral, ela busca imitar os padrões dos olímpicos da publicidade dos grandes oligopólios, segundo Edgar Morin.³³

Apesar da atuação política análoga à da antiga pequena burguesia, termo extremamente pejorativo no ideário da velha esquerda, as novas classes médias encontravam ainda obstáculos a uma participação mais atuante nos universos cultural e político. Havia uma sensação de que, em diversos locais do mundo

³² MILLS, 1969.

³³ MORIN, 1987.

capitalista, elas não tinham uma participação político-cultural equivalente à sua importância numérica e econômica.

De um certo ponto de vista, é correto dizer que os jovens dessa classe, estrato social do qual provinha a maioria dos estudantes universitários, nos anos 1960, expressaram nas suas revoltas esta ansiedade pequeno-burguesa pela participação no poder e pela visibilidade cultural. Porém, na verdade, voltaram-se ao mesmo tempo contra seus próprios progenitores e, portanto, contra sua própria classe social, criticando a mesquinhez de quem se conforma com os padrões impostos pelo *sistema* e procura apenas aproximar-se mais do estilo de vida das *elites* burguesas. Haveria então “uma rebelião moral, um protesto da classe média contra a classe média”.³⁴

À condição estudantil universitária e à origem social nas novas classes médias, características comuns a praticamente todos os participantes dos movimentos estudantis de 1968, deve-se acrescentar sua origem urbana. Eles atuaram nas grandes cidades modernas. Se o palco de 1968 não foi exatamente o *mundo*, certamente foram os grandes centros urbanos de uma parcela importante de países do Primeiro, Segundo e Terceiro Mundos: em primeiro lugar, nacionalmente, centros econômicos, industriais, políticos ou administrativos; segundo, componentes de uma incipiente rede de cidades *mundiais*, que se tornaria mais evidente nas décadas seguintes, de caráter financeiro, comercial e industrial, mas também de primárias relações sociais desfocadas da nacionalidade e com trocas culturais desenraizadas do local. Curiosamente, 1968 é uma das primeiras revelações desta nascente *sociedade global* ou, ao menos, de uma cultura mundializada. Particularmente no início da década de 1960, menos depois, ao expressar ideologias políticas heterodoxas, recuperar culturas étnicas ou orientais e difundir ideias libertárias e práticas alternativas (da liberdade sexual ao uso de drogas alucinógenas), os

³⁴ CANTOR, 1978, p. 185.

movimentos de juventude não se valeram diretamente das corporações transnacionais de comunicação e cultura.

É uma discussão importante, e proposta desde aquela época, analisar como e por quê a grande mídia e a indústria cultural passaram a enfocar com mais insistência o conteúdo dessas mobilizações, como também, sua repercussão na sociedade e nos próprios movimentos. Hobsbawm destaca que a descoberta do *mercado juvenil* revolucionara a indústria musical nos Estados Unidos e a indústria da moda na Europa, já nos anos 1950. Nos Estados Unidos a venda de discos subira de 277 milhões de dólares, em 1955, para 600 milhões, em 1959 (durante o auge do rock and roll, a primeira música juvenil de mercado) e, depois, para 2 bilhões, em 1973: “cada membro do grupo etário de cinco a dezenove anos, nos EUA, gastava pelo menos cinco vezes mais em discos em 1970 do que em 1955”.³⁵ A mídia e a indústria cultural passaram a utilizar até mesmo as revoltas estudantis e as contraculturas como fonte produtora de produtos e símbolos para o crescente mercado juvenil, segundo relato de Steve Weisman, líder estudantil norte-americano: “o esquerdismo (...) convertera-se em um bem de consumo. Comercializaram a revolução; servem-se dela para vender discos, revistas, vestidos de moda (...) O mesmo tem ocorrido com a cultura *hippie*, que tem se convertido em mercadoria que produz dividendos; o mesmo com as drogas ou a pornografia, uma indústria muito rentável”.³⁶ No início dos anos 1970, Theodore Roszak denunciava a venda em lojas de Londres jaquetas ao estilo do exército chinês por “apenas” 68 dólares.³⁷

Apesar destes dados, surgiram contradições até mesmo nesta relação dos jovens com a indústria cultural e a mídia, que lhes ofereciam, cada vez mais, novos sonhos de consumo. A denúncia da indústria cultural e da mídia sempre esteve presente nos protestos estudantis, como num panfleto em Paris, durante o Maio de 1968: “Você está sendo intoxicado: rádio, televisão, jornal,

³⁵ HOBBSAWM, 1995, cap. 11, p. 321-322.

³⁶ Steve WEISMAN Apud GARRIGÓ, 1970, p. 182.

³⁷ ROSZAK, 1972.

mentira”.³⁸ Já Cohn-Bendit, um dos líderes em Paris, ao lançar seu primeiro livro, afirmava acreditar que a exposição da nova esquerda pela mídia teria como efeito uma maior publicização de seus lemas, de modo a gestar – num efeito contraditório – a sua própria superação: “Neste sistema mercantil (...) os capitalistas estão dispostos a preparar sua própria morte (enquanto capitalistas...) divulgando as ideias revolucionárias, sempre que estas lhes rendam dinheiro a curto prazo. Por isto pagam-me graciosamente (...), apesar de saber que este dinheiro servirá para fabricar coquetéis Molotov (...)”.³⁹

Relacionada diretamente com as transformações socioeconômicas do pós-guerra está a questão da universidade. A crise universitária dos anos 1960 é, na verdade, o confronto entre um modelo tradicional/elitista de universidade (formador de elites intelectuais, apoiado em relações pedagógicas autoritárias e com uma concepção contemplativa do saber e da ciência) e um novo modelo tecnicista/profissionalizante (formador de técnicos especializados em dadas áreas de ciência aplicada, com base numa pedagogia que valoriza a ciência no seu aspecto tecnológico e instrumental). Ao mesmo tempo, a universidade é invadida por multidões de estudantes das novas classes médias que esperam, com o diploma universitário, ascender socialmente para além do que conseguiram seus pais.⁴⁰ Na verdade, as próprias famílias apostavam na ascensão econômica e social de seus filhos, investindo grandes recursos durante um longo prazo para mantê-

³⁸ Apud MATOS, 1981, p. 147.

³⁹ Apud GARRIGÓ, 1970, p. 184. [n.e.: todas as citações em outro idioma foram traduzidas pelo autor.]

⁴⁰ “Antes da Segunda Guerra Mundial, mesmo a Alemanha, França e Grã-Bretanha, três dos maiores países, mais desenvolvidos e instruídos, com uma população total de 150 milhões, não tinham juntos mais que aproximadamente 150 mil universitários, um décimo de 1% de suas populações somadas”. No final dos anos 1980 “os estudantes eram contados aos milhões na França, República Federal da Alemanha, Espanha e URSS..., isso sem falar no Brasil, Índia, México, Filipinas e, claro, EUA, que tinham sido pioneiros na educação universitária de massa”. (HOBSBAWM, 1995, p. 290).

los na escola. Logo se percebeu, entretanto, que o graduado não alcançava imediatamente o topo social, ou seja, a universidade não era mais uma produtora instantânea de elites dirigentes. Tornava-se cada vez mais uma geradora de mão-de-obra especializada, qualificada e técnica. Segundo Cohn-Bendit “a maior parte dos estudantes terá que executar funções obscuras de mando intermediários, entre milhões de outros homens que trabalham, cumprir funções limitadas e precisas, sem nenhuma possibilidade de decidir sobre sua função, seu trabalho e – finalmente – sobre sua vida. As profissões chamadas liberais o serão cada vez menos”.⁴¹

Os estudantes passam a expressar em palavras de ordem, manifestos e ações sua insatisfação contra o rumo das transformações nessa esfera. Um panfleto divulgado na Itália, em 1968, aprofunda a denúncia acima em sua dramaticidade: “A universidade produz um tipo particular de mercadoria: o homem, considerado como mercadoria, como força de trabalho qualificado ou em vias de qualificação, como diplomado ou candidato ao diploma”.⁴² A Internacional Situacionista, controlando um diretório estudantil na Universidade de Estrasburgo, publicou o manifesto “Miséria do Meio Estudantil”, em 1966, alvo então de grande polêmica:

A famosa ‘crise da universidade’ (...) traduz simplesmente as dificuldades de um ajustamento tardio desse setor especial da produção a uma transformação do conjunto do aparelho produtivo (...) De onde o ridículo desses professores nostálgicos, irritados por terem perdido sua antiga função de cães de guarda dos futuros mestres por aquela, muito menos nobre, de cães pastores, conduzindo, segundo os desejos planejados do sistema econômico, as fornadas de ‘colarinhos brancos’ rumo a suas usinas e seus respectivos escritórios.⁴³

⁴¹ Apud GARRIGÓ, 1970, p. 203.

⁴² Apud SINGER, 1997, p. 146.

⁴³ Apud *Folha de S. Paulo*, 10/maio/1998, p. 5-9.

As reformas universitárias propostas – como o Plano Fouchet, introduzido no final de 1967 na França, ou as diversas tentativas feitas no Brasil, desde antes do Golpe de 1964 –, visavam muitas vezes a adaptar simplesmente as instituições de ensino à nova realidade. Os estudantes, de modo geral, não apenas no Primeiro Mundo, mas também no Terceiro Mundo (caso de São Paulo e Rio de Janeiro), e até no mundo socialista (principalmente na Iugoslávia), viram-se em meio a um processo contraditório de reforma e *democratização* da universidade, do qual nem sempre puderam compreender a natureza. No entanto, a produção de textos, manifestos e revoltas contra a política universitária (tanto nos locais em que se propunham mudanças quanto naqueles em que se procurava conservar o elitismo) estiveram na origem de grande parte das ações estudantis que, mais tarde, aderiam a temas mais amplos. Tal crítica observou um dramático, mas irresistível, dilema: à ciência contemplativa e ao elitismo tradicional da instituição, conclamava-se o papel social e político da ciência e a popularização da universidade; à ciência tecnológica aplicada e à produção massiva de mão-de-obra especializada, propunha-se a *antiuniversalidade* ou universidades livres, nas quais o saber retornava às suas origens de despertar da consciência crítica dos cidadãos de um novo mundo. Na Alemanha Ocidental, a Liga Estudantil Socialista (SDS), publicou uma resolução, em sua conferência de 1967, que ilustra o dilema:

A exigência de democratização da produção científica nas universidades não é uma proposta ao serviço da maior eficácia ou a melhor planificação de incrementos do rendimento. O desencadeamento de forças produtivas a que aspira nossa exigência de democratização da universidade está em contradição com o conceito de aumento da produtividade na forma degenerada que este conceito tem tomado como moral do rendimento estabilizadora do sistema. Pois o desencadeamento das forças produtivas que desejamos não consiste em um ulterior aumento de uma vazia capacidade de rendimento, mas sim na emancipação da viva força

produtiva Homem, para que determine todo o processo de produção de sua vida e se aproprie dela.⁴⁴

Como os próprios líderes estudantis mostraram na época estar conscientes, e como se perceberá na análise dos casos selecionados nesta obra, dos protestos contra a situação universitária os estudantes ampliaram seu rol de atuação de modo a incluir praticamente todos os problemas sociais. Era como se eles se auto-elegessem porta-vozes de uma sociedade que se calava diante das suas contradições, e até se sentissem responsáveis por intervenções de cunho imperialista de seu país contra povos do Terceiro Mundo. Vários documentos produzidos pela União Nacional dos Estudantes (UNE), central estudantil brasileira, confirmam isso. Um deles, de 1968, cujo subtítulo em si já é muito revelador (“Combate intransigente à ditadura e ao imperialismo ianque”), é uma espécie de resumo geral das motivações mundiais dos movimentos estudantis daquele ano. Após apontar o “grande inimigo” (os Estados Unidos), revela um sentimento internacionalista do movimento estudantil, a solidariedade às lutas dos povos do Terceiro Mundo e, após a invasão soviética na Checoslováquia, a desilusão em relação ao comunismo oficial.⁴⁵

Outro fato político-cultural, a ser levado em conta pode ser definido como a penetração no universo juvenil e universitário de ideologias e práticas culturais não hegemônicas e marginais. Nesse leque de novidades, há tanto os esquerdismos *não oficiais* (maoísmo, foquismo, trotskismo, socialismo cristão e anarquismos), quanto exotismos culturais (*beatniks*, *hippies*, misticismos, orientalismos etc.). A virada dos anos 1950 aos 60 dá origem a uma grande fermentação de ideias políticas e culturais. Esta multiplicidade de esquerdismos e exotismos que, subliminarmente, ganhavam espaço, teriam sua aplicação mais

⁴⁴ Apud BERGMANN et. al., 1976, p. 167.

⁴⁵ “Contribuição ao XXX Congresso da UNE. Combate intransigente à ditadura e ao imperialismo ianque”, *mimeo*, 1968.

visível nas mobilizações de meados da década de 1960, entre elas a contracultura, um fenômeno cultural contemporâneo das ações estudantis radicais. A avaliação da influência da primeira tem sido polêmica, com a maior parte dos teóricos não envolvidos com ela procurando minimizar seu valor. Parece ser o caso de Wallerstein, que define a Contracultura como parte da euforia revolucionária de 1968, porém sem maior importância ou centralidade política.⁴⁶

No entanto, se a participação da contracultura foi menor nos movimentos do Terceiro Mundo (enfrentando até certa rejeição, como no movimento estudantil brasileiro) e no mundo socialista, ela é inegável nos países desenvolvidos, como provam as invasões de *beatniks* e *hippies* denunciadas diversas vezes por ativistas estudantis com certo engajamento político/partidário. O ativista do movimento pela liberdade de expressão em Berkeley, Hal Draper, socialista da *velha guarda*, criticava a participação dos *beatniks* e *hippies* neste movimento como inconstante e pouco consciente. Também condenava as táticas de protesto propostas por eles que, na visão de Draper, procuravam apenas o escândalo e o uso de drogas alucinógenas como formas de revolução *pessoal*. No contexto de 1965, quando os *hippie* eram apenas um grupo incipiente, Draper procura minimizar o papel deles em Berkeley – inclusive para se defender dos ataques vindos de professores extremamente críticos as mobilizações estudantis, como Lewis Feuer, que procurava maximizar o papel dos *beatniks* naquela universidade.⁴⁷ Também Bernd Rabehl, líder radical alemão, procura comprovar a existência de uma fratura mais ou menos grande entre os líderes radicais, apesar da mídia tentar, em sua avaliação, aproximar os dois. Sua crítica, que mais parece vinda de um *adulto conservador*, demonstra quão grandes não foram também as contradições dentro dos movimentos juvenis dos anos 1960: “Essa juventude ofuscada pelo *beat*, esses *hippies* embriagados de LSD, estes arruaceiros ansiosos de

⁴⁶ WALLERSTEIN, 1989.

⁴⁷ Draper, 1971.

vida e estes fanáticos provos políticos acabam catalogados como ‘amigos’ da juventude, baseando-se numa selvagem explosão psíquica sem objetivos, fruto da acumulação do instinto de agressão nos adolescentes”.⁴⁸

Por outro lado, a contracultura interessou autores como Theodore Roszak, pelo fato de conter propostas alternativas à razão instrumental, de fundo tecnicista e oriunda do Iluminismo. Tal razão técnica, segundo Adorno e a Escola de Frankfurt, aplicava, no domínio dos seres humanos, as mesmas estratégias científicas e tecnológicas utilizadas para o controle dos recursos naturais. E gestou, no século XX, de acordo com outro importante expoente da Escola de Frankfurt, Herbert Marcuse, uma sociedade unidimensional em que o domínio dos seres humanos atinge, além do corpo físico, a vontade humana. Ou, segundo Roszak, criara uma sociedade tecnocrática, uma “forma social na qual uma sociedade industrial atinge o ápice de sua integração organizacional”.⁴⁹ Os movimentos contraculturais e os *hippies* repuseram em sua *práxis*, inspirados pelos *beats* e pelo estilo de vida dos *beatniks*, tal condenação à sociedade moderna racionalista, tecnocêntrica e consumista. É claro que a crítica à razão iluminista e, no limite, à própria racionalidade, apareceu em diversos graus em todos a atuação estudantil e nas novas esquerdas. Porém, as contraculturas levam-na ao máximo, especialmente no terreno das ações sociais alternativas. Se a *práxis hippie*, em parte, é voltada a um passado onírico e comunitário, ou a um *Oriente* idealizado, ou ainda ao uso de drogas alucinógenas para alterar o estado mental e obter sensações próximas ao êxtase (numa busca pela verdade que seguia o caminho inverso proposto pela razão instrumental), sua *panela* de experiências culturais conteve propostas potenciais de superação da vida social *moderna*. Vida *moderna* apoiada na razão técnica e vivida nas esferas sociais construídas com base em princípios *universalistas* e *impessoais*.

⁴⁸ RABEHL, B. “Del movimiento autoritario a la oposicion socialista”. In: BERGMANN, 1976, p. 268.

⁴⁹ ROSZACK, 1972, p. 19.

Vida social imune às suas próprias contradições, em virtude dos prazeres materiais oferecidos pelo estilo *consumista* que se generaliza no Pós-Segunda Guerra.

A desconfiança em relação à racionalidade também apareceu entre os estudantes, aprofundando a crítica à universidade e à ciência. Um panfleto distribuído em Paris em 1968 dizia: “Não queremos mais ser governados passivamente pelas leis da ciência como também pelas da economia ou os imperativos da técnica. Recusemos o imperialismo mistificante da ciência, a caução de todos os abusos e recuos (...) para substituí-la pela escolha real entre os possíveis que ela nos oferece”.⁵⁰ Na mesma cidade, um estudante por trás das barricadas teria ido ainda mais longe: “Não somos razoáveis porque não queremos ser. A burguesia está carregada de razões; a razão tem sido sua arma de exploração dos deserdados. Nós lhe propomos batalha em um campo onde não tem defesa: fora da razão”.⁵¹

A adoção de novas visões de mundo pelos movimentos juvenis releva-se também dentro dos cursos ministrados nas antiuniversidades ou universidades *livres, críticas e abertas*, criadas no furor dos anos 1960. Garrigó traz uma lista de exemplos de cursos conferidos numa universidade livre em Stanford, nos Estados Unidos: pensamento hassídico (ala renegada do judaísmo); cultura científica (com conceitos advindos de fora da cultura ocidental); nova religião (fusão de mensagens da fenomenologia, existencialismo e empirismo lógico); fórum mitológico (estudos de Huxley, Campbell, Jung e Frazer), meditação transcendental; astro-Psicologia ou a busca da identidade interior (estudo de astrologia e artes psicológicas do Oriente); introdução aos caminhos espirituais do Oriente (conferências sobre *zen* budismo, *mahayana*, budismo tibetano, islamismo, sufismo, *vedanta* e ioga); educação metafísica; loucura da nova onda (experiências psicodélicas, pontos positivos da

⁵⁰ Apud SINGER, 1997, p. 146.

⁵¹ Apud GARRIGÓ, 1970, p. 32.

paranóia e esquizofrenia, drogas etc.); bruxaria; a verdade dos assassinatos dos Kennedy; poderes negros, Panteras negras, nacionalismo negro; a classe dirigente; jogos de paz – um exército em defesa não violenta (táticas da não violência); história da nova esquerda; McLuhan, tecnologia e educação; fome mundial, superpopulação, ignorância e enfermidade; comunidade medieval e moderna (viabilidade de recriar a comunidade medieval); *hata* ioga; fatos e falácias da comida; conversação consigo mesmo; o som do silêncio (encontros em que o grupo fica em silêncio na primeira parte e, depois, discute-se o que cada um sentiu); a busca do *Dolphin* (ritos de batismo e emersão em água, com aulas ao redor de uma piscina); criação de abelhas *zen*; *batik* (arte decorativa tradicional da Índia); cozinha macrobiótica; fabricação de sandálias; e dança.⁵²

A década referida conteve, e não apenas nas contraculturas, críticas e até propostas alternativas à sociedade moderna como um todo – contra suas versões capitalista e socialista. Nas mobilizações estudantis podem ser observados temas como a democracia direta, relações geopolíticas mais harmoniosas e menos injustas, pacifismo e, talvez sua grande contribuição para os movimentos sociais das décadas seguintes, a integração entre o político e o pessoal. Comentando sobre a descoberta, na prática, de táticas de reunião e dispersão, diante da repressão policial, um líder estudantil alemão conclui: “Estas ações são políticas porque nos transformam intimamente”.⁵³ Foi pichado nos muros de Paris, em maio de 1968: “Aquele que fala da revolução sem mudar a vida cotidiana tem na boca um cadáver”.⁵⁴ Sobretudo nas contraculturas, foram construídas visões mais místicas de mundo seguidas de fortes críticas ao consumismo, suscitando movimentos de liberação sexual e de uso de drogas alucinógenas. Paralela ou postumamente, múltiplas denúncias e propostas

⁵² Ibid.

⁵³ DUTSCHKE, R. “Los estudiantes antiautoritarios y las contradicciones del capitalismo tardío”. In: BERGMANN, 1976, p. 133.

⁵⁴ Apud SINGER, 1997, p. 150.

sociais buscaram sua legitimidade baseando-se em visões alternativas ao racionalismo iluminista e *ocidentalizante* outrora hegemônico – expostas nas lutas antiimperialistas e de libertação nacional no Terceiro Mundo, dos negros americanos e outras minorias étnicas, no feminismo, dos movimentos homossexuais entre outros, como também no islamismo e outros orientalismos, africanismos, medicina voltada à mulher, discursos de libertação sexual, psicanálises alternativas, esoterismos de diversas origens, vegetarianismo, naturismo etc.

Procurando sistematizar os apontamentos deste capítulo, pode-se elencar uma série de configurações e contradições sociais que atravessam e determinam a mobilização estudantil nos anos 1960, cujo ápice foi 1968. Como configurações sociais, ou seja, condições determinadas socialmente e presentes nas causas de 1968, destaco: a condição juvenil e a estudantil, o novo universo político-ideológico (socialismos heterodoxos e nova esquerda) e cultural (*beatniks* e contracultura), revoluções comportamentais (liberação sexual, experiências com drogas etc.), a situação das novas classes médias no *boom* econômico do pós-guerra; a realidade urbana, a questão universitária e a influência da mídia e da indústria cultural.

Elas ajudam também a elencar, a seguir, o que pode ser apontado como algumas das contradições sociais que ajudam a explicar os rumos de 1968. As primeiras parecem observar-se nos três Mundos (capitalista desenvolvido, socialista e subdesenvolvido). As demais, principalmente no Primeiro Mundo, mas, em diversos graus, também em outros pontos do globo: relações conflituosas e acordos de caráter geopolítico entre capitalismo e socialismo, representados por Estados Unidos e União Soviética; o capitalismo e o socialismo ascendentes do pós-guerra *versus* a falta de autonomia política e econômica dos povos do Terceiro Mundo; as diferentes experiências geracionais dos adultos em relação aos jovens nascidos a partir do fim da Segunda Guerra Mundial; teorias e práticas político-culturais não hegemônicas e *marginais* que penetraram o universo

juvenil/universitário naquela década *versus* as práticas ideológicas políticas hegemônicas (liberalismo, democracia formal e socialismo oficial), visões de mundo alternativas ou novas *versus* racionalismo *iluminista*, instrumental, tecnicista e/ou *ocidentalista*; abundância material do pós-guerra *versus* éticas e concepções de mundo ligadas ao período do capitalismo do entreguerras ou tradicionais; ascensão material das novas classes médias *versus* a participação não equivalente destas classes na esfera política e cultural; a cultura de mercado produzida pela mídia e pela indústria cultural *versus* criações culturais alternativas e contraculturais; a contradição entre o modelo tradicional da universidade elitista e o processo de *democratização* dessa instituição e, como resultado, a oposição entre a concepção humanista/erudita da universidade *versus* a concepção tecnicista.

Em cada país, cidade, universidade e grupo juvenil, tais condicionantes e contradições estiveram presentes, com diferentes graus de influência real ou expressão manifesta, em múltiplas combinações e entrelaçamentos. Os movimentos estudantis de 1968 – *objeto* principal deste livro – são reconhecidamente fenômenos de um processo complexo de fermentação social e cultural. Se cada um teve autonomia com relação aos demais, da mesma forma que possuiu particularidades na sua detonação, há, entretanto, uma articulação maior entre eles, uma *atmosfera* de energias liberadas, auto-multiplicadoras, semi-articuladas e em constante mudança. Cada novo mobilização, cada simples decisão, era afetada por este conjunto maior – mesmo que não consciente ou manifestamente –, e influenciava o todo ao inserir nele novos interesses, desejos, possibilidades, táticas, desafios, dilemas, dificuldades ou limitações.

II. Terceiro Mundo e Movimentos Estudantis

1. Os jovens e o Terceiro Mundo

Os movimentos estudantis no chamado Terceiro Mundo não foram simplesmente um reflexo ou cópia, nem mesmo pura consequência, dos seus análogos na Europa e Estados Unidos. Nada tiveram a ver com uma imitação grotesca de modelos produzidos no Primeiro Mundo, ao contrário de uma visão irônica sobre 1968, que diz que, no Brasil “como em outros países, a ‘revolução estudantil’ pipocou nos principais centros universitários, em tudo imitando, com um toque tropicalista, o padrão da Sorbonne: ocupação de edifícios, destituição dos reitores, estabelecimento de um soviete de professores, estudantes e funcionários (...), sapateando sobre a escrivadinha de reitores, defenestrando papelada administrativa nos gramados”.⁵⁵

Longe desta concepção, dados demonstram que as relações entre os movimentos estudantis dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos foram muito ricas, nunca imitadoras ou *pipocadeiras*. Apesar de bastante reativas, sempre foram criativas. Em maio de 1968, murais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade de São Paulo, na rua Maria Antonia, falavam sobre Paris: “Paris, moderação não convence estudantes; a bandeira vermelha da revolução continua na manhã de hoje na cúpula da Sorbonne convertida pelos estudantes em universidade autônoma e popular, enquanto prossegue nas outras universidades francesas a agitação estudantil”⁵⁶. O panfleto motiva os estudantes a manterem sua brigada na rua Maria Antonia, construída com pneus e pedaços de pau, prontos para mais um conflito contra

⁵⁵ BARROS, B.F. “A tragicômica revolução estudantil” *Jornal da Tarde*, São Paulo, 9/maio/1998, Caderno de Sábado, p. 2.

⁵⁶ Apud *Folha de S. Paulo*, 10/maio/1998, p. 5.6.

membros do Comando de Caça aos Comunistas alojados na Universidade Mackenzie.

Na verdade, as relações entre os rebeldes dos três mundos revelaram-se muito mais complexas que uma causalidade unívoca, assim como distantes do isolamento recíproco. A influência se dava apesar da inconsciência de muitos dos seus principais participantes: “não tínhamos dimensão sobre a repercussão internacional. Claro, vinha TV de fora, fazia matérias, mas nós não ligávamos muito, não se tinha noção do peso que ganhara o movimento estudantil”.⁵⁷

Normalmente, analisam-se as revoltas juvenis dos anos 1960 no Terceiro Mundo após às do Primeiro Mundo – subentendo-se sempre que as dos países desenvolvidos foram determinantes, sobreinfluentes ou, ao menos, paradigmáticas. Pode-se questionar isto e, analiticamente, demonstrar que aspectos significativos dos acontecimentos no mundo capitalista desenvolvido ilustram-se melhor sob a luz do mundo *subdesenvolvido*.

Há um poder contestador que irrompe no Terceiro Mundo, uma miríade de forças de oposição aos rumos que a modernização do século XX, uma rede de antimatéria contra os caminhos ditados pela nova ocidentalização do planeta (liderada notadamente pelos Estados Unidos, com a conivência do modelo soviético). Num primeiro momento, esta contestação advinda do Terceiro Mundo é o crescimento e, afinal, a vitória das lutas de libertação nacional na Ásia e na África, cujos reflexos não deixariam de chegar à América Latina – gerando a Revolução Cubana e alguns aspectos do populismo latino-americano. Num segundo momento, com a frustrada tentativa de união entre os países *não alinhados*, cria-se o significado original do rótulo Terceiro Mundo. No final dos anos 1950 e na década seguinte, os rumos da descolonização e do antiimperialismo chocavam-se com a lógica da Guerra Fria: da anti-reação de países como França e, especialmente, Estados Unidos, geram-se as da Coréia, Indochina,

⁵⁷ PALMEIRA, V. “Os valores de 1968”. In: GARCIA & VIEIRA, 1999, p. 117.

Argélia e Vietnã, a invasão da Baía dos Porcos (em Cuba), o apoio político-militar americano ao Golpe Militar de 1964, no Brasil, e na Indonésia, em 1965, etc. Em contrapartida, novos modelos de socialismo e revolução socialista pareciam ganhar força no Terceiro Mundo, produzindo novos focos de tensão: China, Coréia, Vietnã e Cuba. Surgiram ideologias e teorias revolucionárias marcantes nas novas esquerdas e entre os universitários: o foquismo em Cuba, o maoísmo chinês, os mitos de Mao, Che e Ho Chi Minh.

A reação em cadeia do Terceiro Mundo e a anti-reação das superpotências serão quase sempre o fermento que fará as revoltas estudantis ultrapassarem as fronteiras da universidade, levando-as a contestar todos os aspectos da vida política, econômica e cultural da sua sociedade e no âmbito mundial. Mas não se limita a isto a influência do Terceiro Mundo e de suas revoltas no detonar das rebeliões estudantis no Primeiro Mundo. Procuo demonstrar que o ciclo de mobilizações juvenis e estudantis ganha força, em certo sentido, primeiro nos países *subdesenvolvidos*. Desde o início da descolonização, após a Segunda Guerra Mundial, são os jovens a maioria dos militantes pela libertação nacional, assim como a grande dos revolucionários socialistas na Ásia e em Cuba. E os universitários dessas regiões não precisaram esperar aviso algum dos colegas europeus ou americanos para se mobilizar: o ciclo de lutas estudantis e juvenis dos anos 1960 se iniciaria em locais inesperados – no Terceiro Mundo e num Japão que ainda se recuperava da Segunda Guerra. Locais em que a retórica das *condições objetivas* veria apenas incipiência na formação das classes médias, da industrialização, da urbanização e da expansão do ensino universitário. Essa mesma incipiência gerou reações não programadas por parte de seus povos, justamente da categoria menos esperada: a jovem e/ou a estudantil. A juventude em geral e os povos do terceiro-mundistas assemelhavam-se no tocante à relação ainda inicial ou *experimental* com a *maturidade* (social para a primeira, *histórica* para os segundos) oferecida pelas fontes legítimas consagradas do

correto e do moderno. Jovens, em todo o mundo, e nações periféricas têm em comum o fato de sentir ou perceber melhor as contradições de uma era da economia e política mundiais, por estarem menos anestesiados em relação a tais contradições e por serem as suas principais vítimas. Portanto, não é à toa que foram os jovens e os países subdesenvolvidos os agentes e locais em que a onda mundial de revoltas teve início

De acordo com Eric Hobsbawm, “a imagem de guerrilheiros de pele escura em meio a uma vegetação tropical era parte essencial, talvez a principal inspiração, de radicalização do Primeiro Mundo na década de 1960”.⁵⁸ Esta frase parece ser justificada pelo roteiro de *Se...*, filme de 1968, sobre jovens rebeldes em uma escola tradicional inglesa. Ele traz uma cena simbólica: o personagem principal, um inconformado estudante, mostra a seu colega uma foto de um guerrilheiro negro portando uma metralhadora. “Coloquemos esta bem no centro”, eles dizem, e o guerrilheiro africano toma lugar de destaque na parede do quartinho secreto deles, entre inúmeros outros ícones dos jovens inconformados da época.⁵⁹

A posição dos jovens rebeldes sobre as lutas anti-imperialistas de então, não foi, em geral, a mesma dos adultos. Parece que a perspectiva geracional, em alguns casos mais que a ideologia política, teve influência determinante na opinião dos habitantes do Primeiro Mundo sobre as lutas do Terceiro Mundo, como se pode inferir de um texto de Enzensberger, de 1965. Ele retrata adultos bem esclarecidos, na maioria esquerdistas ou ao menos *progressistas*, dando suas opiniões sobre a situação do Congo, China e Vietnã durante um bate-papo informal. Um social-democrata alemão chegaria ao limite do ranço imperialista

⁵⁸ HOBBSBAWM, 1995, p. 424 e 431.

⁵⁹ *Se...*, ficção, direção de Lindsay Anderson, Inglaterra, 1968. No final do filme, indo às vias de fato, estes jovens partiram para a ação direta. Postados no alto de um prédio, ateam fogo no teatro da escola (durante sisuda cerimônia) e atiram granadas e metralham aqueles que fogem (pais e mães dos alunos, professores, diretores, o reitor e até um general).

e que leva em conta apenas sua geração: “Eu não me preocupo; não tenho filhos; em mais ou menos 15 anos estarei morto; mas até lá ainda iremos certamente mantê-los (os povos do Terceiro Mundo) debaixo do tacão”.⁶⁰ A impressão que dá esse depoimento é a de existir uma espécie de acordo tácito separando *nós* (civilizados, europeus, antigos colonizadores) e *eles* (agora independentes politicamente, mas ainda sob tutela). Mistura-se, também, uma visão de curto prazo que escondia o medo do hecatombe ou de uma situação futura ainda mais explosiva. Não apenas, mas pensando particularmente sobre o apoio dos americanos adultos ao seu governo na Guerra do Vietnã, diria o autor: “Diante do perigo ‘amarelo’ ou ‘negro’, ou de qualquer outra cor, manifesta-se uma solidariedade que vai dos grandes bancos até o último dos funcionários de um sindicato”.⁶¹

Contra essa concepção, as jovens gerações iriam desenvolver, ainda que tateando em suas próprias contradições, uma opinião diferente. Do Terceiro Mundo seria justamente o Vietnã a principal influência para os jovens dos anos 1960, atingindo o ponto máximo nos próprios Estados Unidos e praticamente dividindo o país entre favoráveis e contrários à guerra, fratura que quase se confundiu com um conflito entre as gerações jovem e adulta.

A Guerra da Argélia já tinha antecipado, embora em menor grau, essa tensão entre gerações que se misturava com as lutas estudantis, a defesa de teorias antiimperialistas e o surgimento de novos esquerdismos. Ela foi responsável pela queda da IV República e por conspirações (de grupos contrários à independência da Argélia) endereçadas à V República de De Gaulle. Intelectuais como Jean-Paul Sartre, de modo tímido os operários e, de forma ainda incipiente, os estudantes defenderam os argelinos em seu desejo de emancipação. Em abril de 1960, três quartos dos delegados do Congresso da União Nacional dos Estudantes Franceses (UNEF) aprovaram o início das negociações

⁶⁰ ENZENSBERGER, 1985, p. 227.

⁶¹ *Ibid.*, p. 235.

com a Frente de Libertação Nacional da Argélia. A própria UNEF realizou reuniões com representantes da União Geral de Estudantes Muçulmanos da Argélia. Dias depois, o governo anunciou a supressão do subsídio àquela entidade e, em outubro, ela organizou junto com alguns sindicatos e a Federação de Educação Nacional “uma manifestação nacional a favor de uma paz negociada em Argélia”, reunindo cerca de 14 mil pessoas em Paris e “muitos trabalhadores cumpriram uma greve simbólica de uma hora de duração”.⁶² Uma declaração do presidente da UNEF, antecipa uma denúncia que seria central na retórica dos jovens americanos contrários à Guerra do Vietnã: “A guerra se decide pelos maiores, porém são os mais jovens os que devem lutar na frente; isto é um escândalo”.⁶³

De modo semelhante, em Portugal, no ano de 1962, protestos estudantis foram convocados para a comemoração do Dia Internacional dos Estudantes (apesar da proibição pelo governo salazarista), motivados também contra a tentativa do país em manter Angola como colônia. Até mesmo os estudantes ingleses, entre os mais calmos naqueles tempos, mas nunca desmobilizados, já tinham expressado insatisfações em relação à Guerra do Canal de Suez em 1956, bem como contra o regime de segregação da África do Sul, uma ex-colônia inglesa. Mas não conseguiriam impedir a aprovação de leis apresentadas pelo governo sul-africano que, em 28 de março de 1968, culminariam no *apartheid*.

No entanto, foram os estudantes de Berlim Ocidental, mobilizados desde o final da década de 1950, mas principalmente após 1961, que primeiro e mais longe levaram, no âmbito das ações juvenis, a questão do Terceiro Mundo. Realizaram protestos contra o apoio de governo a certos líderes de nações periféricas aliados do imperialismo, por ocasião de visitas destes à Alemanha (o presidente do Senegal, vaiado por ter reprimido estudantes em

⁶² FEUER, 1971, p. 36.

⁶³ Pierre GAUDEZ apud FEUER, 1971, p. 35.

seu país; o primeiro-ministro do Congo Belga, Moisés Chombé, e o xá do Irã). Mas os principais atos aconteceram contra o apoio do governo e da sociedade *adulta* aos Estados Unidos na Guerra do Vietnã. A questão do Terceiro Mundo foi essencial aos jovens berlinenses, apesar da Alemanha não possuir mais colônias, nem ter se envolvido profundamente em conflitos e choques contra o imperialismo e tampouco, como os Estados Unidos, França e Portugal, obrigado muito de seus jovens a lutarem numa guerra considerada por muitos deles como absurda.

Segundo Bernd Rabehl, a partir de 1961 teria se desenvolvido em pequenos grupos estudantis, em Berlim e Munique, um *pensamento antiautoritário*, influenciado não apenas pela crítica à tese da *coexistência pacífica*, mas também por diversas ocorrências conflituosas em países *subdesenvolvidos*, como a Revolução Cubana, o início da Guerra do Vietnã, as lutas no Congo e a revolução na Argélia. Elas tornaram-se os verdadeiros pontos de referência e orientação para a Nova Esquerda alemã. Esses primeiros grupos apostavam em *slogans* idealistas, como *claridade de espírito* e *felicidade da alma*, e tiveram em suas primeiras e tímidas ações o motivo terceiro-mundista interpretado de modo paternalista: recolher dinheiro para refugiados da Argélia ou contra o racismo na África do Sul.⁶⁴ Denunciavam as condições precárias da maioria dos novos Estados independentes e a continuidade disfarçada do imperialismo.

Relatos dos estudantes alemães demonstram que os rebeldes no Terceiro Mundo logo passaram não mais a serem vistos de maneira paternal. Suas lutas deixaram de ser causas que exigiam auxílio caridoso. Na verdade, tornavam-se exemplos para os estudantes alemães, no interior de sua sociedade: “A vitoriosa luta da Frente de Liberação Nacional (do Vietnã) era muito importante para nós, inclusive no sentido que nos deu atrevimento para

⁶⁴ RABEL, 1976, p. 265-313.

adotar, por fim, uma atitude ativa de resistência frente ao sistema de domínio de nosso mundo e para proceder contra a polícia.”⁶⁵

Foram os estudantes os organizadores da primeira grande manifestação esquerdista independente de partidos na Alemanha, desde a Segunda Guerra Mundial. Ela aconteceu em 18 de dezembro de 1964, durante a visita do novo primeiro-ministro do Congo a Berlim Ocidental, Moisés Chombé, tido como responsável pela morte de Patricio Lumumba. O carro de Chombé terminou coberto por tomates atirados pelos estudantes. Em reação a campanha dos jornais berlinenses em homenagem aos soldados americanos mortos no Vietnã (as “Campanhas da Liberdade”), organizou-se uma contra-campanha através da jocosa organização Neuss-Deutschland. Um manifesto estudantil aproveita para tocar num ponto frágil da sociedade alemã, cuja geração adulta sempre preferira escamotear o passado nazista: “Neuss-Deutschland vai completar a convocação dos jornais berlinenses: pedimos donativos para os dedos dos soldados norte-americanos que caíram em luta contra a Alemanha hitlerista”.⁶⁶

Em 5 de fevereiro de 1966, foram atirados ovos contra a fachada da Embaixada dos Estados Unidos em Berlim. Mas antes, no terceiro e quarto dia daquele mês, estudantes de Munique e Berlim colaram cartazes durante a noite, como se fossem os próprios guerrilheiros vietnamitas, causando apreensão na população. Nota-se que o regime soviético é cada vez menos uma “alternativa” levada em conta pelas novas esquerdas:

Os povos da Ásia, da África e da América Latina lutam contra a fome, a morte e a desumanização. Os antigos escravos querem fazer-se homens. Cuba, o Congo, o Vietnã: a resposta dos capitalistas é a guerra. Com a violência das armas se mantém o antigo domínio. A conjuntura se consolida mediante uma economia de guerra. O Leste e o Oeste se põem sempre de acordo à custa dos países economicamente subdesenvolvidos (...) O futuro é para eles

⁶⁵ BERGMANN et. al., 1976, p. 131.

⁶⁶ Ibid., p. 118.

revolução (...) *Yanquis*, fora do Vietnã! Frente Internacional de Libertação.⁶⁷

A visita do xá do Irã, Reza Pahlavi, a Berlim em 2 de julho de 1967, serviria para acelerar e radicalizar ainda mais o movimento estudantil, bem como a oposição da sociedade *adulta* contra os seus estudantes. Os protestos contra o governo alemão, que apoiava um regime sanguinário, tinham aumentado, após os domicílios de vários estudantes iranianos, na Alemanha Ocidental, terem sido invadidos por policiais alemães em conjunto com a polícia secreta do xá. Os estudantes resolveram, então, recepcioná-lo em frente à Ópera de Berlim e foram atacados pela polícia, novamente com ajuda de agentes iranianos. Um manifestante terminou assassinado a tiros.

Em Berlim Ocidental, em 17 de fevereiro de 1968, com muitas dificuldades, os estudantes realizaram o Congresso Internacional de Solidariedade com a Revolução Vietnamita. Muitos ativistas franceses em Maio de 68, em Paris, estiveram presentes. Durante a manifestação, panfletos conclamavam um movimento anti-imperialista de âmbito internacional:

Nós clamamos ao movimento de resistência anti-imperialista (...) que continue a criar demonstrações de massa unificadas contra o imperialismo norte-americano e seus ajudantes na Alemanha Ocidental. No curso desta luta unificada, o trabalho de unidade política e organizacional entre os movimentos revolucionários na Europa Ocidental deve ser intensificado e uma Frente Unida deve ser construída.⁶⁸

As revoltas antiimperialistas no Terceiro Mundo ajudaram a radicalização política e o avanço das ideias do movimento estudantil alemão num sentido diferente do esperado, segundo a lógica da Guerra Fria. É que os jovens esquerdistas alimentavam

⁶⁷ Ibid., p. 119.

⁶⁸ Panfleto do SDS alemão, apud KATSIAFICAS, 1987, p. 51.

ideias que se contrapunham também ao socialismo soviético e experimentavam formas de ação independentes da tutela de partidos comunistas orientados por Moscou. Descobria-se na *práxis* das suas lutas e discussões um protesto contra a bipolarização mundial e a sociedade capitalista do pós-guerra. De modo algum, isto quer dizer que o pensamento socialista de extração soviética era abandonado, ao contrário, sempre citaram-se e discutiram-se, de modo muito respeitoso mas em geral não dogmático, as ideias de Lenin, Bukarin, Trotsky, Rosa Luxemburgo etc. Certamente, o que aconteceu com os estudantes berlinenses iria se repetir em quase todos as mobilizações estudantis dos anos 1960, de formas análogas, ainda que muitas vezes seguindo caminhos inesperados.

Os Estados Unidos talvez sejam o principal exemplo da diversidade dos novos radicalismos. Foram sede de movimentos muito diferenciados – por classe, etnia, gênero, ideologia, regionalmente e até etariamente, apesar do papel aglutinador exercido pela categoria juvenil. Produziram, na prática, no contato recíproco, nos seus acordos, nos seus diálogos, nos conflitos e nas diferentes relações com setores conservadores da sociedade americana uma multiplicidade de discursos, afirmações, postulados e posições políticas. Porém, todos eles partiam de uma das duas questões a seguir, às vezes das duas em conjunto, mas principalmente da segunda: a situação dos afro-americanos e de outras populações pobres americanas e a política internacional estadunidense, especialmente em relação ao Vietnã.

Os Estados Unidos foram um dos casos máximos da influência de eventos do Terceiro Mundo nas suas revoltas estudantis. Não minimiza o caso o fato de os jovens estarem defendendo suas próprias vidas – não queriam ser convocados para uma guerra da qual discordavam e, certamente, para a qual não estavam preparados. Pelo contrário, torna-o mais importante. Sentiam que o *sistema* obrigava-os a uma guerra injusta muito longe de suas terras, em que um outro povo tentava tomar seus próprios rumos. Diferentemente de outras intervenções

americanas no exterior (antes do Vietnã e inclusive atualmente), a Guerra do Vietnã não conseguiu o convencimento de uma parcela importante da sociedade, justamente daquela convocada à luta. Numa circunstância rara, principalmente tratando-se dos Estados Unidos, a guerra não obteve a unidade da população em torno da causa, mas a dividiu e provocou uma profunda crise.⁶⁹

Até 1964 existia, nesse país, um importante movimento pacifista, mantido por vários grupos *antiguerra* e *antinucleares*, mas que receavam assumir uma posição quanto o Vietnã. O mais influente, até início dos anos 1960, era o Committee for a Sane Nuclear Policy (SANE, ou Comitê para uma Política Nuclear Sã), fundado três anos antes. Moderado, com certo cunho moral e cautela quanto aos temas da esquerda, impedia a introdução do assunto Vietnã nas suas passeatas e comícios. Mas no final daquele ano, o Students for a Democratic Society (SDS, ou Estudantes por uma Sociedade Democrática), organização universitária contando com apenas 2.500 membros e 41 seções, mas com crescente reconhecimento, decidiu convocar uma passeata nacional na capital, Washington, para 17 de abril de 1965, admitindo a participação até mesmo dos comunistas, banidos nos atos do SANE.

O tom cauteloso foi abandonado de vez, quando o Comitê de Mobilização Nacional para o Fim da Guerra no Vietnã (Mobe), criado nas manifestações do SDS, convocou atos para 15 de abril de 1967. Sua liderança assumiu uma direção mais clara nesta convocatória:

Nós marchamos para dramatizar a ampla esperança mundial de que os Estados Unidos removam suas tropas do Vietnã do mesmo modo que o Vietnã possa determinar seu próprio futuro à sua maneira (...). Nós protestamos para que a mobilização de homens, dinheiro e recursos seja usada para manter a máquina militar em

⁶⁹ Chegou, em determinado momento, a dividir ao meio a própria população adulta. Em agosto de 1968, pesquisa do Gallup mostrou que 53% dos adultos americanos consideravam um erro mandar tropas ao Vietnã, quando, em 1966, essa proporção era de apenas 25% (FARBER, 1994).

uma luta contra os reais inimigos do homem – fome, desesperança, ignorância, ódio, discriminação e desigualdade.⁷⁰

Inicialmente, os estudantes americanos deixaram-se atrair mais pelas reivindicações dos negros pelos direitos civis, mas logo mudariam seu foco para a Guerra do Vietnã, que unia a luta dos povos do Terceiro Mundo com seus próprios problemas (no mínimo, pelo fato de serem os jovens os convocados para a guerra). O Movimento pela Palavra de Berkeley (*campus* universitário da Califórnia e foco de importantes ações estudantis americanas) é um exemplo desta mudança, criando o Comitê do Dia do Vietnã, que ostentava, numa de suas faixas: “Devemos construir uma nova América do Norte e unir-nos aos povos que na Ásia, África e na América Latina constróem um novo mundo.”⁷¹ Semelhantemente às mobilizações na Alemanha, também aqui havia a indentificação com os povos oprimidos do terceiro mundo.

Após a Ofensiva do *Tet*, dezenas de milhares de manifestantes passaram a agir regularmente nas ruas mundo, afora. Para Katsiafikas, o Vietnã criou, em 1968, nos Estados Unidos, um *efeito eros* (segundo conceito de Herbert Marcuse) e, talvez, tenha ajudado a expandi-lo para todo o planeta. O sucesso desse episódio criou uma verdadeira base para a unidade da onda mundial de revoltas naquele ano. As manifestações aconteceram em todo o Estados Unidos, em Paris, na Espanha e até no bloco soviético (em Praga, durante sua famosa Primavera). Em centenas de cidades, a bandeira da Frente Nacional de Libertação do Vietnã do Sul foi carregada. Na Inglaterra, 30 mil manifestantes confrontaram policiais em Grosvenor Squad, em frente à embaixada dos Estados Unidos, com 246 presos e 117 policiais hospitalizados. Três mil pessoas atacaram a embaixada dos Estados Unidos em Roma.⁷² Os *slogans* eram praticamente os

⁷⁰ FARBER, 1994, p. 69.

⁷¹ FEUER, 1971, p. 262.

⁷² “Como na Alemanha (...) o movimento na Itália nasceu de uma combinação do descontentamento frente à estrutura universitária e de interesses pelos

mesmos: “*Ho Ho Ho Chi Minh, NLF is going to win!* (Ho Ho Ho Chi Minh, a FLN irá vencer)” e “Dois, três, muitos Vietnãs” (derivado da frase de Che Guevara).⁷³

Mesmo depois da Guerra da Argélia, continuou presente nas mobilizações francesas o tema do Terceiro Mundo, também com destaque ao Vietnã (antiga colônia da França). Já citei que lideranças estudantis participaram do Congresso Internacional de Solidariedade ao Vietnã, em Berlim, em fevereiro de 1968. Até o nome 22 de março, do principal grupo estudantil de Nanterre (unidade universitária onde começou o movimento francês naquele ano), apesar de se referir à data de início dos confrontos seus confrontos mais sérios, era uma provocativa alusão ao movimento 26 de Março (autor da Revolução Cubana de 1959). O protesto de Nanterre era inclusive contra a presença dos Estados Unidos no Vietnã, como também alguns grafites de Paris, durante o Maio de 68: “A obscenidade não é mais uma mulher nua que exhibe o púbis, mas o general que exhibe a medalha ganha no Vietnã”.⁷⁴ Um dos principais líderes da época, Jacques Sauvageot (presidente da UNEF) utilizaria uma retórica antiimperialista e de solidariedade que poderá ser vista em outros documentos estudantis: “O movimento estudantil é em si internacional (...) O combate que se trava em diferentes países é o mesmo (...). Eu creio que ela [nossa luta] se insere nesta luta antiimperialista. Entre os estudantes há muita sensibilidade ao caráter imperialista do capitalismo e muitos apoiam os movimentos da América Latina e do Terceiro Mundo”.⁷⁵

problemas do Terceiro Mundo. A luta do Terceiro Mundo (...) tem criado entre os estudantes a viva exigência de um novo estilo de ação revolucionária. Guevara e sua palavra de ordem ‘dois, três, muitos Vietnã’, e ‘o dever de um revolucionário é fazer a revolução’ tiveram uma grande influência”. (John e Barbara Ehrenreich, out./1968, apud CARRIÓN et. al., 1969, p. 66-67, nota 70).

⁷³ KATSIAFICAS, 1987, p. 34.

⁷⁴ PAES, 1992, p. 28.

⁷⁵ Apud COHN-BENDIT et. al., 1968, p. 82.

Mesmo os estudantes latino-americanos – que preferiam tratar dos problemas nacionais – nunca deixaram de falar de modo global sobre o tema *Terceiro Mundo*. Inclusive, porque seus países faziam parte dessa região onde crescia o desejo do *não-alinhamento* e da auto-determinação. E também porque as lutas antiimperialistas aconteciam – ou eram preparadas – em seus próprios territórios ou nos países vizinhos. Finalmente, tornaram-se exemplos a legitimar as ações juvenis, a estimular o ingresso dos jovens em organizações políticas institucionalizadas ou em grupos de luta armada. Se os movimentos anti-sistema eram tomados como uma grande unidade, também os inimigos de cada um deles eram denunciados como um todo a ser combatido.

Em 20 de fevereiro de 1968, numa das primeiras ações estudantis daquele ano, aconteceu o comício de estudantes, na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, em solidariedade ao povo vietnamita.⁷⁶ Na mesma cidade, no mês de setembro, a VIII Conferência dos Exércitos Americanos discutiu um esforço conjunto para reprimir o *avanço do comunismo* na América Latina. Na ocasião, os estudantes organizaram uma semana de protestos, reclamando sobretudo da presença de William Wetmoreland, general americano que comandara tropas no Vietnã.⁷⁷

Os documentos estudantis brasileiros fazem instigantes reflexões sobre os temas terceiro-mundistas, conjugando antiimperialismo, antiamericanismo, nacionalismo e populismo, e identificando os rebelados com as populações oprimidas dentro e fora do país, numa retórica a radicalizar-se cada vez mais no decorrer de 1968. Também o terceiro-mundismo e os exemplos de povos que pegaram em armas para lutar por sua auto-determinação, notadamente os vietnamitas, serviriam para ilustrar a opção pela *luta armada*. Por exemplo, a Carta Política da UNE, escrita em São Paulo durante julho e agosto de 1967, reflete sobre a *situação internacional*. Após identificar as lutas dos povos

⁷⁶ PERRONE, 1988, p. 149.

⁷⁷ DCE da Universidade Federal do Rio de Janeiro, out./1968, p. 6.

oprimidos com aquela contra o capitalismo, coloca-as ao lado das ações estudantis mundo afora e concluiu, exortando a criação de uma entidade supranacional estudantil realmente representativa:

Pela necessidade mesma do capitalismo (...) de manter a grande maioria da população afastada das conquistas da humanidade (...), no plano internacional o que verificamos é que quando este sistema chega a uma forma superior – a do capitalismo monopolista – esta necessidade reflete-se na manutenção de povos inteiros sob a dominação dos capitais dos países mais desenvolvidos (...) A história nos reservou a presença destas lutas pela auto-determinação dos povos. E é importante acrescentar que estas lutas desenrolam-se pondo a descoberto a sua essência, a luta pela destruição de todas as formas de exploração do homem pelo homem. Os três continentes, Ásia, África, América Latina são o palco destas lutas. Pelo fato de lutarem contra o mesmo inimigo, contra um mesmo sistema, e pelos mesmos objetivos, os povos desses continentes se dão as mãos, tornando este fato, em uma unidade sólida, em uma solidariedade ativa. Em todas as sociedades em que se têm travado lutas contra a exploração do homem pelo homem (...) os estudantes têm desempenhado um papel importante e uma presença ativa nessas lutas. Hoje, em todos os continentes, o movimento estudantil se faz presente nas lutas das classes exploradas. E, exatamente, nos continentes onde a exploração imperialista se faz de forma mais aberta e mais desumana – Ásia, África e América Latina – os estudantes têm se caracterizado pela sua disposição de luta, pela defesa dos direitos dos povos oprimidos, e pelo caminho que trilham em direção com a história. No Vietnã, em Angola, na Bolívia etc., o movimento estudantil encontra-se na frente de luta ao lado dos povos oprimidos e das classes exploradas (...) E à medida em que se verifica a solidariedade e união dos povos oprimidos, expressa-se cada vez mais a necessidade de uma entidade internacional que pudesse verificar e representar como uma só força os estudantes de todos os países.⁷⁸

⁷⁸ Grêmio da Faculdade de Filosofia da USP, set./1967, p. 18-28, p. 22-24.

Estes são apenas alguns exemplos da influência dos temas terceiro-mundistas nas revoltas estudantis da época. Como já foi demonstrado, tal preocupação combinava-se a outras tantas, algumas de caráter global, outras mais localizadas. Mas os estudantes do Terceiro Mundo não tiveram apenas o papel de fornecer questões e ideias adotadas nas lutas juvenis de todo o globo e ajudar a onda mundial de revolta a adquirir suas feições tão próprias. Também foram um dos detonadores, talvez os primeiros.

2. Movimentos Estudantis no Terceiro Mundo

Em meados do século XX, tanto nas regiões recém-descolonizadas da África e Ásia quanto na América Latina, a educação superior – e, muitas vezes, qualquer grau de instrução – passou a ser vista como um acesso garantido à elite política ou social. Sobre educação superior na América Latina, Hobsbawm afirmaria: “A sede de conhecimento explica muito da espantosa migração em massa da aldeia para a cidade que esvaziou o campo do continente sul-americano, a partir da década de 1950. Pois todas as pesquisas concordam em que a atração estava não menos nas melhores oportunidades de educação e formação para as crianças. Lá, elas ‘podiam se tornar outra coisa’”.⁷⁹

Não sem motivos se poderia esperar que, durante os anos da *democratização* e massificação das universidades – processo que também se daria no Terceiro Mundo a partir dos anos 1960 –, fossem geradas muitas contradições. Primeiro, o fato de que, se muitos predispunham-se a graduar-se, nem todos os graduados iriam ascender mais imediatamente à elite política e social – esta *perda dos privilégios*, seria, muitas vezes, a raiz dos descontentamentos universitários, inclusive levando os estudantes a criar formulações mais críticas sobre a realidade social. Mais ainda que no Primeiro Mundo, as universidades e faculdades dos países *subdesenvolvido* viviam em situações

⁷⁹ HOBSBAWM, 1995, p. 346.

contraditórias: não apenas entre ensino tradicional e tecnocrático, entre elitismo e democratização, mas também seu pretensão papel de democratizar as oportunidades dadas às diferentes classes sociais nessas regiões pobres, injustas e desiguais. Talvez antes de seus colegas do Primeiro Mundo, os universitários terceiro mundistas, nas primeiras faculdades a esboçarem uma *democratização* no seu ingresso e uma tecnocratização no ensino, formularam a crítica à universidade – que certamente não podia separar-se da questão do *imperialismo* e do *subdesenvolvimento*.

No final dos anos 1950, como que antecipando a década seguinte e o novo radicalismo juvenil, voltou a se destacar a participação política de jovens e/ou estudantes fora da Europa e Estados Unidos. Especialmente a Revolução Cubana, que endereçava-se não só dos campos as cidades, dos oprimidos contra o imperialismo americano, das classes trabalhadoras contra os grandes proprietários, mas, segundo o relato entusiasmado de Sartre, dos jovens contra as instituições adultas.⁸⁰ Na virada para a década de 1960, torna-se notável a presença de jovens e estudantes nas lutas de libertação nacional ou socialistas no Terceiro Mundo: “A recente história política dos países em que o capitalismo começa a desenvolver-se exhibe nitidamente uma participação cada vez mais acentuada desse segmento da população. No Brasil, em Cuba, na Venezuela, no Equador, no Egito, em Angola, os movimentos políticos radicais encontram nos jovens muitos dos seus líderes e grande parte dos seus agentes”.⁸¹

C. Wright Mills, ele próprio um importante inspirador das novas esquerdas, realizou uma pequena enquete sobre os movimentos estudantis que anteciparam a explosão dos anos 1960, todos com forte conotação antiamericana. Destaca-se a animosidade com que foi recebido, em 1958, o então vice-presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, em sua viagem pela América do Sul, no Peru, Uruguai, Argentina, Paraguai,

⁸⁰ SARTRE, 1960.

⁸¹ IANNI, 1968, p. 225.

Bolívia e Venezuela. Em Okinawa, Japão, cidade com base militar americana, ativistas organizados pela combativa Zengakuren (associação dos estudantes japoneses) protestaram durante a visita do presidente norte-americano Eisenhower, realizando a “dança da cobra” e gritando “Vá embora, vá embora”. A multidão foi dominada por 12 mil soldados americanos, enquanto o presidente ia de helicóptero ao aeroporto, desistindo da viagem. Em 1960, na Turquia, manifestações estudantis levaram à criação de uma Junta Militar que depôs o anticomunista Menderes. Na Coreia do Sul, ajudaram a derrubar o regime de um aliado dos Estados Unidos, Syngman Rhee.⁸²

Ações no Japão, em Cuba e de cunho nacionalistas e/ou socialistas em todo o Terceiro Mundo representavam, na época, uma espécie de estompim da década radical que se iniciava. Certamente, o estudante radical do Terceiro Mundo é um dos expoentes deste ciclo de rebeliões juvenis. E, desde pelo menos a década anterior, o foco principal de uma série de contradições que resultariam numa crise da modernidade: arbitrariedades da geopolítica da Guerra Fria, a soberba da *ocidentalização* diante das culturas e formas de vida nativas, os desencontros da economia capitalista mundial na sua (re)absorção do Terceiro Mundo, processos tortuosos de industrialização, urbanização acelerada e êxodo rural, efeitos colaterais do *nacionalismo* após as vitórias das lutas antiimperialistas (como a artificialidade das fronteiras do Estado nacional), as dificuldades (e muitos fracassos) dos planos de educação de massa e os dilemas das universidades do mundo *em desenvolvimento* diante da sua popularização, tecnificação e relação ambígua com a diversidade sociocultural e a desigualdade econômica.

Parece-me útil a descrição de algumas revoltas estudantis ocorridas no Terceiro Mundo durante a onda mundial dos anos 1960. O produto desta exposição irá desmentir várias teses sobre 1968, como aquelas que afirmam que os estudantes nos países *subdesenvolvidos* simplesmente imitaram seus colegas do Primeiro

⁸² MILLS, 1961, p. 37-39.

Mundo, adotando temas distantes de suas realidades, ideologias meramente importadas e sem sentido, práticas políticas insensatas etc. Essas teses identificaram muito mecanicamente os anseios juvenis gerais com a realidade do *Ocidente* desenvolvido, sem considerar a precocidade das mobilizações juvenis terceiro-mundistas, nem as contribuições essenciais delas às do mundo desenvolvido. Por outro lado, não é raro encontrar, entre os analistas do Terceiro mundo na época, uma dificuldade em aceitar que tais movimentos tinham, em todo o planeta, uma unidade fundamentada em causas, temas e desejos em comum.⁸³

Opondo-me à pressuposição de Octavio Paz, de que apenas o envolvimento completo com a sociedade tecnológica pode gerar rebeliões contra os princípios da modernidade, procuro demonstrar que foi justamente o início do contato com o *progresso* oferecido pelo capitalismo mundial que gerou uma reação destas nações periféricas e de seus jovens. Tal reação também é uma revolta contra o sentido tomado pela modernidade, e seus desígnios em relação aos povos *subdesenvolvidos*, e teve início antes das ações juvenis mais contundentes nos países desenvolvidos, as quais, inclusive, fizeram do Terceiro Mundo um tema central.

Ao analisar os dois principais movimentos estudantis de 1968 na América Latina – Brasil e México, que talvez excedam em importância a muitos dos movimentos mais celebrados no mundo desenvolvido –, acredito que eles podem ser explicados com certa autonomia quanto às revoltas da Europa e Estados Unidos. Mas esta autonomia não significa seu isolamento, tampouco que eles escapem da corrente mundial de revoltas daquela época. Tais movimentos no Terceiro Mundo, em especial na América Latina, tinham desenvolvido já uma certa *tradição* de lutas politizadas, que podem ser consideradas uma das causas do ciclo revolucionário da época – cujo *epicentro* foi 1968. Além disso, essas lutas inserem-se em contextos específicos à política e ao desenvolvimento socioeconômico do Terceiro Mundo no século

⁸³ PAZ, 1984.

XX: por um lado, pelo desejo da autodeterminação, contra diversas formas de colonialismo; por outro lado, contra regimes de exceção, pró-imperialistas, antipopulares, autoritários, despóticos ou distanciados da sociedade civil.

Entretanto, essas mobilizações terceiro-mundistas não deixaram de trabalhar com temas, propostas, projetos, formas de ação, *slogans*, textos, pensadores, ideologias políticas e produções culturais (e contraculturais) advindos do Primeiro e do Segundo Mundo. Inclusive utilizaram muitas estratégias, das quais foram os *inventores, recicladas* por seus colegas de outros países. Houve entre eles muita troca de material, de experiências, de apoio e de solidariedade, congressos, encontros de *delegados* e observadores, visitas, envio de textos e tradução de manifestos. Cada um deles normalmente considerava não apenas a situação de seu país, mas criava análises, visíveis nos panfletos, em que seus militantes eram uma espécie de centro da grande onda de transformações, revoltas, vitórias, derrotas, avanços e retrocessos da qual fazia parte seu país, seu continente, seu bloco e o mundo todo.

Dados citados por Katsiaficas mostram uma grande quantidade de manifestações estudantis na África durante 1968.⁸⁴ Uma delas, na Nigéria, em maio, foi vitoriosa em sua demanda pela liberdade de expressão. Também naquele mês ocupou-se a Universidade de Dakar, no Senegal, resultado de protestos contra a redução das bolsas de estudo –a polícia atacou, seguindo-se dez dias de lutas nas ruas, e greves de apoio por parte dos sindicatos. O presidente, então, mandou fechar a universidade, além de decretar estado de emergência nacional. Em fevereiro, universitários egípcios reagiram contra a derrota militar na guerra com Israel ocorrida um ano antes, e ocuparam cinco universidades. Novos protestos ocorreram, meses depois, em Alexandria e no Cairo, desta vez contra os regulamentos universitários, e, em 25 de novembro, uma batalha em Alexandria

⁸⁴ KATSIAFICAS, 1987. Cf. especialmente mapa (p. 38-39) e dados do jornal *Le Monde* sobre a incidências de protestos estudantis entre o último trimestre de 1967 e junho de 1968 (p. 44-5).

com a polícia (usando cassetetes, gás lacrimogêneo e armas de fogo) resultou na morte de 60 pessoas.⁸⁵ Ainda outros países africanos tiveram revoltas estudantis naquele ano: Argélia, Marrocos, Mauritânia, Camarões, Congo, Daomé, Gana, África do Sul, Zaire, Gana, Quênia, Sudão, Etiópia e Zimbabwe.

Na Ásia, as rebeliões alcançaram grande importância em alguns países. Os estudantes norte-vietnamitas tiveram papel importante nos atos urbanos em favor da independência, desde 1949, quando já protestavam contra os Estados Unidos. No Vietnã do Sul, ajudaram a organizar uma greve geral em Hue junto com budistas, em janeiro de 1965, participaram de novas radicalizações gerais, de março a maio de 1966, e, novamente, na primavera de 1970, com o envolvimento de mais de 60 mil manifestantes.⁸⁶

No Paquistão, em destaque a parte oriental, que formaria mais tarde Bangladesh, ocorreu uma revolta estudantil em outubro de 1968 contra as restrições do governo às atividades políticas no meio universitário. Dois meses depois, os estudantes, após cinco dias de manifestações convocaram uma greve geral, recebendo apoio de operários em muitas cidades (principalmente no atual Bangladesh, sobretudo em Dacca). Estudantes e trabalhadores enfrentaram a polícia e o exército pelo controle das fábricas, até que o presidente Ayub Khan acatasse suas reivindicações estudantis e se dispusesse a negociar – dado o caráter espontâneo do movimento, estas negociações objetivavam (por parte de governo e dos países de oposição) discipliná-lo. Mas, encabeçado mais uma vez pelos estudantes, recomeçou menos de um ano depois. Em reação, o exército paquistanês tomou para si o controle do governo e invadiu Bangladesh: centenas de milhares de pessoas foram mortas, inclusive 500 estudantes da Universidade de Dacca, durante a primeira noite de lutas.⁸⁷

No Sri Lanka, a Nova Esquerda local produziria uma insurreição em 1971, contando com a participação importante,

⁸⁵ MARTINS FILHO, 1996.

⁸⁶ KATSIAFICAS, 1987.

⁸⁷ Ibid.

mas não exclusiva, de universitários. Ela terminou derrotada, com 1.200 mortos e mais de 10 mil presos, em sua maioria jovens.⁸⁸

Outras ações importantes se deram no Japão. Se hoje em dia, esse país é considerado central ao capitalismo mundial, nos anos 1950 e 60 era ainda uma nação que se recuperava da destruição econômica e dos traumas políticos causados pela Segunda Guerra. Porém, contava com ambígua proteção americana e era geograficamente próximo das nações que tiveram revoluções populares comunistas (China, Vietnã e Coréia do Norte). Também as temáticas e as formas tomadas pela luta estudantil no Japão a identificam com outras mobilizações terceiro-mundistas.

Desde os anos 1950, eram presentes a militância radical e violenta, aliadas a uma organização com forte disciplina, o Zengakuren, central estudantil japonesa. O Zengakuren foi a primeira importante entidade de estudantes a denunciar, ao mesmo tempo, Estados Unidos e União Soviética – no que seria seguida, mais tarde, pelos estudantes de Berlim Ocidental, que, como o Japão, se via encurralada entre os imperialismos capitalista e comunista.

Foi bastante rápida a expansão da educação superior japonesa: de 47 universidades, em 1940, para 236, em 1960. Em 1966, 12 mil estudantes na Universidade de Keio, Tóquio, decidiram por unanimidade lutar pela *democratização do campus* e formar a Comuna de Keio.⁸⁹ Mas, no fim daquele ano, a nova esquerda no país representada principalmente pelos estudantes se radicalizaria sob a influência da Revolução Cultural Chinesa e da escalada da intervenção americana no Vietnã – países muito próximos ao Japão. Houve ataque dos jovens a bases americanas no Japão e, em 21 de outubro de 1968, mais de 700 mil estudantes e operários japoneses protestaram contra a Guerra do Vietnã e contra os Estados Unidos. O auge da radicalização se deu em janeiro do ano

⁸⁸ Ibid.; PERRONE, 1988, p. 149.

⁸⁹ KATSIAFICAS, 1987, p. 157.

seguinte, durante três dias de sangrenta batalha contra milhares de policiais.⁹⁰

Ainda em 1968, na Ásia, aconteceram revoltas na Turquia, Líbano, Síria, Israel, Palestina, Irã, Iraque, Tailândia, Afeganistão, Índia, Birmânia, Tailândia e Malásia.⁹¹ Em geral elas se identificavam com ideologias das novas esquerdas, ideários progressistas e antiimperialistas ou, ao menos, em luta pela *reforma universitária*. Aquela década assistiu fundamentalmente a movimentos estudantis e juvenis com esse caráter *esquerdista*. No entanto, no mesmo período, outra mobilização juvenil teve conotação política diferente: grupos anticomunistas estudantis da Indonésia, junto com outras organizações de semelhante ideologia, grandes proprietários, tropas paramilitares e Forças Armadas, massacraram cerca de meio milhão de supostos comunistas, em 1965, após um forjado golpe pró-comunista – numa das maiores carnificinas políticas da história da humanidade.⁹²

Enfim, América Latina. Anteriormente aos anos 1960, há reconhecimento de que os estudantes dessa região são portadores de uma *tradição iluminista*. O movimento pela reforma universitária na Argentina, em 1918, influenciou outros em toda a América Latina, especialmente no Peru e em Cuba, onde se foi bem além das questões universitárias e chegando a influenciar diretamente nos rumos políticos destas nações.⁹³ Mesmo antes do século XX, universitários latino-americanos participaram em movimentos de massas, grupos de pressão política e lutas antioligárquicas. E durante todo esse período, as universidades nesse continente seriam também um foco de contestação em países aos regimes políticos fechados ou autoritários. Seriam uma *brecha* para a liberdade relativa de pensamento e ação. Se até os primeiros 20 ou 30 anos do século, o *iluminismo estudantil* caracterizou-se por um *populismo anti-oligárquico* (lutando contra a

⁹⁰ Ibid.; Matos, 1981.

⁹¹ KATSIAFICAS, 1987, em especial mapa (p. 38-39) e dados do Le Monde (p. 44-5).

⁹² HOBBSAWM, 1995, cap. 15; GAVI, jan./1969.

⁹³ DONGHI, s/d; CHAVARRÍA, 1968, p. 192-195; Pensamiento Crítico, abr./1970.

dominação de setores tradicionais oligárquicos e pela refundação da *nação* em novos termos), entre os anos 1930 e 1950 definiu-se como *desenvolvimentista* – associando as reivindicações por democracia à autonomia econômica e tecnológica.⁹⁴

No início da década de 1960, o ideário estudantil teria ainda este caráter desenvolvimentista mesclado a propostas populistas, nacionalistas e pró-democráticas. No entanto, a situação econômica geral, e dos setores universitários em particular, sofria, desde pelo menos os anos 1950, profundas transformações. A América Latina enfrentava um processo acelerado de modernização social, com urbanização, diminuição da importância do setor primário e da população camponesa, aumento das ocupações técnicas e não-manuais, ampliação do assalariamento, crescimento em número e importância das classes médias, expansão da educação e aumento do período de escolarização, e crescimento dos serviços sociais do Estado e dos meios de comunicação de massas. Entre os mais atingidos, e ao mesmo tempo mais beneficiados, por esta *modernização social* estão os jovens das classes médias urbanas – permanecendo na escola por períodos mais longos, integrando-se às novas profissões com novas exigências de formação técnica e universitária e consumindo novas formas de lazer e mercadorias advindas da industrialização e da cultura de massas.⁹⁵

O meio universitário passava a constituir, ele próprio, ambiente *de massas* – a platéia, a *massa* a agitar não mais precisava necessariamente ser procurada fora da universidade. Esta, na América Latina, havia absorvido, desde meados dos anos 1960, milhares de jovens de classe média baixa. O processo, continuaria nas décadas seguintes.⁹⁶ Por sua vez, intelectuais, artistas e acadêmicos da esquerda encontraram uma massa estudantil aberta às ideias que desenvolviam. Ela ajudaria a consolidar as

⁹⁴ ABRAMO, 1992.

⁹⁵ Ibid.

⁹⁶ CASTAÑEDA, 1994.

artes latino-americanas em formas próprias, bem como legitimar teses e novos heróis próprios do continente:

Ao longo de um período de quase vinte anos, milhões de estudantes latino-americanos ingressaram no sistema universitário em busca de respostas às perguntas que seus pais não tinham sabido colocar, e encontraram muitas respostas satisfatórias nos ensinamentos, escritos e pregações dos teóricos da dependência, em romances e poemas dos escritores do *boom* literário, nas letras das canções de Violeta Parra e Víctor Jara, e nos ritmos de Caetano Veloso e da *Nueva Trova* Cubana.⁹⁷

Os anos 1960 observaram uma rápida transição dos movimentos estudantis latino-americanos. No início, eles se caracterizavam por propostas de desenvolvimentismo, populismo, nacionalismo e democratização, por meio da inserção, na política institucional, dos universitários (que, em geral, logo estariam exercendo posições na elite política), pela realização de demonstrações de força, como manifestações e greves, e, eventualmente, pela participação em *revoluções* e golpes de Estado com matrizes em geral *progressistas*. De meados ao final dessa década, submeteram-se a uma crescente radicalização política, temáticas mais fortemente voltadas ao igualitarismo social e ao antiimperialismo agressivo e ideários socialistas heterodoxos, ao mesmo tempo em que desenvolveram táticas de confrontação – das ações de rua, com violentos choques com a polícia, às ocupações das faculdades e, no limite, propostas e práticas de luta armada. O ano de 1968 marca este momento de radicalização, não apenas na América Latina, mas em todos os lugares onde os jovens se mobilizaram. Adiante farei a análise mais detalhada do Brasil e do México. Neste momento, entretanto, cabe descrever sucintamente alguns eventos importantes envolvendo estudantes latino-americanos no final daquele ano.

⁹⁷ Ibid., p. 165.

Amostras do radicalismo estudantil, inclusive armado, assim como da reação conservadora (ainda mais violenta) seriam dadas antes mesmo de 1968 na América Latina, continente com tradição de resolução brutal dos conflitos políticos. Ainda nos anos 1950, estudantes da Colômbia participaram da revolução popular que acabou com a ditadura de Rojas. Na mesma época, na Venezuela, com a saída de Perez Jimenez, os estudantes formaram milícias para proteger a autonomia das universidades e a capital do país contra a reação de setores do Exército. Em 1966, centenas de paramilitares invadiram a Universidade da Venezuela, em Caracas: tanques, infantaria e polícia ocuparam por três meses a universidade. Enquanto isso, no Equador, ações de universitários suscitaram uma greve geral contra a Junta Militar que governava o país. Argentina e Colômbia (além de Brasil e México) também recorreram às forças policiais e tropas militares chamadas para reprimir protestos contra políticas educacionais e, a partir daí, contra o regime. Ainda nessa época, importantes revoltas se deram no Panamá, Nicarágua e Uruguai.⁹⁸

O ano de 1968 foi rico em eventos, desde atividades estudantis nas ruas das grandes cidades até uma certa generalização de ações guerrilheiras. A Argentina teria importantes protestos em sua capital: uma manifestação em 23 de março, outra em maio (com 23 estudantes mortos a tiros), a ocupação por 400 pessoas da Universidade de La Plata, em 12 de junho (após a decretação de uma greve estudantil no dia anterior) e nova grande manifestação, treze dias depois. No Uruguai, após um mês de revoltas estudantis, sindicatos convocaram uma greve geral para o início de julho. Mas o governo uruguaio decretou o estado de sítio em junho, e a lei marcial, em 14 de julho, tentando conter protestos estudantis e operários. Entretanto, os conflitos não recrudesceram: em 7 de agosto o grupo guerrilheiro urbano Tupamaros sequestrou o presidente da Empresa Estatal de Energia e Telefones; estudantes confrontaram policiais em Montevideú – primeiro em 13 de agosto

⁹⁸ KATSIAFICAS, 1987.

(deixando mais de 20 feridos) e, novamente, em 21 de setembro (desta vez com várias mortes) – e, dia seguinte, o governo fechou todas as universidades e escolas secundárias por um mês. Na Venezuela, em 28 de março, o Exército ocupou a Universidade de Maracaibo, resultando em quatro mortos e 300 feridos.⁹⁹ Dados revelam ações estudantis também na Colômbia, Peru, Bolívia, Chile, Equador, Paraguai, Guiana Francesa, Nicarágua, Panamá, República Dominicana, Honduras, Cuba, Guadalupe, Haiti, São Domingos, Guatemala e Porto Rico.¹⁰⁰

3. O massacre de Tlatelolco

O movimento estudantil mexicano encenou uma das principais tragédias de 1968, talvez a mais sangüinária, certamente a mais covarde. Dada a origem revolucionária do regime mexicano de então, a presença de organismos de representação de setores populares (constituindo, em tese, o partido que controlava o governo desde a Revolução Mexicana), a retórica social-revolucionária empunhada tantas vezes ao longo de sua história, o forte nacionalismo, a planificação econômica, a participação decisiva do Estado na economia e a distribuição de recursos e subsídios para o bem-estar social, argumenta-se que, pelo menos ainda nos anos 1960, o Partido Revolucionário Institucional (PRI) poderia ser classificado como um partido de esquerda ou, ao menos, nacionalista esquerdizante. É o que nos leva a concluir Wallerstein, aproveitando esse exemplo para, ao lado das revoltas estudantis nos países do Leste Europeu e a ruptura da nova esquerda com os tradicionais partidos de esquerda, concluir que a rebelião mundial de 1968 atentou também contra a *velha* esquerda – tanto a *social* quanto a nacionalista.¹⁰¹ Caminho semelhante traça Octávio Paz, ao

⁹⁹ MARTINS FILHO, 1998; PERRONE, 1988, p. 150-156; *Folha de S. Paulo*, 10/maio/1998, p. 5-7.

¹⁰⁰ KATSIAFICAS, 1987 em especial mapa (p. 38-39) e dados do *Le Monde* (p. 44-45).

¹⁰¹ WALLERSTEIN, 1989.

comparar a revolta mexicana, que enfrentava um Estado cuja retórica era a do bem-estar social, justamente com as revoltas estudantis do Leste Europeu. Jovens estariam protestando contra uma *velha esquerda* que passara a ostentar uma política conformista e não redentora, após assumir o poder, de acordo com Wallerstein, ou que se afastara por demais das formas democráticas de política, segundo Octávio Paz. Do mesmo modo, no México lutava-se contra um imperialismo americano, ao passo que, no Leste Europeu, o imperialismo a ser denunciado era o soviético. Ademais, jovens mexicanos e europeus do Leste atacavam as burocracias dominantes do Estado: “nacionalismo, só que não contra a intervenção soviética, mas sim contra o imperialismo norte-americano; aspiração a uma reforma democrática; protesto, não contra as burocracias comunistas, mas contra as do Partido Revolucionário Institucional”.¹⁰²

Mas há algo mais intrigante ainda que a revolta contra um regime pretensamente revolucionário ou que o esboçar de uma revolução social usando ideais semelhantes aos daquela que construíra o sistema social vigente. Trata-se da violência infinita, se comparada à real ameaça golpista do movimento estudantil, utilizada pelo Estado mexicano, que revela as características pouco emancipatórias do regime construído pelos vitoriosos da Revolução Mexicana. Mesmo porque não se tratava da primeira repressão brutal contra dissidentes. A mobilização estudantil de 1968 assemelhou-se mesmo às outras irrupções sociais que já tinham ocorrido no país, graças ao desafio delas ao autoritarismo crescente e logo institucionalizado de um regime que se dizia defensor da famosa revolução. Camponeses, operários, professores e mesmo estudantes, desde os tempos da Guerra Civil, na verdade, levantaram-se contra os rumos tomados pelos que se apoderaram do poder à custa da rebelião popular. Depois da influência decisiva das classes trabalhadoras nos rumos da revolução – como os Exércitos de Zapata e Villa que combateram

¹⁰² PAZ, 1984, p. 205.

Huerta, ou os operários que formaram batalhões nas fileiras constitucionalistas –, organizações de camponeses e operários foram cooptados pela estrutura política do regime de partido único ou, quando isto não foi possível, terminaram transpassadas pelo crivo de uma violência estatal que passou por cima dos artigos da Constituição, embora alegassem estar defendendo a *revolução*. As organizações de camponeses dissidentes, especialmente, foram vítimas desta violência desmedida, que, às vezes, tomou caráter de terror social, jogando as Forças Armadas contra coletividades as quais, real ou supostamente, sustentavam rebeldes armados – dos camponeses seguidores de Zapata aos novos zapatistas de Chiapas, em pleno anos 1990, passando pela Cristiada dos anos 1920 e 30.¹⁰³

O regime preparava no México, em 1968, a realização de uma Olimpíada. O governo pregava a paz interna durante os jogos, uma trégua que demonstraria o patriotismo do seu povo, enquanto esperava atrair a confiança de nações de todo o mundo, com quem desejava estabelecer novas relações diplomáticas e comerciais. As Olimpíadas no México ilustravam o desejo de um país se abrir ao mundo, política e comercialmente, após anos de uma retórica nacionalista deveras radical e economia muito concentrada no Estado. O governo de Díaz Ordáz conquistou em parte a almejada atração de capitais externos, mas não conseguiu evitar que o país, ainda no fim dos anos 1960, entrasse numa crise econômica que se estenderia pelas próximas décadas. Enfim, os jogos olímpicos, usados como uma das desculpas pela eliminação da rebeldia estudantil a golpes de baioneta e tiros de metralhadora, acabariam sendo lembrados muito mais pelo gesto dos atletas negros americanos, que, ao receberem suas medalhas, ouviram o hino de seu país com o gesto desafiador dos Panteras Negras.

O próprio esforço do Estado de elevar o país ao rol das nações civilizadas pareceu inútil depois do massacre de 2 de outubro de 1968, na Praça das Três Culturas em Tlatelolco, Cidade

¹⁰³ BARTRA, s/d.

do México. Neste evento, e não nas Olimpíadas, evidenciaram-se as contradições de um regime político e social *sui generis*, de partido único de fato e autoritário, sustentando uma crescente desigualdade social, incapaz de resolver problemas sociais que remontavam ao período pré-revolucionário (desemprego, baixa produtividade agrícola, analfabetismo, precariedade de alimentação e vestuário), a caminho de uma crise econômica (ao lado de todo o Terceiro Mundo) e incapaz de lidar com oposições indóceis, a não ser através da violência ilimitada.

Assim como em muitos países em que se deu a onda mundial de revoltas juvenis, também no México veio dos jovens urbanos e da classe média, sobretudo dos universitários, a rebeldia que questionou todos os principais aspectos do sistema político e social vigente. Uma série de causas permitiu que isto se desse nos anos 1960, em destaque o ano-chave de 1968. Causas, efeitos e retroalimentações envolvendo fatores locais, ocasionais, efêmeros e nacionais, assim como internacionais, profundos, duradouros e globais.

No entanto, o México provoca o interesse especial de quem se debruça sobre as ações juvenis, por causa da tragédia quase incompreensível que selou sua sorte. Em contato mais sistemático com o universo de 1968, fiquei espantado pelo fato de se dar pequeno destaque à sucursal mexicana da onda mundial de revoltas. A importância e a dramaticidade desse caso mexicano contrastam muito com o relativo desconhecimento a respeito dele ou a pequena consideração a ele dispensada no mundo acadêmico e cultural. Outra oposição se dá com o Maio de 1968 na França, inundando esse mesmo mundo cultural, no próprio mês em que se deu o evento, de publicações e estudos. O silêncio relativo da opinião pública mundial – governos, imprensa, meios acadêmicos, artísticos – e até de outros movimentos juvenis sobre o massacre de outubro de 1968 também assombra. Não faltaram, em manifestos, linhas sobre o massacre ou improvisadas passeatas em frente a embaixadas, mas tudo pareceu muito pouco, notadamente porque o tema que neste momento tornava-se hegemônico era justamente o da violência.

Talvez aí residam a inanição e o repentino adormecer da costumeira solidariedade internacional-juvenil tantas vezes expressas naquela época. O massacre era enigmático demais para a retórica defensora da violência como forma legítima de resistência, discurso que se tornava cada vez mais hegemônico entre as *novas esquerdas*. Se ele podia ilustrar a limitação de uma tentativa de usar apenas o caminho das manifestações e a defesa da legalidade político-constitucional, também podia representar a força da repressão do Estado, caso fosse necessário, diante do perigo real de uma insurreição política.

Ensaaios anteriores de rebelião estudantil demonstram que as causas de 1968 já vinham incomodando alunos e professores desde o início daquela década. Por outro lado, deram-se particularmente fora da capital mexicana, onde era menor a população estudantil e a capacidade de atrair holofotes nacionais e internacionais. Assim, pode-se dizer que o movimento estudantil crescia e se desenvolvia de modo *subterrâneo* e lento. O *timing* mexicano não se diferenciou muito do desenvolvimento da onda mundial de revoltas juvenis. Pelo contrário, repetiu as etapas de desenvolvimento, incubação e explosão, do início dos anos 1960 até 1968. Isso demonstra que a onda *subterrânea* possuía, ao lado dos componentes nacionais, outros mais gerais, embora os segundos nem sempre tenham sido conscientemente formulados. E, como na maioria dos outros países, o momento mais importante no México foi 1968

Ocorreu, na verdade, durante o segundo semestre daquele ano, entre os meses de julho e outubro. Foram relativamente poucos os eventos centrais. O estopim foi a repressão policial contra uma simples briga entre alunos de escolas preparatórias rivais, e dias depois, o ataque de forças policiais a duas passeatas estudantis. Estudantes da Universidade Autônoma do México (Unam)¹⁰⁴ e do Instituto Politécnico Nacional (IPN)¹⁰⁵ logo

¹⁰⁴ Criada em 1910, no mesmo ano em que teve início a Revolução Mexicana, a Unam logo se tornou o principal evento cultural e educacional do país, sempre mantendo relação ambígua com o Estado revolucionário e os governos do PRI,

formariam o Conselho Nacional de Greve. Em agosto e setembro aconteceram as grandes manifestações: a primeira em 13 de agosto (com cerca de 150 mil pessoas), a segunda, 14 dias depois (com 300 mil pessoas) e a terceira, conhecida como Marcha do Silêncio, em 13 de setembro (também com 300 mil pessoas). Com a ocupação da Cidade Universitária pelo Exército, cinco dias mais tarde, a mobilização passaria a se concentrar mais na região de Tlatelolco, onde realizaram-se seus últimos grandes comícios – o derradeiro se deu justamente na noite de 2 de outubro, quando o Exército e forças pára-militares mataram centenas de pessoas e prenderam outras milhares.

Em 22 de julho de 1968, alunos da Escola Vocacional 2 (pertencente ao IPN) e da Preparatória Isaac Ochoterena (incorporada à Unam) se enfrentaram dentro da segunda escola, que sofreu alguns danos. Os granadeiros, espécie de tropa de choque criada para conter protestos, greves e outras manifestações populares, acabaram interferindo de modo truculento na confusão, que se limitava até então às turmas rivais. A organização estudantil reconhecida pelo Estado, a Federação Nacional dos Estudantes Técnicos (FNET) –, devidamente autorizada pelo município, programou para dali quatro dias um ato contra tal intervenção policial. Na mesma data, também com autorização oficial, outra passeata havia sido convocada por uma organização estudantil de esquerda independente – o Centro Nacional dos Estudantes Democráticos (CNED), para comemorar o aniversário da fundação do grupo 26 de Julho (de Fidel Castro, que fizera a Revolução Cubana). Cinco mil alunos dos cursos preparatórios abandonaram o ato da FNET e marcharam em direção à Praça da Constituição, juntando-se a eles no trajeto os universitários da segunda passeata. Mas, em uma esquina, os granadeiros prepararam uma emboscada,

procurando sustentar uma posição de autonomia e, em diversas ocasiões, servindo de sede da oposição política de caráter liberal (VILLORO, 1960, GURZA, 1982)

¹⁰⁵ Criado pelo governo para fazer frente ao monopólio do ensino superior, até então exercido pela Unam.

um violento choque que se espalhou por todo o centro da capital. Os manifestantes foram caçados e espancados mesmo nos prédios em que procuraram abrigo, enquanto outros ergueram barricadas. Estava encerrado o prelúdio do drama – segundo os estudantes, 200 pessoas foram presas, 500 feridos e oito mortas.

De modo espontâneo, quando se encontraram para marchar em direção ao centro da capital, dava-se início à primeira união entre estudantes do ensino médio-superior e do superior, outra marca do movimento mexicano. De certa maneira, ele não só começou como um conflito entre escolas preparatórias, mas também contou com grande participação de adolescentes pré-universitários.

Os conflitos entre estudantes, sobretudo os do nível médio-superior e forças policiais recomeçaram em 29 de julho. Alunos da Preparatória 7 bloquearam uma avenida e enfrentaram policiais. Estes, no bairro Nonoalco-Tlatelolco, capturaram ônibus e fecharam as principais vias de circulação. Em resposta, no dia seguinte um disparo de bazuca destruiu completamente a porta da Escola Preparatória de Santo Ildefonso, obra-prima barroca. Diversas escolas foram ocupadas pelo exército ou forças policiais, salas e laboratórios terminaram destruídos e estudantes, detidos, espancados, desnudando e com cabelos cortados. Fontes afirmam que foram usados cerca de 10 mil homens pelas forças de repressão, entre 26 e 30 de julho. O número total de mortos é impreciso: oficialmente apenas um, mas a revista *Life* afirma que entre a Cruz Vermelha circularam boatos sobre um total de 11 mortos. Já eram 1.500 os detidos pela polícia.¹⁰⁶

Os professores começaram a defender seus alunos. A Coalizão dos Mestres, junto ao Conselho Nacional de Greve (CNH), em petição entregue à Justiça, demonstrou que altos funcionários do governo – inclusive o secretário de governo, Luis Echeverría – havia violado artigos da Constituição, ao requisitar a intervenção do Exército nas escolas. Esta percepção de que o Estado não seguia

¹⁰⁶ CARMONA, F. “Genealogia e atualidade da Repressão”. In: CARRION, 1969, p.170-246.

as próprias leis, de que ignorava os mais básicos direitos civis constitucionais, fez o movimento apresentar-se como o seu verdadeiro guardião – ao mesmo tempo em que investiu contra o cinismo do regime, demonstrando as contradições dele e a verdadeira ausência de democracia política. De certa forma, ele adquiriu, especialmente nos manifestos e petições, muitos assinados também por organizações dos professores, certo cunho liberal e democrático contra um regime fechado e autoritário. Por outro lado, esta constatação de que o regime pouco se preocupava em conservar mínimos preceitos constitucionais, caso fossem usados para proteger dissidências e oposições, levou a uma contestação ainda mais radical do sistema político e social. Além disso, na prática cotidiana, no desenvolvimento de ideários e formas de ação e na reavaliação de comportamentos e valores, os estudantes acabaram indo muito mais longe do que diziam os seus manifestos oficiais, frutos de coalizões.

Assim, a violência desmesurada, típica do regime autoritário, só veio fortalecer e, na verdade, constituir o movimento de 1968. Segundo um estudante da Unam, “mais do que qualquer discurso político, o fato mesmo da repressão é que politizou a gente e levou a grande maioria a participar ativamente das assembléias”.¹⁰⁷ Logo os participantes da Unam e do IPN tomariam lugar à frente da mobilização, numa manobra até que natural, mas que também tentaria, ao lado de autoridades acadêmicas, controlar um pouco o ímpeto vingativo dos estudantes pré-universitários diante da repressão policial. Já em 28 de julho, na Escola Superior de Economia do IPN, surgiu o esboço do que seria o Conselho Nacional de Greve e as *seis demandas* (que sofreriam depois algumas alterações).

Três dias depois, na passeata estudantil também estavam presentes o reitor da Unam, Javier Barros Sierra, e diretores das faculdades e institutos, que procuraram canalizar a luta para a “liberdade dos companheiros presos” e a defesa da autonomia

¹⁰⁷ Carolina Pérez CICERO apud PONIATOWSKA, 1987, p. 16.

universitária. O ato aconteceu dentro da cidade universitária, com mais de 20 mil pessoas. No dia seguinte, outra manifestação iniciada na universidade atingiu uma rua relativamente próxima, retornando depois, seguindo diretivas do reitor e com permissão do governo. Quatro mil estudantes que tentaram chegar à Praça da Revolução foram dispersos antes da Praça da Constituição, por forças policiais.

A participação de autoridades acadêmicas acabou dando maior legitimidade ao movimento estudantil, que começou também a angariar a simpatia de amplas parcelas populares no Distrito Federal. Em breve, porém, alguns setores acadêmicos manifestariam arrependimento. Enquanto isto, em 5 de agosto uma passeata reuniu 125 mil estudantes do IPN, da Unam, de escolas Normais etc., além de centenas de professores. No mesmo evento, que ocorreu sem conflitos, professores do IPN criaram um comitê e sistematizaram as seis demandas, na reivindicação dos *seis pontos*¹⁰⁸, assumida por todos dias depois.

A partir de então, o movimento estudantil parece livrar-se da tentativa de manipulação por políticos profissionais alojados em cargos acadêmicos e “o rio da rebeldia estudantil, por fim liberado, seguirá seu próprio curso”.¹⁰⁹ Ele entra no que Salvador Martínez de la Roca, conhecido como Pino, um dos seus líderes, considerou *época de ouro* – entre 12 e 27 de agosto –, em que, além das grandes passeatas ao Zócalo, as ações das brigadas estudantis tiveram um bom respaldo popular.¹¹⁰ A segunda passeata massiva se daria no dia 13. Mas ela superaria em muito a do dia 5, por ser a primeira manifestação de oposição, desde muito tempo, dirigida ao centro do poder mexicano, o Zócalo. Eram 150 mil

¹⁰⁸ Lançada em 8 de agosto de 1968, a Campanha dos Seis Pontos reivindicava: “1. Liberdade de todos os presos políticos; 2. Revogação do artigo 145 do código penal federal; 3. Abolição do corpo de granadeiros; 4. destituição dos chefes policiais (...); 5. Indenização aos familiares de todos os mortos e feridos desde o início do conflito; 6. Atribuição de responsabilidades aos funcionários culpados pelos atos sanguinários” (PONIATOWSKA, 1987, p. 59).

¹⁰⁹ CAZÉS, D “Despolitinación, movimiento estudiantil y politización en México”. In: CARRION et. al., 1969, p. 97.

¹¹⁰ Apud PONIATOWSKA, 1987, p. 33.

manifestantes, entre estudantes, professores e público em geral. Iniciada no Casco de Santo Tomás, era encabeçada pela Coalizão dos Mestres e se deu sem conflitos. Destacaram-se palavras de ordem em favor da libertação dos presos políticos, o primeiro dos *seis pontos*. Foi uma verdadeira quebra de tabu, um gesto típico das criativas faltas de compostura das rebeldias juvenis de então. O significado de se adentrar na Praça símbolo do regime revolucionário-institucional multiplicava o seu caráter político.

Segundo Carrión, dados permitem supor que cresciam fora da Cidade do México atos em solidariedade à ação do Distrito Federal, em Jalapa, Monterrey, Cuernavaca e Culiacán, inclusive com greves reprimidas pelos governos estaduais. Em Veracruz, também houve a prisão de estrangeiros, responsabilizados oficialmente pelas desordens. Na Universidade Benito Juárez, em Tabasco, falou-se em estado de sítio, mortos, feridos e desaparecidos. Desde meados de agosto, “a cada dia algum general declara que está terminantemente proibido realizar comícios, desfiles ou manifestações públicas em tal ou qual estado, nesta ou aquela aldeia”.¹¹¹

Em 27 de agosto, aconteceu a segunda grande manifestação no Zócalo, agora, desta vez com 300 mil pessoas. Jovens traziam retratos de Juárez, Villa, Zapata, Hidalgo, Guevara e Vallejo. Um estandarte vermelho e negro foi hasteado no alto da matriz do Zócalo (motivo alegado pelo governo para a convocação de um ato de desagravo, no dia seguinte) e os manifestantes ofenderam com palavrões, trocadilhos e ironias o presidente da república Díaz Ordaz, bem em frente ao balcão em que comparecia a autoridade máxima do país em datas especiais.

O governo partiu, então, para uma ridícula encenação de patriotismo. Beirando a paródia e o realismo fantástico, uma “manifestação de desagravo” foi convocada para o dia seguinte. Quinhentas mil pessoas juntaram-se diante do Palácio Nacional, por ordem de seus superiores burocratas que, por sua vez, obedeciam ao

¹¹¹ CARRIÓN, 1969, p. 54.

governo e ao PRI. Tratava-se de desagrar a bandeira pretensamente ofendida no ato estudantil. Convocou-se o público costumeiro das atividades oficiais (que deveria comparecer sob risco de perder o salário do dia e até o emprego), algo tolerado com certo desgosto pelos trabalhadores. Mas nem todos os “burocratas” foram à manifestação oficial com a atitude que se esperava deles. Em todas as ruas ouviam-se irônicos berros imitando ovelhas.¹¹²

Contra as denúncias de que o movimento descambava para a anarquia, foi proposta a “marcha do silêncio” pela Escola de Físico-Matemáticas, manifestação que tinha o objetivo de mostrar a capacidade dos estudantes se manterem sob controle e disciplina. No dia 13 de setembro realizou-se esta fantástica passeata, quase surreal, em que centenas de milhares de pessoas percorreram no mais profundo silêncio as ruas do centro da capital até o Zócalo. Octávio Paz afirmou que a célebre manifestação silenciosa era até então “uma coisa nunca vista no México”.¹¹³ A população ia engrossando a manifestação por onde ela passava. Substituindo as palavras, predominaram os dedos apontando o V de “venceremos”, um símbolo que nem o massacre sepultaria de imediato. Enquanto o governo esperava apenas 10 mil manifestantes e o CNH 150 mil, compareceram pelo menos 300 mil manifestantes.¹¹⁴

A resposta do governo não se fez esperar muito tempo, e não foi nada silenciosa como esta passeata. Em 18 de Setembro, o Exército invadiu a cidade universitária e passou a prender pessoas arbitrariamente. As prisões ficaram lotadas com estudantes e todos aqueles que eram considerados “suspeitos” pelo pouco amistoso Exército. Junto com uma campanha difamatória de imprensa e autoridades, a ocupação militar levou o reitor da Unam a renunciar.

Após as grandes ações no Zócalo, o governo acreditou que a ocupação da cidade universitária pelo Exército seria capaz de dispersar o movimento. Mas os estudantes conseguiram mantê-lo

¹¹² Gilberto Guevara NIEBLA, do CNH, apud PONIATOWSKA, 1987, p. 53.

¹¹³ PAZ, 1984, p. 206.

¹¹⁴ PONIATOWSKA, 1987, p. 63.

vivo, apesar das dificuldades, contando com ajuda da vizinhança de Tlatelolco (onde moravam vários professores e muitos pais de alunos das escolas preparatórias desse bairro). A região de Nonoalco-Tlatelolco sofrera recente processo de reurbanização e contava com a simbólica Praça das Três Culturas. Próximo dali, havia muitas escolas e faculdades. Uma verdadeira integração se deu entre os universitários, secundaristas e moradores (entre os quais também havia funcionários públicos e várias outras categorias de trabalhadores). No violento conflito do dia 21 de setembro, jovens tomaram ônibus e interditaram ruas e avenidas para impedir a chegada das tropas, enquanto os moradores forneciam “munição” em forma de pratos, garrafas, e água fervente jogada contra os policiais, além de, do alto dos edifícios, informar sobre a posição das tropas, ou, ainda, dar refúgio aos manifestantes em dificuldades. Havia também uma organização de pais de família e vizinhos que os apoiavam e até os defendiam durante os ataques de policiais e soldados.

Com a invasão da Unam, o centro do movimento deslocou-se para a Unidade Nonoalco-Tlatelolco e vizinhanças. No dia 7, um sábado, já havia sido ali realizado um importante comício com a presença de 25 mil pessoas, incluindo a ativa participação dos moradores. Em 21 de setembro, outro ato atacado pelos granadeiros, que, além de gás lacrimogêneo, fizeram muitos disparos com armas de fogo, deixando centenas intoxicados por gás e muitos feridos à bala. Como saldo do conflito, três mortos, 20 policiais feridos, centenas de presos e 51 ônibus danificados, além de escolas metralhadas por paramilitares.¹¹⁵ Três dias depois, novamente interveio o Exército, invadindo o Casco de Santo Tomás, depois de uma dura batalha campal entre estudantes e policiais, com numerosos mortos, feridos e detidos. Os alunos das escolas preparatórias reapareciam no centro da cena, assim como a brutalidade dos conflitos com as forças policiais.

¹¹⁵ MARTINS FILHO, 1996.

Em 27 de setembro, enfrentamentos desta ordem, de granadeiros contra estudantes e populares, repetiram-se em Tlatelolco. Os combates já rumavam para o trágico final em 2 de outubro. No dia anterior, enquanto o Exército desocupava a cidade universitária, o CNH proclamou-se contrário ao retorno às aulas e anunciou um grande comício na Praça das Três Culturas. Estava pronto o cenário para o massacre. O CNH ainda emitiria alguns últimos suspiros depois daquela data. Mas, em 4 de dezembro, haveria o retorno às aulas. Mesmo assim, nove dias mais tarde, outras 500 pessoas seriam presas, sobretudo líderes estudantis que não haviam sido detidos em Tlatelolco e políticos de oposição.

Logo após renegar a FNET – associação estudantil oficial, como já foi dito – partidários do IPN e da UNAM criaram os primeiros comitês de greve e, em 29 de julho, levaram a público a primeira versão dos seis pontos. No dia 8 de agosto, os comitês de greve, ao lado de outras instituições educacionais que se sublevavam, formariam o Conselho Nacional de Greve (CNH). Ele era composto por cerca de 250 representantes de 128 unidades educacionais, incluindo escolas, institutos e faculdades da Unam e do IPN, a Escola de Agricultura de Chapingo, escolas Normais, a Escola Nacional de Antropologia, o Colégio do México, escolas secundárias e Centros de Capacitação para o Trabalho Industrial. Também havia um certo número de delegados de escolas e universidades das províncias. O CNH foi criado em 8 de agosto, no lançamento da campanha dos Seis Pontos, com o objetivo de organizar e coordenar o trabalho diário das brigadas estudantis.

Esse conselho combinaria princípios parlamentares e espontaneístas de decisão. Com isto, as decisões tomadas e as táticas assumidas eram, em geral, fruto de posicionamentos e opiniões momentâneas. Se tal dinâmica foi a fonte de vários de seus limites, como a discussão infundável de assuntos muitas vezes distantes das decisões urgentes a serem tomadas, por outro lado, não só permitiria uma interessante democracia direta e o contato entre representantes das mais diferentes ideologias e posturas políticas, mas terminou sendo uma arma contra a cooptação.

Lideranças carismáticas, vedetes, faziam a fama entre a base estudantil, serviam como uma espécie de personificação da sua rebeldia para a sociedade e eram identificados como *conspiradores* pela imprensa. Diferentemente de outros movimentos, como no Brasil e na França, entretanto, a força simbólica desses líderes carismáticos foi bem menor que a presença coletiva dos estudantes, não apenas nas suas passeatas-gigantes e nos comícios exaltados, mas também nas chamadas *brigadas*. Elas reuniam de oito a 15 estudantes, com tarefas coordenadas pelo CNH, como coletar dinheiro entre os populares para sustentar a organização e realizar pequenos comícios-relâmpagos em ruas, ônibus, mercados, bairros operários e fábricas, com a finalidade de divulgar suas mensagens e demandas. As brigadas médicas atendiam feridos e ainda outras, de caráter logístico, deviam, por exemplo, suprir as necessidades dos delegados em suas prolongadas assembleias. Chegaram a funcionar mais de 800 brigadas.¹¹⁶ Para muitos, elas eram uma mistura de espontaneidade, entusiasmo, idealismo, ativismo, populismo e ingenuidade, a principal marca da mobilização mexicana de 1968.

Ao lado dos estudantes, foi muito importante a presença de outros setores sociais: primeiro, pelo menos até a ocupação da cidade universitária pelo Exército, em 18 de setembro, de professores e autoridades acadêmicas e, segundo, quando se deu a migração para seu centro para Tlatelolco, dos moradores desse bairro, além de associações de artistas, organizações sindicais independentes e até de certas seções sindicais oficiais. Para Octavio Paz, o movimento não propunha uma mudança violenta e revolucionária na sociedade. Foi antes reformista e democrático, “apesar de alguns de seus dirigentes pertencerem à extrema esquerda”.¹¹⁷ Não seria difícil concluir isso sobre a maioria das revoltas juvenis no Segundo e Terceiro Mundos, inclusive no Brasil. Mas, apesar de seu caráter oficial *reformista* e democrático, elas foram inundadas de uma vivência juvenilizada da

¹¹⁶ CARRIÓN, 1969.

¹¹⁷ PAZ, 1984, p 206.

política e da ideologia, tornando-as imprevisíveis aos olhos das autoridades e dos próprios líderes de tendências esquerdistas. Estes, muitas vezes, as viram mover-se muito menos radicalmente na política do que desejavam. Por outro lado, várias vezes elas atreviam-se a ser mais profundas no campo da cultura e do comportamento do que almejavam os seus dirigentes.

Num país de política autoritária e oligárquica, o México, a *práxis* reformista não tinha nada de ilógica. Nem era pouco o que reivindicava a base dos militantes de 1968. O movimento rumava para uma repolitização da sociedade, quando foi brutalmente interrompido, em 2 de outubro. Nos anos 1970 e 80, como em muitos outros países do Segundo e Terceiro Mundo, a sombra do autoritarismo continuou pairando. O ano de 1968 foi uma bela promessa que se tentou extinguir pelas raízes. Por muito mais tempo, contudo, o México, assim como a maior parte do Terceiro Mundo, continuou (ou contínua) esperando para construir sua verdadeira democracia política.

Procurando exterminar todas as intenções, boas ou más, usou-se o terror de Estado naquela noite de 2 de outubro.¹¹⁸ Governo mexicano e CIA (não menos que os governos de outros países que enfrentavam movimentos estudantis de grande envergadura) estavam atemorizados com a força da rebelião. Enquanto isto, aproximava-se a abertura dos jogos olímpicos. Em relação a eles, governo e estudantes agiam contraditoriamente. Mas o primeiro nunca foi verdadeiramente transparente. O CNH anunciou uma greve de fome de todos os presos políticos do país em coincidência com a olimpíada e marcou um ato, na Praça de Tlatelolco. Ao mesmo tempo, aceitando um convite oficial, enviou delegados estudantis para conversar com representantes diretos do Presidente, na tarde do dia 2. O encontro realmente se deu, quando os representantes anunciaram a disposição do governo de encontrar uma saída e até elogiaram o rumo tomado pelas

¹¹⁸ Para a reconstituição do massacre de Tlatelolco, baseio-me particularmente em PONIATOWSKA, 1987.

primeiras negociações. Tratava-se – não deve haver explicação melhor – de uma cínica simulação. Ao governo não havia mais tempo para investir novamente na tática da cooptação. No final daquela tarde, ocorreria o massacre de Tlatelolco.

Diversos relatos de participantes, testemunhas e cidadãos pacatos ajudam-nos a entender a extensão do terror e da ferida deixada no seio da sociedade mexicana naquela noite. Segundo uma professora, “um regime que se insurge contra seus jovens, mata-os, encarcera-os, rouba-lhes horas, dias, anos de sua vida absolutamente irrecuperáveis, é um regime débil e covarde, que não pode subsistir”.¹¹⁹ Intelectuais também deram seu depoimento em tom aterrorizado, como Francisco Martínez de la Veja (“É necessário deixar constante nosso indignado assombro por essa noite de Tlatelolco, em que presidiram a barbárie, o primitivismo e o ódio dos impulsos mais sinistros”¹²⁰), ou em tom de desconforto, como Octávio Paz, que resolveu demitir-se do seu cargo de embaixador (“Em 2 de Outubro de 1968 terminou o movimento estudantil. Terminou também uma época da história do México”¹²¹). Testemunhas e militantes, que viram ou viveram o massacre pessoalmente, retêm imagens e palavras cheias de terror, trauma e sentimento de derrota:

Não importa o tempo que eu viver, jamais esquecerei as horas de Tlatelolco.¹²²

Tlatelolco me transtorna. Lembro-me como víamos da tribuna a praça convulsionada, as correntes humanas que tentavam fugir e não podiam, os redemoinhos que se faziam no centro da praça, os muros de baionetas que eu não podia ver (...) Eu não entendia nada. Disparavam contra a tribuna (...) Não gosto de falar de Tlatelolco (...) não posso com Tlateoloco (...)¹²³

¹¹⁹ Isabel S. de BARRAZA, professora primária, apud PONIATOWSKA, 1987, p. 153.

¹²⁰ Em *El Día*, 8/out./ 1968, apud PONIATOWSKA, 1987, p. 161.

¹²¹ PAZ, 1984, p. 208.

¹²² Luis Gutiérrez LAZO, estudante do IPN, apud PONIATOWSKA, 1987, p. 267.

¹²³ Gilberto Guevara NIEBLA apud PONIATOWSKA, 1987, p. 153. Lecumberri era uma das prisões aonde foram levados militantes presos.

No final daquela tarde, em torno de 300 carros de assalto, jipes e caminhões militares e 10 mil soldados cercaram a Praça das Três Culturas, o conjunto de Nonoalco-Tlatelolco e seus arredores.¹²⁴ O alvo eram os participantes de uma assembléia que reunia entre cinco e 10 mil pessoas. O ataque começou depois da aparição de luzes de alerta no céu da Praça das Três Culturas, lançadas por helicópteros. Eram cerca de cinco e meia da tarde. Durante o comício, a multidão de estudantes, crianças, mulheres, idosos, vendedores ambulantes e outros ouviu os oradores do CNH que falaram do terceiro andar do edifício Chihuahua. Apesar da presença de policiais e soldados, o ambiente estava tranquilo. Os discursos tratavam de temas corriqueiros. Depois das luzes de alerta, ouviram-se os primeiros disparos e todos se alarmaram, apesar de os delegados do CNH gritarem para que a multidão não corresse, alegando serem apenas salvas. Mas não eram.

Helicópteros sobrevoando os manifestantes em fuga, também fizeram disparos de metralhadoras e causaram o incêndio do edifício Chihuahua. Um dos primeiros disparos feriu o chefe das operações, o general Hernández Toledo, comandante dos pára-quedistas e líder de operações militares contra as ações estudantis. Oficialmente, ele teria sido ferido por “franco-atiradores” do lado dos estudantes. Nessa versão, portanto, o Exército teria apenas reagido a um ataque terrorista. Realmente existiram franco-atiradores, mas eles não estavam do lado dos estudantes, pelo contrário. Tratava-se do Batalhão Olímpia, a serviço da repressão.

O fogo cerrado, com todo tipo de armamentos, durou 29 minutos. Outro relato fala em quase uma hora. Depois, os disparos diminuíram, mas nunca totalmente. Os tiros, inclusive de metralhadoras e outras armas pesadas, saíam de todas as direções, o que fez com que alguns franco-atiradores e soldados se mataram mutuamente. Estudantes procuravam refúgio nos apartamentos, desesperados, sendo acolhidos por alguns moradores, mais corajosos, que abriram suas portas.

¹²⁴ JELEN, dez./1968.

Após as 22h30, os soldados passaram a atacar com baioneta calada todo grupo com mais de dez pessoas. Testemunharam-se execuções combinando tiro e baioneta. À meia noite cessaram os tiros. Segundo um oficial, “aproximadamente quinze mil balas de diferentes calibres foram disparadas durante o acontecimento armado em Nonoalco-Tlatelolco”.¹²⁵ Apesar do general Hernández dizer que proibira o uso das armas de alto calibre, metralhadoras e até armas ainda mais pesadas foram empregadas – tiros de bazucas e até dos canhões dos tanques. Portas de elevadores arrebentadas denunciavam também o uso de armas com alto poder destrutivo. Enquanto isto, o Exército desalojava os edifícios. Muitas das famílias foram evacuadas de seus apartamentos após serem registradas e passar por rigorosa revista. Tornando ainda mais mórbida aquela terrível noite, chovia bastante.

Entre os repressores estavam os franco-atiradores que formavam o Batalhão Olímpia, identificados com um pano branco no braço. Relatos contam que seus integrantes procuravam, no meio da confusão da matança, se comunicar pelo rádio com os soldados pedindo para que não atrasassem neles, identificando-se como Batalhão Olímpia (perversa menção ao objetivo do massacre, garantir a “tranquilidade” dos jogos olímpicos). Este grupo paramilitar era formado por jovens soldados e oficiais advindos de várias polícias. Por meio da ação deles, também foram presos quase todos os membros do CNH, logo no início da operação. Há afirmações que os agentes desse batalhão, assim como alguns soldados, roubaram suas vítimas e saquearam os edifícios.

O massacre foi, ao mesmo tempo, confuso e organizado. É possível suspeitar que parte da confusão foi mesmo planejada e que a operação tinha sido mais ou menos tencionada com vários dias de antecedência, como prova o relato de um carcereiro de que, dias antes do massacre, tinham sido desocupados dormitórios na prisão em que trabalhava.¹²⁶ Jovens detidos foram

¹²⁵ PONIATOWSKA, 1987, p. 242.

¹²⁶ *Ibid*, 1987, p. 230.

arrastados pelos cabelos e outros, conduzidos nus até o transporte que os levaria à prisão. Sangue, chuva, balas, correria, angústia, incredulidade, terror e lágrimas povoam as narrativas dos que estiveram no meio da multidão amedrontada:

Creio que os muros de Tlatelolco têm os poros cheios de sangue. Tlatelolco inteiro respira sangue.¹²⁷

O sangue da minha filha se foi nos sapatos de todos os seus companheiros que corriam pela praça.¹²⁸

A corrida angustiosíssima de seres indefesos que tentavam pôr-se a salvo das balas, o grito mudo das centenas de detidos, o heroísmo dos habitantes de Nonoalco-Tlatelolco, ajudando, dando cafés, fazendo curativos, protegendo os feridos ainda que à custa da própria vida e finalmente, de manhã, sem água (...), com a noite de insônia em cima... uma mãe... uma mãe gritando: 'Carlinhos!',... soluçando em busca de seu filho e perguntando por ele.¹²⁹

Os dados sobre o total de mortos nunca foram precisos. Jornalistas europeus e norte-americanos falaram em mais de 400 mortos, ao passo que o governo e a maioria dos jornais mexicanos reconheceram apenas 40.¹³⁰ Não apenas os estudantes foram vitimados na noite triste. Uma mãe, em busca de seu filho, viu num necrotério os cadáveres de mais de dez ferroviários – um grupo deles havia ido prestar solidariedade ao último comício em Tlatelolco.¹³¹ As autópsias do Serviço Médico Forense mostraram que

(...) a grande maioria das vítimas morreu (...) em consequência de ferimentos por baioneta (...) Outros, por disparos de armas de fogo feitos a curta distância (...) Três casos chamaram a atenção dos médicos: um menino de aproximadamente dez anos que morreu

¹²⁷ Margarita NOLASCO apud PONIATOWSKA, 1987, p. 171.

¹²⁸ Dolores V. de SOLÍS apud PONIATOWSKA, 1987, p. 195.

¹²⁹ María Luisa MENDOZA, escritora e jornalista, moradora de Tlatelolco apud PONIATOWSKA, 1987, p. 248.

¹³⁰ CARRIÓN, 1969. Dados do jornal inglês *The Guardian* consideravam mais provável a morte de 325 pessoas (segundo PAZ, 1984).

¹³¹ Apud PONIATOWSKA, 1987, p. 250.

em consequência de uma ferida de baioneta no crânio (...) O segundo, uma anciã que sucumbiu depois de receber um golpe de espada (...) O terceiro caso, uma adolescente que apresentava uma ferida de baioneta no costado esquerdo. A lesão nascia na axila e terminava na cadeira (...).¹³²

Estas brutalidades refletiam violências outrora realizadas pelas Forças Armadas, quando convocadas para reprimir movimentos sociais. Várias pessoas, particularmente crianças, também morreram pisoteadas durante o tumulto¹³³. Os soldados impediam os fotógrafos de registrar imagens dos corpos. Segundo mães, que não conseguiram encontrar o corpo de seus filhos, muitos cadáveres chegaram mesmo a desaparecer. Como se previssem o desconsolo dos dias seguintes, vários familiares recusavam-se a entregar o corpo dos seus mortos, em seu poder, às ambulâncias. Depois da tragédia, o calvário dos familiares dos presos e desaparecidos continuaria, nas desesperadas buscas em prol dos destinos dos seus entes queridos.

As forças da repressão organizaram um verdadeiro sistema concentracionário, preparando campos militares e prisões para receber os milhares de detidos. Nos campos militares foram colocados juntos jovens, adultos, mulheres, crianças e, às vezes, até famílias inteiras detidas. Aos poucos, foram sendo liberados, mas muitos daqueles identificados como líderes, juntamente com vários a quem falsas culpas foram atribuídas, acabaram sendo julgados e condenados. Os mantidos presos concentraram-se basicamente no campo de Lecumberri, uma das prisões em que foram mantidos os militantes encarcerados. Em 1971, segundo Poniatowska, ainda havia lá cerca de 168 presos advindos dessa rebelião.

Tlatelolco serviu de experimento de repressão aos movimentos estudantis massivos. Preparado cuidadosamente, talvez até em suas imperícias militares, o ataque aos estudantes deve ter sido também posteriormente estudado pelos vários governos e órgãos

¹³² Em *El Universal*, 4/out./1968, apud PONIATOWSKA, 1987, p. 224.

¹³³ Daniel E. LEPE apud PONIATOWSKA, 1987, p. 191.

de inteligência que se ocupavam naqueles dias, em todo o mundo, em conter a mobilização juvenil. Os efeitos negativos e “positivos” desse evento, bem como as justificativas oficiais, foram provavelmente objeto de reflexão por muitos dos organismos estatais e agências internacionais interessados em combater a onda mundial de revoltas. Em outros locais do Terceiro Mundo, a repressão usou violência extrema: Alexandria (no Egito, em 1967), no Paquistão Oriental (atual Bangladesh, em 1968) e Sri Lanka (em 1971). Mas, no México, a brutalidade foi infinita, bem maior que Alexandria, embora menor que em Bangladesh e Sri Lanka – contudo, nestes dois últimos a rebelião estudantil se deu em conjunto com uma insurreição popular armada. As *lições* de Tlatelolco devem ter mostrado, aos que tinham por tarefa reprimir os estudantes, que tal grau de violência deveria se dar apenas em último caso. Tlatelolco, por um lado, foi *eficiente* para calar o país, por outro, não foi retomado em lugar nenhum com esse teor – como ataque militar pesado, combinado com tropas paramilitares, contra uma manifestação massiva, mas desarmada. Outras ações de tipo *militar* de grande impacto se dariam nos Estados Unidos, entre 1968 e 1970, e mesmo no Brasil, na repressão do congresso da UNE, em Ibiúna, em 1968 – mas não resultaram em massacres hediondos de jovens de classe média desarmados.

Tão terrível quanto o massacre, segundo vários relatos, foi constatar que após ele a cidade e o entorno de Tlatelolco agiam como se nada tivesse acontecido: “Ao sair de Tlatelolco, tudo era uma normalidade horrível, insultante. Não era possível que tudo seguisse calmamente (...) Então me dominou uma espécie de ataque histérico e comecei a gritar: ‘Estão massacrando pessoas em Tlatelolco!’”.¹³⁴ Estado, imprensa e a própria rotina do cotidiano tentaram fazer com que aquela noite simplesmente fosse apagada da memória coletiva. Tentara-se estabelecer uma espécie de amnésia coletiva quanto ao incidente. No subconsciente nacional, porém, a seleção arbitrária do que a memória deve ou

¹³⁴ Margarita NOLASCO, antropóloga, apud PONIATOWSKA, 1987, p. 235.

não registrar nem sempre é bem-sucedida. Tlatelolco tornou-se uma dívida da memória coletiva do México para consigo mesma, um fantasma do passado, ignorado, mas que não se conseguiu ainda exorcizar: “Nunca choramos tanto como nestes dias... Como se quiséssemos lavar com a força das lágrimas todas as imagens... Porém é mentira que as imagens se lavam com a força das lágrimas. Elas continuam na memória”.¹³⁵

Oito dias depois, como que se tentasse extirpar o massacre com uma festa esportiva, começaram as olimpíadas. Mundialmente, elas não ficaram marcadas nem pelo massacre nem pela esforçada organização. Foi nesse evento que os atletas negros americanos, Tommie Smith e John Carlos (primeiro e terceiro colocados nos 200 metros rasos), fizeram o gesto desafiador, típico dos Panteras Negras, ao serem premiados com suas medalhas: levantaram o punho e abaixaram a cabeça durante o hino dos Estados Unidos. “Os campeões negros ao usar seu triunfo no esporte como arma política impressionaram profundamente aos espectadores mexicanos e isto, ainda que em forma indireta, serviu ao nosso Movimento.”¹³⁶

Nova mobilização importante no país só iria acontecer no final de 1986. Na Cidade do México, centenas de milhares de universitários e pré-universitários marcharam novamente ao Zócalo para protestar contra a decisão do governo de impor cotas de inscrição e exames vestibulares para a Unam: “Uma vez mais, os estudantes cativaram a imaginação da capital. Suas discussões com as autoridades acadêmicas foram transmitidas ao vivo pelas rádios.”¹³⁷ Diferentemente de 1968, inclusive graças aos seus propósitos mais definidos e restritos ao *educacional* (diante de um regime que ainda se mantinha intransigente quanto à abertura política), os estudantes foram vitoriosos. Segundo Katsiaficas, em

¹³⁵ Perla Vélez de AGUILLERA apud PONIATOWSKA, 1987, p. 268.

¹³⁶ Samuel Bello DURÁN, estudante de Odontologia da UNAM, apud PONIATOWSKA, 1987, p. 153.

¹³⁷ CASTAÑEDA, 1994, p. 176.

1986 uma segunda onda mundial de revoltas juvenis se esboçou na França, Espanha, Palestina, Coréia do Sul e China.¹³⁸

Nos anos 1990, ainda se manteve a face autoritária e violenta do governo mexicano, praticamente uma caricatura dos regimes pseudodemocráticos que substituíram, em outros lugares do continente latino-americano, os regimes militares. Depois dos estudantes, os excluídos do México “profundo” rebelaram-se novamente, no exato momento em que o regime acreditava estar lançando seu país à *globalização*, à adesão definitiva à modernidade capitalista e ao mercado mundial. Em 1º de janeiro de 1994, o Exército Zapatista de Libertação tomou várias cidades do Estado de Chiapas, resultando, oficialmente, em cerca de 140 mortos (estimativas de organizações internacionais falam em mais de 500 mortos). No mesmo dia, começava a vigorar o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), acordo comercial entre México, Canadá e Estados Unidos. Os zapatistas inspiravam-se em Emiliano Zapata, outra lenda da Revolução Mexicana – cujos mitos continuaram sendo usados para tentar sustentar o regime do PRI. Formado por populações indígenas e camponeses sem acesso à terra no pobre estado de Chiapas, sul do México, seu lema era o velho ideal de “terra e liberdade”. Contra eles foram usadas as tradicionais armas – tropas do Exército, forças paramilitares, massacres e atribuição de culpa a estrangeiros colaboradores das populações miseráveis da região.

Os zapatistas colocam novamente diante dos olhos toda a parafernália mitológica e repressiva tão recorrente na história do povo mexicano e – por que não? – dos povos da América Latina. Velhos e novos sonhos também se retomam e se querem fazer reais, ora na boca dos estudantes e de trabalhadores urbanos, ora na de camponeses e indígenas. Afinal, também o subcomandante Marcos, líder dos zapatistas, expressou o desejo de construir “um mundo onde caibam muitos mundos, um mundo que seja uno e diverso”.¹³⁹

¹³⁸ KATSIAFICAS, 1987.

¹³⁹ Apud José SARAMAGO, 7/jun./1998, p. 1.25.

III. O Brasil em 1968

1. 1968

O regime autoritário no Brasil, em 1964, implantado por um golpe de Estado efetuado pelas forças armadas e que duraria até 1985, foi caracterizado, por Juan Linz, como uma *situação autoritária*, dado que, na verdade, consistiu numa ordem pouco institucionalizada, mantendo aspectos democráticos, ainda que distorcidas (eleições, partidos, espaço para o Congresso, Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais).¹⁴⁰ Tal indefinição foi menos característica nos *Anos de Chumbo*, fase mais dura do regime militar, entre 1969 e 1974. Portanto, até a promulgação do Ato Institucional n. 5 (AI-5), em dezembro de 1968, o novo regime ainda não assumira totalmente a roupagem autoritária e repressiva (roupagem que tentaria modificar na terceira fase do regime, entre 1974 e 1985, a fase da *distensão*).

Para Quartim de Moraes, as manifestações de 1968 constituíram, quanto à amplitude da participação popular, o principal movimento social durante o regime militar, depois das campanhas pelas “Diretas Já”, de 1984. No entanto 1968 superou 1984 em duração. Enquanto as “Diretas Já” tiveram cerca de quatro meses, as ações de 1968 duraram pelo menos o dobro, entre o assassinato de Edson Luís, no final de março, e o Congresso de Ibiúna, em outubro.¹⁴¹ Martins Filho identifica dois ápices: o primeiro teve cerca de 26 grandes passeatas em 15 capitais, nos sete dias seguintes a 28 de março, dia da morte de Edson Luís e o segundo ápice deu-se a partir de meados de junho, em torno da Passeata dos 100 mil – e além dela, outras 16, em sete capitais. Ainda segundo esse autor, a partir do mês seguinte a

¹⁴⁰ ALMEIDA & WEIS, 1998.

¹⁴¹ MORAES, 1989.

mobilização estudantil passou a refluir, graças particularmente à repressão implacável e à “dificuldade de ampliar as alianças na campanha contra a ditadura”, apesar de importantes movimentos grevistas, que não foram suficientes para dar-lhe respaldo.¹⁴²

Desde o início do ano, uma série de eventos anunciava os temas e as questões de 1968, sobretudo no Rio de Janeiro: atos da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e de artistas de teatro contra a censura, a primeira passeata dos estudantes do restaurante Calabouço (em 15 de janeiro) e outras manifestações estudantis, com destaque a questão dos *excedentes*.¹⁴³ Em março, ocorreram protestos em São Paulo, Brasília, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre.¹⁴⁴ Não se pode deixar de lembrar a revolta nos meios intelectuais e artísticos contra aspectos mais sensíveis do regime, como a censura, mas esses acontecimentos não faziam prever a amplitude que as ações tomariam. Certamente, a irrupção de 1968 deveu-se a um fato e a uma repercussão imprevistos – o assassinato de um estudante secundarista no Calabouço.

Esse restaurante carioca, frequentado essencialmente por estudantes secundaristas pobres, era um local de grande e radical agitação político-estudantil. A Frente Unida dos Estudantes do Calabouço (FUEC) controlava o acesso ao lugar, recebia aluguel do comércio local, mantinha cursinhos (supletivos e pré-vestibulares) e uma pequena livraria. Em 28 de março, no final da tarde, os ativistas do Calabouço preparavam uma nova passeata contra o aumento do preço da refeição e reivindicavam a conclusão das obras do restaurante. O governo estava ciente da manifestação e, no momento do protesto, em torno das 18h, o lugar foi cercado pela

¹⁴² MARTINS FILHO, 1998b.

¹⁴³ Os excedentes eram os “estudantes aprovados com nota acima de 5,0 no concurso para a universidade e que ficavam fora dela por ausência de vaga (33,3% do total de estudantes aprovados, em 1962, para 58,3% em 1968)” MARTINS FILHO, 1998, p 17).

¹⁴⁴ VAZQUEZ, 1998; PERRONE, 1988, p. 149; DIRCEU & PALMEIRA, 1998; HAGEMEYER, R.R. “1968: ano da derrubada do ensino pago no Paraná”. In: MARTIS FILHO, 1998, p. 95-128; Revista da UNE, 1968.

polícia militar, a polícia civil e agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Os policiais receberam vaias e assobios e, por isto, resolveram invadir, já com armas na mão, em meio a nova vaia ensurdecedora. Atiraram, matando o secundarista de 18 anos, Edson Luís de Lima Souto, além de ferir outros estudantes com disparos a esmo e pancadas dos cassetetes.

Os companheiros de Edson levaram seu corpo até à Assembléia Legislativa, próxima do restaurante. A polícia estadual cercou, contra as ordens do governador Negrão de Lima – que pertencia ao partido de *oposição*, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) –, fez várias prisões e lançou bombas de gás lacrimogêneo. Acabou recuando, diante de uma multidão cada vez maior afluindo ao local. Frases de efeito ditas durante o velório, repetidas durante o enterro no dia seguinte, encontram eco nas classes médias do Rio de Janeiro e em estudantes de todo o país, entre elas, “Mataram um estudante. E se fosse um filho seu?”¹⁴⁵ Intelectuais e artistas também mobilizaram-se em solidariedade contra o assassinato.

Naquele 29 de março, a Cinelândia amanheceu tomada por populares. Marcharam 50 mil pessoas para enterrar o corpo de Edson Luís. Desde as marchas pela vitória, no golpe de 1964, era a maior mobilização popular já ocorrida. O cortejo foi recebendo a adesão da população, enquanto as luzes em certas ruas não foram acesas na tentativa de detê-lo, uma vez que ele que adentrava a noite.¹⁴⁶

Em vários outros Estados do país, ocorreram manifestações de luto por Edson Luís. Formou-se uma verdadeira onda estudantil *nacional*. O presidente do DCE da Universidade Federal de Minas Gerais, Jorge Batista, entrevistado por uma rádio de Belo Horizonte, afirmava cruamente que a morte de Edson Luís fazia parte das comemorações do quarto ano do golpe de 1964 e defendia que se devia “responder concretamente à agressão

¹⁴⁵ VENTURA, 1989, p. 102.

¹⁴⁶ VALLE, 1997.

também de uma forma que há de ser e tem que ser agressiva”.¹⁴⁷ Realmente, no centro da capital mineira ocorreu uma passeata estudantil no mesmo momento em que, no Rio de Janeiro, o corpo de Edson Luís era enterrado. No mesmo dia, em Brasília, estudantes, apoiados por populares, incendiaram viaturas e queimaram os palanques onde iria ser comemorado o aniversário do golpe. Diante da repressão policial, um estudante foi ferido com um tiro no peito. Também houve manifestações estudantis importantes em Curitiba, Maceió e São Paulo.

Como se pode notar, a mobilização de 1968, desde o início, não se restringiu a São Paulo e Rio de Janeiro. Foi nacional. No entanto, quase todos os estudos sobre ela foram realizados apenas nessas cidades, onde também se concentra boa parte dos dados. Não é exagero dizer que São Paulo e Rio de Janeiro representaram seus dois principais focos, mas é incorreto afirmar a possibilidade de se entender a dinâmica de tal movimento olhando apenas esses dois exemplos, assim como enxergá-los como os seus “centros” dirigentes. Segundo Quartim de Moraes, 1968 foi responsável pela *interiorização* da ação social contra o regime militar, não apenas por se dar em muitas capitais, mas também por ocorrer no interior de alguns estados, em destaque o interior de São Paulo (com protestos em São Carlos, Presidente Prudente, Campinas, Piracicaba etc.).¹⁴⁸

Também no início, ameaçou constituir uma mobilização social para além da estudantil. Destacaram-se artistas e intelectuais, mas também se formou uma comissão de mães. Representantes destes setores, no Rio de Janeiro, acabaram decidindo convocar uma nova passeata, que deveria acontecer em 1.º de abril, para “comemorar o aniversário do golpe de 1964”.¹⁴⁹ Entre a morte de Edson Luís e a missa em sua memória, sete dias depois, “a rebeldia estudantil

¹⁴⁷ Jorge BATISTA, em programa da Rádio Itatiaia, de Belo Horizonte, em 29/mar./1968 (transcrição de documento mimeografado obtido com a pesquisadora Maria Ribeiro do Valle, em 1999).

¹⁴⁸ MORAES, 1989.

¹⁴⁹ Vladimir PALMEIRA apud DIRCEU & PALMEIRA, 1998.

confundi-se com o repúdio geral do regime militar”.¹⁵⁰ Sentavam-se aos estudantes às categorias anteriormente citadas, os sindicatos operários, grupos parlamentares de oposição e até do partido do governo, líderes cassados e dissidentes, setores da Igreja e grande parte da imprensa.

Oficialmente, a data da “Revolução de 64” era o dia 31 de março, em cuja noite tropas mineiras foram mobilizadas. A oposição preferia referir-se ao evento como *golpe militar*, que teria se dado no dia 1º de abril, tradicionalmente o dia da mentira no Brasil. De qualquer forma, o governo federal havia proibido a realização de passeatas naquele dia de 1968. Apesar disto, várias delas se deram em todo o país. Algumas registraram violência, outras não.

A manifestação convocada, no Rio de Janeiro, pela comissão popular formada no dia do enterro de Edson Luís deveria ser, segundo seus líderes, pacífica. Mas, após 40 minutos de normalidade, às 17h30min vários estudantes entraram em choque com os policiais. Mais de 5 mil policiais militares agiram, agredindo estudantes e populares. Um trabalhador foi morto, 60 pessoas atendidas nos hospitais e 200 prisões realizadas. Cinco horas mais tarde, a cidade era ocupada por tropas do Exército e da Marinha.¹⁵¹

Naquele dia, cenas de grande violência e morte repetiram-se em Goiânia. Reunindo cerca de 5 mil pessoas, as ruas da cidade viraram campo de batalha: estudantes, parlamentares do MDB e até o reitor da Universidade Federal foram atacados pela polícia. Durante a repressão, foi morto o lavador de carros (e também estudante secundarista) Ornalino Cândido da Silva, confundido com o líder estudantil Euler Ivo, e vários outros estudantes, presos. Outra ação violenta, dessa vez por parte dos jovens, deu-se em Fortaleza, no início de abril, com destruição das instalações do Serviço de Informações dos Estados Unidos (USIS).¹⁵²

¹⁵⁰ João Roberto MARTINS FILHO apud VALLE, 1997, p. 39.

¹⁵¹ VALLE, 1997.

¹⁵² DUARTE, T “Entre a realidade e a utopia: Goiânia em 1968”. In: MARTINS FILHO, 1998; VENTURA, 1989.

Na capital paulista, a passeata em 1.º de abril reuniu milhares de estudantes, que percorreram ruidosamente as ruas do centro até o Teatro Municipal, onde fizeram um ato público que contou com a participação de artistas e intelectuais conhecidos. Em Curitiba, os jovens sentaram-se no asfalto e ouviram discursos difundidos por um improvisado sistema de som, em caminhonete da União Paranaense de Estudantes (inventava-se, também em 1968, o “caminhão de som”).¹⁵³ Registraram-se também manifestações em Recife, Natal, João Pessoa, Porto Alegre e Florianópolis. No Estado de São Paulo, além da capital, aconteceram atos no ABC, Santos, Presidente Prudente, Guaratinguetá, São José do Rio Preto, Catanduva e São Carlos. E no dia seguinte, mais passeatas em São Paulo (com choques com a polícia), Porto Alegre, João Pessoa, Fortaleza, Natal e Recife.

Após a missa de sétimo dia da morte de Edson Luís, na igreja da Candelária, no Rio de Janeiro, tanto na manhã quanto à noite, “apesar da cordura com que se comportaram os que foram aos dois atos religiosos, a Polícia Militar e o DOPS investiram contra todos, a patas de cavalo, a chanfradas de sabre e espada, numa fúria selvagem... Era a forra contra a acusação nacional do assassinato covarde do jovem Edson Souto”.¹⁵⁴ Depois do incidente com a polícia na missa da manhã, as autoridades garantiam que, no final da celebração da tarde, todo mundo podia sair tranquilamente, desde que não fosse em passeata. “Mas naquele fim de tarde a cena era expressiva: centenas de pessoas enfileiradas nas escadarias e calçadas da igreja, tentando pacificamente se afastar dali e sendo atacadas por tropas de cavalaria. Aquilo teve uma repercussão enorme; afinal, o governo havia rompido o acordo que fez com os padres e praticamente invadiu a igreja, distribuindo cacetadas”.¹⁵⁵

¹⁵³ DIRCEU & PALMEIRA, 1998, p. 111; HAGEMEYER, R.R. “1968: ano da derrubada do ensino pago no Paraná”. In: MARTINS FILHO, 1998, p. 95-128.

¹⁵⁴ *Correio da Manhã*, de 5/abr./1968, apud VALLE, 1997, p. 65.

¹⁵⁵ Vladimir PALMEIRA apud DIRCEU & PALMEIRA, 1998, p. 93.

No mesmo dia, outro evento, em Santo André, lembrando o estudante morto, contou com a participação dos sindicatos operários e do Movimento Intersindical Antiarrocho (MIA, formado por setores mais moderados do sindicalismo paulista) e o apoio de setores da Igreja Católica, não observando as cenas de violência vistas no Rio de Janeiro. Também houve atos religiosos em São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Brasília, Niterói, Recife e São Luís. Mas as rádios e televisões foram proibidas de noticiá-los, assim como a chacina na Candelária.¹⁵⁶

Encerrava-se, então, o primeiro ciclo de grandes manifestações de 1968. Entre abril e a primeira metade de junho, deram-se novos acontecimentos, mas prevaleceu a tendência dos estudantes recolherem-se no interior das faculdades e “refazerem as forças”.¹⁵⁷ Ainda assim, várias ações estudantis devem ser lembradas. Uma das ações que merecem destaque foi a do dia do Trabalho, na cidade de São Paulo, envolvendo militantes operários e estudantis. O governador Abreu Sodré, aliado do regime militar, havia construído um palanque, no centro, para comemorar o 1.º de maio ao lado de líderes do MIA, que terminou destruído pelos estudantes e pelo Agrupamento Revolucionário de São Paulo (mais tarde, ALN).¹⁵⁸ Seguiu-se uma série de ações violentas por parte dos manifestantes e confrontos com a polícia.

Em Curitiba, os alunos repudiaram a decisão da Universidade Federal (cujo reitor era Flávio Suplicy de Lacerda, ex-ministro da Educação de Castelo Branco) de criar um curso pago de engenharia. Naquele 1.º de maio, mais de 500 estudantes ocuparam o *campus* do Centro Politécnico, onde aconteceria o vestibular. Enfrentariam a polícia, dias depois, que tentava desocupar o Centro. Nessa mesma cidade, treze dias mais tarde, estudantes tomaram o *campus* da reitoria, ergueram barricadas em todas as esquinas, com apoio dos operários dos prédios em

¹⁵⁶ PERRONE, 1988, p. 150.

¹⁵⁷ RIDENTI, M. “Breve recaptulação de 1968 no Brasil”. In: GARCIA & VIEIRA, 1999, p. 150.

¹⁵⁸ DIRCEU & PALMEIRA, p. 97.

construção, prenderam funcionários e professores em uma sala e tomaram de assalto as telecomunicações. Enfim, num acordo com representantes do governo estadual, conquistaram o compromisso dele de não implantar o ensino pago. Em comemoração, ao saírem da reitoria, arrastaram pelas ruas o busto do reitor.¹⁵⁹

Já os alunos de medicina da Universidade Federal de Belo Horizonte, ocuparam, em 3 de maio, o prédio da faculdade e mantiveram presos o diretor e alguns professores. Dois dias depois, a polícia o desocuparia, encarcerando 117 ativistas. Em resposta às ações estudantis, instalou-se em Minas Gerais um verdadeiro *clima de terror*. No dia 10, foi decretada a prisão preventiva de todos os líderes estudantis do Estado. Quase todos, além de outros colegas, foram presos e muitos foram torturados.¹⁶⁰ O Rio de Janeiro, continuou palco de importantes ações, como a invasão de restaurantes universitários e comícios-relâmpago. Mas a repressão também contra-atacaria promovendo várias prisões e torturas. Ainda naquele mês, a Casa do Estudante foi invadida pela PM e seus moradores, espancados. Em 2 de junho, anunciando a segunda onda de manifestações, 16 mil estudantes participaram de uma greve de advertência na UFRJ, com apoio de professores e secundaristas. Três dias mais tarde, o DOPS cercaria as faculdades cariocas. Enquanto isso, em Salvador duas bombas foram lançadas na Universidade Federal da Bahia – três dias depois, 8 mil estudantes ocupariam a Universidade, de onde seriam expulsos pela repressão apenas no dia 22. Em 19 de junho, aconteceram protestos estudantis em Belo Horizonte, Juiz de Fora e Fortaleza.

Justamente na segunda metade de junho iniciou-se o segundo ciclo de grandes manifestações de 1968. Na verdade, também greves estudantis e ocupações de unidades escolares, como a Pontifícia Unviersidade Católica de São Paulo (PUC-SP), desde o

¹⁵⁹ HAGEMeyer, R.R. "1968: ano da derrubada do ensino pago no Paraná". In: MARTINS FILHO, 1998, p. 95-128.

¹⁶⁰ CARNEIRO & PONTES, 1998; VALLE, 1997.

início do mês. No entanto, os incidentes mais destacados neste segundo ciclo se deram no Rio de Janeiro.

No dia 20, aconteceria o ato que ficou conhecido como a *quarta-feira sangrenta*. Novamente, o movimento carioca iria até o Ministério da Educação e Cultura (MEC), tentando dialogar com o ministro Tarso Dutra. Sabia-se que, como nas vezes anteriores, a delegação não seria recebida. Mas, desta vez, resolveu-se preparar-se para ocupar o próprio prédio do ministério. A polícia entrou em conflito com os estudantes – preparados com pedras e coquetéis molotov – e impediu a invasão. Eles deslocaram-se para a Avenida Rio Branco e montaram uma barricada (mudando totalmente a tática tradicional de subir na contramão a avenida). Em frente ao antigo prédio do *Jornal do Brasil*, perto da Avenida Presidente Vargas, quando a tropa de choque estava próxima, Vladimir Palmeira, presidente da União Metropolitana Estudantil (UME), teria ordenado o ataque aos soldados. Em seguida, os cavaleiros avançaram contra os jovens e muitos cavalos foram derrubados com bolas de gude. Quando um estudante resolveu pôr fogo num caminhão do Exército, a sua polícia interveio. Por sua vez, os líderes preferiram decretar a retirada e marcaram a ocupação da universidade para o dia seguinte. No entanto até altas horas da noite continuariam os conflitos, envolvendo agora populares, em destaque os *office-boys*.¹⁶¹

No dia seguinte, em assembléia na Praia Vermelha, os estudantes obrigaram a Congregação da UFRJ a dialogar com eles. No final, os 2 mil participantes perceberam que a polícia cercara o local. Viram-se numa armadilha e decidiram sair de qualquer jeito, improvisando um pelotão de choque. Mas cerca de 400 deles acabaram detidos, imobilizados pelos tiros de fuzil. Por causa dos tiros refugiaram-se no campo do Botafogo, onde foram espancados e humilhados, inclusive com violência sexual contra moças. Foram feitas 311 prisões. Prevendo a repressão desta noite, Vladimir Palmeira e outros líderes estudantis do Rio de Janeiro já

¹⁶¹ Vladimir PALMEIRA apud DIRCEU & PALMEIRA, p. 103-104.

havia convocado uma passeata para a manhã seguinte, que seria depois conhecida como a sexta-feira sangrenta.¹⁶²

Na mesma noite de quinta-feira, por sua vez, a televisão já transmitia as notícias sobre os 400 estudantes presos no campo do Botafogo. E na manhã de sexta-feira, os jornais traziam estampados fotos e notícias sobre a violência policial. Gerara-se, deste modo, um clima de indignação e revolta em toda a população carioca. Uma pequena passeata se iniciou logo cedo. O povo nas ruas, em vez de simpatia moderada, ostentava forte apoio ao movimento, aplausos, gente aglomerada nas ruas, gritos e papel picado jogado do alto de edifícios. Mas a área em torno do MEC estava inteiramente tomada pela polícia e o cortejo decidiu ir em direção à Cinelândia e, finalmente, marchar para a embaixada dos Estados Unidos. Quando o prédio da embaixada começou a ser apedrejado, os seguranças responderam atirando a esmo, fazendo os participantes dispersarem. Quando se preparavam para continuar a passeata, a polícia chegou atirando, dispersando-os de vez.

Para Vladimir Palmeira, de qualquer maneira eles já tinham conseguido seu objetivo, dar um recado contra a repressão no campo do Botafogo.¹⁶³ Porém, apesar dos dirigentes e da própria massa universitária terem encerrado, o protesto não terminara ali realmente. Em torno das duas da tarde, já quase sem estudantes nas ruas, recomeçava a violência, com populares decidindo enfrentar a polícia, que vinha agindo com brutal arbitrariedade, ao atacar violentamente qualquer concentração humana, mesmo as que se formavam para atravessar os cruzamentos das avenidas. Apenas durante a noite foi “restabelecida a ordem”, com a intervenção da Polícia do Exército. Relatos de líderes comprovam que os jovens não esperavam a reação popular contra a repressão.¹⁶⁴ Na Sexta-feira Sangrenta, um policial fora morto, atingido por um objeto atirado do alto de um edifício. A polícia

¹⁶² Ibid.

¹⁶³ Ibid.

¹⁶⁴ SIRKIS, 1984, p. 87.

reconheceu apenas um morto entre os civis, embora informações apontem entre 10 e 20. Já várias testemunhas afirmam que o número de vítimas foi bem maior, alegando terem visto vários cadáveres estendidos nas ruas.¹⁶⁵

No mesmo dia 22 de junho, a polícia militar invadiu todas as faculdades da Universidade Federal da Bahia, fazendo mais de 200 prisões. Também, em Brasília, os alunos da UnB ocuparam o Congresso Nacional, protestando contra as intervenções policiais no seu *campus*. Dois dias depois foi a vez da cidade de São Paulo realizar ato estudantil, que não sofreu interferência policial. Os ativistas atacaram os prédios da Secretaria da Educação, da Academia Paulista de Letras, do Citibank e da farmácia do Exército. Diante do prédio do jornal *O Estado de S. Paulo*, franco-atiradores dispararam contra a multidão, que respondeu fazendo explodir dois coquetéis molotov. Um automóvel com placa oficial foi incendiado por um grupo de jovens, enquanto outro grupo atacava um caminhão com garrafas de Pepsi-Cola. No fim, foi ocupada a Faculdade de Direito da USP, no Largo São Francisco.¹⁶⁶

Entretanto, o grande evento deste segundo ciclo – na verdade, de todo o ano de 1968 – foi a passeata dos 100 mil, no Rio de Janeiro, em 26 de junho. Quatro dias antes, na sexta-feira sangrenta, os principais líderes estudantis cariocas decidiram marcar outra grande manifestação para o começo da semana seguinte. Seria a passeata dos 100 mil. Centenas de jovens ajudaram na distribuição de panfletos e na sua convocação. Esperava-se novo confronto com a repressão, até que, para surpresa geral, o governador Negrão de Lima anunciou na televisão a sua permissão, além de decretar ponto facultativo no dia de sua realização.

Esse evento tem várias semelhanças com a marcha silenciosa ocorrida no México (em 13 de setembro): o número impressionante de pessoas, levando-se em conta a repressão

¹⁶⁵ DIRCEU & PALMEIRA, 1998.

¹⁶⁶ PERRONE, 1988; RIDENTI, M. “Breve recaptulação de 1968 no Brasil”. In: GARCIA & VIEIRA, 1999, p. 55-60.

costumeira de ambos os regimes contra os atos da oposição, e a marcha pacífica de uma multidão engrossada pela população da metrópole e apoiada por diferentes categorias sociais, destacando-se as classes médias intelectualizadas. No entanto, o silêncio da marcha mexicana contrastaria com a retórica da passeata carioca. Entre os presentes, predominavam os estudantes, mas, como no enterro de Edson Luís, várias categorias a completaram, incluindo padres, freiras, artistas e intelectuais. Notas de solidariedade aos estudantes foram divulgadas também por mães de alunos, professores, jornalistas, servidores, a Ordem dos Advogados do Brasil e setores do clero. A passeata consistiu num comício, na praça na Candelária, uma marcha daí até a frente da Assembléia Legislativa e encerramento com uma homenagem a Tiradentes, diante de sua estátua.¹⁶⁷

Apesar de seu caráter tranquilo, num jornal estudantil, lançado poucos dias depois, José Roberto Arantes considerava mistificador falar de uma *passeata pacífica*, pois os líderes estudantis teriam passado seis horas tentando “educar as massas para a violência, para a necessidade de empregar a força para combater a repressão. Falou-se seguidamente, sob aplausos de todos, da necessidade de criação de um Exército Revolucionário para enfrentar a opressão (...) A necessidade da violência para transformar o País foi votada nesta assembléia (popular) e aprovada”¹⁶⁸. Ou seja, a violência teria dado o tom dos discursos, inclusive o do próprio Vladimir Palmeira, que criticou o uso impensado da força contra a polícia, mas que disse apoiar seu emprego no momento certo, quando, “através de um processo longo, chegar a hora de pegar nas armas”.¹⁶⁹ A esquerda estudantil, apesar do calmo desenrolar do evento, saturou os presentes com a mensagem da violência revolucionária.

Seis dias depois, outra enorme marcha no Rio de Janeiro ficou conhecida como a *passeata dos 50 mil*. Desfilou do centro até

¹⁶⁷ DIRCEU & PALMEIRA, 1998, p. 142.

¹⁶⁸ Apud VALLE, 1997, p. 75.

¹⁶⁹ Ibid., p. 75.

o Campo de Santana, onde ficava o Tribunal Superior Militar, exigindo a libertação de presos na quarta-feira sangrenta. Vladimir Palmeira conta que, quando alguns comerciantes começaram a descer a porta de suas lojas, diante da chegada da manifestação, muitos estudantes gritaram “Abre, abre, quem quebra é a polícia”, e foram atendidos.¹⁷⁰

Mas no dia seguinte, 5 de julho, o governo federal decretou a proibição de passeatas e atos públicos em todo o país. Fechava-se, no âmbito legal, um dos principais meios de expressão estudantil de 1968. É claro que, até então, a repressão estivera presente em quase todas as manifestações de rua. Mas o fechamento legal definitivo, se não colaborou, ao menos coincidiu com o fim de eventos de massa naquele ano. A partir daquele mês, as forças da repressão agiriam com rigor ainda maior, tentando impedir qualquer ação pública, como em Recife, no dia 9, quando 5 mil soldados tomaram as ruas para obstruir uma passeata dos estudantes. Mesmo assim, muitas outras passeatas foram realizadas em todo o país. Mas tenderam, no segundo semestre, a ter menos manifestantes e a sofrer repressão mais violenta.

As ocupações de faculdades seriam visadas pelo regime. Em 14 de julho, em São Paulo, um juiz determinou a devolução do prédio da Faculdade de Direito, sob pena de reintegração com uso da força. Esperava-se um sério conflito. Três dias mais tarde, a polícia cercou a faculdade e a invadiu durante a madrugada. Os 40 ativistas presentes apenas hastearam a bandeira e começaram a cantar o Hino Nacional – e continuariam cantando, depois de presos, até chegar ao DOPS. No dia 23, seria também a vez dos ocupantes da PUC-SP serem desalojados.¹⁷¹

Em 2 de agosto, foi preso, no Rio de Janeiro, o presidente da UME, Vladimir Palmeira, líder estudantil que mais vinha se destacando perante a opinião pública. Esboçou-se um pequeno ciclo de protestos, durante aquele mês, em solidariedade a Palmeira, em

¹⁷⁰ DIRCEU & PALMEIRA, 1998.

¹⁷¹ Ibid.

Aracaju, Salvador, São Paulo, Porto Alegre e Minas Gerais. Sinal dos tempos, a passeata do Rio de Janeiro em 6 de agosto, não pôde acontecer: 8 mil homens das Forças Armadas e da polícia ocuparam a cidade com tanques e metralhadoras, para impedi-la, enquanto órgãos de informação prendiam 150 jovens. A repressão se fez presente também em São Paulo. Nos atos do dia 9, os manifestantes armaram barricadas e pararam o trânsito, mas a polícia atacou indistintamente estudantes e populares. Novo evento uma semana mais tarde, em São Paulo, também se deu debaixo de violenta repressão policial. Em Belo Horizonte, após comícios estudantis entre 13 e 15 daquele mês, a polícia militar ocupou as ruas, no dia 19, para impedir novas tentativas de rebelião.

Outro momento-chave foi 29 de agosto, quando a Universidade de Brasília terminou violentamente invadida por forças da repressão. Protestando contra tal brutalidade dias depois, o deputado de oposição Márcio Moreira Alves faria um discurso que seria usado pelo governo federal como argumento para decretar o AI-5, em dezembro. Fala-se mesmo de um plano dos militares da linha-dura para provocar uma situação de confronto entre o governo e o Congresso Nacional, forçando o endurecimento do regime. O *campus* foi tomado numa operação envolvendo a polícia militar, o DOPS, a polícia federal, o Serviço Nacional de Informações (SNI) e a polícia do Exército, que alegaram estar fazendo buscas de ativistas com prisão preventiva declarada. Salas foram arrombadas e alunos foram espancados dentro delas, assim como professores e até deputados, que tentavam socorrê-los.¹⁷²

Enquanto isso, também a Universidade Federal de Belo Horizonte era invadida pela polícia, ao passo que, em Porto Alegre, uma passeata estudantil era dissolvida. No dia 30 vários repúdios estudantis à invasão da UnB e sucederam, com destaque ao do Rio de Janeiro. Outra marcha realizada na própria capital do país teve novos choques entre estudantes e policiais. Mas o

¹⁷² VALLE, 1997.

conflito mais sério se daria em Goiânia, quando os jovens se recusarem a participar dos preparativos do desfile de 7 de setembro. Num instante de ousadia, fizeram um *protesto épico* no dia da Independência:

Logo após o desfile das Forças Armadas, entrariam os estudantes secundaristas na avenida, tendo à frente a espartana fanfarra do Lyceu de Goiânia. Escondíamos faixas, cartazes, panfletos, estilingues, pedras, bolinhas de gude para receber a Polícia Montada, dentro das calças e das camisetas (...) Entramos em cena na avenida, protestando, gritando palavras de ordem, levantando faixas (...) A polícia veio em cima (...) Correria, gritos, pedradas, bombas de gás lacrimogêneo, comícios relâmpagos, viaturas policiais viradas e incendiadas.¹⁷³

Até populares participaram do confronto com a polícia, com feridos de ambos os lados e dezenas de prisões.

No início de outubro, aconteceriam em São Paulo novas cenas de violência causadas por setores ligados à linha dura do regime. Ficariam conhecidas como a *guerra da Maria Antonia*, prenho conflito entre alunos da Faculdade de Filosofia da USP e da Universidade Mackenzie, vizinhos na Rua Maria Antonia¹⁷⁴. Ao final do incidente, o prédio da Faculdade de Filosofia da USP foi depredado, incendiado e invadido por tropas policiais, com a complacência, e talvez para conveniência, dos governos do Estado e federal e até de autoridades universitárias. É o que se pode concluir a partir da documentação oficial produzida pela Congregação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, apurando tais fatos. Investigações internas de professores uspianos parecem comprovar que o incidente foi, na verdade, “um ataque organizado e articulado, pára-militarmente, por

¹⁷³ Francisco SAPICIÊNCIA e Gilvan NEIVA apud DUARTE, 1990, p. 136-7.

¹⁷⁴ A principio, até poderia lembrar os confrontos no campi de Pequim em 1968, já na penumbra da Revolução Cultural (cf. cap. IV).

integrantes do Comando de Caça aos Comunistas (CCC)”¹⁷⁵, grupo pára-militar formado por estudantes da extrema direita.

Diante da derrota eminente, os estudantes da USP decidiram desocupar, no início da noite, o prédio da Filosofia e fazer do Conjunto Residencial da USP (CRUSP, a moradia estudantil) o novo centro do movimento estudantil de São Paulo. Ao fim, quando o prédio da Filosofia já estava vazio e incendiado, os policiais o invadiram – e aproveitaram também para tomar o edifício da Faculdade de Ciências Econômicas da USP, próximo ao da Filosofia. Com o fim do conflito, fez-se festa na rua Maria Antonia, em que se ouviram “vivas ao Brasil e ao CCC”¹⁷⁶.

No conflito do dia 3 morreu o secundarista José Guimarães. De posse de sua camisa ensanguentada, José Dirceu discursou em passeata improvisada pelas principais ruas da cidade, na qual muitos carros foram virados e queimados, sob a palavra de ordem “Mataram um estudante, abaixo a ditadura!”. Enfim, policiais militares a dispersaram, usando gás lacrimogêneo. Os ativistas tentaram marcar um cortejo fúnebre para o dia seguinte, querendo repetir o ato popular que marcara o enterro de Edson Luís (e dera origem às revoltas de 1968). Mas, na manhã do dia 4, guardas civis forçaram sua família a fazer o enterro bem cedo. Diante disso, os estudantes decidiram-se por um *enterro simbólico*: “Com a revolta que tomava conta da cidade, aquela manifestação foi uma das maiores de São Paulo. Havia milhares e milhares de pessoas nas ruas”¹⁷⁷. Segundo Dirceu, pelo menos 10 mil participantes ocuparam a Avenida São João, quando a força pública interveio, espancando e prendendo muitos deles. A violência era tamanha que não dava mais para utilizar a tática do reagrupamento e a passeata findou.¹⁷⁸

Ainda na capital paulista, no dia 8 ocorreu novo protesto estudantil, com o apoio de artistas, mães, professores e membros

¹⁷⁵ CARDOSO, 1993, p. 33.

¹⁷⁶ Ibid

¹⁷⁷ José DIRCEU apud DIRCEU & PALMEIRA, 1998, p. 156.

¹⁷⁸ Ibid., p. 156.

da Igreja, denunciando a polícia e o CCC. A polícia usou bombas e cães, fez centenas de prisões (inclusive de três jornalistas) e baleou um estudante. Grupos de segurança, formados para proteger a caminhada, responderam com rojões, pedras, paus, bolinhas de gude e rolhas de cortiça contra a cavalaria. A população jogou do alto dos prédios objetos contra a polícia, ao passo que donos de lojas deram abrigo aos manifestantes. O movimento estudantil em São Paulo ainda tentou realizar novas ações. No dia 9, a polícia impediu um comício, prendendo 82 pessoas e ferindo cinco à bala. No dia seguinte, ao reprimir uma pequena marcha de 500 jovens, fez 100 presos, o que ilustra o grau da repressão na época – entre os presos, um padre e seis feridos.¹⁷⁹

Dois dias depois iniciava-se o ilegal 30.º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE),¹⁸⁰ num sítio no município de Ibiúna, no interior paulista. Planejava-se fazer um congresso clandestino, como nos anos anteriores, mas, dessa vez, o número de presentes era maior – previam-se cerca de 800 delegados, além de observadores. Logo os moradores de Ibiúna se alarmaram com a movimentação anormal de jovens na cidade e nas imediações do sítio, a polícia foi comunicada e, no dia seguinte, quase todos os participantes terminaram presos.

A preparação do Congresso ficou marcada pela pretensão de ser um simulacro da luta guerrilheira. O primeiro dia também se notabilizaria pelo conflito entre os *partidos* estudantis¹⁸¹. Vladimir Palmeira e José Dirceu, das Dissidências da Guanabara e São Paulo, formavam uma aliança e certamente iria vencer as eleições, com Dirceu candidato à presidência da UNE. A outra chapa, que

¹⁷⁹ VALLE, 1997.

¹⁸⁰ A UNE era a entidade nacional representativa dos estudantes universitários brasileiro, tornada ilegal pelo regime militar, mas que continuava funcionando ativamente, embora na clandestinidade. Em cada Estado também funcionavam as Uniões Estaduais dos Estudantes (UEFs), ligadas a UNE. Na antiga Guanabara, a entidade análoga à UNE era a União Metropolitana Estudantil (UME), presidida por Vladimir Palmeira, em 1968

¹⁸¹ VALLE, 1997.

controlava até então a presidência da entidade, com Luís Travassos, era ligada à Ação Popular e trazia Jean Marc como candidato (eleito meses depois, em pequenos congressos regionais). Mas no segundo dia, ainda de manhã, a polícia chegou atirando, cercou o local e rapidamente prendeu as principais lideranças: no total, 720 estudantes foram enviados para o DOPS e o presídio Tiradentes, em São Paulo.¹⁸²

O desmantelamento do 30.º Congresso da UNE foi objeto de amplas discussões e gerou uma pequena onda de protestos em todo o país, colaborando na decisão de soltura de quase todos os presos de Ibiúna. Em vários documentos estudantis contra a repressão do evento era usada a mesma frase, presente nas diversas manifestações contra as prisões: “A UNE somos nós”. Ou seja, queriam dizer que toda a massa estudantil era a UNE, não apenas os líderes e delegados presos. Logo após o fracasso de Ibiúna, houve atos de solidariedade aos presos, em Salvador, Recife, Florianópolis, Belém, Maceió, Natal, Fortaleza, Ribeirão Preto, Campinas, Vitória, Belo Horizonte e Brasília, com passeatas, comícios relâmpagos, enfrentamento à repressão policial e terminando em novas prisões.¹⁸³

O combalido movimento tentaria convocar um dia *nacional de protesto*, em 22 de outubro, com eventos em São Paulo, Fortaleza, Belo Horizonte e Salvador. Mas, além de a maior parte da massa estudantil não mais responder aos apelos dos dirigentes, “a polícia já não hesitava em dissolver à bala as manifestações pacíficas, invadir Igrejas e hospitais. Sua ação provocava

¹⁸² Segundo Sanfelice, a UNE perdera mesmo controle das manifestações de 1968, ao mesmo tempo em que perdia sua unidade, com grandes desacordos entre suas lideranças a respeito de como, do ponto de vista prático, estabelecer a relação entre as lutas específicas dos estudantes e as lutas políticas mais gerais. “As divergências foram tão grandes que se quebrou a unidade de comando, a ponto de os ex-líderes registrarem que as ações não podiam ser consideradas como tendo uma direção que a globalizasse e lhes desse maior consequência. A leitura atenta daquele momento histórico do movimento estudantil revela seu caráter espontâneo em cada um dos locais onde se manifestou” (SANFELICE, 1986, p. 172).

¹⁸³ DIRCEU & PALMEIRA, 1998; VENTURA, 1989.

desânimo e medo em vez de indignação”¹⁸⁴. E, segundo vários relatos, a atitude de algumas centenas de militantes de responder à violência com mais comícios nas ruas apenas os conduziam ao isolamento. No dia 22, liderados por Elinor Brito (do Calabouço) e Carlos Alberto Moniz (da UME), 2 mil jovens cariocas ocuparam por meia hora a antiga sede da UNE, incendiaram um carro oficial e bloquearam o trânsito para impedir a ação do DOPS. No dia seguinte, ocorreram duas passeatas. Numa delas, de alunos da Faculdade de Ciências Médicas, em Niterói, agentes do DOPS mataram a tiros o estudante Luiz Paulo. Os participantes buscaram refúgio no Hospital das Clínicas, logo cercado e invadido pela polícia. Dois dias mais tarde, realizou-se nova passeata, no centro do Rio de Janeiro. A polícia promoveu um tiroteio de 15 minutos, em que foram ouvidas até mesmo rajadas de metralhadoras, e pelo menos duas pessoas foram mortas (um escriturário e um operário). Ainda naquele dia, agentes do DOPS invadiram novamente o Hospital das Clínicas para ameaçar médicos e enfermeiros.¹⁸⁵

Em dezembro, enquanto praticamente cessava o movimento estudantil, a extrema direita e forças oficiais de repressão continuavam agindo. Além dos atentados da extrema direita, na madrugada do dia 17 daquele mês, o Exército, com suas tropas e tanques, invadiu a cidade universitária da USP (onde também localizava-se o CRUSP).

2. Ideias e formas de ação

Publicações das entidades estudantis, a partir de 1965, comprovam a multiplicidade de temas debatidos por seus militantes. Mas alguns se destacam, como os acordos MEC-

¹⁸⁴ “A UNE somos nós”, p. 4-5; et. al., 1968; DIRCEU & PALMEIRA, 1998.

¹⁸⁵ REIS FILHO, D.A. “O ano mágico”. In: MORAIS & REIS FILHO, 1998, p.18.

Usaid,¹⁸⁶ a ilegitimidade do regime militar e o antiimperialismo. Ao aproximar-se de 1968, e durante todo esse ano, um tema se tornou cada vez mais central: a violência.¹⁸⁷ É interessante dar alguns exemplos. Na *Revista DCE-USP Livre*, de 1965, as matérias e os artigos tratam preocupações com a organização do movimento, a reforma universitária,¹⁸⁸ a Lei Suplicy¹⁸⁹ e o acordo MEC-Usaid, mas também preocupações com a *cultura popular* (o método de alfabetização de Paulo Freire e o teatro de protesto), além de seções com assuntos mais específicos – da integração dos calouros à questão profissionalizante.¹⁹⁰

A revista *Revisão*, do Grêmio da Faculdade de Filosofia da USP, de setembro de 1967, fala da condição política e econômica do país e discute o 29.º Congresso da UNE. Mas logo passa a trazer matérias sobre a guerrilha na Guatemala, as propostas guerrilheiras de Régis Debray e entrevistas com militantes da esquerda argentina.¹⁹¹ Uma comparação entre as duas edições

¹⁸⁶ Assinados entre o Ministério da Educação e Cultura e a United States Agency for International Development (Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional), em junho de 1965.

¹⁸⁷ VALLE, 1997. A autora gentilmente emprestou, para a pesquisa que deu origem a esta obra, vários dos documentos estudantis dos quais possuía cópia

¹⁸⁸ Segundo FÁVERO (1991), a reforma universitária que vinha se desenhando refletia filosofias, valores e interesses de cunho militar e tecnocrático da cúpula empresarial-militar dirigente do Estado criado em 1964. Além da manutenção ou extravio do controle para as mãos de dirigentes universitários ligados ao regime, expressava-se pela primeira vez os interesses empresariais no campo educacional, com um conceito pragmático de *educação* – tida como instrumento de “desenvolvimento” e avaliada por critérios como *rendimento* e *eficácia*.

¹⁸⁹ Decreto que desmantelava a UNE e as demais entidades estudantis, trocando-as por novas, submetidas ao controle do regime. Acabou burlado pelas organizações em quase todos os Estados. Segundo FÁVERO (1991), diante da continuidade da rebeldia estudantil, em dezembro de 1967 o governo criou a Comissão Meira Matos, cujo relatório foi concluído em abril do ano seguinte, expresando o desejo do regime de desmobilizar politicamente a comunidade universitária e sugerindo, inclusive, medidas disciplinares e repressivas, que logo se tornariam realidade.

¹⁹⁰ Diretório Central dos estudantes da Universidade de São Paulo “DCE Livre”, 1965.

¹⁹¹ Grêmio da Faculdade de Filosofia da USP, set./1967.

parece comprovar que um fundo comum de temáticas continuava preservado (questões estudantis e críticas ao regime militar). Porém, o espaço que mais crescia visava discutir a luta armada, a guerrilha ou a violência revolucionária. A *luta armada*, pelo menos nesse momento, colaborava também para a internacionalização dos estudantes brasileiros, que dialogava com diversas fontes internacionais, particularmente as latino-americanas.

Essas duas publicações ilustram ainda que esses movimentos de 1968 no Brasil, como no México ou em qualquer outro lugar, desenvolveram meios alternativos de informação. Desse modo, conseguiram se comunicar entre si e com diversos setores sociais. As dificuldades da ilegalidade e o ritmo frenético dos acontecimentos dificultariam as entidades de realizar edições muito elaboradas. Abundam textos e documentos mimeografados, depois de datilografados apressadamente. No segundo semestre, eles adquiriram caráter semiclandestino, muitas vezes sem as referências de quem, quando ou como foram produzidos. Eram textos, manifestos e panfletos em que se pode notar a presença constante de temas com o objetivo de criar indignação pública contra o regime, além de valores nacionalistas, legalistas e democráticos. Muitas vezes, o mesmo material traz contraditoriamente a defesa da violência, o anti-parlamentarismo e o desafio à legalidade. Inspirados também pelos *shows* e peças dos grupos de teatro politizados, como Arena e Opinião, e seus enredos sobre Zumbi e Tiradentes, alguns símbolos nacionalistas mais tradicionais eram às vezes adotados. É o caso de Tiradentes, mártir da luta pela Independência, cuja estátua serviria, em Belo Horizonte (em 21 de abril de 1966), Rio de Janeiro (no final da Passeata dos 100 Mil) e Curitiba, como ponto de referência para atos contra o regime que atentava contra as liberdades políticas.

O antiimperialismo, como já analisado no final do capítulo 1, foi um dos assuntos mais importantes na retórica da revolta estudantil

brasileira. Era essencial para a Ação Popular (AP)¹⁹², que fez dele um pilar básico dos manifestos e documentos da UNE.¹⁹³

Em tom didático, claro, direto e, muitas vezes, simplista, radical e dramático, a esquerda procurava transmitir à massa juvenil, e à população como um todo, suas verdades sobre a ditadura e o imperialismo. Assim, os *partidos* assumiam facilmente uma postura elitista, que convivía paradoxalmente com a crença de que cabia apenas às classes trabalhadoras a direção da revolução. Já havia sido notada a mesma postura nas entidades estudantis desde o período populista. O elitismo é, de certo modo, uma herança trazida do do populismo e reforçada pelo fato de, em 1968, os estudantes aparecerem como a vanguarda da oposição ao regime antidemocrático.¹⁹⁴

Mas se o elitismo pode ser encarado como uma limitação na constelação ideológica do movimento dos estudantes no país, a concepção de que eles abriam alas para uma revolução popular (e violenta) contra o regime militar, também levou-lhes a vários impasses. Não cabe aqui julgar os militantes e as esquerdas. No entanto, mesmo entre os defensores da *luta específica*, a sustentação da violência popular revolucionária foi afastando os militantes da

¹⁹² Os membros mais politizados da esquerda católica, querendo superar a ligação oficial entre a Juventude Universitária Católica (JUC) e a alta hierarquia da Igreja, lançaram, em 1962, em Belo Horizonte, a Ação Popular. O maior número de integrantes da AP era de universitários, mas também havia professores, profissionais liberais, artistas e jornalistas. Ela sempre buscava engajar-se nos meios populares; no entanto, destacou-se mais na esfera universitária – sobretudo na UNE. Entre 1961 e 1963, os presidentes da UNE seriam membros da AP – Aldo Arantes, Vinicius Caleira Brant e José Serra – que lideravam diretorias formadas pela aliança com comunistas. Ela seria, desde 1961, a principal organização estudantil brasileira – mesmo após mudar totalmente sua ideologia, a partir de 1964. Logo teria três mil membros e, segundo Betinho, o golpe de 64 fechou-lhe a possibilidade de se tornar um partido de massa. Sobre ela, cf. também o próximo capítulo.

¹⁹³ POERNER, 1971, p 355-357.

¹⁹⁴ “A situação no Brasil e o movimento estudantil”, 1968.

massa estudantil.¹⁹⁵ Pode-se demonstrar que houve aí um equívoco estratégico. Como afirma Maria Ribeiro do Valle, a defesa (e a prática, em alguns casos) da violência serviu para o regime militar justificar, diante de muitos setores, a repressão contra os estudantes, ao mesmo tempo que escondia a sua própria escalada em direção ao terror.¹⁹⁶

A mobilização estudantil de 1968 tratou muitos outros aspectos que eram específicos daquela revolta tipicamente juvenil. Se alguns foram melhor destacados, como a questão universitária, nem todos foram objeto de reflexão mais profunda por parte dos *partidos estudantis*, por exemplo, o conflito de gerações. Ainda assim, o reino livre e criativo das faixas ostentou, durante o velório de Edson Luiz, a frase: “Os velhos no poder, os jovens no caixão”.¹⁹⁷ Marialice Foracchi já havia considerado a greve estudantil de 1962 como, no seu aspecto mais profundo, um conflito de gerações no qual se enfrentaram alunos e professores.¹⁹⁸ Mas, desde então, temas políticos gerais mais urgentes tomavam-lhe quase todo o espaço de reflexão, impossibilitando maiores aprofundamentos sobre o seu caráter *juvenil*. Praticamente apenas os “adultos” progressistas o destacaram, entre eles, Vinicius de Moraes, Florestan Fernandes e Fernando Pedreira.¹⁹⁹

¹⁹⁵ Em maio de 1968, durante o conselho de diretores da UNE, na Bahia, a posição majoritária seria a tese da *luta específica*, também conhecida como 2ª *posição* (em resposta a 1ª *posição*, ou a *linha de massas*, defendida pela AP e pelo presidente da UNE, Luís Travassos). Apesar das duas linhas concordarem com a necessidade de emprego da violência contra o regime militar, a divergência estava nas lutas pelas reformas no ensino – a 1ª. posição desprezava a sua importância, ao contrário da 2ª –, se bem que a diferença ideológica muitas vezes disfarçava disputas por poder e influência dentro da UNE.

¹⁹⁶ VALLE, 1997.

¹⁹⁷ VENTURA, 1989, p. 102.

¹⁹⁸ FORACCHI, s/d (b)

¹⁹⁹ Sobre Vinicius de Moraes, cf. PEDROSO & VASQUEZ, 1998; FERNANDES, 1975, p. 30-1; PEDREIRA, 1975, p. 136-137.

Ainda assim, algumas vezes utilizou-se a retórica do conflito de gerações e da juventude como revitalizadora da sociedade. A União Paranaense dos Estudantes protestou: “Os velhos mais uma vez corrompem a juventude brasileira cerceando-lhe o que seria fundamental para a elevação e realização do povo, o acesso à educação e à cultura, pois sabemos que um país não vale pela extensão territorial de suas terras ou limites geográficos, mas pela qualidade de seu povo”.²⁰⁰

Nos documentos mimeografados dos estudantes, era possível encontrar textos com as citações: “O que eu espero dos jovens do meu país eles já estão fazendo. Ai daquela nação que possuir seus jovens passivos e conformistas frente a seus problemas”.²⁰¹ Ao mesmo tempo, num texto exatamente de Curitiba (em que se fez a declaração citada no parágrafo anterior), os autores diziam sentir-se ofendidos com as tentativas de caracterizar o movimento estudantil como uma luta de gerações ou *inconformismo existencial*. Para eles, essas versões tinham o intuito de despolitizar o movimento, que, no entender deles, encaixava-se, sim, no contexto mais geral das lutas populares contra a ditadura e o imperialismo.²⁰² Luís Travassos, presidente da UNE em 1968, é também taxativo: “É preciso desmistificar essa história de conflito de gerações, poder jovem e outras bobices. O que há – quer a gente queira ou não – é uma luta de classes. Não é de moços contra velhos, mas de oprimidos contra opressores. E os estudantes querem lutar junto com o povo por sua libertação”.²⁰³

A meu ver, muito dessas contradições advém mesmo da juvenilidade, até exagerada, cultivada pelo 1968 brasileiro, embora não ter sido suficientemente refletida ou, em alguns casos, mesmo rechaçada. A juvenilidade gerou excessiva confiança, posturas

²⁰⁰ Apud HAGEMEYER, R.R. “1968: o ano da derrubada do ensino pago no Paraná”. In: MARTINS FILHO, 1975, p. 136-137.

²⁰¹ “O despertador”, nov./1968, p. 6.

²⁰² “Programa para o movimento estudantil” out./1968, p. 7.

²⁰³ Apud REIS FILHO, D.A. “O ano mágico”. In: MORAIS & REIS FILHO, 1998, p. 98.

elitistas e até a aposta de alguns na saída radical da luta armada. Ela também liga o movimento brasileiro a outras rebeliões juvenis dos anos 1960, permitindo considerá-los todos como uma *onda mundial de revoltas*. Vários fatores interligam o Brasil a essa onda mundial, entre eles, as transformações na universidade, o surgimento das novas classes médias, a atuação globalizante dos meios de comunicação de massa e da indústria cultural, o terceiro-mundismo, os novos esquerdismos, as mudanças nos comportamentos, valores e artes etc. No entanto, o principal denominador comum, capaz de interligá-los, foi a juvenilidade.

A própria UNE demonstrou em várias ocasiões uma consciência internacionalista, colocando-se como parte de um processo mais geral contra o imperialismo e o capitalismo. Deve-se lembrar também o aspecto internacional das ideologias que animavam as novas esquerdas no Brasil e no mundo (inspiradas pelo foquismo, maoísmo, trotskismo, socialismo cristão etc.), bem como o fato da Polop²⁰⁴ trazer a questão da *universidade crítica* ao país. Também outras mobilizações internacionais tiveram reflexo no Brasil, especialmente o Maio de 1968 na França.²⁰⁵ No “Jornal da Nova UEE”, surpreendentemente, apesar do ânimo com a ação dos operários franceses, a entidade não parece acreditar que os estudantes daquele país pudessem ter algum papel na luta – tudo é muito curioso, pois estes conseguiram realizar exatamente aquilo que desejavam os brasileiros: colocar em ação os operários. Em mais um dos paradoxos e impasses do 1968 brasileiro, os militantes estudantis parecem deslizar por sobre as teses da esquerda ortodoxa, que ainda sobreviviam em seu seio, incorrendo, muitas vezes de modo pouco consciente, na desqualificação do seu próprio movimento.

²⁰⁴ Acadêmicos e estudantes contrariados com o Partido Comunista Brasileiro e influenciados por uma leitura não dogmática de Trotski e de outros teóricos marxistas formariam a Organização Revolucionária Marxista, que editava a revista *Política Operária* (fazendo o grupo tornar-se conhecido como Polop)

²⁰⁵ Grêmio da Faculdade de Filosofia da USP, maio/1968 (totalmente dedicado à discussão do maio de 1968 na França); UEE-SP, jun./1968.

Entretanto, é correta a tese de que a onda rebelde brasileira projetou-se antes da maioria das rebeliões daquele ano, inclusive antes do maio parisiense. No final de março e começo de abril, já acontecia no Brasil o primeiro ciclo das grandes ações estudantis, como atesta Vladimir Palmeira.²⁰⁶ Quartim de Moraes também insiste sobre este ponto, enfatizando as causas específicas e os aspectos que demonstram sua face autônoma.²⁰⁷ Ambos estão corretos: o movimento brasileiro começou antes da maioria dos demais e teve forte grau de autonomia em relação a eles. Mas não se deve esperar, nas relações entre as revoltas do Primeiro e do Terceiro Mundo, que apenas aquele pode influenciar esse último. O sentido das influências veio muito mais do Terceiro para o Primeiro Mundo, assim como o papel de estopim e exemplo. Desse modo, novamente pode-se enfatizar o caráter *mundial* das manifestações estudantis de 1968, incluindo-se aí o Brasil.

a) **O povo e os operários** – Nas ideias e ideologias que as esquerdas estudantis procuram impregnar em 1968, destaca-se a crença ou o desejo de uma revolução antitadadura, antiimperialista e anticapitalista a ser realizada pelas classes exploradas, trabalhadoras ou populares. Nesse sentido, além dos impasses produzidos pela defesa, em dado momento quase que incondicional, do uso da violência, a retórica da revolução popular tendia a desconsiderar cada vez mais as características específicas da ação dos estudantes.

As ideias advindas desses grupos produziram muitos dilemas. O principal, no Brasil, talvez tenha sido o contraste entre as massas juvenis em enormes eventos de rua e a retórica das esquerdas, cada vez mais agressiva, defendendo as diversas estratégias de luta armada (do foquismo à guerra popular prolongada). Outro aspecto tem a ver com as concepções estritamente *classistas*. Como se viu, um documento estudantil chegou a rejeitar a alcunha de *movimento juvenil* à revolta de 1968 – deixando de enxergar nela algo

²⁰⁶ Vladimir PALMEIRA apud DIRCEU & PALMEIRA, 1998, p. 33.

²⁰⁷ MORAES, 2º sem./1989.

fundamental, embora não exclusivo. Tais concepções, desde aquelas oriundas do populismo, necessitavam ao menos que as classes trabalhadoras (camponeses e operários, principalmente os operários) apoiassem a revolta estudantil.

É claro que tal postura poderia gerar, como fez muitas vezes, um impulso interessante dos estudantes em direção às classes populares, rompendo o isolamento gerado nestes jovens pela condição urbana, de classe média e universitária. No Rio de Janeiro, segundo Vladimir Palmeira, criou-se a tradição de que as passeatas estudantis deveriam passar ou terminar na Central do Brasil, terminal ferroviário ligando o centro do Rio aos subúrbios.²⁰⁸ Mas também surgiam situações inusitadas. Segundo Poerner, na época apenas 5,8% dos universitários brasileiros eram filhos de operários. Talvez exagerando um pouco, esses autor afirma que muitos dos universitários vindos das classes médias tinham vergonha de sua origem social: “O universitário procura, desesperadamente, apagar todos os vestígios de sua condição de privilegiado na sociedade brasileira”.²⁰⁹ Mas também era possível ouvir líderes como Vladimir Palmeira retomar a aversão ortodoxa à pequena burguesia para contestar as teses da AP: “O pessoal do Travassos, considerando o ME vanguarda revolucionária, só faz transportar para a classe operária as vacilações e as dúvidas da pequena burguesia”.²¹⁰

O apoio de camadas populares (não exatamente ou nem sempre os trabalhadores de baixa renda) às primeiras grandes manifestações de 1968 indicava a aprovação do “povo” aos estudantes na sua principal causa, a derrubada do regime militar. A sexta-feira sangrenta, ao colocar a população, inclusive trabalhadores simples que se encontravam no centro do Rio de Janeiro, numa violenta luta contra as tropas do governo, era sinal da disposição dela de usar até mesmo a violência para “derrubar a ditadura”. A associação era rápida demais: o apoio popular às

²⁰⁸ Vladimir PALMEIRA apud DIRCEU & PALMEIRA, 1998, p. 92-3.

²⁰⁹ POERNER, 1979, p. 31.

²¹⁰ Apud DCE da UFRJ, out./1968, p. 3.

passseatas significava a disposição dos trabalhadores em ingressar numa revolução violenta contra o regime e o imperialismo. Sobretudo entre os que apoiavam a tese da luta de massa, da AP, essa conclusão se fez velozmente: “As mais variadas parcelas do povo saíram da passividade em que se viam e despertaram para a luta. Não se trata de meras explosões passageiras, trata-se de uma ofensiva das forças populares revoltadas”.²¹¹

Nos meses finais de 1968, no entanto, os setores populares pareciam abandonar as convocações dos estudantes. Estes, em geral, se viram sozinhos diante de uma repressão cada vez mais brutal. Onde estava aquela população que participara, por exemplo, da passeata dos 100 mil? Mesmo assim, inclusive depois do fracasso do congresso em Ibiúna, um documento a favor da luta de massas preferia enxergar o povo unido aos estudantes e a ditadura rumo ao seu colapso inevitável (quando era o oposto o que efetivamente vinha acontecendo).²¹² Enquanto a AP (defensora da tese da *luta de massa*, ou 1.^a posição) tendia a ver teimosamente uma luz no fim do túnel, as dissidências (defensoras da *luta específica*, ou 2.^a posição) mantinham a concepção da luta estudantil como *auxiliar* daquelas mais importantes, as populares. De outra maneira, o movimento estudantil tendia a perder consciência de suas especificidades e pontencialidades únicas, ao reingressar nos conceitos classistas da esquerda ortodoxa. Na época, essa idéia dos estudantes como *força auxiliar* faria vários dos militantes pró-luta específica apostar suas fichas na luta armada, em teses próximas do foquismo, em que o *pequeno motor* (a guerrilha dos estudantes) acionaria o *grande motor* (as classes populares).

Outro aspecto que não pode ser negligenciado ajudou a alimentar os desejos e as ilusões dos militantes estudantis a respeito da *revolução popular*. Trata-se das ações operárias ocorridas naquele ano, em destaque as greves de Contagem e

²¹¹ “Anteprojeto de Carta Política para UNE”, 1968.

²¹² NUNES et al., 1968, p. 2.

Osasco, assim como o já citado 1º de maio em São Paulo. Eles foram fenômenos de grande importância, pois indicavam a retomada da mobilização da classe trabalhadora, após a repressão generalizada nos primeiros momentos do regime militar,²¹³ apesar da amplitude relativamente modesta em comparação com ações anteriores a 1964 e as que se dariam na segunda metade dos anos 1970. Os acontecimentos de 1968, particularmente o 1º de maio paulistano e a greve de Osasco, apontavam também o crescimento das novas esquerdas (inclusive estudantis) entre os operários. Mas a repressão do regime, crescente no segundo semestre, acabou impedindo maiores vitórias. O AI-5 também colocou um ponto final a este esboço de recuperação do movimento operário, que precisaria esperar mais alguns anos para se recriar.

O momento talvez mais representativo dele deu-se então no mês de junho, em Osasco. Primeiro, pela amplitude da greve que, inesperadamente, envolveu diversas categorias, além dos metalúrgicos – de uma forma ou de outra, na verdade, grande parte da população da cidade. Segundo, pela participação decisiva das novas esquerdas na preparação e realização da greve – inclusive por muitos secundaristas que também eram operários. Finalmente, apesar do assumido tom combativo, pela derrota diante da atuação muito agressiva das forças de repressão do governo.²¹⁴ A repressão em Osasco evidenciaria a dificuldade dos trabalhadores urbanos de organizar entidades mais sólidas. Logo a erupção radical dos operários em 1968 também se desvaneceria. Falharam as tentativas de greve de bancários e metalúrgicos em São Paulo, Rio de Janeiro e

²¹³ Até 1968, o Ministério do Trabalho interveio em 563 sindicatos, destituindo suas diretorias, assim como em quatro das seis confederações de empregados – 70% destas intervenções se fizeram durante o governo Castelo Branco, entre 1964 e 1965 (GORENDER, 1998). Cerca de 11 mil dirigentes sindicais tiveram seus mandatos cassados entre 1964 e 1968 (SILVA, R.A. da. “A greve de 1968 em Osasco. In: GARCIA & VIEIRA, 1999, p. 73-82).

²¹⁴ RIDENTI, M. “Breve recapitulação de 1968 no Brasil”. In: GARCIA & VIEIRA, 1999, p. 55-60; GORENDER, 1998; SILVA R.A. da. “A greve de 1968 em Osasco”. In: GARCIA & VIEIRA, 1999, p. 73-82, REIS FILHO, D.A. “O ano mágico”. In: MORAIS & REIS FILHO, 1998.

Belo Horizonte, assim como uma segunda greve em Contagem (em 1.º de outubro, com 20 mil grevistas).

Como no México, os estudantes brasileiros tentaram ir ao encontro das *classes populares*. Ora fizeram do operário e/ou camponês o líder da revolução popular na qual deveriam engajar-se – numa concepção ortodoxa da luta de classes – ora pensaram-se como mobilizadores e educadores das massas populares, despertando o processo revolucionário – num viés elitista do populismo. Em dado momento, as novas esquerdas estudantis concluíram que só com a violência seria possível fazer frente ao regime militar e o imperialismo, violência essa que representaria a contribuição delas à revolução popular ou permitira, finalmente, o despertar da consciência das classes populares em prol desta revolução. Momento paradoxal, 1968 conseguiu inflamar o país (e o mundo) com base na vivência social da juventude – mesmo quando isso não era percebido conscientemente. Chegou a atrair centenas de milhares de cidadãos – nem sempre apenas das classes médias – aos atos públicos e passeatas. Se o populismo – ora elitista ora de classista ortodoxo – e a retórica da violência informavam a visão de mundo dos líderes estudantis, a unidade dos estudantes construíra-se com base na vivência social em comum da juventude e se expressara em ações plenas de juvenildade, ou seja, por meio de formas experimentais de relacionamento social, como se vê nas formas mais típicas de protesto, as passeatas, os comícios-relâmpago e as ocupações de unidades de ensino.

b) **Formas de ação** – Fazendo justiça à parte democrática, legalista e nacionalista de sua retórica, o movimento estudantil aproximou-se de setores sociais mais progressistas, desde a classe média intelectualizada até os sindicatos mais combativos. No entanto, desde logo rechaçou contatos com os legalistas moderados, como a Frente Ampla, de Carlos Lacerda. Também o partido de oposição reconhecido pelo regime, o MDB, foi várias vezes negado e criticado, mas conseguiu certa penetração, inclusive

com a ajuda do PCB (Partido Comunista Brasileiro) e até de certas dissidências, em eleições parlamentares ocorridas antes de 1968.

De qualquer forma, declarações de entidades estudantis demonstravam que o movimento não desejava utilizar as vias legais, formais ou permitidas de oposição, e que, no fim das contas, o regime poderia fechar as portas com mais facilidade às ameaças desta ordem (o que efetivamente faria com a Frente Ampla e com o MIA).²¹⁵ Desenvolveram-se modos próprios de organização e ação, à margem da legalidade ou das instituições oficiais, alguns retomadas das próprias tradições estudantis, outras criadas ao sabor da necessidade e da criatividade. Em muitos casos, percebe-se o uso de formas de ação iguais ou análogas àquelas usadas em outros países, o que não significa necessariamente que um “copiou” do outro. Muitas vezes, a criação de estratégias semelhantes se dá pela presença de ideologias parecidas ou pela vivência de situações análogas. Outras, certamente, pela inspiração ou recriação de táticas observadas. Novamente, no lado nem sempre consciente de 1968, nota-se seu caráter transnacional.

Na preparação dos atos, buscava-se os mais variados, criativos e improvisados recursos para evitar que os participantes sofressem maiores violências por parte das forças repressoras, como no seguinte relato: “Os comícios-relâmpago, a proteção da vitamina C, do álcool e do fósforo contra o gás lacrimogêneo, as bolas de gude e as rolhas de cortiça para deslocar a cavalaria eram também instrumentos de defesa. Advogados ficavam de plantão para o atendimento dos presos”.²¹⁶ As passeatas, tradicional forma de protesto, sofreram algumas adaptações para que os jovens não fossem vítimas da violência policial. Entre elas, a passeata na contramão. Tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro, pelo menos, criou-se a estratégia de *reunir-dispersar-reunir* para evitar que os eventos fossem facilmente dissolvidos pela polícia.

²¹⁵ Como afirma manifesto da UEE-SP (1968a).

²¹⁶ VIEIRA, M.L.M. “68: os estudantes mineiros e o desejo de um novo mundo”. In: MARTINS FILHO, 1998, p. 87.

Segundo Vladimir Palmeira, essa *tática da massa organizada* começou a ser usada em 1966, e em maior escala, nas grandes manifestações dois anos depois:

A coisa funcionava assim. Dividíamos o pessoal mais próximos a nós – os estudantes mais ativos e politizados – em grupos de cinco, com um coordenador e locais alternativos para se reunir um pouco mais tarde caso houvesse problemas. Quando a polícia chegava, em vez de simplesmente correrem para não ser presos ou espancados, os grupos se dispersavam organizadamente. Meia hora depois a manifestação recomeçava em outro lugar: às vezes até fazíamos quatro ou cinco passeatas por dia – quando a polícia dissolvia uma, a gente estava preparado para dar início à seguinte.²¹⁷

Sobre São Paulo, Dirceu descreve a *tática dos chefes de grupo*, empregada para *despistar* a repressão, na passeata de 1.º de abril de 1968:

Somente nós da direção da UEE sabíamos o trajeto a percorrer, que aliás poderia mudar de acordo com as condições do local. Os pontos de encontro determinados para os grupos de seis estudantes eram na Livraria Francesa e na Biblioteca Nacional. O pessoal foi chegando lentamente, muitos com os frasquinhos de solução de amoníaco e água que tínhamos recomendado para suportar as bombas de gás lacrimogêneo. Os chefes de grupo recebiam as informações da direção, juntavam-se com os outros e se dirigiam para o local combinado. De repente, estávamos todos reunidos em frente à biblioteca.²¹⁸

Outra estratégia usada para despistar a polícia era o comício-relâmpago, “O ‘cabra’ trepava no poste, chegava lá, fazia uma arenga, três minutos para não dar tempo da polícia chegar. Eram pequenos grupos de estudantes. Fazíamos um, dois, três comícios-relâmpago e nos retirávamos”.²¹⁹ E uma terceira forma de ação

²¹⁷ DIRCEU & PALMEIRA, 1998, p. 94.

²¹⁸ *Ibid.*, p. 91.

²¹⁹ PALMEIRA, V. “Os valores de 1968”. In: GARCIA & VIEIRA, 1999, p. 125.

que se notabilizou no Brasil, na época: as ocupações das unidades de ensino. Era criticada pelos defensores da luta de massas, desejosos de ver os estudantes em grandes ações públicas, ao lado da população. Para os membros da dissidência, especialmente em São Paulo, tornou-se um interessante recurso para fincar bases mais sólidas e garantir mobilização constante de grande parte da massa estudantil. Mas, em todo o país, observaram-se tais ocupações. Nem todas se fizeram em longos períodos (como se deu nas Faculdades de Filosofia, Direito e Economia da USP, no CRUSP e na PUC-SP, todas em São Paulo). Às vezes, duravam apenas alguns dias, horas ou somente durante um rápido protesto. Neste sentido, visavam muitas vezes à criação de espaços públicos novos, em que a liberdade política e de expressão poderia ser exercida, já que os tradicionais estavam barrados pelo regime ditatorial.²²⁰

No mês de julho, férias escolares, muitas das faculdades do Rio de Janeiro e de São Paulo continuavam repletas de alunos. A Faculdade de Filosofia da USP esteve ocupada naquele período, em 1968. Tinha se tornado uma espécie de quartel-general do movimento de São Paulo. O “Jornal da UEE” divulgava as atividades programadas para julho, que incluíam lutas pela reformulação dos cursos, discussões políticas, cursos-piloto, conferências e a preparação do congresso da UNE. Divulgavam-se palestras, debates e mesa-redondas, a serem realizados nas Faculdades de Economia e Direito da USP e na PUC, com temas como *crise na universidade* e *o golpe de 64 e a política do governo*. Os cursos-piloto anunciados para a unidade da rua Maria Antonia eram, segundo esse jornal, “uma tentativa de pôr em prática alguns elementos da reestruturação pensada pelos alunos”²²¹. Na Faculdade de Ciências Sociais, cursos como a Sociedade Industrial no Brasil e Universidade e Sociedade utilizavam o seguinte método: “As classes serão divididas em grupos de 10 e cada

²²⁰ COELHO, 1990.

²²¹ UEE-SP, jul./1968.

grupo escolherá o enfoque que achar mais interessante para os temas” e o “professor funciona como coordenador do grupo que tem a tarefa de desenvolver as pesquisas e os debates sobre o assunto” ²²². Ou seja, não apenas nos temas, mas também na pedagogia proposta, tentava-se criar na prática a universidade nova ou crítica.

Também foram instaladas comissões paritárias durante a ocupação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Elas eram formadas metade por estudantes e metade por professores, com a finalidade de redefinir os cursos ministrados naquela unidade da Rua Maria Antonia. Segundo Bento Prado Jr., professor da USP na ocasião, eram mais um dos frutos advindos da discussão sobre a universidade crítica. Prado Jr., ele próprio, participou de uma das comissões e confirma que, em julho de 1968, vários departamentos estavam aceitando, em nível formal, as decisões tomadas pelas comissões paritárias.²²³

Nas lembranças de Dirceu, as faculdades ocupadas transformavam-se em verdadeiras “repúblicas livres, onde se fazia política, arte, cultura – e até se estudava... Parecia que estávamos diante do embrião de uma sociedade diferente, inaugurando novas formas de relacionamento e de cooperação entre as pessoas. Aquilo era uma festa”.²²⁴ As unidades de ensino ocupadas representaram um dos principais pontos de contato entre a rebeldia política e a contestação dos valores e comportamentos – a primeira, na prática e no discurso; o segundo, mais na ação que na reflexão.

c) **Comportamento e valores** – A transformação dos valores, a rebeldia contra os cânones da moral privada tradicional e a revolução sexual, observadas nos anos 1960, devem-se em grande parte aos movimentos juvenis, inclusive àqueles, como no Brasil em 1968, que se pensavam eminentemente *políticos*. Outras fontes,

²²² Ibid., p. 7-8.

²²³ PRADO JR., B “Regras de um método filosófico”. *Folha de S. Paulo*. Caderno Mais, 25/jun./2000, p. 11.

²²⁴ José DIRCEU apud DIRCEU & PALMEIRA, 1998, p. 120-1.

instituições e processos de transformação social, no entanto, foram também responsáveis pelas revoluções do/no cotidiano naquela década. Mas, mesmo estes caminharam numa constante inter-relação com as mobilizações juvenis. Pode se destacar, nesse sentido, os novos estilos de vida consumistas e a indústria cultural.

A consolidação mundial desses estilos de vida, tendo o *american way of life* como padrão original, atingia um auge na época, no mundo *ocidental* e nos centros urbanos de várias regiões do Terceiro Mundo. Contribuiu para tanto a expansão das novas classes médias urbanas, bem como o enorme crescimento da economia capitalista desde o fim da Segunda Guerra, e um gigantesco processo de industrialização que criava e recriava bens de consumo privado. Os estilos de vida que valorizavam o consumismo entravam em contradição com os padrões tradicionais de moralidade e comportamento. Hedonismo praticado no consumo dos bens de uso cotidiano entrava em choque com o tradicionalismo vigente nas regras morais que regiam o comportamento, notadamente num campo em que prazer e proibição se encontravam face a face, o da sexualidade.

A indústria cultural também se aproveitaria das artes *engajadas* para abastecer-se de material criativo na produção de discos, programas de televisão, de rádio, matérias da imprensa etc. Deste modo, a indústria cultural criava públicos juvenis de classe média, ainda que se estivesse num momento de transição, em que as artes faziam um duplo papel: um mais evidente, de contestação social e política; outro menos percebido, de contribuição ao surgimento de um mercado de consumo cultural nas novas classes médias. Ela publicizava as novas correntes artísticas e sociais de contestação, punha em sua pauta as rupturas realizadas e as propostas no campo da sexualidade, das drogas, da moda, da família, do amor, da vida cotidiana, da arte e da política. É claro que normalmente esta publicização ficava limitada pela censura, auto-censura ou discursos de reprovação. Mesmo assim, as inúmeras práticas de transformação do comportamento penetravam pelos poros dos veículos das

indústrias culturais e se faziam multiplicar ainda mais mundo afora, num ritmo ainda mais acelerado e cosmopolita.²²⁵

Muito rapidamente as indústrias culturais passaram a se valer das técnicas de adaptação, domesticação e reciclagem do material fornecido ou inspirado pelas *contraculturas*. Veículos da cultura de massa aprenderam a retirar aspectos mais selvagens, *subversivos* e radicais das novas práticas culturais e apresentar produtos que podiam passar o ar de *modernidade* e *contestação* aos seus consumidores, mas sem despertar a indignação daqueles que temiam mudanças impetuosas no sistema de valores.²²⁶

Em suas lembranças sobre 1968, um militante do movimento estudantil narrou que “foi o ano em que experimentamos todos os limites, em que as moças começaram a tomar pílulas, que sentamos na Rio Branco, que fomos para as portas das fábricas, que redefinimos os padrões de comportamento”.²²⁷ Este relato comprova que os jovens de 1968, mesmo os militantes das novas esquerdas, viveram a rebeldia não apenas no campo da política, mas também no comportamento. Na sua memória, acomodam-se lado a lado a passeata dos 100 mil, a busca do contato com o mundo operário e a liberdade sexual. Na sua vivência, uma geração da classe média descobria e inventava uma militância política diferente, ao mesmo tempo que descortinava o mundo da sexualidade, esboçava criar um reino da liberdade no campo dos relacionamentos afetivos e que ultrapassava limites, ao experimentar drogas proibidas:

Queríamos nos libertar individualmente, nos libertar politicamente, enfim, queríamos todas as formas possíveis de libertação e de contestação. Porque, ao mesmo tempo que isso tudo acontecia no plano do combate à ditadura militar, uma série de outras coisas importantíssimas aconteciam nas nossas vidas. Era um momento

²²⁵ COELHO, 1990.

²²⁶ Esses temas são discutidos em GROPPPO, 1996.

²²⁷ César Augusto TELES apud VENTURA, 1989, p. 30.

de descoberta, de mudança completa dos padrões de comportamento.²²⁸

A vida estudantil não era só feita de aulas, assembléias e passeatas. Também se constituía de bares perto das faculdades, cinematecas ou cinemas de arte, teatros, shows de música e namoros. Tudo parecia ter de combinar com política, gerando muitos dilemas nas relações amorosas, ora criando atrações ora causando rejeições. Segundo Ruy Castro, “não só os filmes, peças e canções passavam a ser julgados politicamente, mas até os namoros e as fossas tinham de passar pelo crivo da ideologia”.²²⁹

Dois dos principais líderes de 1968, Vladimir Palmeira e José Dirceu, não se consideram simplesmente dirigentes de uma luta reivindicatória transformada em revolta estudantil. O próprio comportamento ia além da contestação política.²³⁰ Refletindo sobre como o seu grupo ascendeu no interior da PUC-SP, Dirceu cita a importância da atuação original na *cultura* anteriormente à política, assim como a contestação de regras tradicionais no ensino antes da discussão de temas políticos globais: “Nossa primeira iniciativa foi juntar homens e mulheres nas salas de aula (...) Depois derrubamos essa história de precisar nos levantar quando o professor entrava na sala. Eram pequenos passos, mas bastante significativos como manifestações libertárias”.²³¹

A constatação de que os estudantes no país se reorganizaram em torno de *questões específicas* envolvendo o nível imediato, do cotidiano das faculdades – anuidades, excedentes e regras hierárquicas dentro das salas de aula – aproxima seu movimento de vários outros exemplos de revolta estudantil e juvenil dos anos 1960. É o caso da França, cuja rebelião de 1968 começou com o impedimento de que garotos e garotas se visitassem, na moradia estudantil em Nanterre. No Brasil, a experiência das ocupações

²²⁸ SIRKIS, A. “Os paradoxos de 1968”, In: GARCIA & VIEIRA, 1999, p. 113.

²²⁹ Apud ALMEIDA & WEIS, 1998, p. 369.

²³⁰ DIRCEU & PALMEIRA, 1998, p. 21.

²³¹ Apud ALMEIDA & WEIS, 1998, p. 53.

das faculdades também fez com que os temas da remodelação da vida cotidiana nas unidades educacionais entrassem no primeiro plano das rupturas produzidas, juntamente com a rica produção artística e cultural destes dias, as experiências amorosas mais livres e o uso de drogas.

No entanto, as experiências comportamentais inovadoras realizadas na prática, mesmo que não intensamente, pelos estudantes em 1968 não fizeram parte da retórica do movimento brasileiro, ao contrário, por exemplo, de Maio de 1968 na França. Nenhuma *tendência* assumiu esta relação, estabelecida na prática dos rebeldes juvenis brasileiros, entre revolução político-social e transformação nos comportamentos individuais. Ou seja, havia uma ambiguidade no tocante à *modernidade* (contestação dos valores), como se constata na peça *À prova de fogo*, feita ainda em 1968 por Consuelo de Castro, que narra a ocupação da Faculdade de Filosofia na Rua Maria Antonia. Contradiziam-se a moral privada da defesa da liberdade sexual com a moral pública das esquerdas, que consideravam questões comportamentais como parte da “ideologia pequeno burguesa”.²³²

Assim, apesar da prática contestadora, no aspecto retórico ou discursivo, “a questão dos comportamentos individuais não foi colocada no centro da luta pela autonomia do espaço público: as ocupações das faculdades giraram em torno do combate político antiditatorial e da defesa da reforma universitária”.²³³ Não se politizaram temas sobre os comportamentos individuais – as salas de aula da Rua Maria Antonia, transformadas em dormitórios durante a ocupação estudantil, não tinham lugar para casais de namorados.

Mesmo assim, 1968 realizou uma verdadeira revolução dos comportamentos: “O movimento estudantil, na minha visão de hoje, foi antes de mais nada uma grande revolução cultural e de comportamento. Mais importante do que a luta contra a ditadura”.²³⁴ Produzia-se notadamente no campo da sexualidade uma nova

²³² COELHO, 1990, p. 142.

²³³ *Ibid.*, p. 144.

²³⁴ José DIRCEU apud DIRCEU & PALMEIRA, 1998, p. 32.

liberdade, que se preparava no interior das classes médias intelectualizadas desde o final dos anos 1950, quando os jovens já se deparavam com o tema do *amor livre* e o questionamento do casamento buguês. Na década seguinte, tornou-se também parte da expressão política das classes médias contra o regime autoritário e o questionamento da moralidade sexual. Contudo, antes de 1968, talvez o dilema tenha sido mais profundo. Num certo sentido, a política conjugava-se contraditoriamente com a questão comportamental, fazendo muitos admitir apenas retoricamente a nova liberdade, ao passo que outros, por meio do relato privado (a “fofoca”), desdiziam dos que realmente se libertavam – principalmente das mulheres.

Mas pelo menos a liberação sexual dos que apenas a ensaiavam no campo da retórica tinha novas possibilidades abertas com o advento da pílula anticoncepcional. Era o ingrediente fornecido pela medicina que, afinal, permitiu um pouco mais de segurança (no tocante à gravidez indesejada) aos desejosos de romper realmente com os limites da sexualidade vigente. O ano de 1968 iria embora, mas deixaria mais aberto e livre o campo da sexualidade – não necessariamente em todas as categorias sociais, nem sem manter suas contradições: “Na prática, a liberação sexual veio no bojo do movimento estudantil, e não como uma coisa importada. Rompemos com o bloqueio da sexualidade e superamos as discriminações; encontramos uma série de restrições para as mulheres nas faculdades e acabamos com isso (...)”.²³⁵

Outra inovação foi a importante presença feminina, não apenas na massa das manifestações, mas também na militância das esquerdas estudantis e até na liderança de entidades. Além do mais, era forte também a presença das mulheres no teatro universitário. Também entre os novos comportamentos das classes médias intelectualizadas, destacando-se os universitários, incluía-se, na segunda metade dos anos 1960, certa incursão ao

²³⁵ Ibid., p. 31.

mundo das drogas, especialmente à maconha (o *baseado*), mas também ao *ácido* (drogas alucinógenas) e à cocaína (o *pó*).

Já a contracultura, na sua contestação comportamental hiperbólica e na sua negação da transformação por meio da política, seria, no início da década seguinte, um pólo oposto ao da luta armada. Contracultura e movimentos armados tornaram-se mutuamente excludentes. A posição de ambos negava a possibilidade de conjugar política e comportamento, “a possibilidade da articulação entre transformação política e transformação individual não estava mais colocada”.²³⁶ Após 1968, desintegrou-se a frente político-cultural de contestação que marcou a mobilização estudantil brasileira, apesar de seus vários dilemas.

3. A Violência

O ano de 1968 também foi o de uma crise interna entre os detentores do poder, que invadiu inclusive o interior das Forças Armadas e confrontou a linha moderada e a linha-dura dos militares. Enquanto isto, os setores civis que davam suporte político ao regime expressavam cada vez mais claramente seu descontentamento. A imprensa aumentava suas críticas ao fechamento político e muitos jornais que até então vinham apoiando o regime colocaram-se a favor dos estudantes, principalmente no primeiro semestre. Em fevereiro, até o partido de apoio ao governo, a Arena, relevou seus desagradados. Mas o governo Costa e Silva respondeu com a ameaça de maior endurecimento político. Em março, cresceram os rumores sobre a decretação do estado de sítio ou de um novo Ato Institucional, mas esses já haviam começado antes mesmo do início dos grandes protestos estudantis e só se fortaleceram após eles.²³⁷

Os estudantes vinham incomodando o governo militar, na verdade, antes mesmo do primeiro ciclo de manifestação que se

²³⁶ COELHO, 1990, p.. 147.

²³⁷ VALLE, 1997.

seguiram à morte de Edson Luís. As medidas institucionais, até então, flagravam um regime indeciso entre a legalidade e a franca repressão, entre o uso de forças policiais convencionais e formas extremas de combate aos movimentos sociais.²³⁸

Nas Forças Armadas crescia um setor de extrema direita, que logo começou a fazer uso de atentados terroristas. Eram jovens oficiais do Exército descontentes, ao mesmo tempo, com as oposições ao regime, com a formação dada nas escolas militares e com o soldo. De certo modo, a insatisfação juvenil também atingiu os quartéis quanto às *questões específicas* enfrentadas nas Forças Armadas, analogamente ao que se dava com os estudantes civis, transformando-se no desejo (e práticas) de intervenção na realidade social (com uso de métodos violentos). Porém, aí pára a comparação. A extrema direita, que também se expressaria em setores civis, inclusive entre os universitários, atuava a favor do regime (mas também para o seu endurecimento) e contra os movimentos que criticavam o governo (particularmente o estudantil). Entre esses ramos extremistas do Exército surgiria a Operação Mata-Estudante. Denunciada por um deputado do MDB, em 1.º de outubro de 1968, ela planejava ações muito semelhantes àquelas usadas no México.²³⁹

A operação frustrada da extrema direita tratava-se, de certa forma, de uma versão ainda mais radical do que já havia sido efetivamente realizado em 29 de agosto, dia da invasão brutal da Universidade de Brasília. O episódio conseguiria criar a desestabilização política suficiente para legitimar a adoção de um novo Ato Institucional, que faria o país ingressar de vez na ditadura militar. Desde meados de 1968, como já demonstrei, as formas de repressão aos protestos públicos dos estudantes, às ocupações de faculdades e às greves operárias tornavam-se cada vez mais incisivas. Antes mesmo do governo divulgar na televisão o AI-5, em 13 de dezembro, em torno das dez horas da noite já se

²³⁸ Ainda em 1967, foi promulgado um decreto proibindo greves estudantis, sob pena da perda do ano letivo. Cf. UEE-MG, ago./1968.

²³⁹ VENTURA, 1989; VALLE, 1997.

faziam milhares de prisões de estudantes, trabalhadores, artistas, intelectuais e políticos. Mesmo assim, o regime não se sentia tranquilo, inclusive porque entrara num processo de paranóia autodestrutiva. Desejando enterrar as últimas resistências da UNE e da mobilização estudantil, foi promulgado, em 26 de fevereiro de 1969, o decreto n.º 477, que estipulava infrações disciplinares e severas punições a professores, alunos e funcionários dos ensinos público ou particular. Entre as infrações previstas, organizar ou participar de “movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não-autorizados” e fazer, guardar ou distribuir “material subversivo”.²⁴⁰ Em seguida, centenas de professores foram aposentados, inclusive pela imposição de sanções com efeito retroativo.

Mas naquele ano, a principal preocupação do governo deixava de ser os estudantes. Agora a ameaça vinha dos grupos de luta armada, que ele e a imprensa chamavam de *terroristas*. Após o afastamento de Costa e Silva, em agosto, por motivo de doença, formou-se uma junta militar composta pelos três ministros militares que impediram o vice-presidente, Pedro Aleixo, um civil, de assumir a presidência. A junta tomou para si o controle do governo e baixou uma série de decretos contra os *terroristas*, especialmente após o sequestro do embaixador americano Charles Elbrick, em setembro. Logo surgiria a Organização Bandeirantes (Oban), integrando os órgãos de informação das três forças militares e dos estaduais de repressão. Ela teve financiamento de empresários nacionais e multinacionais e foi reconhecida apenas oficiosamente pelas autoridades militares, o que lhe deu maior espectro de ação e garantia de impunidade.

A ação da repressão extra-oficial e dos seus assassinos e torturadores ceifaria ou mutilaria vidas de muitos militantes que tinham aderido à luta armada, e até mesmo membros da UNE, que também haviam integrado grupos armados. Em abril de 1969, a UNE elegeu, na total clandestinidade, Jean Marc para

²⁴⁰ SILVA, 1989; PAES, 1995.

presidente, mas ele seria preso seis meses depois. Seu substituto, Honestino Guimarães, foi assassinado em 1973, junto com outros três diretores. Desta última diretoria da UNE, só não seria presa ou morta uma diretora.²⁴¹ Há ainda outro registro da repressão a 1968, além da violência que vinha do Estado e dos quartéis. Trata-se dos grupos paramilitares da extrema direita, muitos deles com membros vindos do setor estudantil. Havia, na verdade, antes do golpe de 1964, um importante setor liberal e direitista no movimento estudantil, forte em Estados como Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, notadamente nas universidades particulares. Segundo Reis Filho, esse grupo foi entrando em refluxo até quase desaparecer como força política “diante da truculência do novo regime e de seu ministro da Educação, Suplicy de Lacerda”.²⁴²

Em seu lugar cresceu a extrema direita estudantil, que já se esboçava antes mesmo do golpe militar e tinha suas raízes nas Coligações Acadêmicas Democratas (CADs), que garantiram ao grupo direitista de Paulo Egydio Martins o controle da UNE entre 1950 e 1956.²⁴³ Segundo Dirceu, grupos de direita, em 1963 e 1964, atuavam de modo violento, dissolvendo reuniões nas faculdades e impedindo eleições estudantis, usando correntes e porretes e agressões generalizadas.²⁴⁴ Mas, em 1968, usariam armas de fogo e bombas incendiárias, como se viu na batalha da Rua Maria Antonia. Além disto, promoveram atentados a escolas, teatros, jornais etc. – a predileção do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), por exemplo, era o ataque a peças polêmicas e explodir bombas em teatros. Além do CCC (o mais atuante em 1968), destacaram-se o Movimento Anti-Comunista (MAC) e a Falange Anti-Comunista (FAC). Também são citados alguns outros, organizados para atuar no meio estudantil de alguns Estados, como o Grupo Decisão, no Rio Grande do Sul, a Frente Estudantil

²⁴¹ VALLE, 1997.

²⁴² REIS FILHO, D.A. “1968, o curto ano de todos os desejos”. In: GARCIA & VIEIRA, 1999, p. 66.

²⁴³ POERNER, 1979.

²⁴⁴ DIRCEU & PALMEIRA, 1998, p. 149.

Independente, no Rio de Janeiro, e a Executiva Estadual dos Estudantes, em São Paulo.²⁴⁵

As frentes repressivas do regime, usando diretamente suas forças policiais e militares e indiretamente grupos paramilitares, pareciam certificar as esquerdas estudantis de que a única saída era mesmo a violência – fosse a *revolucionária popular*, a guerrilha foquista ou a combinação de ambas. As ações violentas do Estado e as respostas agressivas dos estudantes pareciam reforçar-se, culminando, no entanto, numa vitória nítida do governo. No final de 1968, vários militantes estudantis, convencidos ou levados pela força das circunstâncias, acabaram entrando para uma outra frente de lutas, travando “nas trevas”, como afirma Gorender, uma guerra suja, cruel e brutal – a luta armada.²⁴⁶ Contra os *terroristas*, o Estado militar costurou uma organização mais racional (a Oban) para administrar as muitas frentes *antiterroristas* utilizadas nessa guerra clandestina. Mesmo a extrema direita estudantil parece ter sido convocada, pois, segundo Cardoso, dados indicam a participação de membros do CCC na criação da Oban, em 1969.²⁴⁷

De acordo com Feuer, comentador nada simpático às revoltas juvenis, um componente básico e permanente da juvenildade é o masoquismo.²⁴⁸ Não considero muito frutífero buscar características eternas ou essenciais do *espírito* juvenil. Mas é possível perceber, em 1968, e não apenas no Brasil, a presença de algo como um *masoquismo juvenil*. Talvez fosse melhor, mesmo vendo-se nisto um recurso ao eufemismo, chamar o fenômeno de uma combinação de combatividade, idealismo, elitismo, abnegação, dramaticidade, populismo e solidariedade nas motivações que fizeram os movimentos naquele ano optar tantas vezes pelas soluções violentas: “Não importa onde e como morrer

²⁴⁵ UEE-MG, set./1968.

²⁴⁶ GORENDER, 1998.

²⁴⁷ CARDOSO, 1993.

²⁴⁸ FEUER, 1971.

se sabemos que outros levantarão e tomarão nossos lugares”²⁴⁹; “Povo da Guanabara, não queremos matar, não queremos morrer infrutiferamente. Queremos sim viver o engrandecimento e o bem-estar de todo o povo”.²⁵⁰

Antes ou depois de fazer uso da violência, os estudantes justificavam-se dizendo que a própria intransigência das autoridades os levava a isto. Ou então, tal fundamentação vinha da identificação das próprias arbitrariedades e brutalidades do Estado. Sentimentos como coragem e desejo de vingança, palavras e jargões militares, assim como as ações organizadas e realizadas com certo tom militarizado, começaram a se tornar parte de 1968, ao menos (e em dado momento, apenas) entre a vanguarda: “O movimento estudantil de São Paulo – ou melhor, a vanguarda, os dirigentes – não tinha medo de tiro. Afinal, sabíamos que estávamos nos encaminhando para a luta armada”.²⁵¹

O Brasil é um dos casos em que é mais evidente o caminho trilhado das ações de massa à luta armada. Tal fenômeno era favorecido pela própria lógica do terror disseminada pela Guerra Fria. Mas também, notadamente, em 1968, pela recaída ideológica ao culto da violência, assim como pelo aumento da repressão política e cultural do Estado, ilustrando mais claramente, e até mais conscientemente, a passagem da retórica da mobilização social à da violência. Na época, a questão da violência no país foi gerando muitos dilemas ao movimento estudantil: contradição entre o crescimento das ações de massa e o predomínio da retórica da luta armada; discursos e intrigas entre lideranças juvenis sobre o papel da violência estudantil justamente em passeatas e atos públicos; atos de violência, durante as manifestações, referendando tal retórica e prática tanto para os estudantes quanto para o Estado e a extrema direita; realização das primeiras ações das guerrilhas urbanas, paralelamente à mobilização

²⁴⁹ Declaração da União Paranaense dos Estudantes apud HAGEMeyer, R.R. “1968: ano da derrubada do ensino pago no Paraná”. In: MARTINS FILHO, 1998, p. 109.

²⁵⁰ DIRCEU & PALMEIRA, 1998, p. 129.

²⁵¹ *Ibid.*, p. 110.

estudantil; a crescente repressão do regime militar, inclusive com brutais ocupações de unidades estudantis e a prisão de todos os delegados do Congresso da UNE; e finalmente, decadência das ações de massa redirecionando o discurso dos radicais para a luta armada. As fases de mobilização dos estudantes, das manifestações massivas, da crescente retórica da violência, das práticas violentas e da opção pela luta armada não ocorrem sempre nessa ordem, em todos os lugares e eventos. Porém, parece haver uma linha mestra que acabou por caracterizar os rumos do movimento estudantil brasileiro. De maneira menos nítida, de caráter ainda mais complexo, essa linha que parte da ação criativa em unidades estudantis para uma crescente adesão à violência como discurso e prática, poderia caracterizar também a onda mundial de revoltas daquela época.

Éramos dirigentes de um movimento de massa que se alimentava de descontentamentos vários e da ampla rejeição que o comando arbitrário dos militares provocava. Mas tínhamos (...) uma concepção estratégica que nos levava à outra coisa: à luta armada, pelo socialismo. Nas proposições estratégicas que habitavam a maior parte da esquerda (...), não havia espaço muito grande para um movimento de massa urbano com as características do nosso. Havia um descolamento entre a radicalidade do movimento estudantil, que em parte era informada pela ação provocativa, ação incisiva, enfática de suas lideranças, e as concepções mais gerais que essas próprias lideranças tinham a respeito de seu papel e de onde se deveria chegar.²⁵²

O congresso da UNE, em Ibiúna era, ele mesmo, simulacro de um acampamento guerrilheiro, cercado de preocupações com a clandestinidade, a segurança e o segredo, mas desastrado do ponto de vista logístico e, ao final, facilmente desbaratado pela polícia. O cerco ao evento e, mais tarde, o AI-5, convenceriam

²⁵² VELASCO, S. "Significados da conjuntura de 1968". In: GARCIA & VIEIRA, 1999, p. 109.

muitos dos militantes de que os grupos armados clandestinos eram a única solução eficaz contra o regime.

Nesse período, percebe-se a complexidade das relações entre as esquerdas e a mobilização estudantil. Se forem incluídas também as organizações de esquerda que se encaminhavam à luta armada, tem-se um quadro ainda mais complexo. O Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR, dissidência do Partido Comunista Brasileiro [PCB]), por exemplo, teve certa participação em 1968 e alguma penetração dentro das entidades estudantis. A AP se encaminharia para sua fusão ao Partido Comunista do Brasil (PC do B, dissidência maoísta do PCB surgida em 1962) e vários dos seus militantes acabariam atuando até mesmo na Guerrilha do Araguaia. As dissidências comunistas estudantis de São Paulo e Rio de Janeiro tentariam transformar-se em grupos guerrilheiros. A Polop, também influente nas esquerdas estudantis, iria cindir-se em vários comandos armados, alguns já atuantes em 1968.

A Aliança Libertadora Nacional (ALN) de Carlos Marighella, outrora dirigente histórico do PCB, convertido a mestre da guerrilha urbana, na ação e na teoria (seu *Pequeno Manual do Guerrilheiro Urbano* foi grande sucesso editorial na Europa, nos anos 1960), já havia começado suas ações armadas em dezembro de 1967, especialmente assaltos a bancos e a transportes de valores, utilizando táticas sofisticadas. Enquanto isto, recebia a primeira turma treinada em Cuba e planejava implantar focos em pontos estratégicos para sua futura ação político-militar. Marighella logo se tornou o mais procurado “terrorista” pelas forças de repressão e acabaria sendo morto numa emboscada, dois anos depois.

Uma dissidência da Polop, conhecida como Organização, depois Comando de Libertação Nacional (Colina) e, a partir de dezembro de 1968, Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), também realizaria ações expropriatórias e algumas façanhas, como a invasão do Hospital Militar, em São Paulo. Diante disto, o comandante do 2.º Exército desafiou os “terroristas” a atacarem o próprio Quartel General, em recado à imprensa. Em 27 de junho

veio a resposta: um automóvel, direcionado ao alojamento dos oficiais do Quartel General, explodiu perto do alvo, matando um soldado. Também viria das dissidências da Polop o rumoroso atentado que matou o capitão americano e veterano da Guerra do Vietnã, Charles Chandler, acusado de ser agente da CIA, em 12 de dezembro. A VPR receberia, no ano seguinte, a adesão do mais conhecido “terrorista” (ao lado de Marighella), Carlos Lamarca, tenente do Exército, morto em 1971.

Assim, ALN, VPR e Colina “já estavam envolvidos na escalada de ações armadas vanguardistas”²⁵³ e pouca relação tiveram com o movimento estudantil enquanto este esteve envolvido em ações massivas. Por outro lado, em certos casos houve uma atração irresistível entre esquerdas estudantis e esquerda armada, ou seja, *partidos* estudantis que tentaram transformar-se em grupos guerrilheiros. É o caso da dissidência de São Paulo que, segundo José Dirceu, desde 1967 decidira “aparelhar” a UEE de São Paulo, “quer dizer, fazer a entidade dos estudantes trabalhar em função da organização clandestina”. Mas, diferentemente do que aconteceu com a dissidência de Guanabara, que se transformaria no MR-8, os membros da de São Paulo acabaram engajando-se em outras organizações de luta armada.²⁵⁴

A Dissidência Estudantil de Niterói, outra organização atuante na época, resolveria também ingressar na luta armada. Decidiu afastar-se das cidades, mesmo perdendo mais da metade dos seus militantes, indo alojar-se em duas fazendas compradas no Paraná – esperando fazer da região do Foz do Iguaçu a base de seu “foco”.²⁵⁵ Em abril de 1969, a repressão anunciou que havia desmantelado o grupo, a quem havia apelidado de MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro, dia da morte de Che Guevara), em referência ao jornal editado por ele.

²⁵³ GORENDER, 1998, p. 116.

²⁵⁴ DIRCEU & PALMEIRA, 1998.

²⁵⁵ GORENDER, 1998.

Já a Dissidência da Guanabara, em que militava o presidente da UME, Vladimir Palmeira, formaria, naquele ano, o Grupo de Trabalhos Especiais (GTE), unidade de guerrilha urbana que fez diversos assaltos. Enquanto o GTE planejava sequestrar o embaixador americano, Charles Elbrick, em setembro, resolveu rebatizar-se com o apelido dado pela polícia à dissidência de Niteói, MR-8. Era uma forma não apenas de se disfarçar, mas também de despistar e provocar o regime. Em ação conjunta com a ALN, o MR-8 sequestrou o embaixador, em 5 de setembro, e, dois dias depois, conseguiu libertar 15 presos políticos, que foram extraditados do país (logo, porém, a repressão localizou e prendeu os sequestradores). Quando os jornais anunciavam o nome do MR-8 por trás do sequestro, o blefe foi apenas relativo, pois, ainda assim, “ficou patente que as lideranças universitárias de 68 tinham entrado também na luta armada”.²⁵⁶ Até entre os militantes secundaristas foram formados grupos para treinamento militar e agitação clandestina, como narra Alfredo Sirkis.²⁵⁷

Após o AI-5, no conturbado e apossado meio das novas esquerdas, aumentou a pressão pelo engajamento imediato dos seus militantes na luta armada. Segundo Martins Filho, rapidamente centenas de jovens aderiram a organizações esquerdistas e chegaram a ser metade de seus partidários.²⁵⁸ De certo modo, resolvia-se o dilema enfrentado pelos novo-esquerdistas estudantis em relação ao movimento de massas juvenis. Solucionava-se o paradoxo em que uma mobilização de massas emergia diante de líderes alimentados pela concepção da luta armada maoísta ou foquista (ou variações das duas). Segundo dados de agosto de 1969, publicados originalmente na revista *Veja*, 370 pessoas envolvidas com a luta armada haviam sido identificadas (200 já detidas). Quase todas tinham entre 20 e 25 anos de idade e praticamente 40% eram estudantes.²⁵⁹

²⁵⁶ SIRKIS, 1984, p. 133.

²⁵⁷ *Ibid.*, p. 116.

²⁵⁸ MARTINS FILHO, 1996.

²⁵⁹ Apud POERNER, 1979.

A juventude e a procedência *pequeno burguesa* de grande parte dos militantes dos grupos guerrilheiros no Brasil revelam também uma tendência latino-americana e até mundial. Informações citadas por Castañeda indicam que, entre os mortos oficialmente reconhecidos pela repressão às guerrilhas, entre 1964 e 1978, 64% eram trabalhadores intelectuais (metade destes, estudantes). Os estudantes representavam um quarto do total e, junto com os professores universitários, formaram 35,7% dos que foram reconhecidamente torturados nesse mesmo período.²⁶⁰

Com exceção das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), as guerrilhas latino-americanas na década 1960 e início da de 1970 “eram feitas esmagadoramente na área rural do Terceiro Mundo por jovens intelectuais, vindos inicialmente das classes médias estabelecidas de seus países, mais tarde reforçadas pela nova geração de filhos e (mais raramente) filhas estudantes da crescente pequena-burguesia rural. Isso também valeu quando a tática de guerrilha foi transferida do interior rural para as grandes cidades”.²⁶¹ E, na verdade, as do Brasil, nesse período, foram urbanas (houve várias tentativas de se estabelecer focos rurais, mas apenas vingaria, mais tarde, a Guerrilha do Araguaia). Hobsbawm também aponta que grande parte das guerrilhas tentadas na própria Europa e nos Estados Unidos, na época, deram-se nas grandes cidades, predominantemente entre camadas médias e juvenis.²⁶²

Os riscos eram tão graves que faziam o tempo de vida ativa média de um guerrilheiro urbano ser de apenas um ano (após o qual era preso ou morto, ou morto depois de preso). Além dos perigos, os ex-militantes estudantis que passavam para as organizações de luta armada nem sempre mediam o grau das renúncias pessoais que teriam de fazer, ao submeter-se às regras

²⁶⁰ CASTAÑEDA, 1994.

²⁶¹ HOBBSAWM, 1995, p. 428.

²⁶² Segundo HOBBSAWM (1995), seriam exceções a esta caracterização os movimento guerrilheiros vindos do “gueto”, como o IRA no Ulster e os “Panteras Negras” nos Estados Unidos.

do grupo de caráter militar e clandestino. No *aparelho de Estado alternativo* (tão ou mais militarizado que o oficial), as ações pessoais externas à organização eram também controladas – Alfredo Sirkis, por exemplo, por se encontrar com velhos amigos do movimento estudantil não engajados na luta armada, foi acusado de “badalar em áreas de *desbundados*” (em referência aos que não haviam entrado ou abandonaram tal militância).²⁶³

Uma nova contradição parecia se resolver no interior das novas esquerdas estudantis, a do paradoxo em que se adotava a tese da “ditadura do proletariado” e admirava-se a China de Mao Zedong, ao passo que o grito nas assembleias e o cotidiano das relações pessoais (ainda que com limites) evocavam a “Liberdade”: “Nós éramos profundamente libertários. O que mais se gritava naquele momento era a palavra de ordem ‘Liberdade’. O curioso, e paradoxal, é que toda essa visão e toda essa prática muito libertárias coexistiam com um discurso ideológico que apontava para outras direções. Todos nós, naquele momento, piamente defendíamos a ditadura do proletariado”.²⁶⁴

A luta pela liberdade no campo do comportamento e da sexualidade, presente na prática estudantil, embora não tenha sido conscientemente formulada por seus líderes, se tornaria carregada de grandes tensões, conflitos e ambiguidades no interior das esquerdas armadas. Em geral, estas acabavam por neutralizar estas experiências de *liberdade sexual* em prol de uma *ascese revolucionária* (colocando em plano secundário as questões pessoais, reaproximando-se assim, do tipo de militância pregado pelo PCB). Outra contradição presente é que, mesmo os homens fazendo também tarefas “domésticas”, ainda assim as deliberações essenciais dentro do grupo armado eram quase exclusivamente deles. Ou seja, os homens podiam até colaborar com as mulheres, mas não davam espaço decisório para elas.²⁶⁵

²⁶³ Apud COELHO, 1990, p. 92.

²⁶⁴ SIRKIS, A. “Os paradoxos de 1968”. In: GARCIA & VIEIRA, 1999, p. 115.

²⁶⁵ ALMEIDA & WEIS, 1998.

Já a utilização ao menos eventual de drogas, especialmente da maconha, tornou-se algo relativamente normal entre as classes médias intelectualizadas, na segunda metade dos anos 1960. Dado que, naquele momento, vinham dessas categorias sociais as principais oposições ao regime, setores da direita civil e militar associaram usuários de drogas e militantes das esquerdas a uma certa *esquerda festiva*. Mas também alguns elementos das organizações armadas associaram a droga a comportamentos políticos considerados negativos, no caso, o *desbunde* (o abandono da revolução). Na verdade, tal associação não era de todo irreal, uma vez que, na fase de *desbunde*, muitos ex-militantes ingressaram no mundo da *contracultura*, consumindo drogas, fazendo análises ou ingressando em comunidades alternativas.²⁶⁶

Em especial no movimento de 1968, houve uma complementaridade e ao mesmo tempo, um dilema entre revolução comportamental e a política. Diante dele, a esquerda ortodoxa pregava a moldagem do comportamento pelas necessidades do engajamento na instituição partidária, adotando-se um modo de vida ascético. Até então, a prática das esquerdas e dos estudantes estimulava respostas diferentes: a simultaneidade da luta no campo dos valores e da política, e a integração entre transformações na vida cotidiana e nas estruturas sociais mais amplas. Mas havia uma contradição entre esta prática e as principais ideologias esquerdistas, embora heterodoxas, que alimentavam as novas esquerdas. Ao ingressar na fase da luta armada, no entanto, tal incoerência tendeu a se resolver pela retomada do modelo ortodoxo de militância. Era uma nova derrota, não percebida, das novas esquerdas em relação às massas juvenis de classe média, de onde vinham seus militantes. Elas seriam derrotadas, no campo militar, pelo regime da violência desmedida; na esfera do comportamento, ultrapassadas pelas práticas cotidianas, ainda libertárias em muitos sentidos, daquela massa juvenil que outrora fora estimulada a contestar, graças à sua ajuda.

²⁶⁶ Ibid.

Uma breve poesia combina palavra, letra e ponto de interrogação alternativos: “A(R)MAR(?)”²⁶⁷ Num mero instante, uma poesia dos anos 1970 condensa os paradoxos que as rebeldias estudantis precisaram enfrentar: fazer a guerra ou a paz? Empenhar-se no caminho da luta armada disciplinada e clandestina ou embarcar na Contracultura? Rebeldia política ou contestação comportamental? Revolução das estruturas sociopolíticas ou das formas culturais? Dilema esse que, dois anos antes, poderia ser acusado como falso, pois sugeria a cisão de algo que ainda formava um todo único na prática dos movimentos estudantis.

4. Depois de 1968

A análise de Luciano Martins, feita em 1976, sobre a *geração AI-5*, marcou muito as concepções sobre a juventude pós-1968, além de referendar a *posteriori* os preconceitos da esquerda armada quanto à contracultura. Para Martins, os jovens desta geração, criada pelo auge repressivo da ditadura, abdicaram dos projetos de transformação do indivíduo em sujeito, abandonaram os verdadeiros planos de emancipação política e social. Em lugar destes, adotaram três outros caminhos: o culto da droga, a desarticulação do discurso e o modismo psicanalítico. De acordo com tal autor, por meio dessas práticas as juventudes de classes média introjetavam em si mesmas a alienação produzida pelo AI-5: “São respostas da incapacidade de uma geração criada na cultura autoritária, marcada pela falta de informação e reflexão críticas: a Geração AI-5”.²⁶⁸ Drogas, práticas contraculturais e *psicanálise inconsequente* transformavam-se em fuga da realidade, incapacidade ou recusa de se afirmar como sujeito dotado de racionalidade e autonomia – apesar da retórica juvenil de os seus portadores afirmar o contrário. O autoritarismo conseguira, assim, invadir os espaços privados tidos como resquícios da liberdade.

²⁶⁷ Marcos SILVA apud HOLLANDA & PEREIRA, 1982, p. 13.

²⁶⁸ Apud ABRAMO, 1992, p. 95.

Esse severo julgamento rotula como *alienadas* as gerações juvenis de classe média posteriores àquela de 1968, que embarcara corajosamente na luta armada. A geração pós-AI-5 viveria à sombra do mito de 1968, não apenas por ser tenazmente vigiada pelo regime militar, mas também pelo fato de viver eternamente questionada por não se mobilizar nos moldes de um idealizado passado heróico. A geração de 1968 tornou-se mesmo um referente universal, a servir de medida e comparação para qualquer análise sobre as juventudes – antes ou depois daquele ano. Mas não parece ser justo comparar gerações que viveram realidades, condições, contradições e questões diferentes em seu próprio momento, que tiveram instrumentos de automobilização e de criação de identidades e valores diferenciados.

Sem a intenção de *julgar*, é possível analisar as dificuldades e os *descaminhos* de cada geração juvenil apenas a partir das suas próprias potencialidades de ação e criação, assim como dos seus limites ideológicos e comportamentais particulares. Nesse sentido, pode ser válido diagnosticar (nem tanto, talvez, lamentar) a ruptura entre contestação comportamental, revolução artística e rebeldia política que, em dado momento, a geração universitária de 1968 conseguiu aglutinar num todo único (ainda que não homogêneo). A ruptura radical nas formas de contestação observada no início dos anos 1970, colocando, de um lado, as contraculturas e, de outro, as esquerdas armadas, já palpitava, antes mesmo de 1968, no interior da frente político-cultural responsável por ele. O dilema entre a revolução do comportamento e a ausência desse tema na retórica do movimento estudantil, nas ocupações das faculdades, ilustra o problema naquele ano. Outro aspecto, não discutido aqui, mas importante, foi a relação ambígua – e, às vezes, de conflito – entre o tropicalismo (corrente da música popular liderada por Caetano Veloso, com inúmeros pontos de contato com a contracultura) e a mobilização estudantil. Na verdade, já no final de 1968, com o ingresso do regime militar nos seus *anos de chumbo*, a opção das novas esquerdas pela luta armada selaria essa ruptura.

IV. Juventude e Socialismo

O socialismo e outras variantes ideológicas *esquerdistas* encontraram acolhida na onda mundial de revoltas dos anos 1960. Acolhida com graus e formas os mais variados, entre os extremos da adoção ortodoxa do comunismo oficial soviético ao desenfreado anarquismo ideológico e organizacional, entre a aquisição integral de uma doutrina de esquerda e a colagem de temas, princípios, gurus, heróis e *slogans* de diversas matrizes (inclusive para aquém das esquerdas ou para além da política), entre a prática vinculada às instituições políticas vigentes e a total negação da política como possibilidade. Mas essa onda mundial teve algumas tendências mais notáveis na sua relação com os *esquerdismos*, que nos afastam da negação de qualquer caracterização possível.

Uma proposta identifica as mobilizações juvenis com a nova esquerda, fazendo daquelas portadoras de projetos, ideologias e práticas *novo esquerdistas*. Trata-se de uma identificação de modo algum forçada, mas que restringe ao mesmo tempo a nova esquerda e os movimentos juvenis. Se a análise da associação entre os dois fenômenos demonstra grande coincidência de temas, práticas, organizações e participantes, também revela que suas características mais importantes não coincidem totalmente.

Em primeiro lugar, nem sempre os grupos da nova esquerda adotaram os socialismos e esquerdismos do modo como fizeram os movimentos estudantis e juvenis. Estes últimos estabeleceram uma ligação muito experimental, pessoal e mesmo sentimental com suas ideologias. Ela poderia classificar-se como *juvenilizada*, o que não a torna necessariamente ruim, se bem que seja isso o que Hobsbawm sugere, ao afirmar que “ninguém com a mínima experiência das limitações da vida real, ou seja, nenhum adulto, poderia ter idealizado os *slogans* confiantes, mas patentemente

absurdos, dos dias parisienses de maio de 1968, nem do 'outono quente' de 1969: '*tutto e subito*', queremos tudo e já".²⁶⁹ Associação semelhante à que os *hippies* tinham com os misticismos, exotismos e esoterismos, assim como com as drogas. Relação marcada por oscilações tremendas entre o pacifismo e radicalismo, participação e desprezo à política, entre diferentes visões de mundo esquerdistas, individualismo e coletivismo, a adoção doutrinária de princípios e a discussão extremamente lúcida e crítica de ideologias, idealismo e ativismo (criando-se, sob inspiração de Che Guevara, inclusive um idealismo ativista). Foram justamente essas oscilações que permitiram a expressão de muitos projetos potencialmente ricos e capazes, às vezes, de mediações criativas entre os *extremos* adotados pelos movimentos juvenis. Frutos de uma contradição criadora, possível num momento em que se conseguira a abertura para a contestação, e a contestação da própria contestação (ou seja, das formas tradicionais ou consagradas de oposição política).

Agora em consonância com a nova esquerda, outra característica básica dos movimentos juvenis era a adoção, de modo relativamente autônomo, das ideologias socialistas e esquerdistas, ou seja, mais ou menos ou muito à margem dos partidos *oficiais*, contribuindo para uma extrema complexificação do *mapa* das esquerdas, rompendo com a bipolarização ideológica, construída na Guerra Fria, entre comunismo soviético e capitalismo *democrático* americano. Por meio da nova esquerda, tanto quanto das *contraculturas*, os jovens não apenas negaram a sociedade, mas também as próprias formas de protesto que lhes eram oferecidas. Não só se opuseram ao capitalismo sem recorrer ao comunismo ortodoxo, como igualmente aos regimes socialistas sem recorrer a ideologias ditas *burguesas*.

O repertório das ideologias, fontes e influências das novas esquerdas e dos movimentos estudantis alimentava-se, mais caracteristicamente, de esquerdismos novos ou recentes (grupos

²⁶⁹ HOBSBAWM, 1995, p. 318.

intelectuais europeus e americanos surgidos no fim dos anos 1950, foquismo, Revolução Cultural chinesa, ação dos negros americanos pelos direitos civis e lutas antiimperialistas no Terceiro Mundo). No entanto, foram ainda recuperadas, em menor ou maior grau, heterodoxias relativamente “velhas” ou eclipsadas pelo comunismo soviético (trotskismo, o próprio maoísmo, a retomada do leninismo, anarquismos, feminismo, pacifismo, nacionalismos, desenvolvimentismo, socialismos cristãos, a Escola de Frankfurt e o existencialismo). Mesmo as lutas do Terceiro Mundo e dos negros tinham já suas tradições. O “novo” presente no esquerdismo dos estudantes não se referia tanto à idade dos esquerdismos contrapostos, mas ao seu caráter combativo, antidogmático, aberto, crítico e capaz de servir à expressão das novas ações sociais encabeçadas pelos jovens. O adjetivo *novo* se refere muito mais ao sentido *juvenil*, adquirido por essa relação experimental com o esquerdismo. Ou seja, o *novo* dos esquerdismos juvenis nem sempre coincide com o *novo* atribuído à nova esquerda.

Se alguns analisam o *mapa* ideológico da onda mundial de revoltas do ponto de vista da nova esquerda, com base na qual caracterizam os movimentos juvenis, proponho o sentido inverso. Partindo da relação experimental das rebeldias juvenis com as ideologias de esquerda, busco caracterizar um novo aspecto do universo ideológico dessa onda mundial. É justamente a percepção desta relação *juvenilizada* que permite a aproximação tantas vezes difícil entre grupos novo-esquerdistas estudantis e práticas contraculturais de jovens, entre movimentos estudantis e juvenis. Desse ponto de vista, torna-se menos forçada e espantosa a proximidade temporal e espacial entre as mobilizações estudantis e as práticas culturais contestadoras, a simultaneidade entre o universo estudantil e as artes alternativas, entre as políticas públicas e as práticas privadas de novos estilos de vida. Tal qualidade deixou tantas vezes desconcertados os analistas dessas rebeliões. Proximidade muitas vezes negada por teóricos menos heterodoxos da nova esquerda, bem como ignorada por

despreocupados *hippies*, mas tantas vezes confirmada pela análise dos movimentos produzidos entre os extremos da política institucional e da rebeldia apolítica.

Por outro lado, enquanto a proximidade com o contexto *hippie* diferencia europeus e americano do Terceiro Mundo, os temas, práticas e dilemas enfrentados pelos grupos novo-esquerdistas, em ambos os locais, os interligam. Os universos políticos estudantis nesses locais se preenchem não apenas com a preocupação com o Vietnã e outras lutas terceiro-mundistas, mas também com novos temas, heróis, questões e táticas dos socialismos heterodoxos: luta armada, guerrilha, Mao Zedong, Fidel Castro, Che Guevara, esquerdismos cristãos, Revolução Cultural chinesa, Revolução Cubana, foquismo, Marcuse, universidades críticas, *sit-ins*, passeatas, autogestão, alienação, violência ou pacifismo, espontaneísmo ou organização, individualismo ou comunitarismo, lutas estudantis *versus* lutas de classe etc.

Ainda antes do auge de 1968, o socialismo tinha ganhado força fora do Primeiro Mundo, sendo adotado e recriado na China, Coréia, Vietnã e Cuba, quando teve a chance de perder ainda mais seu *ranço* ocidentalista e evolucionista – o que, por sua vez, aproxima novamente contracultura e nova esquerda na sua crítica do racionalismo tecnicista. Por outro lado, não é tão difícil, hoje em dia, perceber que, em todos os locais onde surgiram, os esquerdismos juvenis se viram acompanhados, quando não foram os próprios criadores, de práticas culturais alternativas, contestadoras ou, de qualquer maneira, fora dos padrões aceitos então pelo *establishment* ou pela visão cultural da oposição formal. Essas práticas, por sua vez, não se identificavam necessariamente com (e até rejeitavam publicamente) a mais famosa contracultura *hippie*: cinemas novos, músicas de protesto, teatros de vanguarda, literaturas dissidentes, arte gráfica em caricaturas, cartazes e muros etc. Elas confluem em direção ao *contra*, adjetivo das *contraculturas*. E se aproximam das ações políticas dos estudantes rebeldes no que se refere aos comportamentos *desviantes* adotados (comportamento sexual e uso de drogas), à inter-relação entre

problemas cotidianos e políticos gerais, à exigência de uma vivência verdadeira, *apaixonada*, da política ou da cultura (opondo-se tanto à padronização da arte quanto à *realpolitik*) e à legitimação da constante reciclagem dos valores (artísticos ou ideológicos) na busca de autênticas convicções.

Relacionada ao seu potencial antidogmático, uma das principais conquistas dos anos 1960 foi a superação, ainda que momentânea, da rígida bipolarização da Guerra Fria no terreno da ideologia. A Guerra Fria apresentava para todos apenas duas opções aparentemente opostas, mas que começaram a soar como estreitas, limitadoras e, para muitos, fundamentalmente coincidentes, ao apostar no progresso material, na evolução econômica e na modernização tecnológica. À certa altura, na nova esquerda e entre os jovens, houve a perda da hegemonia ideológica soviética. A União Soviética perdeu o papel proeminente de *exemplo* a ser seguido, substituído por modelos, doutrinas e ideias advindos dos socialismos *heterodoxos* e novos esquerdismos.

Mas os grupos que rompem com o comunismo soviético nem sempre estabelecem uma relação não-dogmática com a ideologia esquerdista professada. Muitos seguiam com rigor seus dogmas trotskistas, maoístas e, até mesmo, foquistas. Quase sempre exerceram tendências de redogmatização das novas esquerdas e de rigidez ideológica nos movimentos juvenis. O mérito deles, é claro, foi a quebra do monolitismo soviético, da hegemonia inquestionável do comunismo cultivado na terra de Stálin no seio das esquerdas. Seus limites foram o de pouco avançar, por si só, no rompimento do dogmatismo (pois várias vezes substituíam um conjunto de dogmas por outro), da intolerância (a certeza de que suas verdades eram “a” verdade), da imitação de um *modelo ideal* (troca-se União Soviética por China, Cuba e, mais tarde, alguém até proporia a Albânia) e da combinação ardilosa entre *realpolitik* (o fim justifica os meios), pragmatismo, oportunismo, ativismo e utopismo.

Paradoxalmente, o dogmatismo sobrevivente nas novas esquerdas levou-as ao caminho que a velha ortodoxia soviética

desestimulava, em tempos de *convivência pacífica*: o uso da violência, a revolução armada, a insurreição popular. Se essas novas organizações dogmáticas rompem com o imobilismo pregado pela “velha” esquerda, se querem a mudança já, a *revolução*, também colaboram para o fato de muitos jovens decidirem tomar o caminho da resistência agressiva, insurreição, luta armada, guerrilha, guerra popular prolongada e foco revolucionário.

No final da década de 1960, a tendência foi aceitar a legitimidade da violência, não apenas estudantil, mas também em outras agremiações da nova esquerda e até nos movimentos étnicos, antiguerra e feministas. Paradoxalmente, essa opção, marcante no final da onda mundial de revoltas, as reaproximaria das formas ortodoxas de esquerdismo (adotando dogmaticamente ideologias de esquerda) e, às vezes, de pragmatismo político, inclusive tendendo a considerar de novo os países socialistas como exemplos válidos (tanto a União Soviética quanto os países socialistas, China e Cuba, que então desencantavam os mais avisados). Algumas vezes, a opção pela violência afastou os rebeldes de qualquer forma ideológica ou política plausível (como o terrorismo europeu e algumas guerrilhas urbanas no Brasil). Também por causa disto, não apenas os “velhos esquerdismos”, mas também os “novos” sofreriam um tremendo golpe com a queda do Muro de Berlim e, anos depois, o fim da União Soviética. Esses acontecimentos, caso os esquerdismos tivessem tomado outros rumos esboçados na onda mundial de revoltas, poderiam até ser vistos como a comprovação do acerto em buscar a renovação profunda das formas consagradas de oposição ao capitalismo. Com o fim da onda mundial de revoltas, a oposição de esquerda no mundo capitalista perdeu a chance de se reciclar mais profundamente. As esquerdas se veriam pouco à vontade diante das lutas socioculturais que abundariam nos anos 1970 e 80 (ecológicas, de mulheres, de minorias étnicas e sexuais etc.), envolvendo-se nelas de modo muito pulverizado e pouco consciente. A opção, retórica ou real, pela violência ajudou a afastar as esquerdas de uma postura que assumia integralmente as propostas

de conjunção entre as lutas por transformações estruturais e do cotidiano, a conjunção profunda entre política e cultura.

Os novos esquerdismos também se fizeram presentes, na década de 1960, nos países socialistas. Lá não se desenvolveram tanto quanto no Primeiro e no Terceiro Mundos, dada a repressão ideológica e cultural muito mais severa. Estudantes e as novas esquerdas no bloco soviético ligaram-se a dissidências intelectuais ou a tentativas de reformas no sistema político e econômico pelos partidos comunistas no poder (na Hungria, em 1956, e na Checoslováquia, em 1968). Na China, apareceram na Revolução Cultural convocada pelo próprio líder do comunismo, Mao Zedong, gerando um complexo e contraditório processo político e social, que convulsionou o interior do país e influenciou muito as rebeldias juvenis. Durante 1968, particularmente, algumas revoltas estudantis agiram com certa autonomia no Leste Europeu, como na Iugoslávia e Polônia. Mas, a partir da invasão das tropas russas da Checoslováquia, naquele ano, percebia-se que o socialismo “real” deixava escapar a oportunidade para uma abertura e autocrítica ampla – o fechamento observou-se também na assimilação da ortodoxia soviética por Cuba e, na China, com a perseguição dos *ultra-esquerdistas* e o fim da Revolução Cultural.

A perda do vigor criativo e da relação pessoal com a política, observada nas esquerdas a partir da década seguinte, é concomitante à ausência do radicalismo dos grupos juvenis e organizações estudantis. Juventude e esquerdismo parecem afastar-se reciprocamente, após o final da onda mundial de revoltas. Em vez de perguntar o porquê de os estudantes e jovens de classe média hoje se afastaram dos esquerdismos e, até mesmo, serem pouco politizados, outra questão parece ser mais importante. Ela é formulada por Eric Hobsbawm: por que os movimentos estudantis optaram nos anos 1960 pelo radicalismo de esquerda?²⁷⁰ Mas essa questão deve ser completada: qual

²⁷⁰ Ibid.

radicalismo de esquerda? de que modo ele era pensado e exercido, na prática?

Antes disso, nos países capitalistas ricos os movimentos estudantis esquerdistas foram minoritários, breves ou de pouca expressão, destacando-se apenas os da Espanha, até a derrota dos esquerdistas na Guerra Civil Espanhola e a participação na breve Revolução Comunista da Baviera, em 1919.²⁷¹ Muito mais característica foi a participação dos jovens, no período entreguerras, nas organizações nazi-fascistas – fascismo italiano, Ação Francesa e nazismo alemão. Construiu-se nas esquerdas do Primeiro Mundo, não sem algumas razões, uma visão negativa sobre a participação dos jovens na política. Tal visão só começaria a ser quebrada com a Revolução Cubana, iniciada por jovens idealistas e guerrilheiros. Nos anos 1960, redescobriu-se a concepção de Marx sobre os estudantes como vanguarda das revoluções. Ela estaria presente em muitos debates nas novas esquerdas, ora incentivando a rebeldia estudantil, ora justificando a necessidade de os estudantes, após agitar a sociedade, ceder o controle da revolução para a *classe proletária*. Encontra-se mesmo num texto de Mao Zedong, justificando a *primeira fase* da Revolução Cultural Chinesa apoiada na mobilização estudantil – “os intelectuais revolucionários e os jovens estudantes foram os primeiros a tomar consciência, o que corresponde às leis do desenvolvimento da Revolução”²⁷² –, mas, logo em seguida, recomenda que os proletários passem a assumir-lhe a direção.

O radicalismo heterodoxo assumido pelos estudantes deve ser entendido na sua conjunção com a luta terceiro-mundista empreendida com a participação deles e, para além disso com as contraculturas e rebeliões comportamentais adotadas pelos grupos juvenis nos anos 1960. A resposta para a grande rebelião juvenil está na conjugação dos muitos fatores agravantes já discutidos, que vão da Guerra Fria à crise da universidade,

²⁷¹ FEUER, 1971.

²⁷² Texto de jul./1967 publicado em forma de cartazes, nas ruas de Pequim (apud DAUBIER, 1974, p. 200).

passando pela descolonização e a ascensão da economia mundial. Diante das dúvidas, ansiedades, desejos, interesses, desafios e problemas vividos por muitos estudantes ou simplesmente jovens mundo afora, as respostas encontradas pelas vias *oficiais* eram então insatisfatórias. Enquanto a mídia e a indústria cultural ainda estavam por demais massificadas, as ideologias *democráticas* e *burguesas* ostentavam um discurso extremamente tradicionalista e moralizante e os socialismos ortodoxos não apresentavam maiores saídas e, inclusive, desconfiavam dos estudantes. Os jovens insatisfeitos buscaram e encontraram, fora das ortodoxias, respostas e modelos alternativos, que não vieram apenas dos socialismos heterodoxos e dos novos radicalismos de esquerda. Este foi apenas uma das tendências *anti-sistema* adotadas pelas rebeldias juvenis. Não pode ser visto como a expressão exclusiva da revolta, nem mesmo como a principal, mas apenas uma das mais notáveis ao lado do já comentado *terceiro-mundismo* e da *contracultura*. Justamente essa conjunção de expressões heterodoxas possibilitou a riqueza dos esquerdismos daquela época, que seria rapidamente perdida com a dispersão destes componentes.

No fim das contas, a abundância de 1968 é muito menos a de um movimento institucionalizado e bem articulado, e muito mais a de um processo social de grupos de diversos tamanhos e graus de organização, com temáticas, ideologias e formas de ação sempre em oscilação, constituído por uma convergência de tendências múltiplas. Desse modo, 1968 é revolucionário, e não organizado ou semi-organizado (apesar de, em alguns momentos e locais ter se aproximado da formalização). Afinal, as novas esquerdas, suas organizações e formulações político-ideológicas foram bem menos revolucionárias que o processo social que ajudaram a alimentar e do qual beberam a fonte de sua juventude, a onda mundial de revoltas juvenis dos anos 1960.

1. A Heterodoxia

A análise dos movimentos juvenis leva a refletir sobre o que foi, então, a crítica às “velhas esquerdas”, assim como as potencialidades e os limites dessa crítica – ou melhor, destas críticas, pois elas não formam um conjunto unitário. Um ponto de partida interessante é o indicado por Wallerstein segundo o qual os protestos sociais de 1968 têm por alvo, ainda que secundário, as formas de oposição ou de movimentos *anti-sistema* da “velha” esquerda. Estes caracterizavam-se, depois de 1945, em três tipos principais: os partidos comunistas (com o poder no bloco soviético e nos países comunistas da Ásia), os partidos social-democráticos (com o poder em países da Europa Ocidental) e correntes nacionalistas (com poder no Terceiro Mundo). Os novos líderes estudantis, em 1968, tinham condições de avaliar a velha esquerda nas suas práticas, não apenas nas suas promessas durante sua mobilização original (quando essas lideranças não haviam ainda nascido).²⁷³

Da ampla definição de *esquerda*, de Wallerstein – movimentos anti-sistema no âmbito social (contra o conjunto ou aspectos do capitalismo) e nacional (contra colonialismos e imperialismos) –, posso passar à consideração de que, ao menos ideologicamente, os dogmas e as forma de organização e de ação do comunismo soviético foram os paradigmas dominantes de oposição *anti-sistema* no século XX. Em torno do modelo fornecido pelo socialismo oficializado por Moscou se deu-se a maioria esmagadora dos debates e eventos relativos à esquerda, nos anos 1960, entre jovens e estudantes. Contra esse modelo buscaram-se alternativas, muitas vezes tão ortodoxas quanto o original (trotskismo e maoísmo) ou convergindo para ele de maneira inesperada (Cuba). Formaram-se discursos, teses e práticas que pensaram em purificá-lo, reformulá-lo ou superá-lo, mas que fugiam de seu escopo menos do que se imaginava.

²⁷³ WALLERSTEIN, 1989.

Na época, os movimentos sociais em todo o mundo se viram diante de formas *heterodoxas* de socialismo que, em relação ao comunismo soviético, se apresentavam como alternativas e candidatas à nova ortodoxia. Baseavam-se, em grande parte, em dogmas, máximas ideológicas e preceitos de fé. Vivia-se quase que uma *reforma* no campo das ideologias anticapitalistas. Algumas “religiões” tinham longa data e aqueles anos vinham recuperá-las, como o trotskismo. Outra, o maoísmo, de ideologia satélite do stalinismo, tornara-se cada vez mais o *quartel-general* dos anti-revisionistas, pregando uma pureza perdida na dogmática socialista.

A agitação juvenil fez renascer o trotskismo, sobretudo após a invasão soviética de Praga, quando pareceu, enfim, que as críticas feitas por Trotsky à União Soviética de Stálin, desde os anos 1930, estavam corretas. Na verdade, a crítica de Krushev ao stalinismo, em 1956, já havia colaborado para esse renascimento. Outra fonte importante de atração do trotskismo foi sua *perspectiva internacionalista*, além de destacados intelectuais trotskistas influentes nos meios novo-esquerdistas, entre eles, o economista belga Ernest Mandel.²⁷⁴

Os grupos trotskistas tentaram, em vários países, participar intensamente das mobilizações estudantis. Talvez, a atuação política direta das correntes ligadas a Trotsky tenha sido o seu ponto menos eficaz, apesar do grande esforço e da perspicácia de seus militantes. Já os temas, as discussões, os conceitos e as ideias desses grupos, como a crítica ao stalinismo feita de uma perspectiva esquerdista (e não conservadora) e a postura internacionalista, foram contribuições ainda maiores para os movimentos juvenis e a nova esquerda. De certo modo, essa onda mundial de revoltas permitiu o renascimento do trotskismo, ao mesmo tempo que ela se fortaleceu com tal ressurgimento. É claro, o trotskismo pareceu ter multiplicado ainda mais sua tendência à fragmentação, ao entrar em contato com a relação

²⁷⁴ GARCIA, M.A. “Em busca de 1968”. In: GARCIA & VIEIRA, 1999, p. 14.

experimental entre movimentos juvenis e as ideologias. Porém, no sentido oposto, foi muitas vezes uma influência limitadora do caráter experimental da ligação juvenil com o esquerdismo, colaborando na persistência de visões dogmáticas e reforçando a crescente hegemonia da proposta da luta violenta.

No caso de Cuba e do foquismo, percebo uma jornada irregular e contraditória, partindo de uma adesão ao socialismo em grande parte por motivos geopolíticos, passando pela proposição de um novo temário revolucionário ao Terceiro Mundo (a América Latina em especial) e terminando com uma crescente *sovietização* da sociedade cubana. Ao fim, manteve-se ainda o que muitos novo-esquerdistas queriam eliminar da *práxis* anticapitalista: a relação dogmática com as ideias político-sociais adotadas, que tornava essas heresias, na verdade, em heterodoxias candidatas à nova ortodoxia vigente no campo da oposição política ao sistema capitalista.

No que se refere ao anarquismo e ao esquerdismo cristão, essa colocação não seria exata. Em primeiro lugar, como ideologias bem (re)definidas e militância reconhecível, estas foram heresias esquerdistas menos presentes, na onda mundial de revoltas, que as anteriores. O esquerdismo cristão teve pequeno grau de extensão, apesar de sua importância em estágios originais de rebeliões, particularmente na América Latina. Já o anarquismo teve a adesão ou simpatia de alguns grupos – como o “grupúsculo” 22 de Março, em que militava Daniel Cohn-Bendit. Entretanto, parece que a presença ampla de temas libertários, nos anos 1960, foi muito mais uma coincidência do que fruto de um trabalho político mais profundo dos militantes do anarquismo. Ainda assim, essa sintonia de assuntos é exemplar de um dos fatos mais importantes no período: realidades socioculturais, demandas cotidianas e formas de prática política marginalizadas pelas ortodoxias da “velha” esquerda – junto com ideologias esquerdistas que valorizavam estas dimensões, como o anarquismo – eram novamente reconhecidas no campo da contestação anticapitalista.

Contudo, no tocante à influência das principais heterodoxias socialistas nas novas esquerdas e entre os jovens, foi notável um percurso fatal que culminaria na opção pela luta armada. Muitos partiram da heterodoxia para chegar à opção pelas formas violentas de enfrentamento, pelo voluntarismo extremado e pela militarização da contestação social. Como já foi dito, essa radicalização de muitos grupos da nova esquerda, essa adesão à retórica e à prática da violência como única maneira de redenção social e esse voluntarismo extremado cada vez mais dogmático tiveram certamente o mérito de auxiliar a quebra do monopólio soviético na contestação anticapitalista. Mas fico na dúvida. Os novos modelos oferecidos como ortodoxia não engendrariam sociedades também imersas no terror? A dúvida é reforçada quando analisam-se as contradições dos socialismos “reais” legitimadores do maoísmo e do foquismo.

Os socialismos heterodoxos de Cuba e China estão à frente também do que se poderia considerar como uma segunda variante do comunismo do século XX, ao lado do comunismo soviético. Seriam os socialismos terceiro-mundistas, instalados e/ou propostos em sociedades recém-saídas da dominação colonial ou que lutavam contra o imperialismo, além de distantes dos níveis de desenvolvimento industrial e enraizamento capitalista previstos pelo maxismo original como condição à revolução socialista. Isso, a bem da verdade, não estava muito distante do caso da Rússia e de alguns dos países do Leste Europeu. Mas China e Cuba, assim como Coreia do Norte, Vietnã, Laos, Camboja, Nicarágua, Moçambique e Angola, eram países cuja traumática luta contra a colonização ou imperialismo foi acompanhada por um processo de instalação do “socialismo” mediante revolução, insurreição, guerrilha, guerra civil ou a conjunção disto tudo. Essa parte do Terceiro Mundo combinou, de diferentes formas, socialismo e terceiro-mundismo, anticapitalismo e antiimperialismo, retórica da luta de classes e nacionalismo, marxismo e desenvolvimentismo, guerra civil e consolidação do Estado Nacional, estatização da economia e

modernização social. Tal interseção de eventos, ideologias, temas e práticas compunha um duplo atrativo aos novos rebeldes, em todo o mundo. E unia dois elementos capazes de encantar muitos dos jovens inconformados dos anos 1960: socialismo herético e terceiro-mundismo.

China e Cuba, na verdade, são sociedades que persistem em se chamar de comunistas, ao passo que o bloco soviético já se desvaneceu totalmente. Permitem uma pálida sobrevida do socialismo terceiro-mundista, ao passo que o comunismo soviético torna-se rapidamente uma peça de museu. Mas, se Cuba e China hoje em dia não se preocupam tanto assim com a conversão de admiradores no exterior – e a segunda, provavelmente, nem com a preservação efetiva de seu sistema formalmente comunista, abrindo cada vez mais espaços ao capitalismo –, outrora faziam questão de ostentar ao resto do mundo uma ideologia ou doutrina que se acreditava purificadora do marxismo, embasada por uma sociedade que estaria a caminho da perfeição.

Enquanto isso, nos anos 1960 e 1970, grupos compostos sobretudo por jovens, mundo afora, embarcavam em experiências de guerrilha desagradáveis para eles próprios e para suas vítimas, que engendrariam respostas de forças dominantes ainda mais repressivas e violentas, muitas vezes fechando alguns canais abertos de contestação social. Já a sociedade chinesa passaria por um inacreditável reinado do *Grande Timoneiro*, cujas rústicas experiências de alquimia social fariam o país viver momentos catastróficos. Em Cuba, o discurso radical de incitamento à revolução latino-americana logo iria contrastar com o processo crescente de *sovietização* da sociedade, com todos os traumas causados pelo planejamento desajeitado da economia, uso da polícia política, vigilância social, censura estrita à cultura e ao comportamento e campos de concentração. Assim como na China, em Cuba jovens em diversos momentos passaram por vogas de agitação social seguidas de repressão e estrita disciplinarização. A Revolução Cubana foi desencadeada por jovens, acabando por gerar um sistema promotor da disciplinarização militar de sua

juventude. Já a Revolução Cultural na China daria as armas aos novíssimos guardas vermelhos para, depois, enviar o Exército para massacrá-los.

2. Revolução Cultural Chinesa

A China, certamente, é o principal local do mundo comunista asiático ao qual se devem dirigir os olhos, se o assunto é a onda mundial de revoltas juvenis dos anos 1960. Em primeiro lugar, por conta da influência do maoísmo e da retórica da Revolução Cultural nas novas esquerdas e entre os jovens. Mas há algo ainda mais importante, que nem sempre é considerado. Ela também teve sua rebelião juvenil, certamente a mais *sui generis* da época. A Revolução Cultural foi, além do mais, uma revolta estudantil de largas proporções e dramáticas contradições. Talvez a mais triste história dentro dos movimentos estudantis daquela época.

A Revolução Cultural Chinesa teve muita importância para 1968, não exatamente pelo que representou na realidade, mas pelo que se imaginava ou se dizia oficialmente sobre ela. O que se fez, particularmente na Europa Ocidental, mas também no Japão, na América Latina e em outros locais, foi uma *construção intelectual* sobre o que estaria sendo tal revolução, enfatizando certas questões para construir um novo paradigma socialista.

Achávamos a Revolução Cultural, e tudo que estava acontecendo naquele momento na China, o máximo. Ninguém tinha idéia do que na verdade era a Revolução Cultural como forma de opressão, de destruição da classe mais intelectualizada, dos artistas, dos pensadores. Acreditávamos que a Revolução Cultural era um ato de grande mobilização popular, que ia fazer com que a China pudesse evitar o destino da União Soviética e construir o verdadeiro socialismo, e não o socialismo burocratizado.²⁷⁵

²⁷⁵ SIRKIS, A "Os paradoxos de 1968". In: GARCIA & VIEIRA, 1999, p. 115.

De 1966 até a morte de Mao, em 1976, ela vitimou entre 400 mil e 1 milhão de indivíduos, pouco em comparação com a reforma agrária e notadamente em relação ao Grande Salto Avante (cujos massacres ou consequências econômicas ceifaram dezenas de milhões de vidas). No entanto, impressionou por seu radicalismo, pelo extremismo expresso em discursos e alguns atos. Outra novidade no contexto chinês foi ter se dado basicamente nas cidades e concentrado nos meios políticos e intelectuais. Era um evento cheio de contradições. Mesmo os grupos mais radicais tinham um pé no Estado, pelo menos na referência absoluta a Mao Zedong. Eles criaram uma espécie de *alter ego* do poder oficial (polícia, prisões, tribunais etc.), imitando as suas instituições para criticar ele próprio. Se o Estado é atacado, ao mesmo tempo é defendido o tirano Mao e seu modelo de Estado do terror, com o uso de métodos terroristas.²⁷⁶

Porém, a Revolução Cultural não foi simplesmente mais uma das *campanhas de massa*, já comuns na China, apesar de apresentar algumas de suas características. Ela adquiriu contornos de uma revolução social e, na sua fase mais conhecida, as maiores violências resultaram de excessos mais ou menos espontâneos e de nível local, não da repressão e do terror conduzidos pelo partido-Estado. Foi um movimento multifacetado e variado.²⁷⁷

Uma interpretação histórica desse processo torna-se fundamental não apenas para avaliar o descompasso entre a realidade da revolução e a imagem criada pelas novas esquerdas estudantis, mas sobretudo para perceber que houve aí uma importante mobilização juvenil. Na verdade, esta foi o seu núcleo mais importante, apesar da manipulação sofrida por ela, do seu caráter autodestrutivo e o culto a uma liderança adulta (Mao).²⁷⁸

²⁷⁶ MARGOLIN, J-L. "China: uma longa marcha na noite". In: COURTOIS, 1999, p. 611.

²⁷⁷ Ibid.

²⁷⁸ Essa reconstituição histórica da Revolução Cultural Chinesa baseia-se particularmente nos dados de DAUBIER (1974) e MARGOLIN, J-L. "China: uma longa marcha na noite". In: COURTOIS 1999, esp. p. 539-649.

A Revolução Cultural Chinesa pode ser dividida em duas grandes etapas: a Revolução Cultural dos guardas vermelhos e a repressão pelas milícias e pelo Exército Popular de Libertação. A primeira etapa, a mais influente, contraditória e de efervescência social e cultural, pode ser compreendida pela seguinte dinâmica básica (que não seguiu exatamente esta ordem em todas as cidades da China): a formação de grupos de guardas vermelhos, os conflitos entre suas alas *rebelde* e *conservadora* e as lutas entre facções *rebeldes* que tomaram governos locais, beirando em certos casos a anarquia social. A segunda etapa caracterizou-se, diferentemente da violência mais espontânea da primeira, pela repressão e terror coordenados pelo Estado, exercidos por milícias e notadamente pelo Exército, enviados para controlar uma situação social e política fora de qualquer controle.

Um certo contexto político explica o fato de Mao Zedong ter dado início à essa *campanha de massas* que adquiriu contornos de uma revolução social violenta, anarquizante e contraditória. Mao rebelava-se contra uma perda de poderes efetivos, após o fracasso de seu Grande Salto. Para recuperar o poder total, parecia esperar uma oportunidade e o encontro com as novas gerações que viviam, desde seu nascimento, a China da era socialista. Apesar de seu grande prestígio e de continuar na presidência do partido, Mao temia ser cada vez mais afastado do centro decisório.

Uma primeira fase teria se dado mais modestamente, e no interior dos quadros do partido, a partir de dezembro de 1965. Mas ela irromperia mesmo com força em março do ano seguinte, quando Mao lançou a palavra de ordem: “é preciso derrubar o Rei dos Infernos e libertar os diabretes”.²⁷⁹ O Grupo da Revolução Cultural (GRC) seria recriado numa reunião do *bureau* político do partido comunista, em maio, passando a depender direta e exclusivamente de sua Comissão Permanente (ou seja, de Mao). O GRC foi dominado por maoístas extremistas, como a mulher de

²⁷⁹ DAUBIER, 1974, p. 55

Mao, substituindo o Comitê Central e o *bureau* político como centro principal das decisões.

A partir de então, a propaganda veiculava abertamente que se processava uma *Revolução Cultural Proletária*, com diversos artigos em jornais conclamando-a. Uma circular de 16 de maio, escrita provavelmente por Mao, propunha não apenas a revolução no meio literário e artístico, mas a luta contra a oposição no interior mesmo do partido. Os apelos dirigiam-se às massas – tentava-se recriar a mobilização das massas, tantas vezes já utilizada na China comunista. Os populares eram estimulados a criticar dirigentes e quadros. Mas a situação só esquentou realmente quando os meios estudantis foram agitados, formando-se os primeiros grupos de guardas vermelhos.

Mao procurou conquistar a nova geração escolarizada do grau secundário, dos institutos de formação profissional e das universidades, concentrada nas grandes cidades (um quarto dos habitantes de Xangai frequentava essas escolas). Segundo Margolin, não estão corretas nem a lenda dourada que apresenta os guardas vermelhos como parentes apenas um pouco mais fanáticos dos revolucionários de 1968, nem a história disseminada na China após a queda do Bando dos Quatro, que os apresentava como auxiliares semifascistas de um bando de aventureiros. Os guardas vermelhos, na verdade, viam-se como bons comunistas maoístas com o dever de criar uma espécie de partido comunista clonado. Eram fanáticos por Mao e só assumiram o poder em direções municipais e provinciais que se opuseram às hostilidades promovidas pelo centro maoísta, acabando por se tornar uma força suplementar para ajustes de contas no centro do poder. Deles, enorme energia foi liberada, mas usada quase que apenas destrutivamente. De acordo com Daubier, apenas as organizações de *rebeldes* surgidas nas escolas denominam-se *guardas vermelhos*; as muitas organizações de massa que logo surgiriam nas fábricas e escritórios eram chamadas de *rebeldes* ou *revolucionários proletários*.²⁸⁰

²⁸⁰ Ibid.

Além dos estudantes, outras categorias que iriam aderir em massa à Revolução Cultural seriam os operários discriminados por motivos políticos (principalmente pelos grupos de trabalho, descritos adiante), de todas as idades, e os trabalhadores sazonais, em geral jovens, sem garantia de emprego ou salário fixo, que formavam a maioria do proletariado das novas fábricas (cujo desejo eram melhores salários e contratos permanentes). Nessa “heteroclita coligação de descontentes”, iriam juntar-se alguns tipos de quadros políticos: jovens que esperavam ascensão rápida no partido, oportunistas e aqueles que, outrora, foram punidos e desejavam vingança.²⁸¹ Uma mistura de ódio e desejo de promoção social permeava os integrantes desta coligação, a qual, estimulada por Mao, atacou todos os poderes sociais e políticos (escola, fábrica, gabinetes etc.). Seu sucesso só foi possível enquanto teve o apoio da direção central do partido e do Exército Popular de Libertação (EPL), uma vez que representava apenas 20% da população urbana.

Em 25 de maio de 1966, afixou-se na Universidade de Pequim (chamada coloquialmente de *Bei Da*, abreviação do seu nome chinês) um dos primeiro *dazibaos* da Revolução Cultural, com enorme repercussão. Os *dazibaos* eram cartazes com grandes caracteres, feitos a pincel com tinta da China diluída em água, muitos de forma atraente, em grandes folhas de papel de cores variadas, com títulos e subtítulos com traçado não convencional e reproduzindo os nomes dos criticados de modo satírico (caracteres tremidos serpenteando como cobra para os considerados *venenosos*, alongados para sugerir pedandismo etc.). Eles foram a grande e real fermentação artística desse processo, aproximando a revolta estudantil chinesa das mobilizações juvenis mundo afora: em todas, política e criatividade cultural estiveram interligadas, com esboços de autonomia, formas

²⁸¹ MARGOLIN, J.-L. “China, uma longa marcha na noite”. In: COURTOIS, 1999, p. 615.

inovadoras, conteúdos mordazes, irreverentes e irônicos e atmosfera de idealismo e utopia.

Bei Da estava em ebulição e estudantes exigiam um ensino menos *clássico* e mais *politizado*, em assembleias diárias e *dazibaos* que se multiplicavam. A palavra de ordem era a “Política no posto de comando”. Criticavam o sistema de exames, os programas escolares, os métodos de ensino, a falta de contato com o povo e com a prática, o suposto privilégio de filhos de burgueses no acesso à universidade e a formação de letrados em vez de *servidores do povo*. Semelhantemente às revoltas em todo o mundo, nos anos 1960, a Revolução Cultural chinesa começou com a crítica às condições da universidade, do conhecimento cultivado, das formas de acesso, dos exames e do distanciamento para com questões práticas e políticas. Algumas dessas propostas até lembram as *universidades críticas* do lado ocidental, assim como certos paradoxos das reivindicações na educação, oscilando entre um ensino mais tecnológico, afinado às necessidades de produção, e uma ciência mais politizada e engajada socialmente.

Mas como já se percebe, desde o início era estimulada e, até certo ponto, guiada por Mao e seus colaboradores, muitas vezes servindo como mero instrumento manipulado por dirigentes contra seus pares. A rebelião da juventude estudantil urbana chinesa, entre outras diferenças com a dos demais países, sempre teve dificuldade em ser autônoma – quando ficaria fora do controle dos líderes centrais, seria interrompida brutalmente. Outra divergência com o mundo ocidental foi a participação preponderante de alunos dos *liceus* e cursos profissionalizantes (relativos ao atual *ensino médio* no Brasil), tornando-a mais *adolescente* que *juvenil*. Estes também reclamavam transformações no ensino médio, retomando os temas esboçados na Universidade de Pequim, contra um sistema escolar assentado ainda em bases tradicionais, feudais e elitistas.²⁸²

²⁸² DAUBIER, 1974, vol. 1, p. 69.

Em 2 de outubro de 1966, dia da Festa Nacional, houve um interminável desfile (de sete horas) em que 2 milhões de guardas vermelhos e *rebeldes* substituiu o tradicional cortejo de carros de flores e exibições artísticas. A leitura coletiva de um editorial nas escolas e unidades de trabalho propagandeou a existência de duas linhas dentro do partido, uma delas, reacionária e contra a de Mao. Prenunciava-se uma série de novos expurgos, algo que não era novidade no país. Ao apelar às novas gerações, parecendo não encontrar abrigo seguro dentro do partido, Mao acabou gerando uma radicalização bem além do esperado. Adolescentes e jovens estudantes, defendidos e estimulados por ele, formaram a Guarda Vermelha – na verdade, Guardas Vermelhas. Eram organizações de massa oriundas das agitações nas escolas e universidades que, em maio daquele ano, funcionaram semiclandestinamente durante a atuação dos grupos de trabalho. Iriam generalizar-se, a partir de agosto, em praticamente todos os estabelecimentos urbanos de ensino na China. Os primeiros grupos da Guarda Vermelha admitiam apenas filhos de operários, camponeses e quadros comunistas – e logo se revelariam instrumentos mais dos *conservadores* que dos *rebeldes*, de modo que Mao e seus colaboradores acabariam incentivando a formação de guardas vermelhos oriundos de pais *burgueses*. Curiosamente, numa interessante inversão, a maioria dos grupos *rebeldes*, em certo momento os mais defendidos por Mao, possuía importante número de filhos das difamadas classes *negras*.²⁸³ A Revolução Cultural realmente primou pelos paradoxos.

Havia Guardas Vermelhos entre 12 e 30 anos, mas a maioria era dos liceus, entre 12 e 17 anos. Até em alguns escritórios e fábricas eles surgiram, especialmente nos centros de aprendizagem. Organizavam-se paramilitarmente, em seções agrupadas em destacamentos e com quartéis-generais nos escalões provincial e municipal. Nunca tiveram autorização para portar armas – apesar disto, iriam usá-las nos momentos de maior tensão.

²⁸³ DAUBIER, 1974, vol. 1, p. 69.

As perseguições aos *contra-revolucionários*, feitas em 1966 pelos guardas vermelhos, tornaram-se o maior símbolo da Revolução Cultural. Nas faculdades e escolas, submetiam-se colegas e professores a sessões de crítica e autocrítica crescentes em violência psicológica e física. Mas, no conjunto, as violências perpetradas neste ano pelo guardas vermelhos foram menos mortíferas e nada inovadoras em relação àquelas movidas contra intelectuais nos anos 1950, ainda que dessa vez tenha sido usado um pouco mais de sadismo e exaltação. Tais ações foram semelhantes em toda a China: milhões de estudantes mobilizados, logo encontraram nas figuras de seus professores e das autoridades locais os difamados *monstros revisionistas*.

Os *inimigos de classe* eram adornados com cartazes, chapéus e às vezes com roupas ridículas (principalmente as mulheres). Eram forçados a ficar em posturas grotescas e penosas, com rosto sujo de tinta preta. Alguns tiveram de permanecer *de quatro* e latir como cachorros. Um professor foi renomeado *cavalo* e obrigado a comer ervas. Outros sofreram espancamentos até a morte. Os algozes foram assim transformados em *animais*, justificando sua eliminação. Até o canibalismo vingativo foi recriado: cerca de 137 pessoas no Guangxi, sobretudo diretores de colégio, foram comidos, inclusive com a participação dos quadros comunistas locais.

Nessa primeira fase de ebulição social, os principais alvos eram os intelectuais – o que não era novidade na China comunista. Em 1966, intelectuais, obras de arte, bibliotecas, museus representavam presas fáceis aos guardas vermelhos, estimulados por Mao e seu grupo de dirigentes. Cerca de 10% dos professores foram *lutados*, ou seja, passaram pelo crivo das campanhas dos guardas vermelhos. Terminaram de algum modo vitimados 142 mil professores, 53 mil técnicos e cientistas e 2.600 artistas e escritores. Xangai, com muitas pessoas nessas categorias, tem dados oficiais de 10 mil mortos. Durante esse processo, fechou-se praticamente a educação secundária e superior. Suspendeu-se a prática da música clássica e de outras artes ocidentais, inclusive, com a destruição de seus instrumentos. O

repertório nacional de teatro e cinema viu-se reduzido a meia dúzia de obras aprovadas politicamente pela esposa de Mao.²⁸⁴

Na segunda metade de 1966, os guardas vermelhos de outras localidades eram incentivados a ir até Pequim para fazer os *chuan-lien* (trocas de experiências revolucionárias). Durante quatro meses, a cidade recebeu 1 milhão de visitantes, vindos de várias províncias. Enquanto isso, os guardas vermelhos de Pequim dirigiam-se para as províncias para incentivar a crítica dos quadros locais. Era o simulacro da *Longa Marcha*, apesar de muitas vezes o transporte ser fornecido pelo governo. Eram distribuídos textos de Mao, em especial o “livrinho vermelho”, coletânea de citações criada em 1965 para os soldados do EPL. Em cópiógrafos portáteis e outros meios, foram impressos centenas de milhões de cópias desse livro. A ação dos guardas vermelhos oscilava, assim, entre o real desejo de transformação social e um *happening* de verão (os próprios comboios pela China tornaram-se, de certa forma, estimulantes viagens turísticas para jovens que nunca tinham saído de sua cidade natal).

Em agosto de 1966, agitados pelo aparelho oficial de propaganda, os guardas vermelhos de Pequim saíram do interior das escolas, mudaram os nomes das ruas da cidade que ainda evocavam o período imperial e cobriram de branco as pinturas dos mandarins no Palácio de Verão, querendo denunciar a persistência de influências feudais em pleno socialismo. Começam a invadir e saquear as casas de antigos capitalistas e proprietários de terras – ação amplamente divulgada pela imprensa, que procura provar a permanência da burguesia no seio do

²⁸⁴ O regime socialista chinês identificou categorias sociais que, supostamente, indetificavam aqueles grupos mais ou menos aptos a apoiar a implementação do comunismo. Tais categoriais remontavam à China pré-revolucionária: as classes vermelhas, valorizadas, eram formadas por operários, camponeses pobres, quadros do partido, militares do Exército Popular de Libertação e “mártires revolucionários”; as classes negras, rejeitadas, compunham-se dos antigos proprietários de terras, camponeses ricos, contra-revolucionários e direitistas; as classes neutras, que cada vez mais seriam empurradas à condição de “negras”, principalmente durante a Revolução Cultural, eram formadas por capitalistas e intelectuais.

socialismo. Era a *Campanha contra as 4 Velharias* (velhas ideias, culturas, costumes e hábitos), lançada pelo chefe do EPL, Lin Biao. Além do antiintelectualismo, expressaram-se nessa campanha a xenofobia, a perseguição às religiões e o horror às tradições: templos foram trancados (alguns destruídos), túmulos imperiais foram saqueados e parte da Grande Muralha destruída. Demandou-se que o sinal vermelho nos semáforos significasse “avançar” e atacaram-se pessoas com cabelos compridos, calças justas e saltos altos.

Em fevereiro do ano seguinte, foi renovada a onda de *dazibaos* e caricaturas em muitas cidades. Cartazes e *slogans* com enormes caracteres cobriam paredes, vitrines e passeios; expunham-se caricaturas de Liu Shaoqui (presidente da China) e Wang Kuanmei (esposa de Liu), além das de alguns ministros e altos funcionários. Tudo em cores vivas e com grande talento satírico. Essas caricaturas, a princípio, eram feitas pelos estudantes de Belas Artes. “Nascia espontaneamente uma nova forma artística” que, rompendo bravamente com os limites do “realismo socialista”, tiveram uma importante função política durante a Revolução Cultural.²⁸⁵

Nessa época, em Pequim, eram produzidos regularmente cerca de 200 jornais, e os mais ativos e com mais informações sobre a revolução não eram os oficiais, e sim aqueles dos guardas vermelhos e das novas organizações operárias. Estava criada uma verdadeira rede de informação paralela. Nas escolas e empresas, discursos pelos alto-falantes, desfiles ao som de gongos e tambores, painéis com símbolos da felicidade e retratos floridos de Mao. Onde nasciam comitês revolucionários, colocavam-se grandes painéis de madeira na fachada, ornamentados com tecido vermelho, flores de muitas cores e enormes lanternas de papel púrpura típicas das festas chinesas. Também ouviam-se foguetes durante a noite, outro símbolo de festa. Como em outras revoltas juvenis mundo afora, as agitações na China oscilavam entre a

²⁸⁵ DAUBIER, 1974, vol. 1, p. 199.

violência e a festa – aqui, porém, com instabilidade muito acima do normal. Uma festa-revolução realmente acontecia.

De um modo um tanto esquemático, pode-se dizer que a segunda fase da agitação caracterizou-se pelos confrontos entre os guardas vermelhos rebeldes e conservadores. Nessa etapa e na seguinte (a da guerra entre facções *rebeldes*), os principais vitimados deixariam de ser os intelectuais e passariam a ser particularmente os quadros do Partido Comunista Chinês e do Estado. Os dirigentes do partido que se sentiam na eminência de ser atingidos por prováveis novos expurgos apelaram à mesma tática de Mao, levando a Revolução Cultural ao seu impressionante grau de paroxismo e complexidade. Eles se aliaram a guardas vermelhos chamados de conservadores – porém, todos os grupos diziam-se rebeldes. Conflitos desta ordem espalharam-se pelas principais cidades, destacando-se Pequim, Xangai, Wuhan e Cantão, envolvendo organizações de massa rebeldes e conservadoras.

Os guardas vermelhos esbanjaram espontaneidade ao mesmo tempo que alguns dirigentes procuraram manipulá-los em busca de acertos de contas. Se a violência contra os quadros mataria poucos altos dirigentes (espancou-se até a morte um ministro de pouca importância), no entanto 60% dos quadros seriam expurgados (mas muitos retornariam aos seus postos mesmo antes da morte de Mao). Os altos quadros presos, em sua maioria, sobreviveram à prisão. Os conflitos se generalizam entre rebeldes e municipalidades ou direções de província: esses últimos também tinham criado poderosas organizações de massa, chamadas de conservadoras pelos seus inimigos, mas difíceis de serem distinguidas dos demais rebeldes. Os rebeldes propriamente ditos seriam aqueles reconhecidos pelo GRC, do qual recebiam listas de pessoas a serem *lutadas* e *boas* etiquetas do partido. Em outras palavras, rebeldes e conservadores eram igualmente partes da mesma máquina estatal. Estavam de acordo quanto ao uso da repressão e do terror, usavam estratégias semelhantes em seus conflitos – basicamente, o rapto (seguido de

interrogatórios e torturas com métodos inventivos) – e criaram um sistema penitenciário próprio em cada escola, fábrica e administração. Conservadores e rebeldes utilizavam-se do estoque de citações maoístas uns contra os outros, às vezes a mesma citação, mas atribuindo-lhe diferentes interpretações.

Havia uma diferença na constituição social dos grupos. Os rebeldes estavam mais próximo das categorias intelectuais (os guardas vermelhos dos colégios de Cantão tinham 45% de filhos de intelectuais) e eram apoiados por operários não especializados e adversários dos quadros políticos. Já os conservadores, em geral, eram filhos das categorias *vermelhas* – em Pequim, 82% descendiam dos quadros e de operários especializados. Os rebeldes tentavam, então, livrar-se da *mancha infame nativa*, sua origem *negra* ou próxima disto. Assim como os conservadores, também os rebeldes violentavam os *negros*, muitas vezes torcendo para que seus próprios pais não fossem atacados. Uma contraditória mobilização juvenil urbana misturou conflito de gerações, rancor da herança social, sociologismo vulgar, antiintelectualismo, intolerância cultural, xenofobia, fanatismo e ataques às instituições sociais, utilizando as mesmas táticas repressivas destas instituições. Isso tudo, jogado num caldeirão fervilhante de radicalismo, geraria a inacreditável tese da *hereditariedade de classe*.

Essa proposição atingiu seu auge durante as lutas em Pequim entre o *Liandong*²⁸⁶ e o terceiro quartel-general dos guardas vermelhos. Esse último admitira muitos dos filhos das classes *impuras*. Contra ele eram evocadas palavras de ordem como “Pai revolucionário, filho valente, pai reacionário, filho indigno!”, querendo dizer que os filhos dos quadros eram revolucionários por nascença. A tese surgiu das escolas especiais para os filhos

²⁸⁶ Sigla para Comitê de Ação Unida dos Guardas Vermelhos da Capital. Procurava aglutinar os dois primeiros quartéis gerais formados em Pequim, compostos apenas por filhos de camponeses, operários e quadros do Partido Comunista.

dos quadros comunistas²⁸⁷ e penetrou mesmo entre os rebeldes, levando-os certamente a uma situação constrangedora e ambígua: por um lado, apoiados pelo centro do poder, por outro, difamados por um argumento que encontrava certa legitimidade no maoísmo e na estrutura *de castas* construída pelo regime. Nas discussões verbais, o raciocínio de que a idéia estava sendo expressa por um *bem-nascido* nunca era contestado. Cinco vermelhos sempre eram colocados à frente das manifestações das organizações rebeldes. A partir de 1967, o GRC incentivou os rebeldes a tomar o poder em províncias, municipalidades e locais dominados por *contra-revolucionários*. Geraram-se choques violentos e verdadeiras guerras civis entre grupos rebeldes e conservadores em muitos locais, inclusive em Pequim. Mas no exercício do poder pelos rebeldes, surgiu um novo complicador: os grupos fragmentavam-se e combatiam-se mutuamente, reacendendo mesmo antigas rivalidades dormentes na sociedade chinesa. O centro do poder tentaria chamar as organizações de massa à ordem e a paz, com poucos sucessos. Ao final, apelaria para a ação violenta do Exército.

Enquanto se tentava a transmissão do poder aos rebeldes, duras confrontações envolveram cidades inteiras, não só com cintos e punhais, mas também com armas de fogo. O clima era de guerra civil: bairros enfrentam bairros em cidades e, mesmo em pequenos povoados, as lutas entre facções reacendiam antigas querelas entre clãs. Instalou-se um verdadeiro mercado paralelo de armas para abastecer as facções e até fábricas foram usadas para produzir explosivos e tanques às organizações de massa. Entre quadros e setores populares eram ajustadas velhas contas dos tempos da ocupação japonesa, da reforma agrária e do Grande Salto. A partir da tomada de poder em várias municipalidades pelas organizações rebeldes, novos e mais

²⁸⁷ Sigla para Comitê de Ação Unida dos Guardas Vermelhos da Capital. Procurava aglutinar os dois primeiros quartéis gerais formados em Pequim, compostos apenas por filhos de camponeses, operários e quadros do Partido Comunista.

complexos problemas surgiram. Os rebeldes, muitas vezes setores populares descontrolados, avançavam muito além do recomendado pelo GRC (apesar de que, na maioria das vezes, Mao e seus seguidores pareciam deixar os conflitos se radicalizarem para ver até onde poderiam chegar). Ademais, ao assumir poderes, os rebeldes engalfinhavam-se em lutas internas e cisões cada vez mais violentas. Por sua vez, havia os contra-ataques de organizações conservadoras.

Um conflito dessa ordem se instalaria até mesmo dentro do GRC, entre os esquerdistas de mais moderação liderados pelo primeiro-ministro Chu En-lai (mais tarde, a fração *escolhida* por Mao) e os ultra-esquerdistas. No início de setembro, Mao saiu de uma nova fase de silêncio e proclamou-se favorável a Chu En-lai. Vasta campanha pela imprensa oficial e cartazes denunciaram os excessos dos ultra-esquerdistas e, suprema ironia, acusaram-nos de, no fundo, serem *direitistas*. Mais tarde, iriam “descobrir” que eles formavam o clandestino Corpo do Exército do 16 de Maio, com a abreviatura 5-16, outra fabulosa criação de Mao usada para uma feroz perseguição política.

Se as violências dos anos de 1966 e 1967 caracterizam-se pelo fato de se dirigir contra intelectuais e quadros políticos, do segundo semestre desse ano ao primeiro do seguinte abundam os confrontos entre frações dos guardas vermelhos. A etapa posterior, ainda em 1968, seria a da brutal retomada do controle social pela ação do Exército. O IX Congresso do Partido Comunista, realizado um ano mais tarde, deflagrou a fase de institucionalização (fracassada) da Revolução Cultural, mas, especialmente, das lutas palacianas que se estenderiam até a morte de Mao Zedong e a desgraça do Bando dos Quatro, em 1976. Portanto, 1968 seria o ano da repressão contra os rebeldes, completada nos anos seguintes com a eliminação dos ultra-esquerdistas do partido comunista.

No início de 1968, finalmente, recomeçaram as aulas nas universidades, mas os conflitos não cessam. Na Universidade de Pequim, logo recomeçaram lutas entre facções estudantis. As

polêmicas renascentes produziram conflitos e lutas físicas: no bairro universitário de Pequim ocorreram verdadeiras batalhas campais entre os grupos rivais.

De março a junho, as lutas pareciam não apontar solução viável; era um xadrez confuso de grupúsculos e seitas. Além de Pequim, Kuangtung teve desordens deste tipo. Em certas universidades, evocava-se a teoria do *policentrismo*, incentivando-se a existência de grupos em conflito no seio da revolução, o que era interpretado como positivo. Uma facção estudantil chegou a interromper uma linha que carregava suprimentos chineses ao Vietnã – em oposição à própria política de Mao e até reverberando protestos juvenis mundiais contra a Guerra na Indochina. Diante disto, o líder chinês saiu da nova indecisão e convocou trabalhadores para as equipes de controle operário, em junho, enviadas para universidades e serviços administrativos diversos.

O lance mais dramático desta nova agitação estudantil se daria na Universidade de Tsingua, vizinha da Universidade de Pequim. O movimento estudantil ali havia se descontrolado totalmente e facções rivais usavam até mesmo canhões, tanques e granadas. Em julho, milhares de operários marcharam ao *campus* pedindo o fim da violência. Eram as equipes de controle operário, constituídas com operários selecionados, verdadeira “vanguarda” que, nas escolas, deveria desarmar as facções, conduzir inquéritos para descobrir os verdadeiros conservadores, resolver a questão dos quadros e transformar a pedagogia. No entanto, os estudantes responderam com granadas, pistolas e facas, matando cinco operários, ferindo 731 e capturando 143. Durante vários dias, 30 mil operários (algumas estimativas falam em mais de 100 mil operários) cercaram o *campus*, na tentativa convencer os alunos a entregar as armas.²⁸⁸ Foi necessária a intervenção pessoal de Mao Zedong para pôr fim à barricada dos estudantes.

²⁸⁸ Zhai ZENHUA apud MARGOLIN, J-L. “China: uma longa marcha na noite”. In: COURTOIS, 1999, p. 629-630.

Em março de 1968, assim como ocorrera dois anos antes, as agitações estudantis recomeçavam no interior das universidades e escolas. Mas agora o alvo era menos os professores e mais uma facção estudantil rival. Das táticas de *luta política* passou-e a uma verdadeira guerra entre grupos fortemente armados que, dessa forma, também resistiam às equipes de controle operário. E, diferentemente de 1966, a partir de julho de 1968 Mao Zedong e o centro decisório do partido decidiram postar-se contra os guardas vermelhos. Mao e seus aliados, após a apologia dos estudantes, transformam-nos agora em *pequenos burgueses* e atiram neles descargas de antiintelectualismo, inclusive cultivando o antagonismo entre operários e estudantes. A tendência antiintelectualista da Revolução Cultural, tantas vezes empunhada pelos próprios estudantes, voltava-se contra eles – a contradição de uma revolução de caráter antiintelectual dirigida por futuros intelectuais se resolveria, e os antigos protagonistas tornariam-se também vítimas das campanhas de massa. Eles, que tinham sido estimulados a agitar os operários e até *educar* as massas, subitamente, por perder a utilidade ou avançar demais, transformaram-se em elementos a serem reeducados politicamente pelos verdadeiros *guias* da Revolução Cultural, as classes trabalhadoras.

No final daquele ano, os projetos educacionais oficiais chegaram a mencionar a necessidade de “suprimir os estudantes enquanto fração de uma camada social diferenciada”²⁸⁹ – a categoria essencial para a Revolução Cultural terminaria não apenas considerada politicamente deseducada, mas também indesejada socialmente. Se não se previa nenhuma eliminação física (e sim fazer os operários e camponeses frequentar as universidades e criar a gestão por equipes de controle operário), as ações do Exército contra os antigos guardas vermelhos levariam muito a sério a ameaça de supressão.

²⁸⁹KATSIAFICAS, 1987.

A repressão dos guardas vermelhos se dava ao mesmo tempo em que o presidente da república, Liu Shaoqui, era politicamente desgraçado. O EPL, a mando de Mao, interveio em Pequim, em 22 de julho, sem precisar disparar um único tiro. As facções estudantis foram dissolvidas em setembro, porém, ainda a partir daquele semestre, milhões de Guardas Vermelhos (5,5 milhões, até 1970) seriam enviados para *estudos* nos campos. De 12 a 20 milhões seriam ruralizados à força até a morte de Mao, 1 milhão deles só de Xangai (18% de seu total de habitantes). Três milhões de quadros, antes suspensos, seriam colocados nas Escolas 7 de Maio (centros de reabilitação). Mas também ocorreram massacres em alguns *campi*, no momento em que equipes de controle operário invadiram-nos, e em algumas cidades no Sul. Wozhou seria atacada com artilharia pesada e *napalm*. Em Guillin, soldados e milícias camponesas realizaram execuções em massa. Campanhas massivas atingiram os eternos bodes expiatórios, os *negros* e antigos membros do *Kuomintang*,²⁹⁰ sobretudo no Sul, com centenas de milhares de mortos. Em 1968, o Estado chinês recuperou o monopólio da violência legítima, numa ação em que soldados e milícias foram ainda mais truculentos que os guardas vermelhos. Realizaram-se muitas execuções públicas e o retorno às formas policiais anteriores à Revolução Cultural.

A mobilização juvenil chinesa durante a Revolução Cultural faz parte da onda mundial de revoltas dos anos 1960. Possui características e dinâmicas que lembram as outras, especialmente as estudantis: idade e condição dos protagonistas, insatisfações quanto ao cotidiano escolar, início das agitações dentro das escolas, propostas de *reforma* educacional com a presença das contradições entre tecnicismo, tradicionalismo e função

²⁹⁰KATSIAFICAS, 1987.

²⁸⁹DAUBIER, 1974, vol. 2, p. 131.

²⁹⁰ Partido Nacional do Povo, que, em 1912, instauraria a república na China, mas seria deposto do poder pelo Partido Comunista, após violenta guerra civil, em 1949.

²⁹¹GORENDER, 1988.

sociopolítica da educação, formação de organizações paralelas às oficiais, suspensão das aulas para a realização de eventos políticos guiados pelos próprios estudantes (na China, com o incentivo de Mao; em outros casos, com greves e ocupações das unidades escolares por decisão deles próprios), passagem de questões educacionais para temas sociopolíticos, confrontos contra instituições sedimentadas da política e de gerenciamento do cotidiano, renovação das letras e das artes em conjunto com o ativismo político (principalmente a arte gráfica, de modo semelhante à França, e à imprensa alternativa, como no Leste Europeu), intervenção na esfera dos costumes e da cultura (ainda que com um antiintelectualismo e moralismo mais fortes que os de outros locais), a idéia e a prática (pregada pelo próprio Mao) de que os estudantes deveriam agitar as classes trabalhadoras (tendo sucesso sobretudo com o operariado mais jovem e em condição mais precária, como aconteceria na França e na Itália), divisão em inúmeras facções em que as fronteiras e as diferenças ideológicas nem sempre eram claras (mas na China, os conflitos entre elas assumiram uma radicalidade que não se viu em nenhum outro) e a violenta repressão por parte do Estado (lembrando o que ocorreria também no México).

No entanto, as características que a afastam das demais rebeliões juvenis também são fortes. Como já foi dito, muitos analistas apontam uma grande diferença no fato de os guardas vermelhos serem mais novos que os demais protagonistas dos anos 1960. Não era incomum encontrar adolescentes até com menos de 13 anos participando da Revolução Cultural. Apesar de ter se iniciado nas universidades, praticamente todas as escolas secundaristas e profissionalizantes chinesas se envolveram, sendo o número de estudantes secundaristas, é claro, bem maior que os de universitários. Isto explica o caráter mais *adolescente* que *juvenil* desse processo.

Diferentemente de outras revoltas juvenis no Primeiro e Terceiro Mundo, mas não tão distante do ocorrido no Leste Europeu, a Revolução teve um ícone supremo, o principal dirigente

do país, Mao Zedong. Na Polônia, Iugoslávia e Checoslováquia, adotaram-se comunistas antigos e progressistas menos como totens para um culto fanático, e mais como símbolos a legitimar as mobilizações – mesmo quando tal símbolo era o principal líder nacional, como o reformista Dubcek e o retrato do marechal Tito quando jovem. Já os Guardas Vermelhos da China acreditavam ser os melhores seguidores de Mao, achavam-se seus agentes oficiais para um processo de criação do *comunismo*, inclusive aqueles que, na verdade, protegiam autoridades sob a ameaça dos expurgos. E, entre 1966 e 1968, eles mais renovavam que superavam os antigos métodos de administração e política (campanhas de massa, sessões de autocrítica, terrorismo, prisões etc.), acreditando-se purificadores do regime comunista, e não um movimento para *democratizar* o socialismo (como no Leste Europeu).

Mais próximo da onda mundial de revoltas dos anos 1960, especialmente dos movimentos estudantis no Leste Europeu, seria a ação estudantil chinesa de 1989. Partindo das mesmas bases originais da Revolução Cultural – as universidades de Pequim –, os estudantes retomaram os temas dos dissidentes que, assim como os do bloco soviético, exigiam *democratização* social e política. Em certo sentido, 1989 seria para a China o seu verdadeiro *1968 juvenil*. O Massacre da Praça da Paz Celestial, no final dos anos 1980, não apenas lembrou a repressão do EPL contra os guardas vermelhos, como também evocava a tragédia de Tlatelolco, no México.

Outras diferenças entre a Revolução Cultural chinesa e os demais movimentos juvenis nos anos 1960 também são importantes. Nota-se que a primeira teve, como características presentes mais aí que nos outros, violências desmesuradas, forte intolerância, práticas terroristas, e tendências à dissolução social junto a um tremendo autoritarismo. Tais especificidades a aproximam mais dos grupos armados e terroristas que das massas juvenis da época. Os guardas vermelhos uniram ações massivas e terrorismo, configurando uma espécie de terrorismo de massas, uma *guerra popular prolongada* exercida nas cidades, misturando luta

de classes com preconceito social e conflito de gerações, anarquia organizacional com manipulação por altos dirigentes do partido comunista. Contudo, a perspectiva autoritária não esteve ausente nos momentos mais contraditórios de algumas rebeliões fora da China, inclusive pela própria influência extremista dos guardas vermelhos, notadamente quando vários grupos estudantis aproximaram-se mais da retórica e da prática da luta armada.

Independentemente de a Revolução Cultural ter ou não natureza semelhante aos demais movimentos da década de 1960, o fato é que, apenas por sua influência ideológica, ela já fez parte, ao menos, do imaginário da onda mundial de revoltas. Tornou-se um dos eventos mais comentados pelos jovens novo-esquerdistas na época, em todo o mundo.

É claro que a sua história se diferencia bastante das versões veiculadas no mundo ocidental e que serviram de base para uma renovação e ampliação dos grupos maoístas fora de sua terra natal. Neles se idealizaram os guardas vermelhos, abstraíram-se as inacreditáveis contradições sociais e pouco ou nada se falou sobre a repressão do Exército aos revolucionários de outrora. Se as revoltas estudantis no Leste Europeu foram sociais e politicamente muito mais próximas dos outros movimentos dos anos 1960, ao mesmo tempo que exerceram (infelizmente, a meu ver) pequena influência *ideológica*, o contrário se deu com os guardas vermelhos chineses: seu movimento social é ímpar na referida onda mundial. Mas nenhuma mobilização juvenil, isolada, exerceu na época mais influência e fascínio do que a Revolução Cultural.

Desde o cisma definitivo entre China e União Soviética, no início da década de 1960, formaram-se partidos, cisões ou organizações *pró-Pequim*. Muitos partidos comunistas, inclusive no Leste Europeu, sofreram a primeira de uma série de importantes dimensões durante esses anos, dividindo-se em favoráveis a Moscou e favoráveis a Pequim.

O final dessa década assistiria a uma nova onda de conversão ao maoísmo, talvez mais bem-sucedida que a primeira onda de

cisões pró-Pequim no comunismo internacional. Essa nova onda inspirava-se na Revolução Cultural, cujo maoísmo apregoadado era ainda mais antiburocrático e *anti-revisionista* (portanto, mais crítico ainda ao comunismo soviético). Além disso, revelaria-se ainda mais ativista e espontaneísta, incitando com mais veemência a livre formação de organizações e, conseqüentemente, a fragmentação dos grupos simpatizantes ao maoísmo. As imagens idealizadas da Revolução Cultural, transmitidas pela propaganda chinesa ou pela interpretação purificadora dos simpatizantes ocidentais, ajudaram no fato de muitos jovens terem se encantado pelo maoísmo, ao passo que a primeira onda de cisões atraiu preferencialmente antigos militantes dos partidos comunistas tradicionais. Se nem todos aderiram aos grupos *marxistas-leninistas*, muitos deixaram-se seduzir por suas palavras de ordem, vários vestiram uniformes ao estilo dos guardas vermelhos (comprados em butiques) e todos, mesmo os que discordavam do maoísmo, discutiram-no. Mao Zedong tornava-se, definitivamente, um dos ícones da onda mundial de revoltas juvenis.

Uma das histórias mais incríveis ilustrativas da influência do maoísmo fora da China é o da Ação Popular (AP), originalmente uma organização que defendia um *socialismo humanista*, formada com base na esquerda cristã brasileira. Ela sofreria uma impressionante metamorfose a partir de 1964, quando as estratégias populistas e desenvolvimentistas (nela muito presentes) se viram logradas pelo golpe militar no Brasil. Como tantos outros estudantes e grupos esquerdistas, deixou-se atrair pelos novos socialismos heterodoxos. Se a maioria, no Brasil, tomava mais Cuba e o foquismo como exemplos, a AP, uma das principais organizações de esquerda atuantes nos meios estudantis, foi seduzida pelo maoísmo. Ela acreditava na necessidade de radicalizar mais a sua atuação nos movimentos de massa, fazendo-o especialmente no meio estudantil, pois era o principal grupo a controlar a União Nacional dos Estudantes (UNE). Ao choque de sua base filosófica advinda do esquerdismo cristão com sua atração fatal pela luta armada, a AP procurava

novos rumos ideológicos. Após flertar com o nacionalismo armado e com o foquismo, inclusive com atentados terroristas em Recife, entre 1964 e 1965, a AP aproximou-se, enfim, do maoísmo.

Este, por sua vez, se imporia principalmente a partir de 1967 na AP, enquanto ela realizava treinamentos político-militares com seus membros e radicava famílias camponesas, quadros e armas em locais considerados estratégicos, no Nordeste e no Paraná, preparando uma futura *guerra popular prolongada*. Para Gorender, a passagem do socialismo cristão para o maoísmo foi possível porque, na verdade, a organização e seus militantes trocavam uma *fé* por outra, mantendo o mesmo sentimento de abnegação e espírito de sacrifício.²⁹¹ Amostra disto seria o encaminhamento de seus militantes para a integração na produção, sob influência também da revolução chinesa e da idéia de eliminar a distância entre trabalho intelectual e o manual. Entre 1967 e 1971, essa organização obrigava todos os seus membros de origem *pequeno-burguesa* a trabalhar como simples operários em fábricas. Para os militantes vindos de meios intelectuais, que formavam a maioria dos quadros orginais, a experiência foi muitas vezes traumática. Betinho conta que sofreu um choque diante da conversão ao maoísmo, mas realizou sua adaptação nos moldes de um sacrifício religioso. A mudança começou com o retorno do primeiro grupo enviado à China, “que se submetera não propriamente a um curso, mas a um enlouquecimento ideológico”.²⁹² Ainda de acordo com Betinho, o mais traumático fora mesmo a forçada *proletarização* a que ele e os antigos estudantes católicos de esquerda tiveram de se submeter.

Em 1971, a AP proclamou-se um partido, com o nome de Ação Popular Marxista Leninista (APM-L) e propôs juntar esforços com o PC do B e com outras facções para a formação, no futuro, de um único partido. Numa inacreditável ode ao guia e à doutrina, algo que nem os sonhos mais tresloucados poderiam ter previsto

²⁹¹ Apud ALVES, 1993, p. 40.

²⁹² Ibid.

quando do surgimento dessa organização no início dos anos 1960, ela afirmaria, em seu programa básico, de março de 1971:

O camarada Mao Zedong é o líder incontestável do proletariado do mundo inteiro, é o dirigente mais provado e experiente do movimento comunista internacional dos nossos dias (...) Ao dirigir lutas de tão grande alcance e complexidade, o camarada Mao Zedong integrou a verdade universal do marxismo-leninismo com a prática concreta da revolução em nosso tempo, herdando, defendendo e desenvolvendo o marxismo-leninismo em todos os domínios e, de maneira genial e criadora, elevando-o a uma etapa completamente nova.²⁹³

O maoísmo e a Revolução Cultural Chinesa exerceram importante influência na decisão, tomada por vários militantes das novas esquerdas e dos movimentos juvenis, de recorrer mais sistematicamente à violência. Para muitos, o terror, a luta armada e a tomada do poder político tornavam-se novamente os meios e o objetivo da onda mundial de revoltas. Algo que versões mais radicais do terceiro-mundismo e da luta pela descolonização já haviam indicado, nesse mesmo período. A ascendência dos socialismos terceiro-mundistas reforçou muitos dos dilemas presentes nos novos rebeldes, fazendo-os oscilarem do pacifismo à pregação do terror, da tolerância ao extremismo, do multiculturalismo à recusa da diversidade cultural (quase tudo era *pequeno burguês*), da concepção de que as sociedades deviam transformar-se em suas bases socioculturais ao objetivo da tomada do poder, da valorização de novos e criativos meios para se fazer política à *realpolitik*.

Não se pode idealizar as mobilizações juvenis, nem considerar que elas foram *pervertidas* no meio do caminho. Na verdade, nos anos 1960, todas estiveram, grande parte das vezes, entre os extremos apontados anteriormente, sempre oscilando muito e recompondo a cada momento suas posições. E foi isso,

²⁹³ Apud ALVES, 1993, p. 37.

realmente, o que tornou ainda mais ricas as revoltas juvenis, fazendo-as imprevisíveis e em constante mutação. Porém, no final dessa década, os diferentes componentes da onda mundial foram se dispersando. Separados, enfraqueceram-se mutuamente e mergulharam em seus limites.

Fornecendo ícones e temas para todo o mundo, particularmente à América Latina, como exemplo e teoria, a Revolução Cubana e o foquismo encarnado em Che Guevara construíram outra modalidade do socialismo terceiro-mundista, provavelmente mais influente ainda que o maoísmo, como *práxis* revolucionária, na década de 1960.

3. Revolução Cubana

A juvenildade da Revolução Cubana emanava sinais atraentes a outros jovens mundo afora, principalmente aos da América Latina. Atraídos por um socialismo heterodoxo e terceiro-mundista, militantes dos movimentos estudantis realizaram passeatas, comícios, manifestações, greves, ocupações de faculdades e cursos alternativos, ao passo que seus discursos, esperanças e projetos referiam-se, cada vez mais, à tomada do poder pelo povo via armas ou insurreição. No Brasil, assim como em outros países latino-americanos, além da França, Alemanha, Japão etc., parecia crescer a contradição entre as ações desarmadas de massas estudantis (muitas vezes, em conjunto com setores populares urbanos) e a retórica da violência. Vários iriam resolver tal contradição aderindo a correntes que propunham a luta armada ou formando seu próprio grupo. Os anos de 1968 e 1969 observaram em muitos locais a passagem da mobilização da massa de estudantes para uma retórica da violência armada e, em alguns casos, a formação de grupos armados.

É certo que o foquismo teve sua influência mais forte na América Latina. Mesmo aqui, porém, outras fontes de heterodoxia se combinavam com a linha cubana: maoísmo, trotskismo e dissidências comunistas. Não se pode esquecer também que o

principal sistematizador do foquismo foi um jovem francês que acompanhou Che Guevara na sua derradeira luta na Bolívia, Régis Debray. O exemplo cubano trata-se de mais um ingrediente nas heterodoxias socialistas que fomentaram os ideários das novas esquerdas e dos jovens. Sua dose na América Latina foi claramente maior do que em qualquer outro lugar – aliás, seu principal ícone era um argentino de nascimento, Ernesto Guevara. Mas em todos eles, aquele misto de heresia socialista e luta terceiro-mundista tornou-se um mito ideal para a fermentação sociocultural internacional.

Em nenhum lugar mais do que em Cuba os conflitos entre o imperialismo americano e os povos latino-americanos assumiram tamanha profundidade. Em Cuba, o intervencionismo de Washington se exerceria desde o primeiro momento em que a ilha do açúcar viu-se independente do colonizador espanhol. Mas aí mesmo, muito perto de sua costa, os Estados Unidos teriam de assistir ao surgimento de um governo socialista e a aliança deste país com a superpotência rival. Desde os anos 1960, os rancores recíprocos entre Washington e Havana se tornaram o mais simbólico confronto entre socialismo terceiro-mundista e imperialismo, ao lado da Guerra do Vietnã: “Muito antes que se tornasse claro que a safra e a tentativa de invasão na Baía dos Porcos havia obrigado a ilha a estabelecer com a União Soviética laços que limitavam sua soberania, Cuba converteu-se no símbolo da conquista final da independência latino-americana. Cuba desafiou os Estados Unidos e resistiu”.²⁹⁴

Segundo Hobsbawm, Fidel Castro era uma figura característica na política da América Latina, ou seja, “um jovem forte e carismático de boa família proprietária de terras, de política indefinida, mas que estava decidido a demonstrar bravura pessoal e ser um herói de qualquer causa da liberdade contra a tirania, que se apresentasse no momento certo”.²⁹⁵ Magnéticos, seus longos

²⁹⁴ CASTAÑEDA, 1994, p. 163

²⁹⁵ HOBSBAWM, 1995, p. 426.

discursos seriam ouvidos atentamente por multidões. O grupo em torno de Fidel Castro, de típicos rebeldes latino-americanos dos anos 1950, recorria à retórica dos libertadores históricos (Bolívar e José Martí) e à tradição antiimperialista e social-revolucionária da esquerda pós-1917. Não eram comunistas (com duas exceções), nem propriamente marxistas. O Partido Comunista Cubano não tinha simpatia a Fidel e só tardiamente alguns de seus quadros juntaram-se à campanha.²⁹⁶

No final de 1956, um grupo de 82 pessoas lideradas por Fidel Castro, embarcou num iate comprado com dinheiro de exilados cubanos. Próximo a Santiago de Cuba, revolucionários esperavam a chegada deles, preparados para atividades que deviam desviar a atenção das tropas de Fulgêncio Batista, o ditador cubano. Mas o desembarque seria desastroso e apenas 12 ativistas sobreviveriam (entre eles, Fidel, seu irmão Raul e Guevara). O Movimento 26 de Julho – em memória à primeira insurreição fracassada liderada por Fidel, em 1953 – começou, então, uma guerra de guerrilhas rural, buscando apoio direto dos camponeses da região oriental de Cuba, especialmente os da Sierra Maestra. As primeiras ações armadas se deram contra unidades menores do Exército, conquistando armas e certa admiração dos camponeses. Seis meses após o desembarque, já puderam atacar um quartel. Ao mesmo tempo, em todo o país, formavam-se grupos urbanos de resistência. Batista lançaria um ataque contra os rebeldes da Sierra Maestra, em maio de 1958, mas seria derrotado. Logo, grandes zonas de *territórios livres* estariam nas mãos das guerrilhas.

A fácil vitória militar dos guerrilheiros, com poucos combates importantes, eclipsou o papel dos outros movimentos contrários a Batista. Para alguns analistas, este foi derrotado mormente ao perder o controle de Havana em razão do terrorismo urbano e o embargo de armas pelos americanos. No dia 31 de dezembro de 1958, a convocação de uma nova greve geral naquela cidade teria feito Batista finalmente se decidir pela fuga do país. Para Gorender, o

²⁹⁶ Ibid., p. 426.

pequeno motor, a guerrilha rural de Fidel Castro, na verdade, não acionara o *grande motor* das revoltas populares e urbanas, pois este já estava em andamento.²⁹⁷ Destacavam-se os estudantes, cujo Diretório Estudantil mantinha mesmo uma segunda guerrilha rural, na Sierra de Escambray, enquanto a Federação de Estudantes Universitários tentaria um espetacular, mas fracassado, assalto ao palácio presidencial, em 13 de março de 1958.²⁹⁸ O mérito dos guerrilheiros da Sierra Maestra foi terem percebido a possibilidade de derrubar definitivamente o poder de Batista por meio da guerra de guerrilhas rural. Essas observações permitem dizer que o foquismo, ainda mais que uma teorização póstuma da estratégia vitoriosa na Revolução Cubana, era uma idealização.

Também foram idealizados os eventos posteriores à derrubada de Batista, considerados por muitos como uma evolução *natural* ao socialismo no país, motivados por um amadurecimento ideológico e político interno à sociedade cubana e de seus líderes revolucionários, após as primeiras medidas de reforma social. É claro que houve fatores endógenos a esta *via cubana* ao socialismo, mas eles não explicam tudo.

Cuba e o fidelistas foram empurrados na direção do comunismo por uma série de condicionantes, como o longo histórico de intervenções e o macarthismo dos Estados Unidos, a ideologia social-revolucionária do Movimento de 26 de Julho, certa atração pelo marxismo de alguns guerrilheiros, a Guerra Fria e a necessidade de Fidel Castro encontrar uma organização sólida para governar o país (tornada possível apenas com o partido comunista, de modo que os dois acabaram convergindo por necessidade). Já em março de 1960, antes do Fidel *descobrir* que Cuba era socialista, os Estados Unidos já tinham decidido que ela era. Para Washington, ela já havia tomado um descaminho esquerdista, o que levou os EUA a romper relações diplomáticas com Cuba, em janeiro de 1961. O clímax da tensão aconteceu

²⁹⁷ GORENDER, 1998

²⁹⁸ FREITAS, J. "Cuba: ida e volta", *Folha de S. Paulo*, Caderno Mais, 23/jan./2000, p. 4-15.

quando a CIA organizou a invasão da Baía dos Porcos (autorizada por Kennedy), feita com cubanos exilados treinados em Miami – a operação desastrosa permitiu um fulminante contra-ataque das tropas de Castro.

Resultou desse episódio um incremento das relações entre Cuba e União Soviética. Cuba precisava de um apoio político e econômico diante da ameaça americana. A União Soviética via a oportunidade de conquistar um aliado a poucos quilômetros dos Estados Unidos. Em outubro de 1962, aviões de espionagem americanos detectaram a preparação de mísseis nucleares soviéticos na ilha. Seguiram-se duas semanas de grande tensão, com a ameaça séria por Kennedy de usar inclusive armas nucleares – Krushev acabaria recuando e fazendo um acordo com o presidente estadunidense. Ainda em outubro de 1962, os Estados Unidos iniciaram um bloqueio econômico e naval contra a ilha. Sob a pressão desse país, Cuba foi excluída da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Segundo Castañeda, três processos iriam se conjugar na Revolução Cubana e nesses eventos do início dos anos 1960: a vitória de um movimento revolucionário que toma o poder e busca realizar profundas reformas sociais e econômicas; a proclamação do regime, a partir de 1961, como *marxista-leninista*, com a adesão geopolítica (mas não ideológica) ao bloco soviético, indicando os Estados Unidos como seu principal inimigo; e a ambição cubana de ampliar a revolução para toda a América Latina.²⁹⁹

A Revolução Cubana iria atrair muitos intelectuais, progressistas, nacionalistas e defensores do terceiro-mundismo. Mas a principal categoria atingida foi a dos estudantes, em número, extensão e diversidade. O rosto do Che, as frases de Castro e as odes à guerrilha idealista se fizeram ouvir em cidades de todos os continentes, de todas as raças, de todos os sistemas sociais e em todas as variantes do novo esquerdismo juvenil. A Revolução Cubana ajudou a efervescer as rebeldias juvenis nos

²⁹⁹ CASTAÑEDA, 1994.

anos 1960. Quando o novo regime cubano decidiu colaborar direta ou indiretamente na instalação de guerrilhas em toda a América Latina, talvez não fosse sua intenção investir no elemento juvenil do esquerdismo latino-americano, mas foi aí que sua proposta mais encontrou acolhida. Se este fenômeno não foi exatamente previsto, no entanto, ele encontrou uma causa no próprio interior da ação que derrubou Fulgêncio Batista. A Revolução Cubana também teve um importante componente juvenil

Seu primeiro componente da juvenilidade é mais ou menos evidente. Apesar de a imagem dos revolucionários se impor como a de barbudos armados com fuzis, havia essencial presença de militantes juvenis ou estudiantis nos grupos de oposição a Batista. O Movimento 26 de Julho era originalmente um grupo estudantil armado, como outros que já haviam sido formados em Cuba e em outros países da América Latina. Seu líder, Fidel Castro, era um jovem advogado e ex-líder estudantil. Ademais, tal componente era muito forte também em vários grupos atuantes nas manifestações e greves nas cidades cubanas, tão ou mais importantes para desestabilizar o regime quanto a guerrilha rural.

Existem ainda dois outros importantes elementos que deram juvenilidade a esse processo: seu profundo idealismo e sua relação experimental com as ideologias. O idealismo dos setores juvenis de oposição em Cuba inspirou aquele típico do estudante latino-americano. A primeira revolta dos jovens é moral: parte de sua indignação com as injustiças sociais, a corrupção política e falta de autonomia da nação.

Ao sistematizar o foquismo, Régis Debray praticamente dispensou a formação ideológica socialista prévia aos militantes do *foco* guerrilheiro. Ele acreditava que a construção das crenças marxistas e a descoberta de como implementar o socialismo se daria no decorrer da luta armada. O foco não criaria apenas as condições *subjetivas* para a revolução em toda a sociedade, mas também construiria a consciência socialista de seus integrantes. Debray estava tentando teorizar o que idealmente teria acontecido com os *barbudos* de Sierra Maestra, na sua descoberta da doutrina

comunista. Apesar da escolha final ter sido muito mais contingente do que se apregoaria, não é de se dispensar a proposta de um crítico do *castrismo*, de que o movimento e o regime liderado por Fidel estavam em busca de uma ideologia.³⁰⁰ Houve, sim, uma oscilação dele e de outros revolucionários, depois líderes do comunismo cubano, na definição de uma ideologia ou de uma caracterização para o sistema novo que se desejava, com um pouco de ânsia juvenil, criar. Mesmo depois de se declarar socialista, é possível encontrar no regime cubano, e no próprio Fidel, elementos populistas, nacionalistas, terceiro-mundistas, reformistas, social-revolucionários e desenvolvimentistas que acompanhavam a trajetória da Revolução Cubana desde suas origens. Finalmente, a decisão pelo socialismo e, notadamente, a tentativa de fundar uma nova modalidade de socialismo e incentivar a revolução armada no continente latino-americano indica uma radicalização que também as mobilizações juvenis da América Latina (e de outros continentes) repetiriam, inclusive sob o peso do exemplo cubano.

Desde várias décadas atrás, os estudantes latino-americanos costumavam se revoltar apoiados num misto de indignação moral e luta política. A Revolução Cubana possuía também esse componente, ajudando a recriar o *iluminismo* estudantil latino-americano. Mas tanto a construção do novo regime cubano quanto a revolta estudantil latino-americana, dados os acontecimentos pós-1959 e os condicionantes geopolíticos, cultivariam uma nova modalidade de heterodoxia socialista. A heresia estudantil latino-americana, nos anos 1960, seria cada vez menos nacionalista, populista e desenvolvimentista, para ser ainda mais esquerdista. Manteve-se o idealismo, mudaram um pouco os objetivos, mas radicalizaram-se os métodos.

Porém, uma contradição pouco discutida pelos rebelados naquela época se construiria: enquanto a Revolução Cubana contivera uma revolta e inspirava a rebeldia de jovens em todo o

³⁰⁰ DRAPPER, 1966.

mundo, em Cuba processava-se uma *militarização* juvenil. Essa militarização combinava a disciplinarização do *Komsomol* (organização de massa dos jovens da União Soviética), a prerrogativa do Estado em definir o futuro profissional dos jovens recém-formados (algo também comum no bloco soviético) e a mobilização, em moldes militares, dos diversos setores sociais (típica dos regimes comunistas asiáticos).

No primeiro ano da revolução, a Campanha de Alfabetização receberia uma grande receptividade entre os estudantes, de forma que até o ano letivo foi cancelado para que centenas de milhares de jovens a levassem a todos os cantos do país. Era como uma sobrevida, no âmbito interno, do ímpeto juvenil da Revolução Cubana.

Em 1959, desde seus primeiros pronunciamentos, Fidel Castro parecia dizer que era contra o serviço militar obrigatório (“Ser soldado não deve ser coisa obrigatória”). Mas quatro anos mais tarde, estabeleceu-se uma nova lei, destinada aos *parasitários* e sem ocupações, criando o serviço militar por um período de três anos aos jovens com 17 anos de idade – e Raul Castro justificou o longo período “sob o fundamento de que possibilitaria às forças armadas cortar mais cana e colher mais café”.³⁰¹ O serviço daria ao regime uma mão-de-obra militarizada e barata. Em discurso aos jovens comunistas, em outubro de 1964, Fidel afirmaria que a revolução lhes tornara as coisas *fáceis demais*, que eles tinham perdido a disciplina e que o meio militar vinha fazendo grandes progressos com os jovens delinquentes forçados ao recrutamento. Castro desejava estender a militarização até mesmo aos estudantes.³⁰² Alguns discursos de Che Guevara, quando ainda ministro, incentivavam os membros da Juventude Comunista a realizar, nas férias e nos fins de semana, trabalhos voluntários. Mas logo essas tarefas seriam estendidas aos jovens de modo pouco voluntário: primeiro, aos considerados *delinquentes*, e

³⁰¹ DRAPPER, 1966., p. 164-165.

³⁰² *Ibid.*, p 164-167.

depois, a todos os convocados a prestar o serviço militar obrigatório e aos estudantes durante as férias.

Os reservistas militares foram organizados paramilitarmente, em 1967, na Colônia Juvenil do Centenário, que se tornaria, seis anos depois, o Exército Juvenil do Trabalho. Seus jovens atuavam em obras em condições algumas vezes muito ruins. Cuba criou também campos de trabalho para receber adolescentes, como o campo Arco-Íris, perto de Santiago de Las Vegas, para 1.500 adolescentes. Construíram-se mais tarde outros locais desse tipo em Nueva Vida, na zona de Palos (o Capitólio, para crianças com cerca de dez anos de idade) – aí, até mesmo crianças enviadas de Angola e da Etiópia, nos anos 1980, cortaram cana e fizeram artesanato.³⁰³

Esse simples fato da militarização da juventude, utilizada como mão-de-obra-gratuita em empreendimentos estatais, já é suficiente para nos fazer perceber que também o comunismo em Cuba logo se viu imerso em contradições profundas. De modo análogo ao que aconteceu na Revolução Cultural Chinesa, os rebelados em todo o mundo não perceberam, graças à eficiente propaganda do novo país comunista, mas sobretudo à interpretação generosa e idealizada que fizeram da heresia cubana, a grande defasagem entre os ideais e lemas emanados da ilha do Caribe e a realidade vivida pelos seus jovens.

Enquanto as contradições da realidade cubana não vinham à tona em toda sua intensidade, a revolução construiria mitos e uma ideologia própria. Mitos como a de uma rebelião fomentada unicamente com base no heroísmo de 12 guerrilheiros sobreviventes do desembarque na ilha, em 1956. A ideologia receberia vários nomes (castrismo, guevarismo e foquismo), seria relativamente mutante em seus pareceres, mas teria como constante a ode ao ativismo idealista armado. Che Guevara seria mesmo uma espécie de síntese dos mitos e do esforço cubano em criar uma nova via revolucionária ao socialismo. O mito do Che

³⁰³ FONTAINE, P. "A América Latina e a experiência comunista". In: COURTOIS, et al., 1999, p. 769-807.

incluiria as principais funções dos mitos em geral. Seria um relato maravilhoso e simbólico da criação do novo mundo (a Cuba comunista), uma explicação da origem das bases morais do “novo homem” (o revolucionário idealista) e uma espécie de manual básico de técnicas (o *foco* guerrilheiro).

Seu mito teria algo de religioso, com a derrota nas selvas bolivianas sendo encarada como uma vitória, um sacrifício redentor: “A morte derrota na Bolívia foi vivida como uma vitória e sua justificativa, ou uma certeza da inevitabilidade de um futuro vitorioso”.³⁰⁴ O próprio Che, em seus últimos escritos nas selvas bolivianas, ajudaria a criar esta imagem: “Pouco importa o lutar onde a morte nos surpreenda. Que ela seja bem vinda, desde que o nosso grito de guerra alcance um ouvido receptivo e que uma outra mão se estenda para empunhar nossas armas, e que outros homens se levantem para entoar os cantos fúnebres no crepitar das metralhadoras e sob novos gritos de guerra e de vitória”.³⁰⁵ Em 9 de outubro 1997, 30 anos após a sua execução nas selvas da Bolívia, prosseguiram as comemorações em sua homenagem, em Cuba, e a inauguração de um mausoléu, construído em Santa Clara, para abrigar os recém-descobertos restos mortais. Cidadãos cubanos e estrangeiros de renome iam visitar o que seriam as últimas relíquias ainda com certa aura sagrada, do mundo comunista – enquanto os restos de Lenin e de Mao Zedong pareciam não mais provocar comoções.³⁰⁶

Nos seus escritos, Guevara oscilava e tentava compor diferentes elementos: táticas de guerrilha rural expressas em tom militarista, valores humanistas que se crêem verdadeiros fundamentos do marxismo em textos mais idealistas e crença na possibilidade de um “*homem novo*” cuja motivação para o trabalho seja moral e não econômica. Ele mesmo passaria por várias

³⁰⁴ Herbert DANIEL apud COELHO, 1990, p. 51-52.

³⁰⁵ Ernesto GUEVARA apud Pedrosa, 1997, p. 109-110.

³⁰⁶ Trinta anos depois, ‘Che’ vira santo em Cuba”, *O Estado de S. Paulo*, 8/out./1998, p. A15; “Viúva de Mitterrand participa de festa a ‘Che’ ”, *O Estado de S. Paulo*, 9/out./1997, p. A16.

identidades ao longo da vida: estudante que decide viajar numa motocicleta pela América Latina, médico em meio a projetos sociais na Guatemala (durante o governo reformista de Árbenz), de médico da campanha planejada por Fidel, em 1956, a chefe guerrilheiro, ministro do governo revolucionário e crente no potencial dos estímulos morais, em vez das relações mercantis, e, de novo, chefe guerrilheiro em operações fracassadas na África e América Latina.

Por suas propostas de *socialismo humanista*, termo retomado pelo *socialismo com face humana* na Primavera de Praga por Alexander Dubcek, Guevara era citado ao lado do jovem Marx, de Rosa Luxemburgo e de José Carlos Mariátegui (peruano, talvez lido por Guevara). Ele disse que se deve “considerar sempre os grandes problemas da Humanidade como problemas pessoais”.³⁰⁷ Che se oporia a uma outra corrente marxista, importante nos anos 1960, que desprezava a dimensão ética, dita *pequeno burguesa*, comandada por Althusser e sua interpretação do velho Marx.

Mas a face *humana* do socialismo guevarista deve ter, muitas vezes, se chocado com sua prática e a sistematização teórica da guerrilha. Assim, também as novas esquerdas e os movimentos juvenis viram-se, eles próprios, num vai-e-vem de interpretações do marxismo: humanismo ou estruturalismo, nova ética socialista ou realismo materialista. Guevara e o foquismo acabariam sendo uma combinação de dois elementos, sempre presentes naqueles anos: idealismo e ativismo. Se proposições como o estruturalismo de Althusser pareciam abrir pouco espaço para o idealismo, o mesmo não acontecia com o guevarismo: “Deixe-me dizer, com o risco de parecer ridículo, que o verdadeiro revolucionário é movido por grandes sentimentos de amor.”³⁰⁸ Mas, ao final, ambas as interpretações do marxismo pareceram concorrer à defesa da violência revolucionária.

³⁰⁷ Apud KOUTZII & LEITE, 1987, p. 108.

³⁰⁸ Ernesto GUEVARA apud SADER, 1981, p. 24.

As teses de Guevara e Debray, derivadas da guerrilha rural de Sierra Maestra, tinham vários motivos para seduzir os rebeldes mais jovens. Talvez, mesmo não tão conscientemente, algumas delas destinavam-se a possuir tal objetivo sedutor. Uma delas, expressa particularmente por Debray, tentava entender porque a Revolução Cubana e as guerrilhas latino-americanas estavam sendo dirigidas notadamente por jovens estudantes das classes médias urbanas – exatamente o que era Debray, quando escreveu *Revolução na Revolução?* Mesmo Guevara teve seus dias de estudante idealista e médico recém-formado trabalhando em reformas sociais. A liderança do foco parecia destinada à chamada pequena burguesia (classes médias, urbanas e ilustradas): “Graças a atos decisivos, heróicos e exemplares, estudantes, intelectuais, profissionais liberais e professores iluminariam a consciência das massas empobrecidas e carentes de cidadania, que só esperavam uma vanguarda que as encaminhasse para a ação revolucionária”.³⁰⁹

Surgia a fábula do *pequeno motor*. Jovens, grupos estudantis e da nova esquerda mundo afora quiseram ser esse pequeno motor, ainda que nem sempre exatamente nos moldes de uma guerrilha rural revolucionária. A tese do pequeno motor renovava sentimentos populistas, idealistas e até elitistas, que permeavam as ideias dos estudantes de classe média urbana em quase todos os recantos do mundo. Organizando manifestações, comícios, passeatas, greves, ocupações, distribuindo panfletos, pichando muros, fazendo jornais ou contatando operários, eles sentiram de alguma forma que seguiam a lição de Guevara, que estavam agindo como um foco ou pequeno motor, ou seja, um pequeno e dedicado grupo de guerrilheiros constituindo um movimento e criando as condições para a vitória de uma revolução popular. O foquismo também reforçava o idealismo ativista, ao dar grande peso ao pólo subjetivo da situação revolucionária, permitindo mesmo que se queimassem as etapas preparatórias requeridas pelas teorias revolucionárias clássicas, economizando longos

³⁰⁹ CASTAÑEDA, 1994, p. 71.

períodos de maturação política e organizacional das classes oprimidas e a preparação social e militar da revolução.

Na América Latina e, de certa forma, em outros muitos locais do mundo, as esquerdas passavam a encarar a palavra *revolução* menos como uma utopia, e, cada vez mais, como uma possibilidade ao alcance de seu ativismo idealista. Do reformismo, gradualismo e pessimismo resignado, o pensamento mais vangloriado por elas passaria a fundar-se na possibilidade de uma vitória revolucionária.

As primeiras tentativas de criar *focos* revolucionários e as aplicações mais *puras* das teses foquistas deram-se no continente latino-americano. Mas, de um modo ou de outro, outras lutas armadas ou organizações que advogavam a favor do uso das ações violentas foram influenciadas pelo foquismo: o Weather Underground e o *Black Liberation Army* nos Estados Unidos, o Exército Republicano Irlandês (IRA), a Fração do Exército Vermelho, na Alemanha Ocidental, as Brigadas Vermelhas, na Itália, a Frente de Libertação do Quebec (FLQ) no Canadá, o *Euzkadi Ta Askatasuna* - Terra Basca e Liberdade (ETA), no País Basco e o Liberdade na Espanha.³¹⁰ Para além das cisões estudantis comunistas, que formaram guerrilhas rurais, a influência do foquismo atingiria também cisões não-estudantis e não-comunistas (como os nacionalistas terroristas da Irlanda e do País Basco), bem como guerrilhas urbanas em outros países do Terceiro Mundo e até do Primeiro Mundo, incluindo os Estados Unidos.

Dois momentos principais podem ser definidos como da sistematização da teoria do foco. O texto *Guerra de Guerrilhas*, de Ernesto Guevara, escrito em 1960, e o texto *Revolução na Revolução?* de Régis Debray, de 1967. No primeiro, Guevara defende três teses básicas demonstradas pela Revolução Cubana: as forças populares podem vencer um exército regular; o foco insurrecional pode criar as condições para a revolução onde elas ainda não estão dadas; é o campo o terreno principal para as lutas na América

³¹⁰ KATSIAFICAS, 1987.

subdesenvolvida. Guevara também propunha que as condições estavam amadurecidas para a revolução, em todos os países da América Latina. Assim como Lenin esperava uma revolução européia logo após à russa, Guevara conclama uma sublevação do continente latino-americano, por sobre diferenças nacionais que considerava *secundárias*. Não seriam necessárias etapas preparatórias. Como em Cuba, a revolução continental seria *diretamente socialista*. Se Guevara, em 1960, ainda falava que em regimes constitucionais o foquismo seria inviável, “escitos posteriores do próprio Che anularam a ressalva, salientaram o beco sem saída das formas legais de lutas de massas e converteram a guerrilha rural na forma absoluta da ação revolucionária”.³¹¹

O livro de Régis Debray, diferentemente dos textos de um Guevara que busca alcançar um socialismo *humanista*, preocupa-se menos com o caráter socialista da revolução armada e mais com a luta em si mesma. Nele é possível presenciar um extremismo, uma ode à violência criadora e até um certo antiintelectualismo (no caso, contra os dirigentes comunistas defensores do não-enfrentamento), típicos dos textos da Revolução Cultural Chinesa: “ (...) na guerra de guerrilhas os combatentes se formam politicamente mais depressa e com maior profundidade do que passando igual tempo numa escola de quadros.”³¹² Além do mais, de certo modo Debray completa a virada do político ao militar – esse fator torna-se o principal numa revolução e é dele que surge a consciência política, o apoio das massas e a conquista do poder do Estado.³¹³

Os comunistas tradicionais parecem tornar-se *burgueses*, conformistas, *velhos* (inclusive em idade) e oportunistas. O foco armado não deve depender de uma organização partidária não armada. Apesar de Debray alegar a necessidade de um comando centralizado *político-militar*, ou seja, uma liderança que conduza a luta armada, sua posição parecia prever o que logo se generalizaria entre os movimentos armados: a autonomização da

³¹¹ GORENDER, 1998, p. 89.

³¹² DEBRAY, 1967, p. 63-64.

³¹³ *Ibid.*, 1967, p. 8-9 e 63-64.

estratégia foquista em relação às condições sociais e a autonomia do grupo armado com relação a qualquer tipo de organização político-partidária. Isso transparece no próprio Debray, quando ele conclama a proliferação de focos revolucionários e critica os comunistas que desejam limitar o ímpeto político-militar dos que desejam lutar.³¹⁴

Com *Revolução na Revolução?*, o foquismo sedimentava-se, segundo Gorender, como um *atalho* para ação. Seria um feliz achado ideológico para as organizações e grupos de esquerda com pouco trabalho político ou sem contato algum com setores populares.³¹⁵ Era o incentivo que faltava para a ação, independentemente da existência ou não de condições favoráveis, da consciência sobre os objetivos e do apoio das classes trabalhadoras, por sua vez, o *grande motor* a acionar. Acreditava que, se alguma coisa faltava ainda, o processo da luta armada iria prover, certamente e, aliás, de modo muito mais genuíno e purificado do que os métodos das velhas esquerdas. Com o foquismo, mais até que uma situação revolucionária, estava pronto, sobretudo na América Latina, outro cenário para o confronto entre novas e velhas esquerdas.

Ainda assim, desde o começo da Revolução Cubana, em 1956, a América Latina ingressara numa fase de incessante luta armada. Após a vitória de Fidel e seu incentivo a novas revoluções, surgiram grupos inspirados na Revolução Cubana em táticas, estratégias e teoria, que foram atores importantes nos cenários políticos dos países da América Latina, nos anos 1960 e início dos anos 1970. A contribuição de Cuba aos focos guerrilheiros em toda a América Latina teria sido muito mais importante no seu aspecto ideológico e exemplar do que na ajuda militar. Nesse primeiro momento, dinheiro, armas, treinamento e equipamento que Cuba oferecia aos guerrilheiros, em comparação com o estímulo ideológico e mitológico, eram muito mais um

³¹⁴ Ibid., 1967, p. 68-9.

³¹⁵ GORENDER, 1998,

adorno que a essência do seu incentivo à luta armada. De qualquer forma ficou forte a marca das tentativas iniciais de uma heróica epopéia, em que cubanos até desembarcaram como guerrilheiros na Venezuela, República Dominicana, Bolívia, Argélia e Congo.³¹⁶

Na década de 1960, Cuba procurou mesmo se afirmar como um terceiro pólo de referência revolucionária, não apenas para a América Latina, mas para todo o Terceiro Mundo (como provariam incursões de cubanos desde então na África – aliás, do próprio Guevara). A tentativa cubana seria marcada pela Conferência Tricontinental, realizada em Havana, em janeiro de 1966, e a criação da Organização Latino-Americana da Solidariedade (OLAS), reunida também naquela cidade, em julho e agosto de 1967. A formação do OLAS seria a primeira ampla convocação para comunistas e outros esquerdistas revolucionários independente da União Soviética e da China.

Apesar de suas contradições ideológicas, da aproximação com formas ortodoxas de comunismo, da dependência econômica ao bloco soviético e dos problemas sociais internos, que se tornaram ou deveriam se tornar mais visíveis na década de 1970, Cuba parece ter ampliado seu prestígio entre os progressistas da América Latina. Os motivos são semelhantes aos que faziam a União Soviética se manter como exemplo legítimo para as esquerdas de todo o mundo: tratava-se de um país que desafiara os Estados Unidos, constituíra um sistema alternativo ao capitalismo e ainda reunira forças para ajudar guerrilhas bem-sucedidas nos anos 1970 e 1980 (em Angola, Nicarágua e El Salvador – neste último, a guerrilha só não foi vitoriosa graças à intervenção maciça dos Estados Unidos).

Os caminhos engendrados pela onda mundial de revoltas dos anos 1960, como as contraculturas, os novos esquerdismos e os terceiro-mundismos, continuariam polivalentes no fim dessa década da seguinte. Porém, cada vez mais os constituintes

³¹⁶ CASTAÑEDA, 1994.

ideológicos das mobilizações sociais daquele período iriam se dispersar, perdendo suas inter-relações. Uma das suas bifurcações mais dramáticas foi a defesa da luta armada como única forma de instaurar o socialismo. E ainda no seio dessa opção pela violência militarizada, um descaminho em ritmo de perversão e autodestruição foi o terrorismo, com sua proposta intrigante de violência demonstrativa.

Enquanto isso, após 1968, a contestação sociocultural parecia descolar-se da rebeldia política. Muitos membros das novas gerações das classes médias urbanas pareciam menos preocupados em contestar que em recolher os frutos das lutas precedentes. Além do mais, novos movimentos sociais fundados em múltiplas fontes de identidade – bairro, cor, etnia, gênero, religião, nacionalidade, orientação sexual etc. – seriam os herdeiros com maior sucesso e consequência da onda de revoltas dos anos 1960.

Por sua vez, a opção pela radicalização violenta se tornava uma infeliz confluência de vários processos. No aspecto geopolítico, deu-se o efeito da substituição da política como diplomacia e negociação pela *práxis* do terror e da ameaça de agressão nuclear, ou seja, a Guerra Fria. No tocante aos jovens, a lógica da violência foi um desenvolvimento ideológico, discursivo e reativo em direção à militarização dos grupos contestadores e à hegemonia da proposta da resolução violenta dos conflitos. No aspecto interno de muitos governos e elites, em países como Estados Unidos, Alemanha, Brasil e México, a violência representou uma reação à crescente repressão das forças policiais, ao conservadorismo político e ao fechamento sociocultural.

Segundo José Arbex Jr., a Guerra Fria, por si só, gerou um clima constante de terror, causando grande prejuízo ao real diálogo político, colocando em descrédito a verdadeira atividade política. Na verdade, pelo menos desde a Primeira Guerra Mundial, o século XX viu a prática do terror ser sistematicamente empregada e, como novidade, pelo menos no seu aspecto indiscriminado, a violência se abateu também contra civis. Com a Guerra Fria, o terror tornou-se parte do cotidiano e representou o

fracasso da política. No fim, a própria oposição, pouco a pouco, foi empurrada ou deixou-se levar pela recaída ao *terrorismo*. A Guerra Fria praticamente institucionalizou o terror na política e a prática do terror do Estado, eliminando sistematicamente opositores políticos e minorias étnicas em muitos locais do mundo. Diante disto, como afirma Arbex Jr., se muitos jovens fugiram para as drogas ou experiências místicas, para o consumismo ou a libertinagem sexual, outros buscaram o caminho da violência.³¹⁷

É claro que a relação entre Guerra Fria e terrorismo juvenil não é tão simples assim. Mas a equação de Arbex Jr. contém certa verdade. Ao final das contas, o mundo poderia acabar a qualquer momento, bastava alguém apertar um botão – apesar da possibilidade real de a Guerra Nuclear ser pequena, não era isso que as grandes potências propagandeavam às suas populações, pelo contrário. Com uma lição assim tão escusa da corrida nuclear e uma propaganda do apocalipse esperado a cada novo dia, não seriam nada anormais as opções alienadas, consumistas, escapistas ou violentas de muitos jovens, ainda que bem alimentados e bem-educados. Mas, em cada caso, essa relação entre terror geopolítico e terrorismo juvenil teve suas especificidades.

O tema da *violência* nos anos 1960 já foi avaliado e continua sendo tema de muitas pesquisas. Por si só, constitui objeto complexo e multifacetado. Não se tem aqui a intenção de esgotá-lo. Foram sugeridas apenas algumas interpretações, que apontam com certo pessimismo uma trajetória geral que vai do pacifismo à defesa da violência, das ações de massa às ações armadas, da relação experimental com as ideologias às novas ortodoxias. Ademais, considerações que indicaram desenganos e dilemas na relação entre ideologias emanadas da Revolução Cultural chinesa e da Revolução Cubana e a realidade das mobilizações juvenis.

³¹⁷ ARBEX JR., 1997.

Nessa investigação, aponte a riqueza e, ao mesmo tempo, as contradições dessa associação entre juventudes e socialismos.

Entretanto, ainda no tocante à essa relação, a investigação não está completa. É necessário analisar como ela se deu em outra região essencial, de modo a entender a onda mundial de revoltas dos anos 1960. Trata-se do Leste Europeu, em especial o evento denominado *Primavera de Praga*.

V. Leste Europeu e Movimentos Estudantis

O comunismo no Leste Europeu acabou sendo muito mais uma imposição da União Soviética, após a Segunda Guerra Mundial, do que obra do desenvolvimento histórico de cada país, exceto na Albânia e Iugoslávia, onde guerrilheiros comunistas, praticamente por suas próprias forças, conquistaram o poder político. No caso dos demais países do Leste Europeu, apenas a Checoslováquia assistiu, durante a Segunda Guerra, a uma resistência de comunistas com papel relativamente importante. Em todos os outros locais, os comunistas constituíram forças mais ou menos marginais. Mas, com apoio do Exército Vermelho, todas as forças comunistas de resistência ao invasor nazi-fascista tornaram-se organizações importantes, controlando, nos novos governos de coalizão, ministérios e organismos encarregados da repressão – o que, em especial a partir de 1946, seria usado contra seus parceiros de governo. Em 1947, Stálin ordenou que os governos do Leste Europeu rejeitassem o Plano Marshall e, no mês de setembro fez criar o Departamento de Informação Comunista (Cominform), para controlar melhor os partidos comunistas no poder.

Concorrentes dos comunistas na influência e no controle da sociedade civil foram atacados, como corporações, associações, Igrejas, sindicatos, poderes locais e partidos políticos. Em vários dos países do Leste Europeu, algumas medidas provisórias beneficiaram largas camadas populares. Porém, no processo de sovietação das sociedades, camponeses, pequenos proprietários e artesãos ameaçados pela coletivização rural, assim como operários ameaçados de perderem alguns de seus direitos, começaram a se descontentar. Ocorreram greves e manifestações de rua dos operários, como na Checoslováquia. E também revoltas camponesas, como na Romênia, em 1950, com violenta

repressão. Em toda região, entre 1949 e 1954, milhões de pessoas foram atingidas pela repressão. Membros das famílias de presos políticos também eram detidos, qualquer descontentamento nas cidades era combatido, lideranças naturais nos povoados que se opõem à coletivização forçada acabaram vitimadas e camponeses, operários e empregados de escritórios, detidos pelos menores delitos.³¹⁸

Da mesma forma, logo se inauguraria a prática dos julgamentos e expurgos encenados de comunistas locais, nos moldes stalinistas. Ou seja, aí o terror político voltaria-se contra o próprio partido comunista detentor do poder, em destaque os processos movidos em torno da campanha contra o marechal Jossip Broz Tito, presidente da Iugoslávia, quando este rompeu com Stálin, em 1948. O Leste Europeu assistiu a uma série de perseguições contra supostos aliados de Tito, por ordem de Moscou, na Polônia, Albânia, Hungria e Checoslováquia. Nessa última, o processo resultaria, em 1951, numa acusação contra o próprio secretário-geral do partido comunista checo, Slansky, junto com B. Geminder (importante dirigente do Comintern), após acordo de Moscou com o presidente checo K. Gottwald. O processo Slansky seria o mais espetacular desde o Grande Terror,³¹⁹ culminando na condenação à morte do próprio Slansky e de mais dez quadros comunistas (além de três prisões perpétuas), em que quase todos os acusados tinham origem judaica.³²⁰

Ao antititismo seguiriam-se outras campanhas, como o anti-sionismo e o anti-americanismo, quase todos contando com determinante ingerência de Moscou, servindo para Stálin impor a submissão total da corrente comunista internacional e a *satelização* do Leste Europeu. Cada dirigente processado também era

³¹⁸ PACZKOWSKI, A. & BARTOSEK, K. "A outra Europa vítima do comunismo". In: COURTOIS, 1999, p. 427-537.

³¹⁹ Perseguição de supostos "inimigos do povo" (traidores e sabotadores) na União Soviética, entre 1936 e 1938. Atingiu o próprio Partido Comunista soviético e condenou à morte cerca de 700mil pessoas

³²⁰ Ibid.

transformado em *bode expiatório*, cujos erros explicavam os insucessos do regime. O medo das camadas dirigentes servia para criar obediência absoluta ao partido e aos soviéticos. A Checoslováquia foi um dos países mais visados. Desse modo, a sua invasão pelas tropas soviéticas, em agosto de 1968, não seria a primeira ingerência de Moscou contra o país.

A tendência de Moscou foi de forçar a estrita unidade de seu bloco no Leste Europeu, da qual tirava proveitos políticos, estratégicos e econômicos. Logo, porém, as tendências cismáticas ou o desejo de uma maior autonomia pulularam no bloco soviético, em diversos momentos e com vários motivos, incitando respostas também diferentes de Moscou. Nos países em que foi conquistada, a autonomia relativa em relação a Moscou foi construída praticamente *de cima para baixo* pelas direções dos partidos-Estado. Se a ideologia justificaria as cisões e as oscilações para com Moscou (algo que também ocorria com a China de Mao), as causas sempre estiveram muito mais relacionadas a questões econômicas, políticas e geopolíticas.

A Iugoslávia foi o primeiro país socialista do Leste europeu a afastar-se do domínio completo da União Soviética, a partir de 1948. Apesar disto, o regime comunista iugoslavo ainda se caracteriza como uma pequena alteração do modelo soviético de economia, sociedade e Estado. Os conflitos com Stálin referiam-se menos a questões ideológicas, e mais à resistência iugoslava de submeter-se política e economicamente àquele país.

Após a morte de Stálin, em 1953, houve a tendência de a Iugoslávia reaproximar-se de Moscou. No entanto, o discurso de Krushev, em 1956,³²¹ provocaria novas e ainda mais sérias cisões ou tentativas de maior autonomia no bloco soviético. De um lado, partidos-Estado e lideranças temiam a extensão da denúncia do *culto à personalidade*, imputada a Stálin, para os demais *monarcas*

³²¹ Nikita Krushev, sucessor de Stálin, iniciou um comedido e ambíguo processo de “desestalinização”, destacando-se seu repertório apresentado ao Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em 24/fev./1956, denunciando a perseguição aos quadros comunistas pela “ditadura pessoal” de Stálin.

dos Estados comunistas – como a Albânia, de Enver Hoxha, e a China, de Mao Zedong. Do outro lado, partidos e, especialmente, populações esperavam uma real abertura econômica e política com a crítica ao stalinismo, como na Polônia e na Hungria. A Romênia também foi um caso lento de cisão conduzida de cima para baixo, liderada por Nicolae Ceausescu, que pregava um *socialismo nacionalista*.

Porém, apesar da conquista de uma autonomia relativa, Iugoslávia, Albânia e Romênia, particularmente os dois últimos, eram internamente regimes comunistas altamente repressivos. Por muito tempo, na União Soviética e nos seus satélites da Europa Oriental, a maioria das pessoas, mesmo discordando do regime sob o qual vivia, optou pela tranquilidade e por gestos formais de apoio ao sistema, em eleições e manifestações.³²² Mas o apoio formal seria substituído por denúncias furiosas, após a queda destes regimes, notadamente em países com linha-dura.

No entanto, nunca no interior das populações reprimidas deixaram de surgir declarações diretas ou indiretas de desagrado, resistências passivas e ativas contra o processo de sovietação, nem mesmo pasetas, atos de protesto, greves, publicações independentes e organizações autônomas. De um pico de revoltas reativas contra o processo de sovietação, no início, junto a uma terrível repressão – em que o exemplo da Polônia é um dos extremos –, os regimes desenvolveram essa concordância formal pela população, numa assimilação frágil e defensiva da doutrina *marxista-leninista* pregada oficialmente. Apesar disso, aconteceram sérias revoltas e dissidências dentro do bloco soviético, algumas delas com a participação crucial dos estudantes e de jovens gerações de trabalhadores – como aconteceu também na Revolução Cultural na China.

Como se repetiria na Checoslováquia em 1968, na Polônia e Hungria em 1956, a mobilização social começou através de escritores e semanários literários (*Nowa Kultura* e *Irodalmi Ujsag*)

³²² HOBSBAWM, 1995, p. 472.

em luta contra a censura, pela liberdade artística e exigindo as verdades sobre os *abusos* do stalinismo. Em seguida, os estudantes mobilizaram-se, demandando a liberdade de expressão (autorizada pela Constituição, mas proibida pela polícia), organizando discussões e manifestando-se nas ruas. Finalmente, entrava em cena a classe operária, fazendo colunas nas ruas, elegendo conselhos operários, organizando greves. Enquanto isso, o aparelho do partido no poder rachava ou voava em pedaços.³²³

Em 1956, na Polônia, estimulados pela denúncia do stalinismo feita pelos próprios soviéticos, aconteceu uma grande revolta operária em Poznan, com greve e atos envolvendo dezenas de milhares de pessoas, que também realizaram ações contra edifícios públicos. Após forte repressão inicial, que pareceu sepultar o movimento, os intelectuais e estudantes, em campanhas, o mantiveram e ele explodiu novamente em outubro: a imprensa recheou o país com denúncias, jovens fizeram poemas de protesto e as manifestações de rua generalizaram-se. O partido, rachado, sob ameaça de intervenção das tropas russas, aceitou uma das exigências do movimento, libertando da prisão Wladislaw Gomulka, ex-secretário geral do partido, e levando-o de volta ao poder. Gomulka e o partido comunista conseguiram contornar a situação, inclusive propondo a descoletivização da agricultura. Mas, ao lado de novas formas de vigilância e repressão social, tiveram de reconhecer tacitamente a autonomia e a força cada vez maior de sua classe operária.³²⁴

Na Hungria, entretanto, o partido comunista desejou não apenas contornar as revoltas, mas encaminhar uma verdadeira autonomia do país, motivando a intervenção militar e política da União Soviética, em 1956. Os estudantes tomaram a iniciativa, quando começaram a abandonar a Liga Comunista da Juventude Operária. Em outubro, alunos da Universidade de Szeged

³²³ BROUÉ, 1979.

³²⁴ HOBBSAWM, 1995; BROUÉ, 1979; ABREX JR., 1997; PACZKOWSKI, A. & BARTOSEK, K. "A outra Europa vítima do consumismo". In: COURTOIS, 1999. P.427-537.

fundaram uma organização independente, sendo imitados por colegas de todo o país. As primeiras assembleias massivas em Budapeste logo passaram das questões estudantis às nacionais. Houve uma manifestação de estudantes em Budapeste, em 23 de outubro, a primeira após muitos anos, com a adesão de uma multidão de populares. A polícia reprimiu os participantes e começou a violência, a mobilização chegou a atacar a sede do partido comunista e o quartel da polícia secreta (linchando vários funcionários) e derrubando a estátua de Stálin. Logo, uma rede de conselhos operários cobriria o país, declarando uma greve geral. Decidido a resolver problemas econômicos e aumentar sua autonomia, o governo de Imre Nagy havia proposto medidas liberalizantes, com amplo apoio popular. Assustada, Moscou enviou suas tropas para pôr fim às agitações, temendo que a desestabilização sociopolítica contaminasse todo o Leste Europeu.³²⁵ A repressão faria cerca de 3 mil mortes, 2 mil só em Budapeste, além de 15 mil feridos. Ela seguiu-se com ativa participação da polícia militar soviética até o início de 1957, atingindo mais de 100 mil pessoas – 200 mil evitaram-na, emigrando. Também ocorreu o processo contra Imre Nagy, findado em 1958 com sua execução.³²⁶

A não-passividade de setores das sociedades submetidas à *ditadura imperialista* soviética reapareceu inclusive dentro da União Soviética. Era a *intelligentsia* dissidente, ou dissidência, revelada para o mundo nos primeiros processos públicos pós-Stálin, em fevereiro de 1966, que condenariam à prisão os escritores Andrei Siniavski e Iuri Daniel. Os dissidentes somariam algumas centenas de intelectuais, nos anos 1960, e entre mil e 2 mil na década seguinte. Eles não negavam as leis do regime, mas, antes, pediam sua estrita obediência, inaugurando novo modo de contestação no bloco soviético. Recusavam a clandestinidade, pregando um movimento transparente, com atos muito públicos,

³²⁵ ARBEX JR., 1997; GARCIA, abr.-jun./1998; FEUER, 1971.

³²⁶ PACZKOWSKI, A. & BARTOSEK, K. "A outra Europa vítima do consumismo". In: COURTOIS, 1999. P.427-537.

até mesmo para atrair a cobertura de jornais estrangeiros.³²⁷ Muitos dos condenados foram submetidos a tratamentos desumanos nos *hospitais psiquiátricos especiais*, além de torturados e chantageados.

1. Movimentos estudantis

Outro tipo de mobilização social no Leste Europeu, do qual já fiz algumas menções, foram as revoltas estudantis. Em muitos países da região, universitários e até jovens trabalhadores começaram a formar pequenos grupos ou círculos, com diversos objetivos, mas autônomos ou à margem das organizações oficiais. Isto foi mais visível na Polônia, Iugoslávia e Checoslováquia (onde iriam ocorrer movimentos juvenis importantes, em 1967 e 1968), mas também aconteceu na Hungria e até na União Soviética. Eram grupos de estudo do marxismo e de filosofia, de artes e recreação etc. Alguns deles iriam se politizar bastante, começando a pôr em causa o monopólio do poder e da ideologia nas mãos do partido-Estado. Multiplicavam-se nos momentos de efervescência juvenil e social, ao passo que noutros deram origem a verdadeiros *soviets* estudantis e operários. Após o discurso de Krushev, em 1956, vários deles, na União Soviética, propuseram formas alternativas de marxismo, flertando inclusive com o existencialismo.

Esse parentesco com a Nova Esquerda se observa, portanto, também nos movimentos estudantis do Leste Europeu. Em geral, eles seguem um modelo não exclusivo, pois já apresentado no Terceiro Mundo e repetido no Primeiro. Costumam ter início com questões aparentemente banais, mas contrárias à repressão cultural, ao tolhimento das liberdades comportamentais ou mesmo aos problemas de infra-estrutura universitária: uma peça de teatro censurada na Polônia, descontentamento com a comida e a moradia na Universidade de Belgrado, um número da revista

³²⁷ WERTH, N. "Um Estado contra o povo. Violência, repressão e terror na União Soviética". In: COURTOIS et al., 1999, p. 47-318.

estudantil censurada pelo governo, também nessa cidade, e a falta de luz numa universidade de Praga. Em seguida, não é incomum repetir-se tal evolução: das questões culturais ou do cotidiano universitário, emergem protestos ou passeatas estudantis, reprimidas pelo Estado com força desmesurada; da reflexão sobre a violência estatal e do reforço da revolta estudantil como auto-defesa, emergem questões mais amplas, verbalizando tensões sociais crescentes ou dormentes (no caso do Leste Europeu, unipartidarismo, monopólio do poder, dependência a Moscou, exploração econômica, censura, estrito controle dos comportamentos, denúncias de crimes cometidos no período stalinista e problemas étnicos mal resolvidos).

Como aconteceu no mundo *ocidental*, a movimentação política corre paralela ou conjuntamente com um renascimento de certas artes e letras – a efervescência literária e a imprensa alternativa se destacam. Outras características *ocidentais* repetem-se: o *assembleísmo*, a criação de múltiplas organizações autônomas e a busca da integração com os trabalhadores, notadamente com os operários. A conjunção entre movimentos operário e estudantil se verificaria na Hungria e Polônia, em 1956, seria dificultada pelo governo (que até tentou jogar o operariado contra os estudantes) na Polônia e na Iugoslávia, em 1968, mas teria êxito de novo, na Primavera de Praga.

Contudo, há especificidades nessas mobilizações. Elas apresentam duas limitações principais. Primeiro, dado o peso gigantesco do aparelho do partido-Estado, os jovens não desejam ou têm dificuldades para ficar totalmente à margem ou ignorá-lo: a ele dirigem-se as reivindicações, dele se espera o diálogo e a abertura, membros progressistas do partido tornam-se referências e ícones e um número relevante de lideranças é de membros do partido ou está ligado a ele. É claro que a atração ao partido-Estado ou aos seus setores reformistas não era simplesmente uma acomodação, mas, muitas vezes, uma estratégia necessária ao desenvolvimento e à legitimação das ações. Por outro lado, em alguns momentos esboçou-se uma ruptura mais séria com o

partido (durante a Primavera de Praga e na Iugoslávia), que até parece ter se efetivado (na Polônia). A outra restrição – ao mesmo tempo, rica fonte ideológica – é o fato das revoltas estudantis, em geral, tomarem como referência o universo temático da dissidência. Estudantes e dissidentes não negam, ao menos oficialmente, o socialismo, e, às vezes, até pediam sua purificação – invocando um velho exemplo, como Lenin, ou um novo símbolo, como Che Guevara. Se protestam a favor da democratização e contra o unipartidarismo, a burocratização, a repressão cultural e a censura, no entanto (diferentemente do que aconteceria na China, em 1989), não invocam os ícones do regime oposto, o capitalismo ou a democracia ocidental, para substituir o socialismo.

Dados de 1968 e 1969 indicam a ocorrência de 11 eventos na Polônia, três na Iugoslávia, cinco na Checoslováquia e um na Alemanha Oriental. Outras informações, do jornal francês *Le Monde*, sobre o último trimestre de 1967 e o primeiro semestre de 1968, apontam 50 atos de estudantes na Polônia, 32 na Checoslováquia, 14 na Iugoslávia e 11 na União Soviética.³²⁸ Ou seja, o ápice da onda mundial de revoltas também atingiu o Bloco Soviético nesses anos, ou melhor, a onda, assim, fez-se completar e tornar-se ainda mais ampla e consistente.

O 1968 estudantil polonês aconteceu apesar da intensa infiltração dos órgãos de segurança na sociedade civil e da enorme dificuldade de se criarem organizações ilegais. O início dos descontentamentos deu-se logo em janeiro, quando o governo impediu a montagem da peça *Os Ancestrais*, de Adam Mickiewicz (escrita em 1831, sobre a resistência de poloneses à ocupação russa). Embora Mickiewicz fosse o *poeta nacional* da Polônia, as autoridades acharam que, na nova montagem, o original anticzarismo soava anti-soviético demais. Como protesto, em 2 de março, o 1.º Encontro da União de Escritores de Varsóvia aprovou

³²⁸ KATSIAFICAS, 1987, em especial mapa (p. 38-39) e dados do jornal *Le Monde* sobre a incidência de protestos estudantis, entre o último trimestre de 1967 e junho de 1968 (p. 44-45).

uma moção condenando a censura cultural, o que seria repetido pela União de Atores.

Na Universidade de Varsóvia, em 8 de março, uma assembléia com mais de 1.500 presentes protestou contra a prisão de estudantes e escritores. A polícia reprimiu violentamente os manifestantes. Dava-se início, então, a uma espiral de protestos estudantis, reprimidos pela polícia, durante março e abril, naquela universidade e nas cidades de Poznan, Cracóvia e Katowice. Tentativas de colaboração dos operários foram cerceadas pelo governo, que também prenderia milhares de jovens e evacuarias as escolas ocupadas. Nos idos de maio, o governo conseguiu fazer com que a ação estudantil cessasse. Foram detidos 2.700 estudantes e intelectuais, mil levados a tribunais, dezenas condenadas à prisão e centenas requisitados pelo Exército. Muitos professores e funcionários terminaram demitidos, o mesmo ocorrendo com os operários grevistas.³²⁹

A revolta estudantil e intelectual na Polônia era também um reflexo da Primavera de Praga, assim como seria na Iugoslávia, ainda que não exclusivamente. As teses do socialismo humanista, da democratização sociopolítica e da ampla reabilitação das vítimas políticas também povoaram, em muitas versões e interpretações, é claro, as universidades e a *intelligentsia* dissidente polonesa. Se os estudantes checoslovacos, várias vezes, expressaram solidariedade aos poloneses, a linguagem das assembléias estudantis e dos artistas na Polônia também lembraria a usada na Primavera de Praga.³³⁰ Como um exemplo dos novos temas, em 1968 o polonês Zygmunt Bauman (que depois, radicado na Inglaterra, se tornaria um influente sociólogo) escreveria, em suas “Teses do Programa da Nova Geração”: “O objetivo principal de nossa ação, o que dá sentido e valor a nossas lutas, é a total e real libertação dos seres humanos, a abolição de

³²⁹ KATSIAFICAS, 1987; REIS FILHO, D.A. “O ano mágico”. In: MORAIS & REIS FILHO, 1998; PACZKOWSKI, A. & BARTOSEK, K. “A outra Europa vítima do comunismo”. In: COURTOIS, 1999; p. 427-537; PERRONE, 1988; BROUÉ, 1979.

³³⁰ BROUÉ, 1979.

todas as formas de escravidão humana (econômica, política, cultural etc.) (...) Nós lutamos pelo humanismo na prática”.³³¹

Diferentemente da Checoslováquia, na Polônia a mobilização ganhou força menos como estímulo do Estado, e mais contra suas práticas de censura e repressão, apesar de Gomulka ter sido reconduzido ao poder em 1956. Por sua vez, o partido polonês ameaçou cindir-se no tocante à repressão, mas logo Gomulka encarregou-se de liderá-la, quando o governo classificou os distúrbios estudantis de complô *alemão-sionista-imperialista*, ou, ainda, acusou os estudantes de servir aos interesses dos stalinistas e de outros políticos fracassados – era a *juventude das bananas*, apreciadas nas casas dos antigos ricos.³³² A ação estudantil nunca mais se repetiria da mesma forma no país, embora durante a greve de seis semanas, em 1970-71, nos portos do Báltico, fosse criado o Comitê Estudantil de Solidariedade e surgissem propostas de universidades *selvagens* (versão polonesa das *livres*) em muitas cidades.³³³

Assim como na Checoslováquia e na Polônia, o centro das manifestações estudantis, em 1968, na Iugoslávia, foi a capital do país, Belgrado. Da mesma forma que na Polônia, os confrontos entre estudantes e forças repressivas foram muito violentos. E o partido-Estado (inclusive por meio da imprensa) tentou jogar os operários contra os estudantes e mostrou-se pouco propenso a negociações. No entanto, a rebelião só foi sufocada com um ato populista – o líder, Tito, que teve sua foto de juventude adotado como seu principal ícone, interferiu pessoalmente, prometendo acatar as reivindicações, pondo-lhe um fim. Ademais, intelectuais e estudantes se aproximaram dentro das universidades e as ações ficaram mais fortes em junho.

A Iugoslávia já havia conquistado relativa emancipação no mundo socialista e tentara realizar importantes mudanças no seu modelo econômico, com base na noção de autonomia,

³³¹ Apud KATSIAFICAS, 1987, p. 67.

³³² GARRIGÓ, 1970.

³³³ BROUÉ, 1979.

rentabilidade e autogestão das empresas. Enquanto na Checoslováquia havia demandas por democratização somadas a propostas de reforma econômica, na Iugoslávia, como estas últimas já haviam sido tentadas, o protesto político misturava-se às denúncias dos seus efeitos negativos. Os estudantes e intelectuais não apenas protestaram contra brutalidades e ilegalidades da polícia e das milícias, ou denunciaram violações da Constituição e mentiras lançadas pelos meios de comunicação. Eles também acusaram o fato de os operários terem sido a classe mais onerada pela reforma econômica e pelas tentativas de restabelecer empresas capitalistas. Atacaram-se ainda os privilégios da *burguesia vermelha*, termo criado pela dissidência.

A *intelligentsia* e, certamente, um bom número de professores apoiaram as reivindicações estudantis.³³⁴ A *intelligentsia* iugoslava dissidente ou reprimida ligou-se, intencionalmente ou não, aos estudantes. A revista *Praxis* era um exemplo de nova esquerda no país, em que o protesto geracional e o tema da *alienação* (muito importante nas novas esquerdas) eram muito valorizados.³³⁵

Porém, o que levou ao início da revolta estudantil e a ocupação da Universidade de Belgrado, durante o mês de junho, foram problemas que afetavam os estudantes cotidianamente: comida escassa, dormitórios ruins e instrução deficiente numa universidade com número excessivo de alunos. Também se repetiam os dilemas enfrentados por outros universitários mundo afora: a universidade não era mais uma passagem direta à elite social (no caso, os altos cargos do Estado e do partido), e sim a ocupações técnicas e secundárias nas empresas – às vezes, nem isso era possível, obrigando 70 mil iugoslavos graduados a emigrar, nos anos 1960.³³⁶ Quando os estudantes ocuparam a universidade de Belgrado, a rebatizaram-na de Universidade Vermelha Karl Marx e a aparente ortodoxia deles combinou-se a

³³⁴ Ibid.

³³⁵ Ibid.

³³⁶ Ibid.

reivindicações de melhoria do cotidiano estudantil e de democratização política e cultural.³³⁷

As manifestações iniciaram-se em 2 de junho, com um protesto mais ou menos espontâneo, originado de uma performance teatral, que rumou em direção ao centro de Belgrado. A polícia atacou e prendeu vários estudantes. Começava, assim, a espiral da rebelião estudantil iugoslava. Em assembléias, os temas se ampliaram e os estudantes falaram da estratificação social vigente na sociedade, do desemprego, do empobrecimento de parte da classe operária etc. O Estado, por meio da imprensa oficial, procurava isolar os estudantes, chamando-os de *filhinhos de papai* e acusando-os de interessar-se apenas pelo seu próprio bem-estar material.³³⁸ O auge da crise deu-se no dia 9, quando a polícia cercou definitivamente as faculdades, promovendo vários tumultos e incidentes. As tensões estenderam-se a outras cidades: Zagreb, Skoplie, Sarajevo, Liubliana e Novi Sad.

No dia seguinte, Tito “chefe nacional e patriarca, [que] sabe que os estudantes se manifestaram levando à frente sua própria fotografia”³³⁹ – finalmente se pronunciou. Mesmo denunciando a influência de *agentes externos*, acabou por reconhecer as propostas – divulgadas no Programa de Ação dos Estudantes – como uma conclamação às instituições do Estado para corrigir seus erros. Tito afirmou que ele mesmo pediria sua demissão se o programa não fosse realmente cumprido. Como resultado, os “estudantes saem das faculdades com força redobrada, exultantes, e alegres cortejos percorrem ruas livres das forças policiais. Na realidade, o movimento de massa é desativado”.³⁴⁰ Mas a Faculdade de Filosofia, sozinha, continuou rebelada e ocupada, sendo fechada pela polícia apenas em 20 de junho. Por ocasião da invasão russa da Checoslováquia, em 21 de agosto de 1968, Tito procurou

³³⁷ REIS FILHO, D.A. “O ano mágico”. In: MORAIS & FILHO, 1998, p. 41.

³³⁸ KATSIAFICAS, 1987, p. 65.

³³⁹ BROUÉ, 1971, p. 212.

³⁴⁰ *Ibid.*, p. 212.

canalisar o sentimento anti-russo dos iugoslavos em favor de sua liderança, mas proibiu atos públicos. Apesar das advertências, 200 mil pessoas se reuniram na Praça Marx e Engels, em Belgrado, contra a agressão de Moscou.

2. A Primavera de Praga

As mobilizações estudantis e de jovens operários na Checoslováquia, antes e durante a Primavera de Praga, constituem um outro momento muito importante da *filial* socialista da onda mundial de revoltas. A Primavera de Praga, em si, seria um evento de amplas consequências para novas e velhas esquerdas em todo o mundo. Por isso, merece uma discussão especial, na qual deve se incluir a importante participação dos jovens checoslovacos.³⁴¹

Uma das fotos mais famosas da Primavera de Praga é a de um jovem, em tom jocoso e desafiador, fazendo a saudação nazista a incrédulos soldados russos sobre blindados, numa rua da capital.³⁴² A associação era clara: ele considerava a intervenção militar dos soviéticos tão ilegítima quanto a invasão alemã, pouco antes do início da Segunda Guerra Mundial. Depois de serem comparados aos imperialistas americano, a quem intelectuais como Sartre já havia associado o monolitismo soviético, os representantes do principal país comunista eram comparados aos nazistas.

É claro que a interpretação desse gesto deve ser mediada: trata-se de uma reação típica de alguém que ouvira na escola os relatos das agressões nazistas, do heroísmo da resistência dos comunistas checoslovacos e da pretensa generosidade do Exército Vermelho. Um jovem que, durante meses, estivera presente ou próximo a uma crescente onda de politização e de debates sobre os rumos do seu país. Obviamente, a agressão soviética não se compara com a brutalidade nazista, na Segunda

³⁴¹ Os dados aqui discutidos tomam por base especialmente BROUÉ, 1979.

³⁴² Cf. *Folha de S. Paulo*, 10/maio/1998. A foto também está em COURTOIS et al., 1999, p; 270.

Guerra, nem mesmo com a dos próprios soviéticos em outros tempos e lugares, mas deu visibilidade ao que até os intelectuais descreveram (e que Sarte já apontara por ocasião da intervenção na Hungria, em 1956): a invasão de Praga condenava o mundo a uma espécie de *congelamento* do bipolarismo. Se ela garantia uma pretensa manutenção do socialismo na Checoslováquia (nos moldes desejados por Moscou), legitimava o direito de ingerência dos Estados Unidos contra o socialismo na sua zona de influência: “Se o mundo está dividido em dois blocos e se cada superpotência dispõe do direito de ditar a lei em sua zona de influência, isto significa, na prática, a impossibilidade da revolução pelos países ocidentais e da renovação socialista pelos países do Leste”.³⁴³ Mesmo que os rumos da geopolítica não tenham sido exatamente assim, desde então, o temor imediato dos esquerdistas e defensores de novas formas de socialismo era de que os caminhos ficassem muito mais difíceis, pois as superpotências pareciam reafirmar o acordo de divisão do mundo em zonas de influência, determinando sobre elas o seu próprio sistema social.

Outro dado não passa despercebido nessa foto. O desafiador é um jovem (na verdade, tão jovem quanto o soldado russo). Talvez alguém engajado nas organizações comunistas de juventude ou nas associações estudantis independentes e reconhecidas pelo governo de Dubcek. A presença de jovens, estudantes universitários, secundaristas ou operários, nos eventos da Checoslováquia, desde 1967, é essencial para se compreender a Primavera de Praga. Numa descrição sobre as condições desse país, em outubro de 1968, um correspondente estrangeiro recorre à sede da Juventude do Partido Comunista em que estava exposta (talvez colocada durante a Primavera) uma gigantesca fotografia de Che Guevara (embora Fidel Castro tenha expressado apoio à invasão das tropas do Pacto de Varsóvia). O relato, a seguir, de um jovem operário demonstra que a mobilização não ameaçava o socialismo:

³⁴³ GOYTISOLO, dez./1968, p. 1.103.

Nosso movimento se propunha, pelo contrário, restaurar o socialismo, livrando-o de todos os dogmas e de todas as mensagens da burocracia stalinista. Nós quisemos acreditar em um socialismo humano, atraente, suscetível de exercer mesmo uma influência sobre a classe operária dos países ocidentais. Com a intervenção, os soviéticos desferiram um golpe fatal sobre o movimento comunista internacional e todas as forças progressistas e democráticas.³⁴⁴

Muitos consideraram, desde os primeiros dias após o fatídico 21 de agosto de 1968 (dia da intervenção em Praga), tratar-se de um autogolpe do comunismo soviético contra qualquer possibilidade de sua real transformação. Para alguns, os rumos nas esquerdas deveriam findar, em breve, com a hegemonia ideológica dos comunistas de Moscou: “Boa parte das esquerdas, com efeito, parece já ter entendido que a União Soviética, com seu marxismo-leninismo, não é a mãe-pátria, é apenas uma madrasta”.³⁴⁵

Os caminhos não foram exatamente, outra vez, os apregoados. A burocracia soviética conservar-se-ia por mais de 20 anos no poder e a União Soviética, pouco alterada em seu monolitismo, ainda seria mantida como o lastro da redenção da humanidade para muitos esquerdistas. Segundo Marco Aurélio Garcia, 1968 (e, na verdade, todo o processo de reforma do sistema soviético tentado desde 1956) era a chance de auto-abertura e mudança nos regimes socialistas. Entretanto, a subida de Brejnev e a repressão da Primavera de Praga “frustraram as possibilidades reais de uma autotransformação do socialismo”.³⁴⁶ Nos anos 1980, Andropov e depois Gorbachov tentaram essa auto-reforma, mas “é possível que em 1968 houvesse sido mais fácil realizar aquilo que nos anos 80 revelou-se impossível”.³⁴⁷

Quanto às oposições esquerdistas no mundo capitalista, ainda permaneceu o modelo soviético como hegemônico, mesmo

³⁴⁴ Apud GOYTISOLO, dez./1968, p. 1.103-1104.

³⁴⁵ PEDREIRA, 197, p. 127.

³⁴⁶ GARCIA, M.A. “Em busca de 1968”. In: GARCIA & VIEIRA, 1999, p;7-20.

³⁴⁷ Ibid., p. 15-16.

que reconhecidamente falho, incompleto e antidemocrático, não mais que um exemplo rústico de que o capitalismo não era o único sistema social possível. Isso se deveu também à derrota das novas esquerdas em construir alternativas de socialismo, novos lastros a esse sistema, apoiados em outras premissas que não as daquele *realmente existente*. A invasão de Praga aconteceu justo no segundo semestre de 1968, quando, como no Brasil, muitos grupos da nova esquerda haviam regressado à ortodoxia, em retóricas e práticas de enfrentamento violento e luta armada, sem perceber que seus atos e discursos seriam capazes de provocar brutalidades tão graves quanto a brusca interrupção da Primavera de Praga. O modelo da *violência revolucionária* seria derrotado ou deslegitimado logo no início dos anos 1970, mas a nova esquerda, oriunda da década anterior, seria ainda mais dissolvida que renovada. O fim da União Soviética, em 1991, significou um golpe mais sério que o previsto para as esquerdas, porque a maioria de seus membros não conseguira apresentar um modelo alternativo, real ou teórico, de peso ao comunismo soviético.

Assim como na Polônia e na Iugoslávia, acredito que a reflexão sobre os rumos dos movimentos sociais da Checoslováquia, em 1968, tendo os estudantes como importantes agentes, revelou-se muito insuficiente nas novas esquerdas. Inclusive porque as informações nem sempre chegavam completas ou isentas ao resto do mundo, ou só eram veiculadas quando os regimes comunistas assim o desejavam. Além disso, o que chegava ao Ocidente deveria ainda passar por toda espécie de filtros ideológicos, que sobredeterminavam a seleção e a interpretação dos dados, quer pela direita, quer pela esquerda. Os filtros ideológicos continuavam, quando se tratava da digestão das informações que chegavam aos cidadãos comuns. Em geral, o mundo comunista continuava a ser visto, fora dele, de modo onírico, como fantasia ou pesadelo. E a série de revoltas juvenis daquele período também teve aí representantes de grande audácia, não ignorada, mas infelizmente subestimada pelos estudantes e novo-esquerdistas do resto do planeta.

Uma questão poderia até ser formulada: por que os movimentos juvenis no Leste Europeu, justo os que melhor apontavam um socialismo realmente alternativo, e não ortodoxo, ficaram eclipsados pela Revolução Cultural chinesa e por seus guardas vermelhos? É lógico que a propaganda estatal os vetava, ao passo que, na China, exaltava-se (para, anos mais tarde, condenar) o radicalismo deles. A Revolução Cultural não era propagandeada nos seus absurdos e barbarismos e terminou silenciada na sua fase final, quando o Exército Popular reprimiu os *rebeldes*. Porém, os efeitos dessa seleção arbitrária – que valorizou uma versão idealizada e equivocada da Revolução Cultural e pouco levou em conta as rebeliões das novas gerações do Leste Europeu – prejudicaram bastante o potencial renovador das novas esquerdas e da onda mundial de revoltas juvenis em seu todo.

O despertar das mobilizações sociais na Cheslováquia se deu durante o Congresso da União dos Escritores, de 27 a 29 de julho de 1967. Escritores e artistas passaram a protestar contra a censura oficial. Alguns logo sofreriam punições do Estado. As agitações passaram para o lado dos universitários que, naquele ano, aumentaram suas relações com os intelectuais dissidentes. No *campus* de Strahov, em 31 de outubro, após três dias de corte de água, aquecimento e iluminação, os alunos enraivecidos dirigiram-se à sede da presidência da escola e, de velas em punho, pediram *luz*. A polícia acabaria efetuando 60 prisões. Era o início das ações estudantis, que contribuiriam para criar um clima favorável à reforma política, esboçada no que ficou conhecido como a Primavera de Praga.

Repetiu-se, de certa forma, o acontecido na Polônia e Hungria, em que o estopim dos movimentos foram os escritores em luta contra a censura, seguidos de atos estudantis reprimidos pela polícia, o que gerou intensa reação. Ou seja, na Polônia e na Hungria de 1956, ou na Checoslováquia de 1968, a rebelião estudantil se mostrou como importante agente de fermentação social e de agitação de amplos setores da população em prol de reformas. Outras histórias se repetiram: setores do partido no

poder a apoiaram, percebendo a necessidade urgente de alterar os descaminhos tomados pelos países do Leste Europeu ao manterem o modelo soviético estrito; Moscou, por sua vez, legitimada por outros setores do partido local, interferiu direta ou indiretamente contra a *indisciplina*.

A crise invadiu o Partido Comunista da Checoslováquia, que se cindiu entre os que apoiavam as reivindicações dos estudantes e intelectuais e aqueles que exigiam uma resposta repressiva dura. Enfim, Antonin Novotny – defensor da repressão – terminou afastado da secretaria geral do partido (mantendo apenas o cargo de presidente da República).

Alexandre Dubcek seria a solução para esse momento de transição, assumindo o posto de secretário-geral do partido checoslovaco. Na visão dos dirigentes, a ascensão de Dubcek deveria constituir apenas numa mudança nominal, destinada a conter a crescente oposição. Porém, aos olhos da população como um todo tratava-se do início de uma série de mudanças mais profundas – o que se tornaria verdadeiro. Os rumos tomados a seguir foram além do previsto pelos dirigentes comunistas. Dubcek e seus partidários acabaram obrigados a ir cada vez mais longe nas reformas propostas, diante da intensa agitação social.

O governo logo se veria na difícil tarefa de se equilibrar entre os partidários de Novotny (temerosos de serem expurgados e prontos a contra-atacar) e os crescentes pedidos para maior agilidade nas reformas, expressos inclusive por muitos intelectuais comunistas. Dubcek, ele próprio, teve de vir a público lutar pelo apoio da sociedade, discursando em praça pública, rádio e TV. Adotou um linguajar diferente do habitual nos meios dirigentes comunistas, descrito como fraternal e humano – a chave do *humanismo* seria a sua principal arma política e a fonte de sua popularidade. Começava, assim, a Primavera de Praga.

Os diferentes veículos da imprensa se agitavam. Grande parte deles traziam debates públicos e muitas cartas de leitores. A emissora de televisão estatal chegou a transmitir, em 9 de março de 1968, reuniões e debates da seção do partido, na fábrica CKD,

em Praga. Até a Suprema Corte levou ao público, dois dias depois, denúncias sobre os obstáculos que freavam os processos de reabilitação dos punidos pelo regime no passado. A opinião pública interessava-se, especialmente, pelo golpe desferido por Novotny em janeiro. Preparava-se uma campanha, que seria bem-sucedida, para retirá-lo também da presidência da república. Além da agitação nos meios de comunicação, o país se encheu de assembléias de todas as categorias sociais: operários, estudantes, escritores, jornalistas, funcionários públicos etc.

Apesar da troca do presidente da oficial União da Juventude, os estudantes criaram organizações independentes. A tendência foi a decomposição da entidade oficial, com os estudantes paulatinamente a ignorando. Ainda em março, eles se encarregaram diretamente de agitar os meios operários. Os mais receptivos eram os operários jovens, que levaram a revolta para as fábricas e envolveram os demais. As reuniões sindicais passaram a ficar abarrotadas e a base exigia dos sindicatos retomar sua função tradicional “de defesa dos interesses materiais e morais da classe e instrumento dos operários”.³⁴⁸ O presidente e os principais membros do Conselho Central dos Sindicatos renunciaram, mas os operários não ficaram satisfeitos com os substitutos indicados pelo governo. Logo, rebentaram greves por toda parte. Além da reivindicação por aumentos salariais, debatia-se toda espécie de questões e, em vários locais, os diretores de fábricas foram substituídos por iniciativa das assembléias.

O governo de Dubcek procurava redirecionar o movimento com a plataforma do socialismo democrático. Em 16 de março, apresentou o Programa de Ação do Partido, declarando a autonomia entre partido, Estado e Governo, a proibição da acumulação de cargos, a reforma econômica e afirmava que a sociedade já estava madura para a democracia socialista, não havendo riscos de retorno ao capitalismo. O dirigente estava numa corda bamba, impossibilitado de desautorizar a

³⁴⁸ Apud BROUÉ, 1979, p. 67.

mobilização que até então o apoiava, mas temeroso em incentivá-la, uma vez que ela poderia questionar a autoridade do partido. Logo ele também se veria pressionado por Moscou e outros dirigentes comunistas do Leste Europeu, que procuravam desencorajar as reformas propostas por ele. A Primavera de Praga se tornava um conflito dentro do âmbito regional comunista.

Porém, se as propostas do governo desagradavam os conservadores e a Moscou, eram modestas demais aos olhos dos comunistas progressistas e dos movimentos sociais despertos. Declarações chegaram a sugerir a formação de um partido de oposição e a necessidade de um sistema pluripartidário. Surgiram clubes de não-comunistas, como o *Klub 231* e o Clube dos Sem Partido Engajados, ou KAN. Também renasceu o Partido Socialista Nacional, principal organização da burguesia antes de 1948, que sobrevivia legalmente, mas de modo fantoche. E foi criada uma corrente católica, que realizou um congresso da Ação para a Renovação Conciliar, com quase 500 delegados, na Morávia do Norte. Mesmo o Partido social-democrata, forçado, em 1948, a fundir-se com o partido comunista, procurou se reorganizar, mas não obteve autorização oficial. Toda uma ação social autônoma, em relação ao Estado controlado pelos comunistas, reprimida e supostamente enterrada nas décadas anteriores, reapareceu abruptamente ao primeiro sinal de abertura, e mesmo organizações que se acreditavam desaparecidas ganhavam vida.

As rebeliões sociais não paravam, apesar da tentativa de canalização pelo partido comunista. Estudantes e acadêmicos revelavam um ímpeto internacionalista, apoiando o movimento análogo na Polônia: professores poloneses licenciados, atingidos pela repressão do governo daquele país, foram convidados a ensinar em Praga, por iniciativa da Faculdade de Filosofia. Em 13 de maio, alunos dessa mesma faculdade, em conjunto com os da Escola Superior de Agricultura, declararam solidariedade aos seus colegas e operários franceses, rebelados em maio de 1968. Grupos de estudantes, intelectuais e dissidentes da nova esquerda,

durante a Primavera de Praga, buscaram contatos com a nova esquerda e organizações estudantis da Europa Ocidental – Rudi Dutschke, líder do Sozialistischer Deustcher Studentenbund (SDS, União dos Estudantes Socialistas Alemães, na Alemanha Ocidental) visitou Praga nessa época.

Mais preocupante ainda, greves e ameaças de greve continuaram, por todo país, entre operários, ferroviários e outras categorias. Os ferroviários de Praga formaram um sindicato autônomo, dirigido por comunistas ligados estreitamente ao Parlamento Estudantil da cidade. Até 26 de abril, assembléias gerais revogaram seus dirigentes e nomearam seus substitutos, num total de 256 empresas, incluindo as mais importantes.

Poucos dias depois, foram eleitos os delegados para o congresso do Partido Comunista. Mosocu já vinha exigindo a revogação desse congresso, marcado para setembro. Os resultados da eleição pareciam comprovar o temor soviético: os candidatos ligados aos conservadores perderam ou se elegeram com dificuldade, abundando progressistas e novos nomes. Um dos mais importantes delegados, durante as conferências preparatórias, foi o representante de Praga, Frantisek Samalik, que propôs como modelo político um “sistema pluripartidário com ampla autogestão apoiada em conselhos operários”.³⁴⁹ Samalik defendia que o papel do partido deveria ser o de uma vanguarda no seio do pluralismo político (formulando reivindicações ainda não sistematizadas pelo conjunto da sociedade), conclamava o respeito às minorias políticas e propunha que os organismos eleitos deveriam dominar dentro da organização, a qual, por sua vez, teria de se modernizar para a execução de suas incumbências. Mesmo com maior moderação, a Comissão Preparatória de Estudos para os Estatutos do Partido Comunista traduziu de modo claro esse projeto de democracia operária. Diante desse programa, as propostas de Alexandre Dubcek soavam moderadas demais. Ele estava sendo deixado

³⁴⁹ Apud BROUÉ, 1979, p. 123.

para trás com o progresso do processo de renovação dentro de seu próprio partido.

Para Moscou e outros dirigentes do Leste Europeu, tal exemplo de destruição *legal* da dominação do aparelho e de restauração da democracia soava como um precedente perigoso. Estava chegando a hora da intervenção das forças do Pacto de Varsóvia. Aos poucos, a União Soviética foi se decidindo e convencendo os demais comunistas do Leste Europeu sobre a necessidade de intervir na Checoslováquia. Dubcek estava no auge de sua popularidade, mas se encaminhava para um destino semelhante ao de Imre Nagy, o reformador húngaro que, diante da ascensão das massas, acabou tendo de escolher entre servir de instrumento de repressão ou ser encaminhado para o muro de execução (Nagy optou pelo segundo).

A Checoslováquia sofreria a intervenção das tropas do Pacto de Varsóvia na noite de 20 para 21 de agosto de 1968. Na verdade, a parte mais considerável dos contingentes e armamentos era da União Soviética, mas houve a colaboração de outros países do Leste Europeu. A operação foi maciça e meticulosamente planejada, porque, além de os soviéticos não terem bases fixas naquele país (diferente da Hungria, em 1956), considerava-se o risco de uma resistência armada. Isso os levou a fazer uma impressionante arregimentação de recursos militares, colocando em ação 400 mil militares – contra um país de 14,3 milhões de habitantes. Não houve guerra local e a resistência foi pacífica e desarmada. Apesar disto, os invasores mataram 90 pessoas, a maioria em Praga, feriram gravemente 300 e levemente 500. Apenas um soldado búlgaro foi morto pela população, ao que parece.³⁵⁰

A gigantesca intervenção militar soviética, bem-sucedida no plano armado, foi, no entanto, muito falha no plano político. Suscitou a resistência passiva das fileiras do Exército checoslovaco, de grande parte das forças policiais e das milícias

³⁵⁰ PACZKOWSKI, A. & BARTOSEK, K. “A outra Europa vítima do comunismo”. In: COURTOIS, 1999, p. 427-537.

populares. Até mesmo vários dos conservadores nos postos repressivos opuseram-se aos invasores. Ou seja, não apenas a sociedade se expressou contra a invasão, mas até mesmo setores conservadores do partido-Estado checoslovaco ficaram indignados. As rádios ajudaram a criar rapidamente uma corrente, por algumas horas, unindo toda a opinião pública nacional. As massas continuaram mobilizadas, destacando-se os jovens de maneira geral, que utilizaram, em seus protestos, táticas similares às de seus colegas franceses, como é o caso dos grafites nos muros de Praga. Estudantes e povo procuraram ironizar, desprezar e ser indiferentes aos soldados e tanques invasores, seguindo os conselhos da mídia rebelada. Relatos sobre Praga ilustram o tratamento de ostracismo devotado aos ocupantes russos que se aventuravam a andar pela cidade.³⁵¹ A resistência *passiva* desgastou muito os invasores, levando um soldado suicidar-se na Praça Venceslau; e outro a ser morto a tiros por seu superior, ao se recusar a metralhar manifestantes.³⁵² A intervenção fora um fracasso político e até moral.

A situação tornara-se sensível demais para o sucesso da instalação de um governo fantoche. Portanto, os soviéticos teriam de libertar Dubcek e reconduzi-lo ao poder. Eles transformaram a intervenção em *conversações*, procurando envolver grande número de lideranças checoslovacas. Enquanto isso, tinha sucesso a iniciativa do comitê do partido comunista em Praga, que, por rádio, convocou todos os delegados eleitos para o XIV Congresso. Na usina CKD de Vysocany reniram-se miraculosamente 1026 delegados (num total de 1.250 eleitos). O congresso foi realizado com a proteção dos trabalhadores da usina e das milícias populares. Tudo estava preparado, caso houvesse uma intervenção armada, para evacuar o local e levar os delegados a outro lugar. Elegeu-se um novo comitê Central de 144 membros, eliminando-se todos os que haviam colaboravam ou negociado

³⁵¹ Como o de Juan GOYTISOLO, dez./1968.

³⁵² BRANDÃO & DUARTE, 1990.

com Moscou e reelegendo os dirigentes presos ou sob ameaças. Assim, na sua maior parte, o comitê foi renovado.

Mineiros de Kladno entraram em greve desde o primeiro dia da invasão, imitados pelos demais trabalhadores de minas no país. Os ferroviários pararam os transportes de materiais, vindos da Alemanha Oriental e Rússia, destinados às tropas invasoras. Nas cidades operárias, houve incidentes mais violentos, onde formaram-se comitês operários. Gráficos recusaram-se a imprimir as proclamações dos invasores, militantes ameaçados foram escondidos pela população. Difundia-se uma impressionante propaganda espontânea para inquietar as forças ocupantes, “pelo emprego combinado de demonstrações de força, de argumentação política e de humor; a coragem das manifestações de rua conduzidas sob a mira dos tanques; a engenhosidade organizacional”.³⁵³

Nos primeiros momentos da *normalização*, os protestos pareceram cessar, mas, diante das más perspectivas e das contradições de Dubcek, aos poucos reapareceram. Em 19 de outubro, quando os acordos de Moscou seriam ratificados pela Assembléia Nacional, uma multidão diante do prédio da Assembléia gritava, em vão: “Não assinem!”

Os estudantes retomaram a atividade política, com intensas discussões, em outubro, e eleições para o Parlamento Estudantil da Boêmia e Morávia. No mês seguinte, iniciaram também uma greve geral com a ocupação das faculdades. Diante do silêncio da imprensa, os líderes utilizaram a comunicação oral, além de panfletos, cartazes e boletins mimeografados. Na noite de 17 de novembro, quase todos os estabelecimentos de ensino superior estavam ocupados por seus alunos – era a data de aniversário da execução, pelos nazistas, do estudante Jan Opletal. No dia seguinte, somavam 60 mil os grevistas na Boêmia e Morávia (quase o total de seus universitários) e 30 mil na Eslováquia. Nesse mesmo dia, a Assembléia dos Estudantes de Praga votou os famosos “Dez Pontos”, um programa que reivindicava

³⁵³ BROUÉ, 1979, p. 152.

fidelidade ao Programa de Ação, exigência de informações, limitação da censura (...), garantia das liberdades de reunião e organização, de pesquisa científica e de expressão literária e artística, liberdade individual, demissão daqueles dirigentes 'que perderam a confiança e não foram capazes de defender seus pontos de vista', criação dos Conselhos Operários nas empresas, declaração de adesão aos princípios da Carta das Nações Unidas e da Declaração Universal dos Direitos do Homem.³⁵⁴

Entre dezembro de 1968 e janeiro de 1969, destacou-se uma campanha popular em favor do presidente da Assembléia Nacional, Josef Smorkovsky, o único entre os classificados como progressistas a participar do novo governo de Dubcek. Em 15 de janeiro, uma reunião de quase 3 mil jovens, em Praga, convocada pelo Comitê da Juventude da Boêmia e Morávia, votou uma moção a favor de Smrkovsky e várias resoluções, transformadas no "Manifesto de Praga", retomando as reivindicações das últimas semanas.

Mais dramaticamente, foi nesse contexto que ocorreu o suicídio por fogo do estudante Jan Palach, em 16 de janeiro. O estudante de filosofia, de 21 anos, teria deixado uma carta explicando que seu ato era um protesto contra a intervenção soviética e a política da *normalização*. A carta anunciava novo suicídio para cinco dias depois, caso não se abolisse a censura e a opinião pública não se expressasse em greve ilimitada. Jovens pintaram, em letras vermelhas, no pedestal da estátua de Wencelas, onde Palach ateou fogo a si mesmo, frases associando-o ao estudante-mártir Jan Opletal: "Mais vale morrer em pé do que viver de joelhos (...) 1939: Jan Opletal fuzilado pelos nazistas – 1969: Jan Palach".³⁵⁵ Um solene funeral ocorreu no dia 24, um sábado, sem conflitos, graças ao acordo entre dirigentes da União dos Estudantes e autoridades.

³⁵⁴ Apud BROUÉ, 1979, p. 169.

³⁵⁵ *Ibid.*, p. 194.

Ainda no início daquele ano, cumprindo-se as ameaças, foram dirigidos expurgos contra meios de informação e imprensa, bem como aos escritores, jornalistas e encarregados desses meios. Os melhores nomes da *intelligentsia* comunista checoslovaca também se viram atingidos. A *normalização* procurou, a partir de março de 1968, destruir qualquer foco futuro de resistência, como o Parlamento Estudantil e organizações operárias autônomas. Calcula-se um total de meio milhão de membros expurgados do partido comunista, entre presos, desempregados e rebaixados de tarefa. Por sua vez, Dubcek seria o secretário-geral só até março de 1969, sendo então definitivamente afastado.

Diante da normalização, outros protestaram usando a forma extrema, imitando Palach, ateando fogo em si mesmos: um estudante em fevereiro e um homem de 40 anos em abril (na Morávia). O protesto mais massivo seria também o mais inesperado: meio milhão de pessoas saíram às ruas, espontaneamente, na noite de 28 para 29 de março, comemorando a vitória da Checoslováquia sobre a União Soviética, na decisão do campeonato mundial de hóquei no gelo.

No dia do primeiro aniversário da ocupação soviética, unidades especiais do Exército, polícia e milícias populares nas fábricas entraram em choque com os manifestantes, na maioria, jovens: terminaram mortos dois adolescentes, em Praga, em 20 de agosto, quando tanques e blindados entraram em todas as grandes cidades, e mais três no dia seguinte – outras dezenas ficaram gravemente feridos, milhares foram presos e espancados e mais de 1.500 condenados. A repressão atingiu toda a população, ainda que de modo e sutil: milhares de pessoas passaram a ser discriminadas profissionalmente, com seus filhos impedidos de acessar o ensino superior, houve a retomada da censura e auto-exílio de dezenas de milhares de checoslovacos (num total de 400 mil, a grande maioria com grau superior de formação).³⁵⁶

³⁵⁶ PACZKOWSKI, A. & BARTOSEK, K. "A outra Europa vítima do comunismo". In: COURTOIS, 1999, p. 427-537.

Nos idos de 1967, em Praga, os universitários em confronto com a polícia deram início aos protestos públicos, que se tornariam constante durante a Primavera de Praga. O protesto estudantil, em outubro de 1967, não poderia ser creditado a agentes externos. Tal acusação até poderia funcionar como argumento para justificar a repressão por parte do governo, mas não iria conter uma corrente que então se agitava.

As agitações massivas, junto com a formação de um grande número de organizações autônomas de escritores, artistas, estudantes, operários etc. foram a principal influência para as propostas de reforma do socialismo na Checoslováquia. Propostas que Dubcek tentou canalizar e domesticar com seu conceito de *socialismo humano*. Mas os próprios militantes comunistas, engajados nos novos movimentos sociais, avançariam muito em relação a Dubcek, fazendo com que o anteprojeto para o congresso do partido soasse ainda mais democratizante e antiburocratizante, esboçando o fim das decisões centralizadas e das manobras de cúpula, recolocando o partido numa função vanguardista (a de racionalizar os anseios populares). Quando Dubcek substituiu Novotny como secretário-geral do partido, tudo parecia apenas “mais uma dessas pugnas florentinas que, vez por outra, afetavam as cúpulas dos partidos comunistas, sobretudo do leste europeu”³⁵⁷, uma simples troca de direção. De certa forma, a idéia original era realizar, por meio do partido, uma “auto-transformação controlada do sistema político com o objetivo de evitar uma crise de maiores proporções”. Porém, o conflito de cúpula “irradiou para a sociedade que, uma vez posta em movimento, radicalizou a própria crise partidária e do Estado”.³⁵⁸

A intervenção militar soviética fora causada também pelo temor de que aquela pequena abertura na Checoslováquia se transformasse num grande rombo, do qual iria jorrar um mar intranquilo de frustrações, conflitos latentes, denúncias de

³⁵⁷ GARCIA, abr.-jun./1998, p. 3.

³⁵⁸ *Ibid.*, p. 3.

injustiças sociais e de exploração econômica, gritos enraivecidos das vítimas das constantes vagas repressivas e busca pelas jovens gerações de auto-expressão cultural e comportamental. O bloco soviético não quis ou não podia correr tal risco. Preferiu ou obrigou-se a um novo fechamento, condenando as insatisfações a se calar. As populações obrigaram-se a aceitar, ainda mais superficialmente do que antes, o regime e a ideologia oficial sustentados sobre uma tênue legitimidade. Quando Gorbachev tentaria uma tardia reforma do sistema, o comunismo de extração soviética perderia seu lastro de repressão, terror e pressão pela unidade advinda de Moscou. E a tênue legitimidade se “desmancharia no ar”, parodiando Marx, ao mais breve sopro: a queda do Muro de Berlim, em 1989.

Gostaria, a essa altura, de retomar a questão: por que as novas esquerdas e, por conseguinte, os movimentos juvenis do Primeiro e do Terceiro Mundo absorveram pouco das mobilizações estudantis da Primavera de Praga, na Iugoslávia e na Polônia, em 1968? Uma possível resposta está no fato de que as críticas ao comunismo soviético, vindas das próprias esquerdas presentes entre as correntes juvenis, eram contrárias sobretudo a sua postura de não-enfrentamento e acomodação ao capitalismo. A denúncia da burocratização era importante, mas secundária. Apenas após a invasão de Praga, a questão do *imperialismo vermelho*, da repressão, dos crimes políticos e sociais passou a contar mais. Diante dos atuais dados e das evidências sobre o terror realizado nos países ditos comunistas, percebe-se o caráter contraditório das críticas ao comunismo ortodoxo naqueles tempos – inclusive pelo fato de a China e o maoísmo, muitas vezes, terem sido a fonte inspiradora dessa crítica à União Soviética. Além disto, na época da intervenção das Tropas do Pacto de Varsóvia – no segundo semestre de 1968 –, a retórica da violência começava a predominar cada vez mais na onda mundial de revoltas.

Jean-Paul Sartre parece ter sido um intelectual que viveu todos os paradoxos das esquerdas em relação ao *terror do comunismo soviético*: o terror que se devia denunciar era, às vezes,

parecido com o que se propunha e até se realizava rumo ao *verdadeiro* socialismo. Sartre viveu uma tortuosa carreira política, desde quando seu existencialismo procurou estabelecer uma relação criativa com o marxismo – em *Questão de Método*, ele dialoga com essa teoria, na busca de um método de pesquisa capaz de levar em conta os projetos individuais e coletivos na *grande História*.³⁵⁹ Depois, viria o namoro, a filiação e, logo, o rompimento com o Partido Comunista Francês (quando da intervenção soviética na Hungria). E finalmente, a aproximação com os maoístas franceses e as práticas de ativismo radical.

Em muitas das palavras e práticas das novas esquerdas e das rebeliões juvenis nos anos 1960, sobretudo nas propostas e efetivações da luta armada e do terrorismo, noto uma retomada da fórmula bolchevique, juntando determinismo histórico e sociológico com subjetivismo, idealismo ativista e paixão revolucionária. Em todo o caso, retorna-se à relação dogmática com a ideologia e a política, substituindo-se o estágio então reinante do comunismo soviético (economicista, moderado, imperialista) pela sua etapa inaugural ou por modelos análogos, que se propunham igualmente combativos, criando uma certeza a ser alcançada apenas pelo ativismo abnegado e violento. Já apresentei alguns dos modelos que retomaram o ativismo utópico do bolchevismo, aos quais, na verdade, pouco rompiam com o comunismo soviético que eles, às vezes, pareciam rejeitar, como o maoísmo e o foquismo. Sua crescente hegemonia nas novas esquerdas as encaminharia para uma relação cada vez menos criativa com as ideologias e menos pessoal com a política, e a uma lógica que cada vez menos rejeita a *realpolitik* dos *fins que justificam os meios*.

Enquanto isso, as revoltas estudantis no mundo socialista não foram avaliadas devidamente, não deram as contribuições que poderiam dar, deixando de renovar com mais profundidade o caráter dos esquerdismos então vigentes ou recuperados nos anos 1960. Ao mesmo tempo, suas lutas parecem ter sido derrotadas

³⁵⁹ SARTRE, 1973.

política e socioculturalmente nos seus países. No entanto, não se pode dizer o mesmo a respeito da questão sociocultural fora do bloco socialista, em particular (mas não apenas) no Primeiro Mundo. No aspecto do comportamento, dos valores, da legitimação de lutas baseadas em injustiças cotidianas e na revolução das artes populares, os jovens do Primeiro Mundo, embora não exclusivamente, tiveram vitórias silenciosas, e pelo menos, resultados muito mais efetivos do que no aspecto político. Já o bloco comunista manteria-se cada vez mais fechado a tais transformações socioculturais, o que ajuda a explicar a dramaticidade dos eventos após a queda do Muro de Berlim e a revolta estudantil chinesa de 1989 – entre os jovens, sobretudo, nasceu uma busca desesperada pelas formas *ocidentais*, democráticas e até *capitalistas* de cultura, arte, estilos de comportamento e vida política. Na China, a repressão foi vitoriosa, ao passo que o comunismo no Leste Europeu se desmanchou como um castelo de areia.

De qualquer modo, os eventos relativos às juventudes do mundo socialista foram tão ricos e talvez ainda mais complexos que seus similares nos outros dois. Uma espécie de movimento social global, cujas amarras ora parecem subterrâneas ora etéreas, aparenta constituir a verdadeira face da onda de revoltas dos anos 1960. Feixes de influências recíprocas, ainda que permeados de contradições, interpretações parciais e esquecimentos imperdoáveis (como um certo descaso para com o Leste Europeu) explicam a simultaneidade relativa dos eventos juvenis nos três mundos naquela época. Ao mesmo tempo, cada um deles parece incentivar um aspecto da *ideologia* básica da onda de revoltas. A análise dos países do Terceiro Mundo permite enfatizar os *terceiro-mundismos*. No mundo socialista, tornam-se mais evidentes as formas heréticas de esquerdismo e as críticas ao comunismo ortodoxo – vividas na prática, particularmente no Leste Europeu (ao passo que as mais famosas Revolução Cultural na China e Revolução Cubana apresentaram sérias limitações na crítica à vivência ortodoxa da oposição ao capitalismo).

Ainda resta um terceiro aspecto que parece ser mais evidente no Primeiro Mundo, o que poderia chamar de *contraculturas*. É claro que, nos três mundos, em praticamente todas as revoltas, em diversas formas, tons e ênfases, estiveram sempre presentes o terceiro-mundismo, o novo esquerdismo e a contracultura. Não se deve perder de vista que a caracterização das mobilizações juvenis dos anos 1960 como *anti-sistema* – denunciando a modernidade tecnicista, a Guerra Fria e as injustiças do cotidiano – é mais plausível, profunda e conseqüente se as concebemos de modo amplo, olharmos para elas como um evento global, uma espécie de síntese e indicador das contradições mais amplas do *sistema-mundo*. Isolados em seus países, os atores desse movimento global anti-sistema possuem suas especificidades locais, seus roteiros e contradições próprias. Vistos em regiões – Primeiro, Segundo ou Terceiro Mundos – eles parecem assumir questões particulares, ao mesmo tempo que revelam um primeiro nível de inter-relação mais geral.

Entretanto, as análises particulares ou em setores geopolíticos já revelam que os pontos de contato entre eles são muito mais que curiosidades ou coincidências, especialmente pelas comparações que, a todo o tempo, é necessário realizar. Concebidos como um conjunto, embora multifacetado, complexo e permeado de contradições, essas rebeliões não apenas se constituíram como um evento *globalizado*, mas também como uma reação aos rumos tomados pela incipiente globalização, uma reação sem centro de comando ou total consciência sobre si mesma. A onda mundial de revoltas é mesmo uma síntese das questões e das preocupações que, então, afetavam as sociedades, uma espécie de *fato social total*, que criou interconexões entre si e com os mais importantes problemas enfrentados, na época pelas sociedades modernas ou em vias de modernização.

VI. A Juventude no Primeiro Mundo

1. Movimentos estudantis

É nos movimentos juvenis dos países do Primeiro Mundo que se observam, em maior integração, as causas gerais, apontadas no capítulo 1, da irrupção da onda mundial de revoltas dos anos 1960. Enquanto o Terceiro Mundo serviu – não apenas – de exemplo e *estopim*, e o Segundo Mundo ilustrou o colapso do modelo comunista soviético (e a necessidade de novas utopias e ideologias de contestação), os protestos na Europa Ocidental e nos Estados Unidos foram os responsáveis pela integração dessas motivações e causalidades. Ao mesmo tempo, as mobilizações do Primeiro Mundo foram as que melhor evidenciaram as contraculturas, as artes e os novos comportamentos. Questões essas que não estão, de modo algum, ausentes dos eventos no mundo socialista e *subdesenvolvido*, mas que atingem um grau de expressão mais enfático nos chamados *países desenvolvidos*, notadamente nos Estados Unidos e na França. Junto com a Alemanha e Itália, neles ocorreram os principais eventos de 1968 no Primeiro Mundo.

Uma das primeiras conjunções entre contestação política e comportamental também esteve presente nos *provos*, na Holanda. Roel Van Duyn narra que a primeira reunião dos *provos* aconteceu numa pequena casa, em Amsterdã, em 1964. Ele era um dos presentes, todos originários do anarquismo ou influenciados por ideias libertárias.³⁶⁰ Levaram a público suas concepções com um panfleto, em 1965, naquela cidade, que pedia doações para financiar a revista, justificando a a necessidade dela com esses argumentos:

³⁶⁰ COHN-BENDIT, 1988a.

- porque esta sociedade *capitalista* está envenenando a si mesma com uma necessidade mórbida por dinheiro. Seus membros são levados a endeusar o Ter e desprezar o Ser.
- porque essa sociedade *burocrática* está se chocando com ela mesma, reprimindo qualquer forma de espontaneidade. Seus membros só podem tornar-se pessoas individuais e criativas através de condutas anti-sociais.
- porque essa sociedade *militarista* está cavando sua própria cova com a construção de armas atômicas paranóicas, e seus membros não podem esperar nada do futuro, a não ser morte certa por radiação atômica.³⁶¹

Importantes temas das novas esquerdas, da contracultura e até do antiimperialismo aparecem abrigados nas ideias professadas pelos *provos*. A sociedade industrial é concebida, ao mesmo tempo, como capitalista, burocrática e militarista, levando ao desprezo do ser e da individualidade criativa e, enfim, ameaçando a própria existência da humanidade.

As táticas de *revolução* dos *provos* fizeram grande sucesso e levaram muitos populares nas ruas a rir, junto com eles, das gozações que promoviam contra as autoridades, com *happenings* semanais, desde 1964. Sempre que eram cercados pela polícia, muito mais gente aparecia para ver o que estava ocorrendo, garantindo a publicidade do grupo. Os *provos*, em suas críticas aos poderes, propunham soluções práticas imaginativas e irônicas, como os planos Bicicletas brancas (fornecendo gratuitamente bicicletas à população), Casas Abertas (todos os sábados, saíria uma lista das casas desabitadas da cidade, cujas portas eram pintadas de branco para quem quisesse ocupá-las) e Cidade Aberta (em que se vislumbra uma Amsterdã futurista, onde todo o trabalho seria feito por máquinas, deixando as pessoas livres para fazer o que quisessem). Eles usaram táticas da guerrilha urbana, embora desarmados, provocando o inimigo (as autoridades) e

³⁶¹ Apud HOME, 1999, p. 105.

desaparecendo, como no dia em que pararam o trânsito de Amsterdã depois de soltarem centenas de galinhas nas ruas. Em maio de 1966, atacaram, com bombas de fumaça, a procissão de casamento da princesa Beatrix e o príncipe Claus Von Amsburg, o que motivou um violento revide da polícia. Em julho, conseguiram entrar no Parlamento municipal, com 2,4% dos votos.

Os *provos* se dissolveram em 1967, mas, três anos depois, a corrente *Kabouter* retomaria seu espírito. Os *kabouters* propunham, sob o princípio supremo da não-violência, um novo tipo de convivência social, uma economia alternativa e a descentralização das decisões políticas. Também surgiria os *krakers* (invasores), que, mesmo contando com a participação dos antigos *provos*, estavam menos preocupados em advogar a não violência. Os *krakers* chegaram a ter mais de 50 mil militantes, os quais, por invadir imóveis desabitados, travaram duros confrontos com a polícia.³⁶²

Já em Portugal e Espanha, com seus regimes autoritários de origem fascista, a dinâmica das agitações foi análoga a do México, Brasil e até mesmo do Leste Europeu. Na Espanha, os conflitos com o regime franquista, nos anos 1960, iniciaram-se em torno do oficial Sindicato Espanhol Universitário, ao qual os universitários espanhóis eram obrigados a se filiar. Nos protestos, formaram-se muitos grupos dissidentes ilegais, que renasceriam em 1967 e 1968. Na primeira metade daquela década, chegaram a ocorrer conflitos em Madri, Barcelona, Salamanca e Bilbao, em torno da proposta de um sindicato estudantil mais autônomo, como a Federação Universitária Democrática Espanhola (FUDE). De cunho socialista, a FUDE ajudou a organizar atos como o Dia do Estudante Livre, em março de 1965, em Madri, que reuniu 5 mil pessoas, apesar de uma tempestade de neve. Um ano depois, 420 delegados estudantis foram presos ao tentarem celebrar novamente o Dia do Estudante Livre, o que provocou um protesto

³⁶² COHN-BENDIT, 1988a, p. 56.

estudantil nacional sob o grito “Liberdade sim, Ditadura não! Sindicato livre e democrático”.³⁶³

A mobilização espanhola renasceria com mais força em 1967, a partir de 27 de janeiro, seguindo-se duas semanas de confronto entre estudantes e policiais. Logo, em semelhança ao que se daria na Itália, França e, em parte, no Brasil, operários deram seu apoio: mais de 100 mil em Madri mobilizaram-se em resposta à convocação feita pelas associações estudantis e pelos sindicatos independentes contra a ditadura de Franco. Em 31 de janeiro, foi fechada a Universidade de Madri. Uma semana depois, porém, decretou-se uma greve geral de estudantes. O governo respondeu com a expulsão de cerca de 20 mil alunos das universidades, mas a revolta estendeu-se às ruas da capital, sendo chamado o Exército para retomar o controle da situação. Nova espiral de revolta e repressão começaria na semana seguinte, quando foram eleitos delegados para o Sindicato Democrático de Estudantes, considerado ilegal pelo governo. Com a prisão imediata desses delegados, 100 mil estudantes (de um total de 147 mil na Espanha) entraram em greve. A polícia respondeu brutalmente e um ativista foi morto.³⁶⁴

Em 1968, recomeçariam os protestos e os conflitos com a polícia: em 11 de janeiro, na Universidade Complutense, em Madri, em 28 de março, na Universidade de Madri e, em 31 de março, na Universidade de Valência. Apenas no final de maio os conflitos diminuiriam, após o governo propor medidas de reforma universitária. Mas os atos não eram simplesmente por questões *específicas* e, em novembro, retomadas as lutas, a Universidade de Madri foi novamente fechada. Segundo Katsiáficas, também na Espanha o movimento estudantil e a violenta repressão do regime ditatorial originariam (como no Brasil e, similarmente, em outros países do Primeiro Mundo) grupos de guerrilha, como o ETA, no País Basco.³⁶⁵

³⁶³ FEUER, 1971.

³⁶⁴ KATSIAFICAS, 1987.

³⁶⁵ *Ibid.*, 1987; *Folha de S. Paulo*, 10/maio/1998, p. 5.7.

Em Portugal, desde 1956 criou-se certa indisposição entre a ditadura de Salazar e os universitários, quando um decreto lhes proibiu as atividades políticas e foi recebido com manifestações de oposição, em Lisboa e Coimbra. Em 1962, deram-se novos choques com o governo, quando esse proibiu a celebração do tradicional Dia do Estudante, culminando com a invasão, pela polícia, da Universidade de Lisboa. Os estudantes lisboetas declararam uma greve que duraria três meses, com a soliedariedade de colegas em Coimbra e Porto. Numa das manifestações, com 5 mil participantes, 1.500 terminariam presos. Em janeiro de 1965, a polícia prenderia mais 27 estudantes para impedir a tentativa de comemorar o Dia Internacional dos Estudantes. Seguiu-se uma nova greve geral em favor da libertação desses presos – submetidos inclusive a torturas que causaram mortes.³⁶⁶ Dadas a repressão e a vigilância constantes do governo e de sua polícia política, no auge da onda mundial de revoltas, os estudantes portugueses não conseguiriam mais repetir seus antigos protestos.

Sobre o Reino Unido, alguns relatos confirmam que se esperava bem mais dele em 1968. Afinal, depois da França, o Reino Unido possuía a maior população universitária da Europa Ocidental. Apesar de sua relativa moderação, os estudantes britânicos esboçaram um apoio à onda de manifestações que se seguiu à Ofensiva do Tet, no início de 1968. Em 16 de março, ocorreram importantes protestos contra a Guerra do Vietnã, em destaque uma passeata com cerca de 100 mil pessoas em Londres. Outra, com 30 mil participantes, que se deu em frente à embaixada dos Estados Unidos, registrou confrontos com a polícia. O relativo progresso do movimento britânico viu-se acompanhado também do crescimento da liderança mais radical do estudante Tariq Ali, presidente da União dos Estudantes de Oxford. A London School of Economics acabaria sendo ocupada pelos alunos, no bojo dos protestos contra a Guerra do Vietnã.

³⁶⁶ FEUER, 1971.

Juntamente com a França e a Alemanha, as mais importantes mobilizações estudantis, no final dos anos 1960, aconteceram na Itália. Esse país veria mesmo o apogeu de seu movimento, assim como a tão sonhada integração com os operários, em 1969. Dois anos antes, a Itália, que possuía 476 mil estudantes, teve dois atos estudantis e, no primeiro semestre de 1968, quase 60, sem contar o Vaticano, com dois eventos registrados neste mesmo período.³⁶⁷

Em fins de 1967, a Universidade de Turim seria ocupada pelos alunos, por conta de questões relativas à universidade. Surgiram propostas radicais de autocontrole da instituição apoiadas em profundas críticas a ela, para desespero das autoridades, que ordenaram a invasão policial em Turim. Em dezembro, a Universidade de Gênova seria invadida pela polícia para retirada dos estudantes que a ocupavam. No mês seguinte seria a vez da ocupação estudantil da Universidade de Veneza. No primeiro semestre de 1968, o centro dos protestos migrou para Roma, onde a repressão faria centenas de presos, entre fevereiro e março, além do fechamento da Universidade de Roma, em duas ocasiões, pela polícia. Em maio, a revolta espalhou-se para os *campi* de Florença, Turim, Pisa, Veneza, Milão, Nápoles, Pádua, Palermo, Bolonha e Bari. A crise estudantil tornara-se nacional e colaborou para a derrubada do primeiro-ministro Aldo Moro, em junho. Em 14 de novembro, os trabalhadores fizeram uma greve de 24 horas a favor da reforma educacional e, um mês depois, ocorreram diversas greves em Roma, Florença, Turim, Bolonha, Nápoles e Gênova.³⁶⁸

Na Itália, em 1969, organizaram-se grupos de nova esquerda, que tentaram mobilizar as lutas dos operários, espelhando-se mesmo no que se conseguiu fazer na França, em maio de 1968. Os ativistas chegaram a colocar em greve, no final do ano, cerca de 2 milhões de

³⁶⁷ BACHY & BACHY, 1973, p. 22; Le Monde (dados) apud KATSIAFICAS, 1987, p. 44-5.

³⁶⁸ REIS FILHO, D.A “O ano mágico” In: MORAIS & REIS FILHO, 1998; “El autoritarismo en la Universidad” (documento estudantil da Universidade de Gênova) Pensamiento crítico, Havana, 1968, p. 93.

trabalhadores. As novas organizações formavam, então, um poder dual em relação aos sindicatos. Aos poucos, porém, os sindicatos oficiais conseguiram recuperar o controle, por meio das negociações e da conquista de benefícios à classe (algo semelhante ao que acontecera na França, um ano antes). Com a recuperação do controle dos operários pelos sindicatos, vários grupos da nova esquerda tentaram mobilizar diretamente as comunidades operárias (com o objetivo de realizar a conclamada organização nas bases, aspirada também na França).³⁶⁹

Parte dessa nova esquerda iria compor, nos anos 1970, o grupo terrorista Brigadas Vermelhas, formado depois do movimento extraparlamentar do início da década ter sofrido inúmeros atentados da extrema-direita italiana. Entre os participantes delas estava Antonio Negri, líder de um grupo da nova esquerda. Negri foi um dos vários participantes dessa organização condenados em decorrência do assassinato, em 1978, do primeiro-ministro Aldo Moro.³⁷⁰

Nos demais países da Europa Ocidental também aconteceram protestos, em 1967 e 1968. Na Bélgica, houve 21 eventos, destacando-se um conflito também étnico, na Universidade de Louvain, em que os estudantes flamengos denunciaram o domínio cultural dos valões na instituição. Após uma semana de conflitos com policiais, a universidade foi fechada, em 20 de janeiro de 1968.³⁷¹ Em maio, seria a vez da invasão estudantil da Universidade Livre de Bruxelas.³⁷² Na Suíça, a cidade de Zurique testemunharia um evento com violentos resultados: 10 mil pessoas lutavam pelo estabelecimento de um centro juvenil autônomo, em 29 e 30 de junho, quando a polícia atacou, ferindo 200 jovens e espancando outros 2.500, que

³⁶⁹ KATSIAFICAS, 1987.

³⁷⁰ NEGRI, Antonio. "Por que é difícil esquecer 68?", Folha de S. Paulo, 22/fev./1998, p. 5.3; COHN-BENDIT, 1988a.

³⁷¹ REIS FILHO, D.A. "O ano mágico". In: MORAIS & REIS FILHO, 1998, p. 36; Folha de S. Paulo, 10/maio/1998, Caderno Mais, p. 5.7.

³⁷² MARTINS FILHO, 1996.

terminariam presos (20 anos depois, novas manifestações conquistaram, por algum tempo, as instalações desse centro). No mesmo período, registraram-se atos na Suíça, Grécia, Holanda, Suécia, Áustria, Luxemburgo, Dinamarca e Irlanda.³⁷³

Os três principais movimentos do Primeiro Mundo, ao lado do italiano, observaram-se na Alemanha, na França e nos Estados Unidos. A França deve ser destacada por ter produzido o mais famoso movimento da onda mundial, o Maio de 68 – apesar de crucial, sua fama supera sua importância relativa. O próprio fato de os Estados Unidos terem, então, a maior população universitária do mundo, assim como a lembrança de que considerável proporção dela se mobilizou nesses tempos, justifica seu destaque. Já a Alemanha assegura sua notabilidade pelo seu papel precursor, especialmente ideológico. Salienta-se a mobilização em Berlim Ocidental e a organização lenta e paulatina da revolta estudantil, desde o início da década de 1960, fundada em questões relativas ao Terceiro Mundo e nas propostas da *universidade crítica*. A França teve, em maio de 1968, a eclosão meteórica de um movimento social irresistível que conjugaria protesto estudantil e greve geral dos trabalhadores. Nos Estados Unidos, uma onda heterogênea de agitações – estudantes, contestadores culturais, negros, pacifistas e guerrilheiros – veria o ápice da conjunção entre revolução cultural e revolta política e seria o local em que os aspectos juvenilizados da nova esquerda assumiriam o seu estado mais extremo.

2. Alemanha

O movimento estudantil na Universidade Livre de Berlim Ocidental (estendido depois a toda Alemanha Ocidental) foi uma espécie de *prévia* da onda internacional de 1968, tanto nos temas quanto nas estratégias. A rebelião berlinense também ilustra, com destaque, que o objeto geral era o panorama geopolítico irracional

³⁷³ KATSIAFICAS, 1987.

criado pela Guerra Fria. Essa faria a Alemanha, em particular Berlim, vítima de alguns de seus maiores absurdos. Não apenas o país, mas a própria cidade foi dividida arbitrariamente ao meio, por conta da formação dos novos blocos geopolíticos. A bipolarização do mundo repartiria brutalmente uma nação e uma cidade. O Muro de Berlim, construído em 1961, materializaria essa irracionalidade. Para alguns, sua construção marcou o início da revolta berlinense, quando estudantes e *partidos* da esquerda estudantil deixaram de ser convencidos pela doutrina anticomunista, que sustentava a Grande Coalizão (a aliança entre os dois principais partidos do lado ocidental da Alemanha, o democrata-cristão e o social-democrata). Teria ficado claro que a construção do Muro fazia parte da lógica da bipolarização aceita por ambos os blocos, ou seja, não se tratava somente de uma imposição unilateral dos comunistas soviéticos.³⁷⁴

Para alguns analistas, na rebelião alemã dos anos 1960 há também outra dimensão profunda: a negação do passado nazista, isto é, a proposta e a prática dos adultos alemães, após a Segunda Guerra, de estabelecer um *silêncio discreto* sobre o que cada um havia feito durante o nazismo.³⁷⁵ Além disso, é preciso citar que, derivado dos desencontros da Guerra Fria, os jovens tentavam impedir um retrocesso da Universidade Livre (FU, *Frei Universität*) de Berlim Ocidental, criada em 1948 como um projeto de liberdade política e acadêmica para evitar o retorno do fenômeno nazi-fascista. Poucos anos após sua criação, as autoridades acadêmicas e municipais passaram a pressionar pela regressão de várias das propostas democráticas implantadas originalmente.³⁷⁶

³⁷⁴ Com o muro, “as consciências tornaram-se acessíveis agora às contradições dadas na própria sociedade, assim como nos acontecimentos do Terceiro Mundo” (RABEHL, B. “Del movimiento antiautoritário a la oposición socialista”. In: BERGMANN, 1976, p. 276).

³⁷⁵ HAUG, W.F. “1968 na Alemanha”. In: GARCIA & VIEIRA, 1999, p. 27-34; DUTSCHKE, G. “Entrevista”. In: *Folha de S. Paulo*, 10/maio/1998, p. 5.14.

³⁷⁶ Para a reconstituição da história da Universidade Livre e dos movimentos estudantis em Berlim Ocidental, tomei por base, particularmente, BERGMAN et. al., 1976; e Bosc et al., 1968.

Ademais, desde 1958, afloravam os desencontros entre as ideias e os interesses dos alunos da Universidade Livre e a política oficial da Alemanha Ocidental, com o governo barrando debates estudantis e petições ao Parlamento sobre armas nucleares e o passado nazista de funcionários contratados pelo Estado. Em fevereiro de 1962, pela primeira vez foi imposto, pelo reitor da universidade, um limite à prática política estudantil, vetando a decisão da convenção dos estudantes de fazer uma coleta em benefício de refugiados argelinos. Dois anos depois, o movimento estudantil berlinês tomou a forma de ações, durante a visita do primeiro-ministro do Congo à Universidade Livre, gerando um conflito com policiais. Diversas manifestações deram-se em Berlim, em 1965 e 1966, em favor da liberdade de expressão e opinião pelos estudantes, direito que eles consideravam estar sendo cerceado.

Desde o início daquela década, destacou-se entre as organizações da nova esquerda alemã, e como principal força em Berlim Ocidental, o *Sozialistischer Deutscher Studentenbund* (SDS, União dos Estudantes Socialistas Alemães). Ele foi criado, logo após a Segunda Guerra, como a organização oficial dos estudantes do Partido Social Democrata (SPD), partido com quem romperia em 1960. Naquele período, o SDS teria muitas cisões internas, fruto de sua origem heterogênea, reunindo exilados da Alemanha Oriental, cristãos radicais e socialistas libertários. No seu interior também surgiram correntes mais ligadas ao protesto *existencial*, grupos de estudo sobre o Terceiro Mundo e os radicais quase-anarquistas da *Kommune I* (ou simplesmente Comuna).

Em 1967, decisões das autoridades municipais de Berlim – aumentando o valor da anuidade paga pelos universitários – indicavam que a própria opinião pública voltava-se contra esses últimos. A imprensa, liderada pelo grupo *Springer* (truste que controlava 80% dos jornais da Alemanha Ocidental), aparecia à frente como contra-ofensiva conservadora antiestudantil. Em seus editoriais, o *Der Abend*, principal órgão do *Springer*, transformava os jovens em fantasmagóricos agentes do mais sinistro

comunismo. O incômodo estudantil pelas arbitrariedades acadêmicas, pela falta de liberdade de discussão, pela acomodação geral aos ditames da Guerra Fria e pelo impacto da Guerra do Vietnã e outras lutas do Terceiro Mundo, adquire também os ares de um conflito geracional: cidadãos adultos (vários deles escondendo o passado nazista, de sua sociedade e deles próprios) contra universitários considerados subversivos, teleguiados pelos russos, alemães orientais e/ou chineses, dispondo de privilégios injustificáveis.

Em 2 de junho, ativistas e curiosos reuniram-se para recepcionar o xá do Irã e foram atacados com porretes e paus por um grupo de iranianos que apoiava o soberano. A polícia não interferiu de início, mas depois afastou os iranianos e prendeu os manifestantes. À noite, vários milhares de jovens mobilizaram-se novamente, em frente à Ópera de Berlim. A polícia atacou com violência, formando uma barreira que impedia a fuga e usando homens à paisana. O estudante Benno Ohnesorg foi morto a tiros.

Na manhã de 3 de junho, cerca de 20 mil jovens (entre uma população universitária de 30 mil, em Berlim Ocidental) formou uma procissão fúnebre, em direção ao centro da cidade, para enterrar Benno Ohnesorg. Naquela tarde, mais de 6 mil estudantes se reuniram no *campus* da FU, sob novas ameaças da polícia. Durante uma semana, os eventos violentos e a reação das autoridades, da imprensa e da opinião pública foram discutidas por estudantes e vários professores. Na ocasião, o funcionamento da FU esteve praticamente entregue às mãos dos alunos, que começaram a pensar mais seriamente na possibilidade de fundar uma instituição educacional sob controle total deles: a *Universidade Crítica* de Berlim Ocidental. Uma assembléia geral logo iria aprovar a Universidade Crítica, que chegou a funcionar com mais de 30 círculos de estudos, em 1967 e 1968. Além da Universidade Crítica, milhares de universitários passaram a se envolver com a recém-constituída Oposição Extraparlamentar (APO).

A ampliação do movimento a toda a Alemanha Ocidental, em 1968, motivou não apenas medidas coercitivas em Berlim

Ocidental, mas também do Parlamento Nacional, que impôs leis de emergência para garantir o *controle social*. Essas leis permitiam a decretação do estado de emergência, no caso de desordens, em que os direitos individuais não eram garantidos. A mobilização dos estudantes e a truculenta reação das autoridades, da sociedade adulta e dos principais partidos (tanto o social-democrata quanto o democrata-cristão, formando a Grande Coalizão que controlava o governo) demonstravam o estabelecimento de um conflito ideológico, institucional (quer no combate estudantil contra as autoridades universitárias quer na formação de uma oposição extraparlamentar) e geracional.

Levando-se em conta o passado nazista que se desejava manter escondido, o aspecto geracional do conflito, em 1967-1968, atingiu as profundidades dessa sociedade. Talvez isso explique parte da tão dramática resposta dos adultos às novas gerações universitárias. Tal reação violenta se repetiria nos países que não vivam um regime democrático e, por motivos análogos, também nos Estados Unidos – onde os protestos juvenis denunciavam o cerne racista e belicista dos valores da América do Norte branca. É claro que, tanto na Alemanha Ocidental quanto nos Estados Unidos, aspectos insuspeitos da Guerra Fria e dos conflitos ideológicos foram fundamentais. Mas o componente geracional parece ser algo certamente não desprezível na explicação das respostas dadas pelas sociedades ao seu desafiante juvenil.

Em fevereiro de 1968, os jovens de Berlim esforçavam-se para organizar o Congresso Internacional de Solidariedade à Revolução Vietnamita, que iria acontecer nos dias 17 e 18. Apesar das ameaças, ele foi realizado: as discussões se fizeram durante 11 horas, com 5 mil ativistas amontoados no anfiteatro da universidade. Diante da assembléia, dois americanos, durante os debates, queimaram seus cartões de convocação para as Forças Armadas. Um dia depois, 20 mil manifestantes desfilaram por várias horas no *Kurgurstendamm*, levando bandeiras vermelhas e da Frente de Libertação Nacional (FNL) do Vietnã, além de retratos de Ho Chi Minh, Guevara, Rosa Luxemburgo, Libknecht e Lenin.

Autoridades municipais, líderes de partidos e representantes dos sindicatos convocaram uma contramanifestação, no dia 21, levando às ruas dezenas de milhares de pessoas numa atmosfera antiestudantil. Durante o ato conservador, estudantes, rapazes barbudos e um jovem que simplesmente se parecia com o principal líder dos universitários, Rudi Dutschke, foram espancados. As campanhas pela imprensa e as perseguições das autoridades continuariam por mais algumas semanas. Até que, em 11 de abril, o próprio Rudi Dutschke, dirigente do SDS e tido pela imprensa como o principal culpado pelas agitações, foi baleado na cabeça por um operário militante da extrema-direita. Ele sobreviveria, mas nunca mais se recuperaria totalmente, vindo a morrer, em 1980, de epilepsia, resquício do atentado.

Esse atentado a Dutschke ampliou espetacularmente o movimento, levando-o de vez a todo o país. No dia seguinte, ocorreram inúmeras rebeliões que, em geral, culminaram com ataques aos jornais do grupo *Springer*, sendo reprimidas com violência pela polícia. Os conflitos mais violentos, reunindo também muitos secundaristas e jovens trabalhadores, deram-se em Berlim Ocidental, Hamburgo, Munique e Hanover. Atos de solidariedade aconteceram, nos dias seguintes, em vários outros locais do mundo, como em Londres, Roma, Oslo, Viena, Amsterdã, Bruxelas, Toronto e Paris.

No dia 14 de abril, a oposição extra-parlamentar (APO) conseguiu levar 300 mil pessoas à Marcha da Páscoa pelo Desarmamento, graças à comoção causada pelo atentado. Enquanto a APO mobilizava dezenas de milhares de secundaristas contra as leis de controle social aprovadas pelo parlamento, Berlim Ocidental vivia um permanente *teach-in*,³⁷⁷ com a FU sendo ocupada em maio pelos alunos. Em Bochum, a coordenação do movimento marcou uma greve geral de trabalhadores para o dia 29 de maio (tentando repetir o sucesso

³⁷⁷ Técnica de protesto em que, geralmente num local público ou ocupado pelos manifestantes, procedem-se a aulas, palestras, seminários etc. abertos, sobre temas relativos à manifestação.

alcançado pela greve geral na França, no mesmo mês), endossada por operários de Munique, Colônia e Frankfurt. Continuaram sendo promovidas outras greves e eventos de massa contra as novas leis, que, mesmo assim, acabariam aprovadas em 20 de maio, motivando ações, por parte da APO, de bloqueio do trânsito nos centros de Berlim, Colônia, Hamburgo e Hanôver. Marcharam 100 mil manifestantes, em Berlim Ocidental, e 20 mil trabalhadores sindicalizados, em Dortmund, contra as novas leis de controle social.

A rebelião estudantil alemã ainda sobreviveria até o final do ano, registrando, por exemplo, violentos conflitos de rua com policiais, em Berlim Ocidental, em 4 de novembro. Mas esvaziava-se diante da repressão e perseguição policial, das leis restritivas de emergência aprovadas sob os auspícios da Grande Coalizão e da própria opção dos principais militantes dos *partidos estudantis* em radicalizar o protesto. De modo revelador, o desenvolvimento da revolta alemã, sobretudo do lado ocidental de Berlim, lembra muito a dos estudantes brasileiros: longa fase de preparação, organização inicial, crescente radicalização, auge em 1968, insuficiente (mas de modo algum nulo) apoio do movimento operário, decadência da participação das massas estudantis, isolamento dos militantes estudantis em razão da dificuldade de contato com a massa (graças à repressão estatal e à própria radicalização) e, finalmente, opção de vários jovens pelo caminho da violência.

Segundo Katsiaficas, o fato do movimento extraparlamentar de 1968 não ter conseguido impedir a aprovação da legislação emergencial de controle social, apesar da grande agitação social, colaborou na própria dissolução da nova esquerda alemã em grupos de guerrilha, na afirmação de tendências maoístas dogmáticas dentro do SDS e em outras inúmeras clivagens internas. Os mais radicais partiriam à guerrilha, transformada na sinistra história do terrorismo europeu, nos anos 1970 e 1980. Ainda em 1968, Andreas Baader e Ulrike Meinhof fundaram o grupo guerrilheiro Fração do Exército Vermelho, que, durante a década seguinte, realizaria sequestros, assassinatos e atentados –

ações em que foram mortas mais de 50 pessoas. Outro grupo formado na época foi o Movimento 2 de Julho. Em sua maioria, os membros dessas organizações, em fenômeno similar à luta armada na América Latina e na Itália, eram filhos de famílias de classe média e/ou oriundos do meio estudantil.³⁷⁸

3. França

O Maio de 68 na França foi o evento da onda mundial de revoltas juvenis dos anos 1960 mais estudado, analisado e interpretado, o que mais provocou polêmicas e mais gerou livros, artigos, debates, mesas-redondas e ensaios fotográficos. É o que mais guarda fama, entre as revoltas da época, e faz o mês de maio, notadamente nos anos terminados em 8, ser motivo de lembranças (comemorativas ou não), matérias na imprensa, publicação de artigos acadêmicos, novos livros sustentados nas memórias de seus participantes ou de meras testemunhas, programas de televisão etc. A meu ver, foi o acontecimento mais esquadrihado e afamado da onda mundial, mas nem por isso perdeu seu ar de mistério, seu caráter inesperado e inexplicável, sua capacidade de, ainda nos dias de hoje, causar surpresa, espanto, inveja ou indignação.

Assim como a Revolução Cultural Chinesa, Maio de 68 tornou-se também um mito dos anos 1960, graças à sua superexposição midiática e ao seu caráter ideológico enigmático. No entanto, diferentemente dos guardas vermelhos de Pequim, os jovens franceses rebelados (em universidades, liceus e fábricas) exerceram um papel menos de servir como fonte ideológica e temática (embora tenham também desempenhado tal função), e mais como uma espécie de síntese geral da onda mundial. Maio de 68 foi a principal demonstração do potencial da onda mundial juvenil de criar uma ampla agitação e colocar todo um sistema social em suspenso, por meio de uma contestação feita nas ruas,

³⁷⁸ KATSIAFICAS, 1987.

no âmbito da cultura, dos comportamentos e valores. Em relação às demais rebeliões juvenis, e ao contrário do que muitas vezes se coloca sem reflexão, ele foi menos uma fonte de influências, e mais um *catalisador* que sintetizou a maioria dos elementos cedidos pelo terceiro-mundismo, pelas novas esquerdas e pelas contraculturas às revoltas juvenis daqueles anos.

Desse modo, poderia assim deixar de ser concebido como o grande irradiador das revoltas (o que não significa que ele não tenha cumprido essa função, ao contrário) e passar a ser visto como uma síntese das rebeldias juvenis daquela época, um grande ensaio geral dos pré-projetos, esboços, propostas, práticas e modos de ser alternativos, em meio ao beco sem saída ideológico da Guerra Fria, da pretensa inexorabilidade da Revolução tecnológica e da nascente globalização.

Em Maio de 68, além do mais, houve uma reunião dramática de recentes questões nacionais francesas: a ascensão do general de Gaulle, em 1958, da qual o poder executivo pareceu sair exageradamente fortalecido em torno de um regime personalista; a traumática solução das questões coloniais francesas, com o fim da Guerra da Argélia e uma passiva posição quanto ao início da Guerra do Vietnã; e o avanço de outro bastião do poder político e social na França, o Partido Comunista Francês (PCF), que preparava a conquista do poder nas eleições de 1972.³⁷⁹ Maio de 68 vinha dar cabo de uma situação política que parecia estagnada: um imenso vazio entre os extremos do gaullismo e o poderoso PCF, duas máquinas políticas burocráticas nas quais, como dariam a entender os jovens na época, pareciam girar em falso as propostas da verdadeira renovação social. Foi um encontro tragicômico entre velhos e novos personagens da política francesa: De Gaulle, o Partido Comunista Francês (PCF), as centrais sindicais, a classe operária organizada, os jovens trabalhadores, diversas categorias de empregados, universitários e secundaristas e novas esquerdas.

³⁷⁹ MARTINS FILHO, 1996.

Ele foi sobretudo um produto dos universitários, evidenciando também o crescimento explosivo dessa categoria no país, acompanhando o que se observou em todo o mundo. De 207 mil universitários, em 1956, a França saltaria para 505 mil, em 1967 – um aumento de 143%.³⁸⁰ De maneira semelhante ao Brasil, no movimento francês houve uma entidade nacional dos estudantes a desempenhar um papel muito mais simbólico que real de unidade, no tocante a essa categoria. Tal entidade era a União Nacional dos Estudantes Franceses (UNEF), que, análoga à UNE brasileira, também se tornou palco de disputas entre diferentes *partidos* estudantis de esquerda, nos anos 1960. Diferentemente da UNE brasileira, contudo, a UNEF era uma entidade legal em 1968 e nunca se apresentou sozinha à frente dos eventos. Sempre surgia ao lado de outras organizações estudantis de esquerda muito ativas (jocosamente chamadas de *grupúsculos* pelos seus detratores da direita e da esquerda tradicional).

Os protestos dos estudantes contra a Guerra da Argélia estabeleceram, no início da década de 1960, um potencial conflito de gerações na França. De um lado, o nacionalismo dos adultos e, de modo direto ou velado, também dos partidos tradicionais, dos direitistas aos comunistas. Do outro, os jovens universitários, mobilizados pela UNEF, cuja revolta moral transformava-se em franco antiimperialismo, apoio aos terceiros-mundismos e um primeiro sentimento de ligação internacional com o antiimperialismo de outros povos e estudantes em todo o mundo.

Depois de 1962, a UNEF, agora sob o controle dos comunistas, voltaria a se dedicar mais aos temas *sindicais* dos estudantes. Mas enquanto o PCF recomendava que as questões se resumissem à qualidade do ensino, a União dos Estudantes Comunistas (UEC) desejava ir além. Surgiam também na França dissidências estudantis comunistas: em 1965 e 1966, três correntes divergentes na UEC – simpatizantes do comunismo italiano, trotskistas e maoístas – foram expulsos da UNEF e formaram a

³⁸⁰ BACHY & BACHY, 1973, p. 22.

trotskista Juventude Comunista Revolucionária (JCR) e a maoísta União da Juventude Comunista (UJC).³⁸¹ Paulatinamente, a extrema-esquerda, em destaque os filiados ao Partido Socialista Unificado (PSU), foi tomando o controle da UNEF. Após seu segundo ápice, em maio de 68, entretanto, a UNEF se esfacelaria em duas: uma dirigida pela extrema-esquerda (que acabaria controlada e servindo de aparelho aos trotskistas da Aliança dos Jovens para o Socialismo) e outra a (UNEF-Renovada) dominada por comunistas e partidos reformistas desejosos de que a entidade mantivesse seu caráter sindical reivindicatório.³⁸²

Porém, o grupo estudantil que seria considerado o estopim de 1968 surgiu em Nanterre, na periferia de Paris. Iria se chamar depois 22 de Março e congregava, originalmente, anarquistas e outros esquerdistas independentes, como Daniel Cohn-Bendit. Em 1967, durante a Assembléia Nacional da UNEF, segundo Cohn Bendit, ele profetizou a ocupação das moradias estudantis, no ano seguinte, em protesto contra o tolhimento sexual dos novos regulamentos da Universidade de Nanterre. A Assembléia caiu no riso.³⁸³ Mal se podiam prever, nem mesmo na principal entidade estudantil, os acontecimentos de um ano depois, muito menos que eles começariam justo em Nanterre, em torno de questões relativas ao cotidiano universitário. Tais limites parecem ilustrar mesmo a necessidade e a importância, para a irrupção de Maio de 68, de um grupo como o 22 de Março, movido por alguns ideais anarquistas, ironia e preocupação com questões comportamentais, além de contar com uma vedete em potencial, o alemão Daniel Cohn-Bendit, estudante de Sociologia, então com 23 anos de idade.

A presença de grupos anarquistas no interior dos movimentos juvenis da década de 1960 foi a menos importante entre todas as heterodoxias esquerdistas então atuantes. Talvez, eles se limitem ao francês 22 de Março e aos *provos* holandeses, com atuação decisiva em seus países, mas que não eram exatamente anarquistas. Mesmo assim,

³⁸¹ MARTINS FILHO, 1996.

³⁸² BACHY & BACHY, 1973.

³⁸³ COHN-BENDIT, 1988b.

duas grafitagens nos muros de Paris, durante Maio de 1968, intrigam. Eram citações do anarquista Bakunin: “A liberdade do outro amplia a minha ao infinito” (no Liceu Condorcet) e “A paixão da destruição é uma alegria criadora” (na Sorbonne).³⁸⁴ Elas tratam de dois temas essenciais na época: o espírito libertário e a retórica da violência. Algumas vezes de forma consciente, mas em geral inconsciente, foi muito forte a ligação das mobilizações juvenis dos anos 1960 com ideais dos anarquismos – ideologias surgidas nos meios operários, no século XIX, e eclipsadas após a Revolução Bolchevique.

Para Hobsbawm, os valores de Maio de 1968, na França, estiveram mais próximos do anarquismo do que das outras ideologias marxistas evocadas conscientemente. Tratava-se de uma recusa a qualquer tipo de autoridade política, social, cultural ou universitária. O espírito libertário, que recusa o Estado ao mesmo tempo em que nega as leis e os valores tradicionais restritivos da liberdade comportamental, sexual e até o uso de drogas, seria mesmo um renascimento dos anarquismos.³⁸⁵ Se nas formas de atuação política – assembleísmo, espontaneísmo, democracia direta – retomaram-se propostas do anarcossindicalismo, a defesa de uma liberdade individual ampla e irrestrita (verdadeiro fundo de motivações do 1968 francês, segundo Hobsbawm) lembrava o anarcoindividualismo.

Não foi posterior a 1968, pelos analistas, a constatação dessa relação entre os movimentos juvenis e o anarquismo. Mesmo naquele ano, militantes das “velhas” esquerdas tentaram mostrar esta ligação como sinal de que as revoltas dos jovens tomavam um *mau caminho*. Num artigo publicado logo após o Maio de 1968, Hobsbawm aponta que, assim como os líderes estudantis, também os anarquistas (cujas ideias havia sido “superadas” pelas “melhores” propostas do comunismo) confiavam na “espontaneidade das massas”, defendiam a prática da “greve geral”, preconizavam que na “ação direta” das massas (e não previamente à ação) é que surgiam

³⁸⁴ MATOS, 1981, p. 47 e 69.

³⁸⁵ HOBSBAWM, 1995, cap. 11.

os objetivos do protesto, propunham um uso menos comedido e pouco organizado da “violência e agressividade em resposta à repressão do Estado”, defendiam a “democracia direta” e recusavam toda mediação parlamentar (“anti-parlamentarismo”).³⁸⁶ Rebeldes e anarquistas lançaram igualmente proposições e práticas de autogestão (recuperando ideias desenvolvidas por Proudhon), preocuparam-se sobretudo em contestar o caráter autoritário do Estado e da sociedade, valorizaram a criatividade das massas (em vez de direcioná-las com palavras de ordem e um partido de vanguarda) e valorizaram mais a transformação das *superestruturas* que da infra-estrutura (revalorizando a ética individual e apostando no valor ético da luta).³⁸⁷ O que poderia ser interpretado como uma recuperação criativa de boas ideias dos anarquismos foi visto, muitas vezes, como algo a lastimar por aqueles que acreditavam que elas deviam ser relegada aos museus da história da contestação.³⁸⁸

Renascia, assim, a repulsa entre os esquerdistas por uma das ideologias que se acreditavam superadas. Provavelmente, isso deve ter prejudicado uma opção mais consciente de muitos jovens rebeldes a siglas e grupos anarquistas, ao mesmo tempo em que, na prática (para o horror de muitos esquerdistas ortodoxos), os movimentos pareciam ser, muitas vezes, mais anarquistas que socialistas.

Porém, outro tema aproximou anarquismo e movimentos juvenis: a violência. A meu ver, menos incentivando a relação experimental com as ideologias, menos esboçando formas realmente alternativas de socialismo ou de práticas *anticapitalistas*, a violência incondicional pregada muitas vezes pelo anarquismo seria outro estímulo à *redogmatização* dos esquerdismos (tendência paralela e contraditória desenvolvida pela nova esquerda, nos anos 1960). De quando em quando, grupos guerrilheiros negavam a violência incondicional e diziam não estarem decaindo na santificação do terror, pretensamente feito apenas pelos anarquismos – enquanto eram exatamente essas as suas práticas. Assim, apesar de o fascínio

³⁸⁶ Idem, 1982 (texto escrito em 1969).

³⁸⁷ JULLIARD, jun.-jul./1968.

³⁸⁸ SOUCHERE, ago.-set./1968.

de 1968 residir principalmente no seu caráter antiautoritário, como indica Willener,³⁸⁹ repousavam em seu seio algumas armadilhas que, às vezes, parecem tê-lo encaminhado a novas formas de dogmatismo, intolerância e violência.

Voltando a Nanterre, desde o início aumentava o número de protestos e também de militantes, demandando não só a liberalização das regras nas moradias estudantis, mas também reformas nos currículos e nos métodos de ensino além de críticas aos Estados Unidos e ao autoritarismo. No dia 22 de março de 1968, quatro membros do grupo de Cohn-Bendit foram presos ao pregar cartazes. Depois da mobilização que se seguiu à prisão, com a invasão de cerca de 150 estudantes à sede administrativa da universidade, o grupo foi batizado com a data desse protesto, 22 de Março, simbólico início da luta naquela cidade. Em 2 de maio, depois de um novo ato, o reitor mandou fechar a universidade, o que, na verdade, apenas ajudaria a levar o centro do movimento para o coração do mundo universitário francês, a Sorbonne.

O 22 de Março apareceria na origem de 1968 ao entrar em contato com a UNEF (liderada por Jacques Sauvageot, formado em Direito e História e com 25 anos de idade) e o Sindicato Nacional dos Docentes Universitários (SNESup, liderado por Alain Geismar, doutor em Física e com 29 anos de idade), em busca de unidade e ação comum. Essas seriam as três principais entidades da mobilização francesa. Ao lado delas, no entanto, deve-se destacar a de vários outros estudantes maoístas e trotskistas, em grupos como a Esquerda Proletária, a JCR, o Comitê de Ligação dos Estudantes Revolucionários, a Federação dos Estudantes Revolucionários, a União dos Comunistas Marxistas-Leninistas, a Guarda Vermelha, o grupo Servir o Povo etc.

Maio de 1968 teve dois estágios de ação social, segundo Hobsbawm. O primeiro, entre 3 e 11 de maio, em que

(...) graças à falta de previsão, complacência e estupidez do governo, um movimento de ativistas de um *campus* de subúrbio foi

³⁸⁹ WILLENER, 2001.

transformado em um movimento de massas que incluía praticamente todos os estudantes de Paris, desfrutando de amplo apoio da opinião pública – nesse estágio, 61% dos parisienses simpatizavam com os estudantes e somente 16% eram claramente hostis – e daí transformado em uma espécie de insurreição simbólica do *Quartier Latin*.³⁹⁰

A segunda fase se deu entre os dias 14 e 27, com a propagação de uma greve geral espontânea, “a maior da história da França e talvez do mundo, e [que] culminou na rejeição por parte dos grevistas do acordo negociado em seu nome pelos líderes sindicais oficiais e o governo”.³⁹¹ A mobilização popular manteve-se na iniciativa até 29 de maio. No dia seguinte, foi a vez do contragolpe do presidente De Gaulle e da opinião conservadora e moderada, que engrossou um ato a favor do governo. Para Katsiaticas, durante aquele mês, em torno de 10 milhões de trabalhadores em greve e dezenas de milhares de estudantes revoltados em Paris lutaram contra a polícia pelo controle das ruas, não apenas por questões específicas à educação e ao trabalho, mas sobre o modo de vida como um todo.³⁹²

Espantoso é constatar que apesar da seriedade de Maio de 1968, o Estado francês não repetiu a violência com o mesmo grau de truculência observado no Terceiro Mundo (notadamente no México, mas também no Brasil) e até em países *democráticos* como Itália, Alemanha e Estados Unidos. Poder-se-ia argumentar sobre a tradição democrática arraigada na sociedade francesa ou que o Estado francês soube comportar-se moderada, cautelosa e sabiamente diante da efervescência daqueles dias. A verdade, porém, é que não faltou muito para que ele recorresse a formas mais extremas. E em dados momentos, chegou a girar perigosamente em falso, gerando um imprevisível vácuo de poder. Finalmente, viram-se muitas cenas de truculência policial

³⁹⁰ HOBBSAWM, 1982, p. 236

³⁹¹ *Ibid.*, p. 236.

³⁹² KATSIATICAS, 1987

(entretanto, não se usaram armas de fogo), além da ação intempestiva em certos locais dos Comitês de Ação Cívica de De Gaulle, no período de decadência das greves dos trabalhadores e estudantes. Com tudo isso, deve surpreender o número pequeno de mortos no período – apenas quatro.³⁹³

Sobre as inúmeras análises a respeito de Maio de 1968, emerge a crítica de Edgar Morin à vedetização, feita pela mídia e pelas grandes instituições sociais (Estado, partidos e centrais sindicais), de determinados personagens (Cohn-Bendit, Geismar, Sauvageot, Séguy, Pompidou e Mendés France), de certos locais (Sorbonne e Nanterre para os estudantes, Renault-Billancourt e Flins para os operários, e Paris, em detrimento das províncias) e de alguns grupos sociais (universitários e operários). Deixaram-se quase no desconhecido outros sujeitos tão importantes quanto os aqui referidos, entre eles, os secundaristas, os recém-graduados, outras categorias de trabalhadores, além do operariado, e as agitações nas províncias, que o tornaram um movimento nacional e descentralizado em sua essência.³⁹⁴ Entre as revoltas fora de Paris, deve-se destacar as de Estrasburgo, Lyon, Nantes, Bordeaux, Tulon e Rennes. Em Estrasburgo, criou-se a primeira universidade livre francesa, antes mesmo da ocupação estudantil da Sorbonne: “Os estudantes proclamaram o poder estudantil, ocuparam os prédios e passaram a administrá-los”.³⁹⁵

Além do Estado e da mobilização estudantil (constituído pela maioria dos universitários e importante número de alunos dos liceus), outros personagens cruciais em Maio de 1968 foram os comunistas. Se, num primeiro momento, o PCF e a Central Geral do Trabalho (CGT, central dominada pelos comunistas) o ignoraram, passaram depois a tentar redirecioná-lo à proposta de um *governo popular* e, finalmente, viram por algumas semanas esvaírem-se suas

³⁹³ *Jornal da Tarde*, 2/maio/1998, Caderno de Sábado, p. 4.

³⁹⁴ MORIN, 1986, Terceira Parte, cap. 2.

³⁹⁵ REIS FILHO, D.A “O ano mágico”. In: MORAIS & REIS FILHO, 1998, p. 38.

bases, que recusaram os acordos de Grenelle.³⁹⁶ No final, o papel desses dois órgãos foi decisivo, na opinião de muitos analistas, para o esvaziamento da luta e para recuperação do gaullismo, ao incentivar os operários a retomar a normalidade do trabalho.

O PCF e o CGT, no início do movimento e após sua derrocada, venderiam junto com os conservadores a visão de que ele fora simplesmente uma revolta geracional pouco importante, uma expressão inconsequente do fútil idealismo romântico juvenil e pequeno-burguês. Na verdade, os estudantes franceses, para lá de travar realmente uma revolta geracional (mas não apenas), também ameaçavam os planos do PCF para as eleições de 1972. Além de tudo, documentos secretos publicados posteriormente pelo *Le Noveul Observateur* mostraram que o embaixador soviético na França manteve constante diálogo com esse partido, insistindo muito na necessidade de parar a perigosa mobilização, no que o PCF colaboraria, de novo obediente às diretivas de Moscou³⁹⁷: “O PCF, através da CGT, conteve os trabalhadores, fechou os bairros operários aos estudantes, apoiou o banimento das organizações e dos líderes rebeldes”.³⁹⁸ Afinal, além de ser uma revolta geracional e atrapalhar os planos eleitoreiros, o movimento era visto por Moscou como uma ameaça de ruptura da ordem geopolítica da Guerra Fria. Os estudantes inconformados, não apenas na França, mas também na Itália e na Alemanha Ocidental, ameaçavam quebrar o tácito, mas tenso acordo de divisão do mundo em esferas de influência entre as duas superpotências. Era preciso pará-los, em nome dos interesses geopolíticos da União Soviética.

Desde o início, a maioria dos ativistas estudantis vira os velhos comunistas como inimigos e, apesar dos acordos entre CGT e entidades representativas dos universitários para uma

³⁹⁶ Acordo entre representantes do Estado, dos patrões e das centrais sindicais, que esperavam que a conquista de novos direitos trabalhistas e aumentos salariais fizesse cessar a greve geral. “Histoire et leçons d’une greve”. *Espirit*, Paris, n. 373, ago.-set./1968, p. 97-120.

³⁹⁷ Tariq ALI apud *O Estado de S. Paulo*, 17/maio/1998, p. D2.

³⁹⁸ PEDREIRA, 1975, p. 122.

manifestação conjunta, em 13 de maio, os dois lados sempre foram efetivamente adversários. Não é à toa que os muros de Paris abrigaram, naquele mês, a sentença impiedosa: “A humanidade nunca será feliz até o último capitalista ser enforcado nas tripas do último burocrata”.³⁹⁹

O *Pravda* qualificou o Maio de 68 como *anarquista*, liderado por *anarquistas* (como Cohn-Bendit) e por agentes da CIA “interessados na queda do General (De Gaulle) e no fim de sua política externa independente”.⁴⁰⁰ Enquanto De Gaulle acusaria os comunistas de estar por trás da agitação, Moscou incriminaria a CIA! Por sua vez, o jornal comunista francês *Humanité* chamou os manifestantes de “pequenos bandos de trotskistas, maoístas e anarquistas, dirigidas por ‘filhos de papai’ provenientes da alta classe média”.⁴⁰¹ Era a combinação do antiintelectualismo com a retórica depreciativa das esquerdas heterodoxas e da pequena burguesia. Os comunistas deixaram escapar que, na verdade, defendiam arraigadamente as posições que haviam conquistado na ordem social e política. Tal defesa os levaria ao limite de se afirmarem como o partido da ordem: “A opinião pública perturbou-se com as confusões e as violências, desorientada pelas posições equivocadas e o abandono do Estado, de modo que a CGT, a grande força tranquila, é quem veio restabelecer a ordem ao organizar a retomada geral do trabalho”.⁴⁰²

Apesar de seu papel decepcionante, a CGT havia organizado em 1º de maio de 1968, pela primeira vez depois de 14 anos, um ato de trabalhadores pelas ruas de Paris, no Dia do Trabalho. Como narra Cohn-Bendit, anarquistas do 22 de Março tentaram participar à força, mas tiveram suas bandeiras negras arrancadas pelos membros da CGT – o 22 de Março iria à desforra em 13 de

³⁹⁹ *Folha de S. Paulo*, 2/maio/1999, p. 1. 10.

⁴⁰⁰ Apud UEE-SP, jun./1968.

⁴⁰¹ *The New York Times*, 14/maio/1968, apud FEUER, 1971, p. 43.

⁴⁰² Georges SÉGUY, secretário geral da CGT, em relatório de reunião de 13 e 14 de junho, apud DOMENACH, ago.-set./1968, p. 35.

maio.⁴⁰³ Após o fechamento da Universidade de Nanterre, este grupo, junto com outros estudantes da cidade, ocuparam o anfiteatro da Sorbonne, em 3 de maio. Era uma assembléia de protesto, com centenas de participantes. Mas o reitor solicitou à polícia que evacuasse a universidade. Enquanto a polícia demorava para colocar nos seus carros os quase 600 detidos, uma pequena multidão do lado de fora, indignada, cercou os veículos. Como não esperavam a reação das ruas, reagiram brutalmente, usando cassetetes e gás lacrimogêneo. A multidão, na maioria jovens, encheu-se de fúria, atirando pedras na polícia e tombando carros. Estava iniciado o Maio de 68.

O ministro da Educação, Alain Peyrefitte, decidiu manter fechada a Sorbonne – era a segunda vez, nos sete séculos de história da famosa instituição, que isso acontecia, excetuando-se o período do domínio nazista. Nos dias 4 e 5 um grande contingente policial postou-se ao redor da escola, ao passo que as aulas eram suspensas. Um dia depois, a UNEF, em resposta, conclamou uma greve geral de estudantes. Durante o depoimento de Cohn-Bendit e de outros alunos ao Comitê Disciplinar da Universidade de Paris, na Sorbonne, milhares de estudantes realizaram longa marcha pela cidade e rumaram em direção ao *campus*. Foram recebidos com brutalidade pelos policiais e reagiram, retirando as pedras do calçamento, para atacá-los e formar as suas primeiras barricadas. Às 18 horas, os conflitos cessaram no *Quartier Latin*. Cerca de 6 mil protestantes saíram, então, em passeata até o *Boulevard Saint-Germain*, entrando em novo choque com a polícia. Durante a noite ergueram-se novas barricadas, até que os policiais investiram contra a massa e finalmente a dissolveram, com um total de 945 feridos (sendo 345 policiais) e 422 prisões. Todas as universidades em Paris foram fechadas naquele dia. As cenas da violência policial, transmitidas pela mídia a todo o país, comoveram a opinião pública, projetando greves de solidariedade na maioria das universidades

⁴⁰³ COHN-BENDIT, 1988b.

de província. Em diversos liceus da região de Paris, também ocorreram paralisações e comícios de protesto.

No dia 7 de maio, nova passeata, a partir das 18h30, com autorização oficial, percorreu as ruas de Paris em direção ao Arco do Triunfo. Reuniu entre 30 e 50 mil participantes. No Arco, segundo relatos, trotskistas conseguiram impedir que anarquistas urinassem sobre a chama do monumento, mas não evitaram que as bandeiras tricolores fossem arrancadas e trocadas por bandeiras vermelhas. A marcha dirigiu-se outra vez à Sorbonne, onde ocorreram confrontos com a polícia em torno das 23 horas.

No dia seguinte, foram registradas manifestações de estudantes em Brest, Nantes Rennes e várias outras cidades. Em muitas delas, trabalhadores já apareciam ao lado deles. Em diversas faculdades de província, os alunos reivindicavam a formação de comissões com os professores para discutir as questões universitárias. No dia 9, em Paris, haveria novo choque com policiais. Enquanto isso, protestos bem-sucedidos deram-se em Nantes, Estrasburgo, Rennes e Toulouse. Em Lyon e Dijon, as manifestações reuniram estudantes e operários.

Chegou o dia 10, o primeiro ápice do Maio de 68. Cerca de 20 mil universitários e secundaristas marcharam em direção ao Quartier Latin, com o objetivo de ocupar a Sorbonne. Começaram, de novo, a construir barricadas: “Todos faziam alguma coisa, ainda que não soubessem exatamente o que e para que. Na Rua Gay Lussac foram construídas dez barricadas, uma atrás da outra. Isso não tinha nenhum significado militar, apenas tínhamos vontade de fazer barricadas”.⁴⁰⁴ Uma foto mostra estudantes usando escudos, capacetes e roupas retiradas do Teatro Odéon para enfrentar a polícia, no Boulevard Saint-Michel. Outras imagens revelam como os afoitos armavam-se para as batalhas: um deles usa capacete e óculos iguais aos dos motociclistas da polícia, lenço no rosto, longo estilete no cinto e uma pequena picareta na mão.⁴⁰⁵

⁴⁰⁴ *Ibid.*, p. 41.

⁴⁰⁵ *Folha de S. Paulo*. 10/maio/1998, Caderno Mais; PERRONE, 1988.

Atrás das barricadas, festejava-se a pretensa tomada do Quartier Latin. Várias fotos mostram casais abraçados ou trocando beijos nessas trincheiras. Outra mostra um campeonato de pingue-pongue realizado também atrás delas. No entanto, o governo deu ordens para que todas fossem derrubadas. As forças policiais, a partir das 2 horas da madrugada, fizeram um assalto fulminante, usando cassetetes, carros-pipa, gás lacrimogêneo e granadas de cloro contra paus, pedras, ferros e fogo nos carros estacionados. A batalha estendeu-se até às 6 horas da manhã do dia 11. Com 367 feridos, 460 presos e 180 carros destruídos, terminava, assim, a famosa *Noite das Barricadas*.

Às cinco horas da manhã, Cohn-Bendit teria dito a uma emissora de rádio que os sindicatos deveriam convocar uma greve geral em apoio aos estudantes. A iniciativa dele ilustrava o desejo crescente, em todos os militantes, de que outras classes sociais, particularmente os míticos operários e suas organizações sindicais, se unissem ao movimento estudantil. Na manhã do dia 11, sob o forte impacto das cenas da noite anterior na opinião pública, dirigentes das centrais sindicais – a Central Operária Socialista (CFDT) e a CGT – encontraram-se com os líderes estudantis para uma tensa reunião. A CGT ameaçava impor, como condição para seu apoio, que Cohn-Bendit não participasse da primeira linha da passeata, mas desistiu. Finalmente, marcou-se para dois dias depois um ato conjunto de protesto e a decretação de uma greve geral de 24 horas em todo o país.

Por sua vez, ainda no dia 11, já que os estudantes não tinham conseguido recuperar a Sorbonne, resolveram ocupar o Teatro Odéon. Na parede externa do histórico Teatro escreveu-se a mais famosa frase de maio de 68, que também entraria para a História: “A imaginação no poder”. A própria UNEF desaprovou a invasão, demonstrando, como ocorrera na Noite das Barricadas, que as ações mais ousadas e criativas vinham de iniciativas autônomas da multidão, mesmo quando inspiradas por militantes dos pequenos grupos da extrema-esquerda estudantil.

Na manhã de 13 de maio aconteceu a Jornada Nacional de Protesto contra as arbitrariedades perpetradas aos estudantes, reunindo esses e as centrais sindicais. Entre 700 e 800 mil trabalhadores e estudantes foram às ruas de Paris. Na primeira fileira, marcharam lado a lado os líderes estudantis, docentes e da CGT. Também estiveram presentes François Mitterrand (presidente do Partido Socialista) e Georges Marchais (líder dos comunistas). Na hora da saída, a CGT tentou expulsar anarquistas com bandeiras negras. Cohn-Bendit perguntou, então, aos seus membros: “é essa a concepção de união que vocês têm?” e, de acordo com ele, “foi essa a primeira vez na França, depois de muitos anos, que a CGT foi obrigada a aceitar a bandeira negra”.⁴⁰⁶ Em certo momento, a passeata dividiu-se em duas. A CGT tentava a dispersão, encerrando o ato; e os esquerdistas desejavam, primeiro, marchar aos Campos Elíseos, mas, por causa da presença da polícia, resolveram organizar um comício no Campo de Marte. A CGT formou barreiras para impedir a passagem dos manifestantes e gritava palavras de ordem de dispersão. Mesmo assim, os líderes estudantis conseguiram juntar 10 mil pessoas que, após o comício, rumaram à Sorbonne, já sem a polícia, e a ocuparam.

O que era para ser uma greve de 24 horas acabaria se estendendo muito mais que o esperado. Logo, inúmeras fábricas iriam parar, muitas ocupadas pelos seus operários, especialmente nas províncias. A primeira ocupação se deu no dia 14, na fábrica estatal Sud-Aviation, em Bouguenais, próximo a Nantes, em que os empregados também sequestraram os diretores. A paralisação foi decretada ainda pelos sindicatos de ensino e dos funcionários da educação. A maioria dos liceus foi fechada ou ocupada. Em vários locais estabeleceram-se as *comissões paritárias* para a reforma dos cursos e da pedagogia. Nas faculdades de medicina, na Escola de Belas Artes e em quase todos os institutos profissionais, propostas de reforma do ensino começaram a ser elaboradas, com a participação

⁴⁰⁶ COHN-BENDIT, 1988b, p. 47.

em conjunto de alunos, funcionários e professores. Mas a mesma integração já não aconteceu nos departamentos de humanidades e em Nanterre, onde os docentes não participaram das comissões. No mesmo dia 14, com o presidente De Gaulle em viagem oficial à Romênia, pareceu iniciar-se um vácuo de poder, que se manteria até o final daquele mês.

No dia seguinte foi a vez de os jovens operários da fábrica Renault entrarem em greve. Começou também uma crise na ORTF (televisão estatal francesa), em que os jornalistas criaram um comitê para discutir a objetividade da informação. Um dia depois de deflagrada a greve na Renault, enquanto a CFDT afirmou sua simpatia pelo movimento estudantil, a CGT expôs as suas principais reivindicações – aumento do salário, pleno emprego, aumento das liberdades sindicais etc. – e, no controle da ocupação impediu a entrada dos participantes da passeata estudantil que havia rumado à fábrica, em Billancourt. Entretanto, apesar da CGT se recusar a lançar a palavra de ordem de greve geral, esta ia se firmando à sua revelia. Eram 200 mil os grevistas em 17 de maio. Os transportes públicos começaram a paralisar e, no dia 18, havia 1 milhão de trabalhadores em greve e 50 fábricas ocupadas. Os aeroportos, táxis, metrô, rádios, televisões, jornais, correios, telefone e setores do comércio começaram a parar também. De Gaulle voltou mais cedo da Romênia e afirmou que a França parecia “um bordel por toda a parte”.⁴⁰⁷ Em resposta a esse comentário importuno, na Assembléia Nacional, o Partido Socialista propôs-lhe uma moção de censura e quase conseguiu a aprovação.

Em 20 de maio havia 6 milhões de grevistas: faltava transporte, combustíveis e até escasseavam alimentos nos supermercados. O Banco de França aderiu à greve e “tudo estava parado”, inclusive hotéis de luxo e o famoso festival de cinema de Cannes. A sede da Citroën, em Paris, foi tomada. Sucederam-se debates na Sorbonne ocupada, onde Sartre, o escritor Jean Genet, o Prêmio Nobel de medicina Jacques Monod e outros, falaram

⁴⁰⁷ MARTINS FILHO, 1996.

para grandes auditórios sempre lotados. As centrais sindicais tentavam controlar a greve geral, apoiando-a, mas evitando a paralisação dos serviços essenciais do Estado. As esquerdas não-comunistas aventaram a idéia de colocar o socialista Mendés France, ex-primeiro ministro, no cargo de presidente da república. Ainda naquele dia deram-se contatos sigilosos entre o governo e os comunistas. CGT e PCF procuravam arrancar antigas reivindicações, cujo ganho poderia ser usado para as eleições de 1972 e, em último caso, proporião a formação imediata de um governo popular.

No dia 23 de maio subia para 9 milhões o total de grevistas. O Ministério do Interior comunicou que Cohn-Bendit (em viagem a países da Europa, dando declarações polêmicas) perdera seu visto de residência e não poderia voltar à França. Os líderes estudantis responderam, marcando para o dia seguinte um grande ato de protesto, mas um grande número de jovens não quis esperar e, ainda naquela noite, saiu às ruas, erguendo novas barricadas e enfrentando a polícia até altas horas da madrugada. A UNEF criticou-os com veemência, chamando-os de provocadores. Manifestações violentas também aconteceram em Nantes, Bourdeaux e Estrasburgo.

Às 8 horas da noite de 24 de maio, De Gaulle faz uma declaração na televisão, propondo ordem, reforma e um *referendum* para a confirmação de seu mandato pelos franceses. Os estudantes se reuniam na Estação de Lyon e, após a declaração do presidente, saíram cantando "Adeus De Gaulle", mas a polícia proibiu que se dirigissem até a Praça da Bastilha. Eles ameaçaram avançar, com pedras e até serras elétricas nas mãos, e os policiais atacaram, esvaziando a estação, às 23 horas. Contudo, as lutas continuariam em vários pontos da cidade. Acuados pela polícia, os jovens atacaram o Prédio da Bolsa de Valores, derrubaram suas portas e atearam fogo nos móveis. Esboçaram investir contra o Palácio do Elysée, mas a polícia liberou a passagem para o Quartier Latin, onde formaram-se novas barricadas e travaram-se novos combates. Com centenas de feridos, um morto e inúmeros carros incendiados,

terminava a *Segunda Noite das Barricadas*. Ela indicava mesmo o início da queda da mobilização, ao passo que a quase incontrolável greve geral continuava. Ao mesmo tempo, centrais sindicais, governo e representantes dos patrões entravam em negociações.

Cohn-Bendit, disfarçado, voltou a Paris e apareceu sem avisos na Sorbone, onde acontecia uma assembléia. Imprensa e estudantes acorreram à universidade, que ficou lotada. Conservadores e gaullistas indignaram-se com a notícia do seu retorno, o que os estimulou a marcar um ato público, no dia 30, “em desagravo à pátria e à ordem republicana”.⁴⁰⁸

No dia 27 de maio, anunciaram-se as “conquistas” para os trabalhadores em greve: 35% de aumento salarial, diminuição da semana de trabalho, mais direitos sindicais, pagamento normal pelos dias parados etc. Entretanto, surpreendentemente, os operários em greve rejeitaram os resultados das negociações, e a maior parte dos trabalhadores manteve a paralisação em todo país. A UNEF organizou a passeata em direção ao estádio Charléty, na periferia de Paris, onde ocorreria um comício das esquerdas não-comunistas e das novas esquerdas. A CFDT aceitou participar, ao passo que a CGT convocou comícios paralelos em outros pontos da capital francesa. Reuniram-se 50 mil pessoas no estádio Charléty, na maioria, estudantes, mas também trabalhadores, inclusive alguns ligados à CGT, além de dirigentes da central comunista que declararam seu rompimento com ela. Havia agora um novo *slogan*, “Unidade na base”, ou seja, que os trabalhadores não seguissem mais as diretivas dos sindicatos.

Nos dias seguintes, a greve geral manteve-se com força. Em 28 de maio, o ministro da Educação pediu demissão. François Mitterrand propôs, na Assembléia Nacional, declarar o governo vacante e formar um novo, provisório, presidido por Mendés France, até nova e breve eleição presidencial. Mendes France afirmou que não recusaria liderar a união das esquerdas, incluindo o PCF, mas este, por sua vez, declarou-se contra tal

⁴⁰⁸ Ibid., p. 105.

candidatura. De Gaulle deixou Paris no dia 29 e, durante seis horas, ninguém sabia informar onde ele estava. Na verdade, encontrava-se com generais da base francesa na Alemanha, fazendo contatos inclusive com paramilitares ligados ao Exército – preparando-se para usar até mesmo as Forças Armadas. A CGT, por sua vez, organizou um ato com 500 mil participantes em Paris e falou novamente a favor da formação de um *governo popular*.

Em 30 de maio, até os funcionários públicos aderiam à greve, ao passo que o poder parecia diluir-se também nas províncias e a manchete do *Le Nouvel Observateur* dizia: “O poder gaulista não existe mais”. Mas o contragolpe seria certo: De Gaulle pronunciou um discurso pela rádio (pois temia o boicote dos funcionários da televisão estatal), em torno das 16h30. Nele, dissolvia a Assembléia Nacional e apelava para a participação dos franceses no ato cívico contra a ameaça do *comunismo totalitário*. Os deputados de oposição comemoraram na Assembléia, já que os partidos da esquerda tradicional acreditavam que iriam tomar o poder nas eleições marcadas para 23 de junho. Também, momentos depois do discurso, começava a manifestação convocada pelos conservadores de Paris. Centenas de milhares de pessoas – entre 400 e 700 mil – desfilaram em apoio ao governo. Eram “jovens burgueses, políticos de renome, gordas camponesas, pára-quedistas da Argélia vestidos com uniforme de combate”, com muitas bandeiras tricolores e palavras de ordem como: “O comunismo não passará”, “Cohn-Bendit para Dachau”, “De Gaulle não está só”.⁴⁰⁹ Era um fenômeno semelhante às *Marchas com Deus pela Família* (ocorridas no Brasil, em 1964).

Já no dia seguinte surgiram os primeiros sintomas do retorno geral ao trabalho e à normalidade, em todo o país. Novos eventos a favor de De Gaulle ocorreram nas províncias. O movimento estudantil lutava contra o revés. Em 1.º de junho, 30 mil jovens, convocados pela UNEF, desfilaram em Paris. Fizeram uma assembléia em *Halle aux Vins* para formar um movimento

⁴⁰⁹ *Ibid.*, p. 106.

revolucionário, enquanto na província continuavam os apoios ao presidente francês. Apesar dos apelos e das tentativas frustradas de contato direto com as *bases* operárias, a paralisação foi refluindo pouco a pouco. Em locais em que a resistência dos trabalhadores persistia, tropas da polícia, Comitês de Ação Cívica e até forças do Exército foram usados, expulsando à força os grevistas que ocupavam a ORTF, a Renault, em Flins, e as fábricas Peugeot, em Sochaux.

Em 4 de junho, vários pais promoveram manifestações em favor da reabertura dos liceus. Também aconteceu, em Paris, uma manifestação dos jovens gaullistas e conflitos na Faculdade de Letras de Lyon, atacada por gaullistas e fascistas. Entre os dias 7 e 11, deu-se o retorno às aulas, nas escolas primárias e secundárias. Serviços públicos estratégicos já tinham sido retomados em 6 e 7 daquele mês. Nos dias 10 e 11, aconteceram as últimas importantes ações, que tentaram erguer algumas barricadas, mas foram vencidas pela repressão policial. Terminava a greve em locais símbolos da revolta, como Flins e Sochaux, em 11 e 12 de junho. Cerca de 600 mil grevistas ainda se mantinham paralisados em 13 de junho. Mas, uma semana depois, seriam apenas metade.

O governo proibiu atos públicos, expulsou do país 150 estrangeiros que teriam participado dos conflitos e decretou o fechamento de 11 organizações da extrema-esquerda estudantil, incluindo o 22 de Março. Cohn-Bendit retirou-se para a Alemanha. A polícia desocupou o Teatro Odéon, no dia 14, e a Sorbonne, dois dias depois. Nas eleições, os gaullistas conseguiram vitória esmagadora, com quase 44% do total de votos. No segundo turno, partidos do centro e da direita conquistavam 358 das 485 cadeiras – a esperança das velhas esquerdas formarem um novo governo transformava-se numa flagrante derrota eleitoral: “A revolução parecia ter escorrido por entre os dedos. Esfumara-se no ar”.⁴¹⁰

⁴¹⁰ REIS FILHO, 1998, p. 39.

4. Estados Unidos

As revoltas estudantis nos Estados Unidos, nos anos 1960, ficaram imersas nas demais mobilizações sociais, particularmente aquela contra a Guerra do Vietnã, a dos negros e a *hippie*. Além disso, conjugaram-se, em parte, já mais no final da década, a nascentes movimentos pelo respeito à diferença, como o feminismo e o movimento *gay*.

O país naquela época ilustrou as contradições sociais advindas de sua heterogeneidade sociocultural, apesar da aparente unidade sob o *estilo de vida americano*. Tais contradições surgiam das desigualdades e dos conflitos raciais, apesar do crescimento econômico ininterrupto. Ademais, o absurdo de uma nação que advogava a democracia política e a liberdade de expressão, ao mesmo tempo em que promovia uma política internacional agressiva e truculenta. A própria repressão política e a contramobilização conservadora, vitimando os jovens e negros, exemplificam os limites internos dos valores democrático-liberais apregoados.

É difícil entender as ações universitárias, nos Estados Unidos, em separado dos seus demais movimentos sociais, como os dos jovens *hippies*, dos ativistas antiguerra ou das minorias étnicas. Desse modo, elas encontrariam a mais avançada conjugação entre revolta política e contestação cultural, consciente, mais do que em qualquer outro local, no discurso dos militantes juvenis (em destaque os *yippies*, militantes do movimento YIP, sigla em inglês do Partido Internacional da Juventude). As contraculturas encontraram aí seu principal terreno de desenvolvimento e aplicação, tendo certamente a luta juvenil mais influente no âmbito dos valores, comportamentos e artes da onda mundial de revoltas.

Também nesse país, os limites desta ampla conjugação sociocultural de revoltas e objetivos se evidenciaria, não apenas pela crescente dificuldade de os diferentes setores radicalizados se mobilizarem em conjunto, mas igualmente pela retórica (e prática) da violência ter se tornado hegemônica. Paradoxalmente, no final dos anos 1960, a retórica da violência seria cada vez mais uma

constante nas diferentes correntes, ao mesmo tempo que elas já não conseguiam mais agir unitariamente. Apesar disso, em 1970, uma greve nacional universitária faria renascer, num breve e intenso momento, os ideais da onda mundial juvenil, recuperando-os instantaneamente, bem como as formas de ação do passado recente.

Bem no interior estadunidense, essa onda mundial viveria um dos seus ápices. Justamente ela, que tinha no sistema social e no panorama geopolítico referendados pelo Estado americano os seus principais inimigos. Muito se pensou e escreveu para tentar entender como as jovens gerações de negros e brancos das classes médias americanas puderam se revoltar com tamanha força contra as bases sociais e políticas legitimadas pela sua própria nação. Além dos fatores já citados capítulo 1, é preciso lembrar que essa geração, na segunda metade dos anos 1960, nascera no famoso *baby boom*: uma enorme população vinda ao mundo logo após o final da Segunda Guerra e que vivera a infância sob constante ameaça psicológica da guerra nuclear, inadvertidamente educada para sentir a história como irracional e o futuro como impossível.⁴¹¹ Contra o próprio processo de significação da vida reservada aos americanos levantava-se a geração *baby boom*. Cabe citar ainda a radical reestruturação do sistema educacional dos Estados Unidos, com o objetivo de absorver sua explosão populacional: dos 4,6 milhões de universitários e *colleges*, em 1963, o país saltaria para 9,6 milhões em 1973.⁴¹²

Como demonstrei no capítulo 1, os protestos contra a Guerra do Vietnã colocaram os jovens americanos, notadamente os brancos, de classe média e universitários, contra aquele *sistema* que os enviava para morrer e matar, numa guerra suja e injusta, contra um povo que lutava pela autodeterminação. O *National Mobilization to End the War in Vietnam* (Mobe, Mobilização Nacional para o Fim da Guerra do Vietnã), consórcio de

⁴¹¹ GROSSBERG, 1993.

⁴¹² FARBER, 1994.

organizações pacifistas, iria radicalizar cada vez mais seu discurso antiguerra. Dizia em 1967: “Nós vivemos em uma sociedade que treina seus filhos para serem assassinos e que destina sua imensa fortuna para o negócio de suprir homens corajosos de Detroit ao Vietnã, contra um povo que luta pelo simples direito humano de controlar suas próprias vidas e destinos”.⁴¹³

Mais e mais, militantes estudantis e *hippies* participariam das ações contra a Guerra do Vietnã. Um dos ápices seria a manifestação no Pentágono, em 1967. Muitos também organizaram, nas universidades, rituais para a queima em público dos seus certificados de alistamento. Grande número de pessoas, para fugir da prisão por não ter atendido à convocação, exilou-se no Canadá, na Suécia e no México. A greve estudantil de maio de 1970 foi causada sobretudo pela ampliação do conflito na Indochina. Os protestos contra a Guerra do Vietnã contribuíram bastante para que os Estados Unidos se retirassem do conflito, em 1973. Não seria exagerado dizer que essa foi, ao lado das conquistas legais dos negros, a principal vitória dos movimentos sociais formados na década anterior – ainda que o perdão oficial aos desertores só tenha vindo em 1977, no governo Carter.⁴¹⁴

Tão ou mais importantes que os protestos antiguerra, foram os dos negros americanos nos anos 1960. Continuariam a tradição das lutas seculares pelo reconhecimento dos seus direitos civis, tendo como precursora a mobilização liderado pelo pastor batista Martin Luther King, no Alabama. A desobediência civil dos negros contra as leis discriminatórias recomeçaria em 1960, em parte espontaneamente, iniciando uma reação em cadeia que uniu os estudantes das universidades para negros em todo o país. Eles fizeram *sit-ins*⁴¹⁵ e adentraram em locais segregados, nunca

⁴¹³ Ibid., p. 114.

⁴¹⁴ PAMPLONA, 1995.

⁴¹⁵ Técnica de protesto desenvolvida, em parte, pelos partidários de Mahatma Gandhi (líder da independência indiana). Retomada pelos ativistas afro-americanos, significava a ocupação pacífica de locais proibidos ou segregados, em que os manifestantes não reagiam às agressões de adversários nem de policiais.

reagindo com violência, embora ameaçados e atacados pela polícia e por civis.⁴¹⁶

Tentando organizar essa nova onda de protesto dos negros, surgiram, naquele ano o *Student Nonviolent Coordinating Committee* (SNCC, Comitê de Coordenação Estudantil Não-Violento) e no seguinte, foi criado o *Congress of Racial Equality* (CORE, Congresso pela Igualdade Racial). Essas duas organizações, contando inicialmente com brancos ao lado dos negros, encorajavam a resistência não-violenta, organizavam protestos de desobediência civil e realizaram diversos programas de educação ao cidadão – como parte delas, militantes viajavam aos Estados do Sul, onde o racismo era mais forte, para conhecer suas realidades e, ao mesmo tempo, participar de ações sociais. Martin Luther King liderava a *Southern Christian Leadership Conference* (Conferência das Lideranças Cristãs do Sul), que organizou um grande ato em Birmingham, no Alabama, em abril de 1963, e terminou com brutal violência, depois da ordem do governador para que a polícia atacasse o protesto pacífico, usando cães de guarda e cassetetes – como tudo foi televisionado, as lutas dos negros passaram a se tornar questão de grande comoção pública. Em agosto, Martin Luther King liderou uma passeata com 250 mil pessoas, em Washington, no Lincoln Memorial. Apesar da reação conservadora de setores da sociedade e de governos estaduais, os eventos alcançam muitos dos seus objetivos: em 1965, o Presidente Lyndon Johnson faz aprovar a Lei dos Direitos Civis, garantindo proteção federal para os negros poderem votar.

Apesar de os militantes negros que advogavam a mobilização não-violenta continuarem muito atuantes, como Martin Luther King, na segunda metade daquela década cresceu uma tendência pró-violência. Vários motivos ajudam a explicar tal mudança: o sentimento da parcialidade das conquistas meramente legais, o crescente desejo de uma *nação negra* (em vez da integração racial), a repressão violenta por parte de

⁴¹⁶ FEUER, 1971.

autoridades e de brancos conservadores e a influência dos terceiros-mundismos e socialismos heterodoxos, defensores do uso da violência e dos métodos revolucionários. Essa migração para o ativismo radical e violento se daria no SNCC, do qual surgiria o partido dos Panteras Negras. Em 1968, o próprio SNCC se dissolveria formalmente nos Panteras Negras – a entidade que advogava a inserção do afro-americano por métodos de resistência não-violenta imergia em seu rebento (os Panteras Negras), que, diversamente do Comitê de Coordenação Estudantil Não-Violento, defendia o “poder negro” e a luta violenta.

O principal – e trágico – acontecimento de 1968 envolvendo as lutas étnicas nos Estados Unidos, seria o assassinato de Martin Luther King, em Memphis, no dia 4 de abril. Rebeliões dos negros explodiram, durante uma semana, em 168 cidades do país, em geral com os negros saqueando lojas e colocando fogo nos quarteirões dos seus próprios bairros. Guetos foram ocupados por forças combinadas da polícia, Exército e Guarda Nacional. No final, havia cerca de 46 mortos, 21 mil feridos e 20 mil presos – só na capital nacional, foram 7.600 presos numa operação que usou 13.500 soldados federais (em todo o país, no total, agiram 50 mil soldados de tropas federais).

A reação conservadora foi rápida também na política. No mesmo dia em que 150 mil pessoas compareciam ao funeral de Martin Luther King em Atlanta, o Congresso aprovou cortes nos fundos antipobreza. Sinistras formas de repressão eram orquestradas nos departamentos secretos de polícia e inteligência, particularmente contra os negros, incluindo operações do FBI e da CIA, que promoveram ataques aos escritórios dos Panteras Negras em todo o país, matando cerca de 28 de seus membros. Um ano depois, Fred Hampton, líder dos Panteras Negras em Chicago e fundador da Coalizão Arco-Íris, seria assassinado, enquanto dormia, sedado por droga administrada por um informante do FBI.⁴¹⁷

⁴¹⁷ KATSIAFICAS, 1979.

Mais próximas ainda das organizações estudantis, estiveram as da nova esquerda. No início dos anos 1960, parece haver um súbito despertar desta corrente, partindo dos estudantes.⁴¹⁸ Segundo Cantor, esses jovens radicais não vinham de más condições econômicas. Eram em sua maioria brancos, com boa formação escolar, vivendo nos subúrbios das classes médias, com pais, em geral, de opinião política de centro-esquerda. Contudo, a radicalização não se deu em casa, e sim no *campus* universitário. A nova esquerda “é um genuíno movimento juvenil, majoritariamente de brancos graduandos”.⁴¹⁹

Bastante heterogênea ideologicamente, entretanto, pareceu assumir, nos Estados Unidos, algumas posições típicas: não tinham fé na Revolução de Outubro, combinaria vários sistemas radicais com um vago utopismo, inclinava-se mais ao intuitivo e ao emocional, possuía intensa subjetividade, preocupação com questões privadas, certa repulsão à teoria, atração pelo misticismo e forte apelo à solidariedade geracional. Os grupos das novas esquerdas americanas testaram novas formas de *populismo*: tentaram relacionar-se diretamente com populações dos bairros pobres, sem a mediação dos operários, propuseram organizar os pobres de raça branca, tentaram identificar-se com o *lupemproletariado*, participaram dos protestos dos negros e dos projetos sociais pelos direitos civis etc. Em outros momentos, afastaram-se do populismo e pregaram até um elitismo estudantil mais puro. Na opinião de Tom Hayden, um dos líderes do *Students for a Democratic Society* (SDS, Estudantes por uma Sociedade Democrática), o *movimento* (denominação genérica para as organizações da nova esquerda estudantil) deveria buscar aliados para construir a revolução onde estes se apresentavam, e não onde a teoria, o *dogma*, dizia haver. O pragmatismo dessas novas esquerdas – aliás, influência das próprias tradições culturais americanas – as fizeram abandonar logo a teoria da luta

⁴¹⁸ Em 1962, contabilizavam-se, no mínimo, 29 novos periódicos políticos esquerdistas entre os estudantes (FEUER, 1971).

⁴¹⁹ CANTOR, 1978, p. 185.

de classes, tão cara ao marxismo das velhas esquerdas. Um abandono consciente, que não se viu, na mesma medida, em outras novas esquerdas do mundo.⁴²⁰

Em Berkeley, no ano de 1964 surgiu um grupo de ativistas denominado *radicais não-ideológicos*, que também fazia parte do SDS. Eles se recusavam a adotar qualquer ideologia e a sistematizar sua visão político-social. No máximo, identificavam suas opiniões em meio a termos como *direitos civis e Vietnã*.⁴²¹ A nova esquerda americana, na verdade, até por seu pragmatismo ideológico (que reforça ainda mais a relação experimental com a ideologia), foi uma das mais múltiplas e inclusivas daquela década:

A inclusividade da Nova Esquerda é uma de mais extraordinárias características dela. Ela poderia compreender anarquistas, estudantes anti-guerra, resistentes à convocação, dissidentes das Forças Armadas, intelectuais de inclinação radical, liberais, libertários, socialistas, jovens profissionais, católicos apóstatas, sindicalistas, discípulos de R. D. Laing, indivíduos em busca de personalismo, a primeira geração de mulheres liberadas, desertores da escola secundária, brilhantes estudantes graduados e um crescente número de nacionalistas negros. Poderia engajar o SDS, SNCC, grupos *ad hoc* como o *Free Speech Movement* (FSM) e o sucessor *Vietnam Day Committee* (VDC), o *Mississippi Freedom Democratic Party* (MFDP), bem como idealistas sociais de Vista e corporações pela paz. Poderia atrair niilistas do *campus* da Universidade de Columbia, membros de organizações religiosas anti-guerra ou radicais como a *National Mobilization, Vietnam Summer* (1967), o *Moratorium* (1969), *Clergymen Concerned*, e *Women's Strike for Peace*. Esta coalizão esquerdista-liberal era bem-vinda em faculdades, escolas secundárias e colegiais e em candidatos a doutorado.⁴²²

⁴²⁰ FARBER, 1994.

⁴²¹ DRAPER, 1965.

⁴²² CANTOR, 1978, p. 193.

Nesse terreno relativamente livre às novas ideologias, muitas experiências e propostas seriam feitas. Entre elas, o movimento YIP, as ações ampliadas contra a Guerra do Vietnã, a radicalização e elogio da violência e as até estratégias de crescimento da *velha esquerda* no interior da nova esquerda estudantil. Na verdade, grupos estudantis representando instituições da velha esquerda americana, como o partido comunista e o *Progressive Labor* (Trabalhismo Progressista), tiveram atuação importante no interior das novas esquerdas. Destacaram-se os estudantes filiados ao *Progressive Labor*, que aceitavam a teoria da luta de classes marxista, filiavam-se às lutas por demandas imediatas das classes trabalhadoras, mas criticavam os comunistas como *revisionistas*. Bem-vestidos, opostos aos comportamentos libertários e críticos da contracultura, acabariam controlando a direção nacional do SDS, em 1969, quando já haviam se aproximado bastante do maoísmo dogmático.⁴²³

Aliás, o mais influente grupo da nova esquerda dos Estados Unidos foi o SDS, que passaria por todas as fases de ascensão e decadência dos movimentos estudantis daquela década, mas seria incapaz de acompanhar a greve estudantil de 1970. Ele viveria todas as intensas experimentações ideológicas, comportamentais e práticas das novas esquerdas na época, mas, depois de advogar cada vez mais o recurso à violência, viu-se controlado pelos jovens ortodoxos do *Progressive Labor*.

Em 1962, o SDS era apenas um dos grupúsculos da nova esquerda em ascensão e, apenas três anos depois, tendo organizado a primeira passeata importante contra a Guerra do Vietnã, ganhou destaque. Seu Manifesto de Port Harum, de 1965, é considerado o documento da *fundação* da nova esquerda estadunidense. Um dos principais redatores, Tom Hayden, influenciado por C. Wright Mills, criticava fortemente a sociedade americana, mas não se dirigia nem à classe operária nem aos pobres, e sim aos estudantes universitários brancos e de classe

⁴²³ Ibid.

média. Não tratava a pobreza em si ou da exploração econômica, mas sim da apatia social. Falava também de racismo, Guerra Fria, grandes negócios e sindicatos, sempre sugerindo respostas – algumas simplesmente reformistas, como a expansão do sistema de bem-estar-social, outras nem tanto, como a refundação da prática democrática e a renovação do comunitarismo.⁴²⁴

Essencialmente, o documento fundava uma concepção de democracia participativa e direta, ideia que seria fundamental à nova esquerda na época, não apenas nos Estados Unidos. Além disto, era idealista, pregava um forte senso de responsabilidade moral, valores antiburocráticos, antielitistas, românticos, comunitaristas e pacifistas. Baseando-se em propostas como essas, Charles Reich – carismático professor universitário americano – publicaria, tempos depois, uma obra considerando o ímpeto juvenil como um *renascer da América*, um redespertar dos valores originais de democracia, liberdade e comunidade que motivara os fundadores da nação americana.⁴²⁵

Em 1968, o SDS era, sem dúvida, a maior e mais organizada corrente da nova esquerda estudantil, presente em todos os principais *campi* do país. Mas, apesar do sucesso de suas ações contra a guerra e de sua participação ativa entre os estudantes, tornou-se cada vez mais fracionada. Em seu interior abrigava um amplo leque de atitudes e tendências, do esquerdismo ortodoxo aos *radicais não-ideológicos*, incluindo até mesmo grupelhos propensos à guerrilha. Recebeu múltiplas influências que o fizeram aproximar da defesa da violência, como o foquismo, o mito de Che Guevara e Frantz Fanon. Ao mesmo tempo, o *Progressive Labor* infiltrara-se cada vez mais nele e procurava impor o maoísmo estrito, cabelos curtos, mentalidade antidroga e a revolução proletária. Na mesma medida, o SDS oscilava na eleição do grupo revolucionário predominante: massa estudantil, negros, pobres, operários, povos do Terceiro Mundo ou indecisas

⁴²⁴ Apud FARBER, 1994, p. 76-77.

⁴²⁵ REICH, 1971.

combinações entre todos eles. Com o passar do tempo, cada grupelho no interior da entidade identificaria seu próprio setor revolucionário, tentando constituir a partir de si uma esquerda mais organizada. Um ano depois, o *Progressive Labor* detinha a maioria dos delegados na Convenção Nacional do SDS: era exatamente o *partido* estudantil que condenava a contracultura juvenil e a tese do *poder estudantil* e considerava *reacionárias* as mobilizações nacionalistas, do Terceiro Mundo, das feministas e dos negros.⁴²⁶ A guerra entre as facções do SDS faria com que uma greve estudantil, convocada por ele em 1969, fracassasse, e a própria entidade perdesse toda a sua força.⁴²⁷

No entanto, os movimentos estudantis nos Estados Unidos tiveram alguns momentos a serem destacados: as revoltas em Berkeley (sobretudo em 1964, 1965 e 1969), a Marcha sobre o Pentágono (em 1967, composta não apenas pelos estudantes), a ocupação da Universidade de Columbia (um ano depois), os conflitos durante a Convenção Democrata em Chicago (também em 1968, outro evento com bases amplas) e a greve geral estudantil (em maio de 1970). Uma apresentação acerca desses eventos é bastante relevante aqui.⁴²⁸

Os anos entre 1967 e 1970 foram bastante importantes para os protestos antiguerra e as mobilizações estudantis nos Estados Unidos. Houve, segundo estimativas conservadoras, 136 confrontações em *campi* no ano letivo de 1967-1968, 272 em 1968-1969, 388 entre setembro de 1969 e abril de 1970 e 508 apenas em maio desse último ano. O FBI listou um total de 1785 manifestações estudantis no ano letivo de 1969-1970, incluindo a ocupação de 313 prédios.⁴²⁹

O auge dos protestos juvenis contra a Guerra do Vietnã se daria em 21 e 22 de outubro de 1967, quando o Mobe promoveu assembléias no Lincoln Memorial e uma famosa passeata até o

⁴²⁶ CANTOR, 1978.

⁴²⁷ KATSIAFICAS, 1987.

⁴²⁸ Tomo por base especialmente KATSIAFICAS, 1987; FARBER, 1994; CANTOR, 1978.

⁴²⁹ KATSIAFICAS, 1987.

Pentágono, em Washington. O Mobe encenava sua primeira tentativa de uma estratégica *multitática*, acatando a participação de todos os estilos de protesto. Cerca de 100 mil pessoas ouviram, no Lincoln Memorial, oradores antiguerra mais velhos e moderados e fizeram um minuto de silêncio em memória de Che Guevara. No final do comício do dia 21, vários grupos moderados se dispersaram, mas uma grande multidão marchou em direção ao Pentágono. Chegando ao *quartel-general* das Forças Armadas americanas, alguns estudantes do SDS avançaram e ficaram face a face com as tropas alinhadas com baionetas. Muitos outros juntaram-se a eles, alguns colocando flores no cano das armas dos soldados, outros tentando dialogar com as tropas. Um contingente *hippie* procurou fazer uma corrente espiritual com o objetivo de levantar o Pentágono e exorcizar os maus espíritos. Muitos se mantiveram em frente ao edifício, mas, durante a noite, os policiais federais atacaram com gás lacrimogêneo. Mesmo assim, outros milhares de pessoas retornaram no dia seguinte. No total, mais de 800 foram presas.⁴³⁰

No final de abril de 1968, entre as manifestações contra a Guerra do Vietnã, em consequência do impacto da Ofensiva do Tet, destacaram-se uma passeata com 100 mil pessoas em Nova York e uma assembléia com 20 mil presentes em São Francisco, no dia 27. Mais de mil universidades e escolas de Ensino Médio (*high schools*) participaram da greve estudantil nacional de 26 de abril, com cerca de 1 milhão de estudantes faltando às aulas. Em Cornell, Boston, Ohio, Berkeley e Columbia, eles também tomaram as universidades. A ocupação da Universidade de Columbia, em Nova York, chegou a fazer Tom Hayden, militante do SDS e líder do Mobe, expressar o desejo de criar “duas, três, muitas Columbias” (plagiando Che Guevara). Estado, movimentos dos negros, correntes antiguerra e, agora, de estudantes, observavam cada vez mais os seus líderes evocando a retórica da violência.

⁴³⁰ FARBER, 1994.

Em 23 de abril, foram ocupados cinco edifícios da Universidade de Columbia e mantido o reitor como refém, por algumas horas. Protestava-se contra os vínculos mantidos entre a universidade e uma instituição militar, bem como contra práticas racistas em relação à comunidade negra do Harlem. Procurava-se, assim, integrar temas específicas e globais: colaboração da universidade com uma entidade militar e Guerra do Vietnã, segregação racial num ginásio da vizinhança e a questão negra nos Estados Unidos. Do mesmo modo, as táticas guerrilheiras afamadas pelas esquerdas revolucionárias, pelos terceiro-mundismos e pelo movimento *Black Power* pareciam estar sendo aplicadas na ocupação militarizada dos prédios da universidade, em grande parte formada pelo cada vez mais radicalizado membros do SDS.

Na noite de 30 de abril, depois de uma semana de ocupação, mil policiais invadiram a universidade a pedido das autoridades acadêmicas. Num dos edifícios, houve violento confronto, com 109 feridos (17 deles policiais) e 20 presos. No dia seguinte, os estudantes convocaram uma greve. Logo, tanques do Departamento de Polícia de Nova York cercaram o *campus* e os alunos responderam agressivamente. Ao final do confronto, que durou algumas horas, 150 pessoas estavam seriamente feridas e 700 foram presas. O *espetáculo* de violência havia sido transmitido pela televisão. Em solidariedade e sob inspiração de Columbia, na Universidade de Ohio, dias depois, repetiu-se a estratégia de ocupação, conservando quatro membros da direção universitária como reféns. Estava lançada oficialmente a tática da ocupação das unidades estudantis, amplamente repetida nos meses seguintes mundo afora.

A Convenção Democrata em Chicago, em agosto, que iria decidir o próximo candidato do partido às eleições presidenciais, parecia a ocasião ideal para os militantes estudantis e juvenis do Mobe e dos *yippies* fazerem com que os movimentos sociais em ebulição interferissem diretamente nos rumos da política americana. A idéia era atrapalhar os planos de reeleição de Lyndon Johnson (que insistia em manter os Estados Unidos no conflito do

Vietnã). Foram inúmeros os incidentes com a polícia e a Guarda Nacional, naquela cidade, desde o dia 22, antes mesmo do início do festival *yippie* e dos protestos convocados pelo Mobe. Na noite e madrugada de 27 de agosto, após o ataque e dissolução de uma passeata do Mobe, novas brutalidades policiais aconteceram no Lincol Park: menina e mulheres molestadas sexualmente por cassetetes dos policiais, ofensas, humilhações, casal atirado na lagoa, pastor com crânio fraturado por golpe, ataques a repórteres e fotógrafos que registravam a violência, prisão de um jornalista negro, pelo menos 80 pessoas com sérios ferimentos na cabeça e cerca de 70 presos. Depois do final do combate, um grupo de uma dúzia de policiais passou a atirar e quebrar janelas e automóveis, no bairro próximo ao parque.

Dois dias depois, à tarde, entre 10 e 15 mil pessoas se reuniram no Grand Park. A multidão continha muitos dos membros dos grupos mais moderados antiguerra, vindos a Chicago apenas para o ato daquele dia. Vários dos participantes dos conflitos anteriores chegaram armados com pedras, pedaços de concreto, sacos com urina ou outros líquidos cáusticos. Alguns dos discursos foram muito violentos, como o de Jerry Rubin, conclamando e esperando novos combates noturnos contra as tropas. Logo, a polícia, querendo proteger um mastro com a bandeira americana, atacou dezenas de manifestantes com seus cassetetes, simplesmente por estarem perto da haste. Em seguida, retraiu-se e foi atacada de novo com pedras, comida e outros objetos. Líderes digladiavam-se pelo controle da multidão, incitando o ataque ou pedindo calma. Os discursos que se seguiram foram violentos e vingativos: “Nós já vimos isto em Saigon, nós já vimos isto na Bolívia, no Peru, na África do Sul, nós precisamos não mais ter ilusões agora. Há uma luta acontecendo (...) Nós entendemos que nada menos que uma luta pode garantir nossa sobrevivência”.⁴³¹

⁴³¹ Carl OGLSEBY, ex-presidente do SDS, apud FARBER, 1994, p. 196.

Os policiais acabariam investindo contra os protestantes, que, fugindo desesperadamente, encontravam outras barreiras de guardas nacionais. Além de gás lacrimogêneo, até mesmo baionetas e tiros de metralhadoras foram usados contra a multidão em fuga. A confusão continuou à noite, quando foi dada a ordem de evacuar as ruas. Por instantes, muitos ativistas começam a retirar-se pacificamente, mas alguns policiais perderam o controle e, em questão de minutos, centenas de pessoas – boa parte delas apenas espectadores ou pacifistas – terminariam feridas e ensanguentadas. Os policiais haviam saído do controle dos seus próprios chefes e alguns policiais também se viram cercados e feridos. Tudo era filmado pelas câmaras de televisão, inclusive os ataques aos que apenas assistiam, inclusive os repórteres. A repressão chegou a invadir a Convenção Democrata, com alguns jornalistas arrancados à força.

Enquanto isso, na convenção, McCarthy perdia para Hubert Humphrey, o candidato pró-guerra (já que Lyndon Johnson havia renunciado a sua candidatura). Ainda haveria alguns atos, inclusive com a participação de delegados antiguerra frustrados na convenção. Na militância juvenil universitária e antiguerra, a derrota nas ruas e na convenção seria lida de outro modo, como a vitória da opção pela organização mais apurada para novos enfrentamentos contra as forças da repressão. Estava legitimado o caminho da violência, que, para ela, seria tão necessário quanto correto: “O que nós ganhamos aqui é o crescimento na fruição de uma vanguarda de pessoas que estão experimentando a luta pela sua sobrevivência sob condições militares”.⁴³² Nas semanas seguintes, todo o país debateu sobre os episódios de Chicago, que fora assistidos pela televisão por quase 90 milhões de americanos, na noite de 29 de agosto. No ano seguinte, as autoridades, inspiradas por Richard Nixon (o presidente republicano eleito) e informadas por J. Edgar Hoover, do FBI, acusaram os líderes do Mobe, dos *yippies* e dos Panteras Negras de inspirar e promover

⁴³² Tom HAYDEN apud FARBER, 1994, p. 202.

tumultos. Vários seriam condenados a cinco anos de cadeia, num julgamento que motivaria novas mobilizações sociais.

A violência em Chicago e a verbalização de que os ativistas se dispunham a lutar de modo ainda mais enfático ajudaram a promover uma guinada conservadora na opinião da sociedade americana, agudizando os conflitos étnicos, a repressão aos movimentos sociais e os conflitos geracionais. Tal guinada consolidou-se a partir da vitória de Nixon, candidato republicano cuja plataforma girava em torno do “restabelecimento da ordem”, nas eleições presidenciais em novembro de 1968.

A reação conservadora se faria compreender também em 15 de maio de 1969, a *Quinta-feira Sangrenta*, dia em que a Guarda Nacional, convocada pelo Governador da Califórnia, Ronald Reagan, invadiu o Parque do Povo, em Berkeley. No início do ano, estudantes e voluntários haviam ocupado um terreno abandonado da Universidade de Berkeley e transformado-o num parque público, com jardins, *playgrounds*, fontes d’água e concertos de rock. Chamaram-no de *Parque do Povo*. Durante a invasão policial, os jovens tentaram resistir com paus e pedras, um deles foi morto e 128 tiveram que ser hospitalizados, em sua maioria, feridos à bala. O parque foi arrasado e transformado em estacionamento. Em poucos momentos como esse, ficou mais evidente o abismo que separava os melhores desejos dos rebeldes dos anos 1960 e as motivações mais atrozes dos reacionários, como atesta um documento distribuído pelos jovens de Berkeley: “Desafiaremos todas as restrições puritanas contrárias à cultura e ao sexo. Contaremos com meios de comunicação (...) para divulgar nossa comunidade revolucionária. Cessaremos com a poluição da Terra (...) Fundaremos comunas urbanas e rurais onde as pessoas possam encontrar expressão e comunicação”.⁴³³

Em 1970, nova leva de estudantes universitários faria ouvir o último grande ato da onda mundial de revoltas juvenis.⁴³⁴ Em

⁴³³ Apud MUGGIATI, 1984, p. 138.

⁴³⁴ Cf. KATSIAFICAS, 1987, cap. 4.

números absolutos, parece ter sido a maior mobilização de jovens na história dessa onda mundial: mais de 4 milhões de universitários e secundaristas realizaram uma greve geral em maio. Katsiaficas indica que se repetira novamente o *efeito eros*, observado pela primeira vez depois da Ofensiva do Tet, dois anos antes. A causa do efeito teria sido a invasão dos Estados Unidos ao Camboja, que demonstrava a não-disposição do governo americano de sair do confronto e, pior, ampliava a dimensão da guerra no Sudeste Asiático. Mas enquanto a Ofensiva Tet colocou em ação um ciclo das revoltas juvenis em todo o mundo, o impacto da invasão do Camboja limitou-se aos Estados Unidos. Geravam-se os últimos e fulgurantes frutos da rebelião juvenil, justamente naquele país tido como o grande inimigo pelos terceiro-mundismos e pelas novas esquerdas. Na esteira da violência no Vietnã, a repressão às ocupações de unidades escolares e à greve geral mostrou-se incisiva. Foram muitos os confrontos e as violências nos *campi*, especialmente em Kent State e Jackson State, onde seis estudantes foram mortos.

A paralisação de 1970 uniu aqueles que, em primeiro lugar, recusavam-se a servir as Forças Armadas no Vietnã, que se irmanaram também com militantes pela libertação negra e receberiam grande ajuda de docentes e funcionários das unidades estudantis. Aconteceriam, além disso, algumas greves de trabalhadores, estimulou-se o crescimento dos movimentos feminista, de minorias étnicas e até de sulistas rurais. Esse processo indicou também o decréscimo das lideranças da nova esquerda americana, como os esvaziados SDS e Mobe. Apenas os Panteras Negras pareciam merecer credibilidade, mesmo sob intensa perseguição. Depois do exílio de Eldridge Cleaver e a prisão de Huey Newton e Bobby Seale, restava apenas David Hilliard como importante líder do grupo em ação. Mas ele seria preso em abril. A demanda pela sua libertação e a de outros Panteras Negras também faria parte dos objetivos da greve geral no mês seguinte. De certa maneira, e a irrupção da paralisação é prova, a mobilização revelou-se em boa parte espontânea, não

contando com líderes nacionais – inclusive pelo eclipse das principais esquerdas estudantis dos anos 1960.

Em meados de maio já havia cerca de 500 *colleges* e universidades parados e, no fim do mês, cerca de um terço dos 2.827 institutos de educação superior. Em 80% destes houve ao menos protestos e metade dos 8 milhões de estudantes participou das paralisações. Durante o mês de maio, mais de 11 mil cartões de convocação foram devolvidos ao Serviço de Seleção das Forças Armadas. Também agiram comandos terroristas saídos das novas esquerdas. Foram queimados ou alvejados com bombas trinta prédios do *Reserve Officer Training Corps* (ROTC, *Corpos de Treinamento para Oficiais de Reserva*, instalados em muitos dos *campi*, com a finalidade de dar instrução militar como parte corrente dos currículos); e explodidas 27 bombas incendiárias na Universidade de Wisconsin, em Madison, além de outros 169 incidentes, 95 apenas dentro dos *campi*.

Cerca de 100 pessoas foram mortas ou feridas por armas das forças de repressão. Em Kent State, em 4 de maio, quatro estudantes terminaram mortos e dez feridos. Dez dias mais tarde, na Jackson State, dois jovens morreram e dez acabaram feridos. Num confronto em Augusta, Geórgia, seis negros foram mortos e 20 feridos. Onze estudantes foram feridos à baioneta, na Universidade do Novo México, 20 a bala, em Ohio State e 12 em Buffalo. Por volta de 2 mil pessoas foram presas nas duas primeiras semanas daquele mês. Os governos de Ohio, Kentucky e Carolina do Sul declararam estado de emergência em todos os seus *campi*. A Guarda nacional agiu em 24 ocasiões, em 21 universidades de 16 Estados. Entre 15 de abril e 19 de maio, mais de 35 mil guardas nacionais foram envolvidos e, pela primeira vez, ocuparam universidades.

VII. Contraculturas e Movimentos Estudantis

As contraculturas tiveram seu desenvolvimento mais evidente no Primeiro Mundo, particularmente nos Estados Unidos. No entanto, seus valores, criações e práticas espalharam-se logo para a Europa e o Terceiro Mundo, inclusive no Brasil, não necessariamente em conjunção com os produtos mais bem disciplinados criados pela indústria cultural.

Concebe-se aqui *contracultura* num sentido mais amplo que o de tendência *hippie*. Os *hippies* inserem-se também nesta modalidade de ação sociocultural. Mas no seio das contraculturas pode ser considerada uma série de outras experiências comportamentais de indivíduos e grupos, correntes artísticas e culturais de vanguarda, novas modalidades filosóficas, religiosas e místicas, experimentações com drogas e estados alterados da consciência, discussões e contestações cotidianas a respeito de valores, normas, tradições etc.

Apesar de seu caráter muito amplo e heterogêneo, as contraculturas foram a outra grande fonte de influências para os jovens dos anos 1960, ao lado dos terceiro-mundismos e das novas esquerdas. Na verdade, muitas delas eram mesmo parte integrante dessas mobilizações juvenis, seja nas específicas, como a dos *hippies*, seja na sua integração ao dia a dia de muitos dos estudantes rebelados. Quase todos os movimentos da onda mundial têm em comum a aspiração à libertação dos comportamentos.

Exceção a esse espírito parece ter sido a Revolução Cultural na China, justamente aquela que pregava uma revolução nas relações sociais. Trata-se de nova dimensão contraditória daquela tida como uma das mais influentes mobilizações juvenis daqueles tempos. Mas denuncia também uma contradição mais geral: a

convivência tensa entre libertação dos valores e ideologias esquerdistas por vezes dogmáticas.

Roszac descreveu a contracultura como uma espécie de cruzada medieval, procissão vagarosa e heterogênea, na qual seus participantes se se juntavam a ela e a abandonavam no meio do caminho. Mas um dos seus fulcros, justamente a sua principal referência positiva para o questionamento sociocultural, foi a denúncia dos limites da racionalidade. A contracultura trazia escancarada, para os que a conseguiram enxergar com mais acuidade, a mensagem da imprescindibilidade de realizar a subversão da cosmovisão científica e da concepção de consciência cerebral e egocêntrica: “Em seu lugar é preciso que surja uma nova cultura na qual as capacidades não-intelectivas da personalidade – aquelas capacidades acionadas pelo esplendor visionário e pela experiência da comunhão humana – tornem-se os árbitros do bem, da verdade e da beleza”.⁴³⁵

Certamente, não foi a primeira contestação anti-racionalista do mundo moderno. Entretanto, como afirma Roszac, nunca um protesto desse tipo esteve tão perto do núcleo da civilização moderna: os membros das contraculturas eram justamente os jovens de classe média. Eram inúmeros os pensadores, as tradições e as correntes de natureza crítica, experimentalista, artística, anti-racional, irracional, mística, esotérica, religiosa ou psicodélica que informavam os jovens membros das contraculturas. Foram vários os caminhos apresentados: arte vanguardista, música jovem autônoma, misticismos, prazer sexual, drogas psicodélicas etc.

Ainda para Roszac, a contracultura poderia, potencialmente, transcender de forma consequente a cultura *tecnocrática* dominante, ao agredir a realidade do ego como unidade isolada e apenas cerebral. Mas, lamenta esse autor, o que poderia ser positivo se transformara, em grande parte, numa arriscada jornada em que jovens mal preparados se afundavam no vício, no egocentrismo e

⁴³⁵ ROSZAC, 1972, p. 62.

na inconsistência: “Como garantir que a exploração dos poderes não-intelectuais não degenerará num niilismo maníaco?”.⁴³⁶ Projetos de reforma ou superação da racionalidade moderna estavam nelas contidos e, pelo contato consciente ou não, estenderam-se às novas esquerdas e aos movimentos estudantis. Muitos lastimam os descaminhos dos jovens *hippies*, a derrocada das experiências psicodélicas em vício e tráfico de drogas e a absorção das inovações artísticas e culturais pela indústria cultural e pela *sociedade de consumo*. Outros, ao mesmo tempo em que reconhecem isso, ainda afirmam que, ao menos, a contracultura foi hostil ao *ethos* dominante de consumismo, materialismo e sucesso pessoal, “um repúdio do dinheiro, trabalho, carreira, casamento”.⁴³⁷ E ainda, outros até a glorificam: “Para o bem, para o melhor possível, a Contracultura dos anos 60 provavelmente abriu mais mentes e elevou mais cérebros a dimensões espirituais do que qualquer outra instituição da história”.⁴³⁸

Quando se tentam identificar os locais onde ela e as novas esquerdas teriam se desenvolvido, encontra-se em larga escala uma sobreposição, que revela a própria dificuldade de traçar uma linha separatória entre os dois fenômenos. Tal dificuldade aparece principalmente nos Estados Unidos e quando se trata de identificar as criações culturais e ideológicas alternativas nos *campi* universitários.

Nesse país, outros territórios, além dos *campi*, serviram de sede às contraculturas ou, como preferem alguns, da *cultura crítica* dos anos 1960. Já na década anterior surgiram locais repletos de experiências culturais alternativas, no interior de bairros de baixa renda das grandes cidades, “capazes de incubar livrarias, estúdios de arte e grupos de dança modernos, teatros experimentais, espaços para *jazz*, música popular e performance e também aqueles clubes, cafés, lojas de música e cabarés surrados que alimentaram Lenny Bruce, Nichols May, Woody Allen e Bob

⁴³⁶ Ibid., p. 83-84.

⁴³⁷ CANTOR, 1978, p. 184.

⁴³⁸ LEARY, 1999, p. 505.

Dylan".⁴³⁹ No final dos anos 1950, esses bairros e *territórios experimentais* receberam cada vez mais jovens. Pulularam artes e criações culturais, como os *beats*, a *folk music*, a *pop art*, subculturas de diversas matizes e, logo, os primeiros *hippies*. Somando-se a espaços como o West e East Village, em Nova York, muitos outros *territórios livres* ocupados pelas contraculturas e esquerdas juvenis iriam surgir, como o bairro Haight-Ashbury em São Francisco, Madison e Cambridge, nos Estados Unidos, além de Amsterdã, no período dos *provos*, Nottting Hill, em Londres, Kreuzberg, em Berlim, Nanterre, em Paris e, enfim, inúmeras escolas livres, comunas, casas de café coletivas e livrarias radicais.⁴⁴⁰

Seu principal centro irradiador e criador ou, pelo menos, sintetizador das suas fontes, foi os Estados Unidos. Em primeiro lugar, pelo fato de esse país, já nos anos 1950, ter aproximado perigosamente as juventudes, as artes e a contestação cultural, através do fenômeno do *rock and roll*. Foram também produzidos filmes B (estrelados pelos primeiros ídolos genuinamente juvenis da cultura de massa, como James Dean e Marlon Brando), realizados grandes bailes e *shows* e apresentados programas de rádio e até de televisão com os novos ídolos dessa música juvenil. Era um esboço de uma cultura autônoma e de um comportamento mais liberado em relação aos valores e à sexualidade. Um ensaio tímido e, ao mesmo tempo, uma revelação da relação entre juventude, arte e comportamento, incentivando desde o início a oscilação da cultura jovem entre os pólos da contestação e da indústria cultural. A cultura juvenil daquela época influenciou também a classe trabalhadora inglesa, além de ter certa presença entre outros jovens da Europa Ocidental.

Uma década e meia mais tarde, surgiram, em 1965, nos Estados Unidos, novos estilos de rock ligados intimamente às contraculturas e até com os movimentos estudantis, como o rock psicodélico, notadamente em São Francisco, onde mil grupos

⁴³⁹ BERMAN, Marshal. "Nostalgia dos anos 60", Folha de S. Paulo, 2/jul./2000, Caderno Mais, p. 17.

⁴⁴⁰ KATSIAFICAS, 1987.

tocavam. Criaram-se rádios independentes e revistas sobre o *San Francisco Sound*, fenômeno que logo se espalharia para muitas outras cidades americanas. Festivais de rock em São Francisco, com bandas locais, reuniam, desde então, dezenas de milhares de pessoas. Em junho de 1967, foi organizado, também nessa cidade, o Festival de Monterrey, que esperava reunir 7 mil jovens, mas acabaram vindo 50 mil, a maioria *hippies* e sem ingresso, para ouvir, além de grupos ingleses, os conjuntos da Califórnia e o músico indiano Ravi Shankar, apresentando-se com cítara e instrumentos hindus.

O festival de Woodstock, em 1969, marcou o auge do rock dessa época e dos *hippies*, reunindo centenas de milhares de pessoas, durante três dias de *shows*. No filme *Woodstock*, o organizador do evento, Mike Lang, diria que “nunca a música teve um envolvimento social como o que tem hoje”.⁴⁴¹ Tão marcante quanto a presença e a criatividade da massa de jovens em Woodstock, talvez tenha sido apenas a interpretação do hino dos Estados Unidos (*The Star-Spangled Banner*) por Jimi Hendrix: de sua guitarra e amplificadores saíram ruídos evocando explosões das bombas, granadas, metralhadoras, sons de jato e helicópteros que faziam a Guerra do Vietnã.

Ainda no terreno da música, destacou-se a *folk music* nos Estados Unidos. Ela surgiu no final dos anos 1950, com a recuperação das propostas de artistas esquerdistas que realizaram canções *folk* nas décadas anteriores, como Woody Guthrie e Pete Seeger. Merecem destaque, Peter, Paul and Mary, Joan Baez e Bob Dylan. O auge da *folk music* se deu no início da década de 1960. Enquanto Baez participava ativamente da mobilização estudantil de Berkeley, em 1964, Bob Dylan ainda compunha canções em que se destacavam as letras com conteúdos politizados, cantadas em ritmos simples e populares, com instrumentos acústicos – proposta análoga à da canção de protesto brasileira, da mesma época.

⁴⁴¹ MUGGIATI, 1984, p. 101.

Tão ou mais importante que o rock e a *folk music* para as contraculturas foram os *beats*. Porém, esses poetas, exceto por Allen Ginsberg, não participaram ativamente delas, na segunda metade dos anos 1960. Suas principais influências e mensagens se formaram na década anterior. Eles eram ativos tanto no campo literário quanto comportamental, dizendo buscar a purificação espiritual, a *beatitude* (daí, em parte, o termo *beat*), com influência de religiões e esoterismos orientais (como o budismo e o zen) e com estilo de vida aventureiro e nômade que se desejava oposto ao estilo de vida americano. Suas obras citam a vida das minorias marginais, raciais e culturais, bem como suas próprias experiências com drogas alucinógenas. Eles também pregavam (e praticavam) a liberdade sexual, rejeitavam qualquer padrão literário e introduziram modos informais de poesia e prosa, criando uma literatura intuitiva no relato de suas experiências pessoais. Entre eles, merecem destaque nomes como Nel Cassady, Jack Kerouac, William Burroughs e Allen Ginsberg. Esse último, liderança da contracultura naqueles tempos, realizaria, na década de 1950 o mais famoso poema beat, *Howl (Uivo)*, que retoma Moloch (deus semita cuja estátua era uma fornalha alimentada por crianças sacrificadas) como um símbolo da modernidade avassaladora, da sociedade de consumo e do materialismo.

Ainda próximo das contraculturas dos anos 1960, surgiram, inicialmente nos Estados Unidos, grupos teatrais que realizavam performances sobre temas cotidianos e políticos, de maneira provocativa e até absurda, muitas vezes em locais inusitados, tentando chamar a atenção da multidão, que, muitas vezes, não sabia se tratar apenas de uma encenação. Em 1962, membros da San Francisco Mime Troupe criaram o *teatro do absurdo*, apresentando obras político-pornográficas. Já o *teatro de guerrilha* teria sido criado por uma comunidade de artistas-hippies, os *diggers*, remanescentes dos *pranksters*, comunidade nômade formada em torno de Ken Kesey (romancista americano considerado, por muitos, o “pai” do movimento hippie). Os *diggers* inspirariam polêmicas incursões ao público das ruas, para

denunciar a Guerra do Vietnã ou o materialismo e a alienação promovidos pelo *sistema*.⁴⁴²

1. Movimento hippie

É difícil apontar exatamente o momento em que a ebulição de juventudes americanas em busca de novas formas de comportamento, cultura e experiências sensoriais passou da fase mais restrita, dos chamados *beatniks*, a tendência mais ampliada dos *hippies*. Talvez o local em que esta transição se deu de modo mais forte, apesar do folclorismo que o ronda, tenha sido o bairro de Haight-Ashbury, em São Francisco. Haight-Ashbury era um velho gueto negro transformado, por jovens artistas e artesãos invasores, num bairro *hippie*, no início dos anos 1960, redecorado “com cores psicodélicas, incenso e patchuli, roupas e jóias orientais, sexo e rock”.⁴⁴³

Tribos *hippies* se multiplicavam e esboçaram uma organização. Em janeiro de 1967, *hippies* de São Francisco organizaram uma reunião de tribos, no Golden Gate Park, para o *World's First Human Be-In*, reunindo vários gurus da contracultura e 20 mil participantes. Preparava-se o Verão do Amor, que reunira 100 mil jovens naquela cidade. Várias áreas do bairro Haight-Ashbury foram liberadas para os sacos de dormir e tomadas pelos jovens *hippies*. O Verão do Amor fora planejado pelo artista ativista Michael Bowen e organizado junto com outras figuras importantes da cena *hippie*. A partir de então, São Francisco ganhava fama internacional como sua capital mundial.

Uma imprensa alternativa *hippie* crescia na Califórnia, destacando-se revistas como *Berkeley Barb*, *Los Angeles Free Press* e *Rolling Stone*. Anúncios nesses semanários *underground* demonstram também o crescimento de uma economia *hip* local, com novas mercadorias *contraculturais*: roupas, espetáculos

⁴⁴² KATSIAFICAS, 1987, p. 146.

⁴⁴³ MUGGIATI, 1984, p. 104.

luminosos, música rock, luzes eletrônicas, jóias, botões de lapela, guizos, colares de conta, óculos para luz negra, cachimbos para drogas etc. Segundo Roszac, temáticas *hippies* e um mercado alternativo emergente se irmanavam nos artigos das revistas: drogas, misticismos, esoterismos, pornografia etc.⁴⁴⁴ Dados sobre os Estados Unidos indicam que, de cinco jornais e cerca de 50 mil leitores, em 1966, o número saltaria para 200 títulos (representados pelo Sindicato de Imprensa *Underground*) e 6 milhões de leitores, no verão de 1970. Nas *high schools*, mais de 500 publicações *underground* eram produzidos. Também seria criado o *Liberation News Service*, que espalharia informações sobre as contraculturas para todo o mundo e, em 1969, chegou a distribuir 30 mil cópias de uma publicação dos Panteras Negras.⁴⁴⁵

Também a grande mídia logo descobriu este fenômeno juvenil e, paradoxalmente, ajudou a espalhar o estilo *hippie* pelo país e pelo mundo, ao mesmo tempo em que o transformava em algo mais exótico – a revista *Time* publicaria reportagem de capa sobre os *hippies* em julho de 1967.⁴⁴⁶ A mídia, mas também o sucesso do Verão do Amor, ajudaram a propagar a idéia de formar comunidades *hippies* a jovens de todos os Estados Unidos e até do planeta. Ao lado das comunas em cidades e regiões rurais, experimentavam-se novas formas de vida e ensino, com escolas livres, cooperativas de alimentos, livrarias coletivas e a imprensa *underground*.

Algumas comunidades propunham uma vida sem paredes ou fechaduras, em que todos eram bem-vindos e, sem a necessidade de recepção formal, poderiam chegar e desfrutar de espaço para pouso, comida e até drogas. Poderiam participar de orgias episódicas, meditações por longas horas ou simplesmente ouvir música. Sem chefes, lideranças ou funções formais, esse tipo de comuna se perpetuava, porque havia sempre alguém propondo dar-lhe sequência. Outros se cansavam da excessiva visibilidade da vida cotidiana e até engajavam-se em outros tipos

⁴⁴⁴ ROSZAC, 1972.

⁴⁴⁵ KATSIAFICAS, 1987.

⁴⁴⁶ MUGGIATI, 1984, p. 132.

de comunidades, menos parecidas com hordas desregradas, e mais com famílias que tentavam sobreviver com uma pequena agricultura ou outra espécie de trabalho coletivo. Porém, em muitos casos, a situação era de pobreza e até miséria.⁴⁴⁷ Em 1970, havia cerca de 2 mil comunidades rurais nos Estados Unidos, além de várias urbanas e, na Grã-Bretanha, aproximadamente 50 comunidades mais sedimentadas. Existiam ainda grupos na maioria das grandes cidades européias, com destaque para Berlim. A presença deles foi mais forte entre 1965 e 1975.⁴⁴⁸

Uma dupla realidade da contestação juvenil parecia, então, desenhar-se no Primeiro Mundo, notadamente nos Estados Unidos: *hippies* levemente politizados ou apolíticos *versus* novas esquerdas estudantis. Curiosamente, nos *campi* estudantis essas duas modalidades se encontravam, ao passo que as ideologias novo-esquerdistas adentravam os territórios *livres* da cultura crítica americana. Um encontro quase espontâneo demonstraria uma unidade de fundo nessas duas modalidades, não apenas pelo fato, mais evidente e superficial, de ambas rejeitarem a Guerra no Vietnã, mas também porque eram as mesmas juventudes que adotavam, em diferentes níveis e combinações, as duas formas de protestos, unindo, na prática, revolução política e de comportamento. O grande momento desse encontro se daria em 21 de outubro de 1967, na já comentada Marcha ao Pentágono, em Washington. Seu episódio mais inesperado e marcante, mais até que as flores nos canos das armas e dos choques com forças de segurança, foi a iniciativa de curiosas figuras *hippies* que queriam levantar o Pentágono:

O Pentágono viu-se sitiado por um exército de heterogêneos manifestantes antibelicistas (...) o acontecimento magno do dia foi uma contribuição dos 'super-humanos': a exorcização do Pentágono por bruxos de longas cabeleiras que 'lançaram palavras poderosas de alva luz contra a estrutura demoníaca', na esperança

⁴⁴⁷ GARRIGÓ, 1970, p. 111.

⁴⁴⁸ WEBSTER, C. "Communes". In: HALL & JEFFERSON, 1982, p 127-134.

de fazer levitar aquele medonho zigurato. Não tiveram êxito (...) em fazer flutuar o Pentágono. Mas conseguiram marcar sua geração com um estilo político de originalidade tão autêntica que raia o extravagante.⁴⁴⁹

Diferentemente da maior parte das novas esquerdas, os *hippies* não eram populistas, ou seja, não sentiam a necessidade de fomentar uma revolução proletária ou de ser reconhecidos pelas classes populares. O principal tema político adotado por eles era o da alienação e da crítica ao *sistema*, isto é, às forças impessoais que controlavam suas vidas.⁴⁵⁰ Eles operaram uma fissura entre a revolução cultural e a concepção clássica das *lutas de classe*. Desse modo, apesar do seu engajamento em protestos antiguerras, da colaboração em *sit-ins*, e do tom levemente esquerdista dos seus *love-ins*⁴⁵¹ e festivais de rock, foram considerados apolíticos por muitos analistas, inclusive pelas esquerdas estudantis. Certamente, a sua despolitização iria aumentar bastante com o próprio crescimento do número de jovens que aderiram aos seus estilos de vida. O afastamento se daria também graças à crescente opção pela violência por parte das novas esquerdas e dos movimentos estudantis e étnicos.

A meu ver, os *hippies*, assim como as contraculturas de modo geral, continham um potencial de politização diferente daquela esboçada pelas outras tendências da onda mundial de revoltas. Mais do que qualquer outra, ela girava em torno de formas pacíficas e cotidianas da desconstrução das relações sociais existentes, substituídas por constantes experiências e sincretismos envolvendo novas maneiras de organização social (comunidades e nomadismo), novos tipos de relações interpessoais e sexuais, experimentação constante e eclética de drogas, misticismos,

⁴⁴⁹ ROSZAC, 1972, p. 131.

⁴⁵⁰ CANTOR, 1978.

⁴⁵¹ Técnica de protesto comportamental em que, em vez de resistência pacífica (*sit-ins*) ou aulas públicas (*teach-ins*), os participantes trocam carícias ou praticam sexo mais ou menos publicamente.

religiosidades, esoterismos, filosofias e ideologias. Trazia, entretanto, riscos potenciais, também desenvolvidos em larga escala; entre eles, o da despolitização, mas também o da prática de comportamentos totalmente fechados no indivíduo e na busca de prazeres e estímulos intensos e imediatos. Tais riscos levaram vários jovens à mendicância, marginalidade, vício, doenças venéreas, fome, prisão ou a fuga errante pelo país e pelo *Oriente*.⁴⁵²

Naqueles anos, maconha e LSD generalizaram-se entre os jovens de classe média americanos, foram adotados por muitos jovens na Europa Ocidental e tornaram-se parte cada vez mais essencial dos estilos de vida adotados pelos *hippies* e por outros membros das contraculturas. A imprensa *underground* assumia, de forma exponencial, o culto às drogas.⁴⁵³ Os papas da contracultura acreditavam que tal atração dos jovens continha um fator positivo: maior abertura a novas experiências.⁴⁵⁴ Para Alan Watts, a busca das drogas revelava uma revolta juvenil contra o mundo construído pelos adultos, contra a realidade aparente alienadora e insensata. Theodore Roszac, por sua vez, criticaria tenazmente os rumos tomados, enfim, pelas contraculturas e pelos *hippies*, ao tornar a experiência psicodélica com drogas a principal e, em muitos casos, a única forma de exploração da consciência e da busca de novos compartimentos do espírito. Grande parcela dos jovens nas contraculturas rumava para a alienação e autodestruição. Roszac aponta também, já no início dos anos 1970, uma aproximação fatal entre contraculturas, criminalidade e tráfico de substâncias ilegais – a transformação da busca pela nova consciência num mercado dominado por interesses comerciais insensíveis e “uma desalentadora dependência de drogas”.⁴⁵⁵

Já no final dos anos 1960, os *hippies* e muitos outros jovens tornaram-se usuários de outras drogas com efeitos diferentes, como a euforizante cocaína, que, diversamente da maioria dos

⁴⁵² ROSZAC, 1972, p. 43-44.

⁴⁵³ *Ibid.*, p. 168.

⁴⁵⁴ LEARY, 1999, p. 88.

⁴⁵⁵ ROSZAC, 1972, p. 168.

alucinógenos, vicia perigosamente o usuário. O uso dessas novas drogas euforizantes ou *relaxantes* indica o encerramento de uma época em que o consumo delas era menos um vício ou uma fuga, e mais a possibilidade de uma experiência sensorial inovadora. A cocaína tornou-se a vedete dos anos 1970 – anos da desmobilização política das juventudes de classe média, no Primeiro Mundo, e do fim da era *hippie*, de imersão no individualismo consumista e do sucateamento e comercialização da cultura jovem. Ela efetua em seu usuário uma sensação (diferente do LSD) de poder e hedonismo absoluto, ao mesmo tempo em que radicaliza as características dos estilos de vida consumistas e hedonistas das sociedades contemporâneas. Ademais, acaba sendo uma fuga individual e desesperada desse mesmo mundo e com tendência a ocultar a criatividade e a expansividade dos indivíduos.

As contraculturas, assim como fizeram em relação às drogas, trouxeram à tona uma variedade inesperada de tradições religiosas, místicas, esotéricas, filosóficas e culturais, que, nas sociedades racionalistas construídas pela Revolução Industrial, se acreditavam eliminadas ou delimitadas ao *Oriente* simbólico. Nas revistas *hippies*, também se realizam o sincretismo religioso, místico e esotérico: imagens de Cristo e profetas, matérias sobre zen, sufismo, hinduísmo, xamanismo, teosofia, Tantra Canhoto, satanistas, neognósticos, pretensos *swamis*, desenhos de pílulas de LSD junto a um colar de signos indianos etc. Aqui, aliás, o sincretismo vai além do estritamente *espiritual*, pois as mesmas revistas tratavam de rock, festivais, eventos, drogas, sexualidade, pornografia, comportamento, valores e formação de comunidades, além da publicidade de um emergente mercado *hippie* e até discussões políticas.

Para Roszac, tal ecletismo místico-mágico, de caráter profanador e provocativo, originara-se dos *beats*. Os jovens, assim como os *beats* fizeram com o zen, adotaram uma visão simplificada e prazerosa das formas esotéricas. Aliás, o zen foi rapidamente incorporado pelos *hippies*. Logo, as contraculturas

partiram para um intenso sincretismo que, na opinião desse autor, tratava de modo leviano as diversas *tradições religiosas*.⁴⁵⁶ Da mesma maneira que aconteceu com as drogas, as contraculturas desviavam-se, de acordo com Roszac, das potencialidades de enriquecimento cultural no contato com tradições diferentes do secularismo ocidental.

De qualquer forma, elas ajudaram a abrir novas portas ao que havia de diferente em relação à cultura desencantada e racionalista. Porém, retornava o perigo de tratar o diverso como exótico, curiosidade e entretenimento, em que, nos limites do território cultural do “Outro”, todos os impulsos ao mistério, místico, sensorial e sensual eram permitidos levemente. Mas não apenas o “Outro” foi revirado à distância, em suas tradições místicas, religiosas e psicodélicas. A tradição dos pensadores inconformistas de viajar aos recônditos misteriosos do Leste transferiu-se também para uma crescente massa de jovens *hippies*, interessados em experiências místicas mais autênticas ou, simplesmente, em drogas baratas e liberalizadas. Abria-se a porta para o *Oriente* místico, e logo milhares de *turistas esotéricos* iniciavam sua corrida à *pedra filosofal*, legando “à Índia uma bizarra população flutuante ilegal de *hippies* mendicantes e uma inédita fauna local de ‘sacerdotes fundamentalistas caçadores de butim, barões da droga e homens santos de mantos cor de açafão que negociam armas’”.⁴⁵⁷

Ainda outro setor polêmico dos comportamentos humanos terminou revirado pelas contraculturas: a sexualidade. Novamente, elas pareceram seguir de modo criativo os rastros deixados por importantes estudiosos da sexualidade, sobretudo Wilhelm Reich (1897-1956). Apesar de Reich não ser exatamente um defensor da liberalidade sexual, suas concepções sobre a repressão sexual como forma de o *sistema* absorver as energias vitais dos indivíduos foram muito influentes. Na prática das

⁴⁵⁶ Ibid., p. 143.

⁴⁵⁷ MACHADO, A. “Gita Mehta retrata ocidentalização da Índia”, *Folha de S. Paulo*, 25/dez./1999, p. 4.4.; MEHTA, 1999.

experiências sexuais liberadas, *hippies* e outros jovens naqueles tempos realizaram a rebelião em certo sentido preconizada por esse autor. Acreditava-se que a livre sexualidade quebraria as amarras da autoridade, solaparia a legitimidade do poder, da tradição e da repressão realizada pelas instituições que tolhiam as energias criativas do ser humano. Enquanto a maioria dos jovens engajados da década de 1960 desobedecia, nas suas práticas cotidianas, tabus como os da virgindade, outros, como os *hippies*, realizaram em vários casos experiências sexuais extremas.

Outro autor relativamente influente no questionamento da sexualidade, naquele período, foi Herbert Marcuse, citado por suas ideias a respeito do *sistema* (por ele chamado de *sociedade unidimensional*) e da *alienação* (que trata como *sublimação repressiva*). Na sua tentativa de unir psicanálise e marxismo, Freud e Marx, e de relacionar a dominação ideológica na sociedade industrial com o tolhimento da verdadeira energia libidônica, Marcuse colaborou, pelo menos entre os mais esclarecidos nas contraculturas e das novas esquerdas, para a aproximação, na teoria, daquilo que os jovens já faziam na prática: a união entre revolução comportamental e política.⁴⁵⁸

De qualquer forma, aqueles anos foram os da *revolução sexual*, certamente complementando o processo de transformação da sexualidade ocidental, segundo Giddens, iniciado no final do século XVIII. Trata-se da emergência da *sexualidade plástica*, ou seja, das relações sexuais liberadas das necessidades reprodutivas, que teria grande desenvolvimento graças aos anticoncepcionais modernos, especialmente a pílula anticoncepcional, inventada justamente na época.⁴⁵⁹ Parece patente que essa época realizou uma verdadeira revolução sexual, em muito graças à pílula, que permitiu transformações radicais na sexualidade ocidental. Acredito que um amplo papel transformador foi desempenhado pela onda mundial de revoltas, no tocante à sexualidade,

⁴⁵⁸ MARCUSE, 1968.

⁴⁵⁹ GIDDENS, 1993.

realizando ou legitimando novas liberdades no campo dos prazeres e dos relacionamentos, abrindo caminho mesmo para os movimentos feministas e homossexuais, tão fortes a partir de 1970.

2. Situacionistas e Yippies

Dois pequenos grupos, em número de membros, conceberam e realizaram – cada qual a sua maneira – uma *práxis* que combinava protesto político e revolução sociocultural, na interseção da contracultura e da nova esquerda. São eles os situacionistas e os *yippies*. Normalmente, eles não são discutidos num mesmo momento, apesar de sua influência considerável entre os jovens de 1968 no Primeiro mundo – sobretudo quando se levar em conta o seu pequeno número de militantes. Enquanto os situacionistas formaram-se entre artistas e intelectuais da Europa Ocidental, na segunda metade da década de 1950, com base numa *tradição* cultural vanguardista que remonta o dadaísmo e o surrealismo, os *yippies* constituíram-se de militantes da nova esquerda americana e *hippies* mais politizados, especialmente para organizar um protesto político-cultural, em 1968, contra a Convenção Democrata, em Chicago. Aquém de suas diferenças, cada grupo teorizou e mobilizou pessoas tendo como base a conjugação de questões políticas e culturais/comportamentais, procurando unir a *práxis* da revolução com a superação da *alienação* na vida cotidiana.

Não se pode filiar tranquilamente o situacionismo à contracultura. Parece mais correto relacioná-lo aos pequenos grupos de artistas que tentavam manter vivas as propostas vanguardistas da primeira metade do século XX. Ainda assim, no sentido mais amplo do termo *contracultura*, pode se considerar que ao menos as reflexões dos situacionistas tiveram influência relevante na prática juvenil e estudantil na Europa (especialmente na França), ao unir protesto político e revolução do comportamento.

Em 1957, Guy Debord redigiu um documento preparatório para a organização da Internacional Situacionista, em que propunha a retomada do potencial revolucionário do surrealismo original. A proposta de união entre arte, cultura e política envolvia a criação de “situações”, ou seja, a “construção concreta de ambientações momentâneas de vida” que negavam a condição cotidiana de separação e competição. Essa construção começaria “nas ruínas do espetáculo moderno”,⁴⁶⁰ anunciando o tema da mais famosa obra de Debord, *A sociedade do espetáculo*, lançada em 1967 e considerada muito influente para o Maio de 1968.⁴⁶¹ Dez anos antes, formava-se a Internacional Situacionista, com a fusão de alguns grupos vanguardistas oriundos do surrealismo. Nesse mesmo ano, começaram expulsões e rupturas no interior da organização, se destacando a cisão entre as facções cultural e política. No domínio da Primeira Internacional manteve-se a facção mais política, que pregava a dissolução da arte na vida e na política (considerada como a *realização da arte*), liderada por Debord, com base francesa e belga. Uma Segunda Internacional Situacionista seria formada por membros da facção cultural, em 1962, com atuação maior na Escandinávia.

Influenciados por Henri Lefebvre e sua sociologia da vida cotidiana, e particularmente pela revista novo-esquerdista *Socialismo ou Barbárie*, Debord (que, por algum tempo, chegou a fazer parte do grupo que emprestava o nome à revista) e os situacionistas fundamentaram sua visão política do mundo contemporâneo. Era central a crítica ao cotidiano regido pela espetacularização, promovida pelo sistema capitalista e pela indústria cultural – como afirma esse ator logo na sua primeira tese de *A sociedade do espetáculo*: “(...) tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representação”.⁴⁶² Ao mesmo tempo, o comunismo soviético não era tido como modelo de sociedade a

⁴⁶⁰ HOME, 1999, p. 53.

⁴⁶¹ DEBORD, 2002.

⁴⁶² DEBORD, 2002, p. 13.

ser almejada por uma necessária revolução política defendida pelos situacionistas.

Em meados da década de 1960, os situacionistas conseguiram relativa visibilidade com a conquista, em 1966, de um diretório acadêmico, na Universidade de Estrasburgo, por estudantes ligados à (Primeira) Internacional Situacionista. Com base no texto escrito pelo situacionista Mustapha Khayati, revisado pela direção da Internacional em Paris, surge “Sobre a miséria do meio estudantil”. Imprimiram-se 10 mil cópias, com fundos do diretório acadêmico, muitas delas distribuídas na abertura do ano letivo, em novembro. Por conta disto, a entidade foi fechada por ordem judicial – a decisão do juiz chegou a ganhar até mais publicidade que o manifesto, ao afirmar que “rejeitando toda a moralidade e restrições, esses cínicos não hesitam em incentivar o roubo, a destruição da escola, a abolição do trabalho, a subversão total, e colocar como seu único objetivo uma revolução mundial do proletariado com ‘prazeres não permitidos’”.⁴⁶³

O documento, já citado no capítulo 1, criticava a “miserável” condição dos estudantes franceses, para os quais à “obediência cega nas fábricas” só restava “o despertar da consciência revolucionária”.⁴⁶⁴ Criticava os *provos* (concorrentes dos situacionistas, na concepção cultural-cotidiana de *revolta política*), mas via possibilidades fortes nos protestos estudantis norte-americanos, dos pacifistas na Inglaterra e do Leste Europeu. Condenava a criação de um capitalismo estatal burocrático na União Soviética e propunha, enfim, como fundamental à elaboração e organização do processo revolucionário, a crítica da ideologia. A questão da *ideologia* também se destacaria em *A Sociedade do Espetáculo*, que retoma, a seu modo, o poderoso tema da *alienação*, tão dominante entre os rebeldes dos anos 1960: “O espetáculo é a ideologia por excelência, porque expõe e manifesta

⁴⁶³ Apud HOME, 1999, p. 78.

⁴⁶⁴ *Ibid*, p. 79.

em sua plenitude a essência de todo sistema ideológico: o empobrecimento, a sujeição e a negação da vida real”.⁴⁶⁵

Se, em Maio de 1968, alguns situacionistas quiseram enxergar o advento da revolução que previram e chegaram a formar um dos grupúsculos que participantes daquele processo, a Internacional Situacionista entrava, na verdade, em sua fase final de dissolução. De todo modo, concordo com a consideração de Willener, sobre a subestimação da influência dos situacionistas no movimento. Mesmo as novas formas de manipulação, ou *distorção*, dos meios e artes – em que a situação destrona o *espetáculo* –, observadas na produção de cartazes, panfletos, pichações e coros nas manifestações, devem parte de sua origem e prática aos situacionistas.⁴⁶⁶

Abbie Hoffman e Jerry Rubin, que tinham escandalizado a opinião pública com seu teatro de guerrilha, em plena Bolsa de Valores de Nova York, foram os fundadores do grupo contracultural chamado *yippies*. De certa forma, não combinava muito com o estilo das contraculturas a criação intencional de uma organização. Mas foi o que tentaram fazer estes dois norte-americanos, militantes estudantis e antiguerra com muitos contatos com os *hippies*, a imprensa *underground* e a cultura das drogas. Eles aventaram a formação do Partido Internacional da Juventude, com as iniciais YIP (em inglês, *Youth International Party*). O YIP, cujos membros seriam os *yippies*, teria a incumbência de organizar um festival de rock, em Chicago, durante a Convenção Democrata de agosto de 1968. Seria uma alternativa aos protestos do Mobe, considerados demasiadamente convencionais para os já experientes criadores do YIP (cuja idade girava em torno de 30 anos).⁴⁶⁷

Planejando criar um festival juvenil *da vida*, em confronto com o festival *da morte* (a Convenção Democrata), eles decidiram formar essa nova organização, à qual os jovens deveriam aderir,

⁴⁶⁵ DEBORD, 2002, p. 138.

⁴⁶⁶ WILLENER, 2001.

⁴⁶⁷ FARBER, 1994.

em prejuízo ao partido democrata. Tentariam também levar os jovens *hippies* para a mobilização política, mas sem perder as características de irreverência, ousadia cultural, experiências artísticas e comportamentais. Um tema que logo se mostrou problemático, no entanto, foi o da violência. A princípio, o *ethos hippie* é pacifista, mas, diante da violência crescente das forças de segurança, a própria liderança *yippie* iria se cindir diante da resposta às investidas policiais, em Chicago.

Os *yippies*, depois de entrar em contato com diversas personalidades da cena contracultural americana, publicaram seu primeiro manifesto, em 16 de janeiro de 1968:

Venham todos, rebeldes. Espíritos jovens, cantores de rock, inquiridores da verdade, *freaks* pavões, poetas, saltadores de barricadas, dançarinos, apaixonados e artistas (...). Serão 500 mil de nós dançando nas ruas, palpitando com amplificadores e harmonia. Nós faremos amor nos parques. Nós estaremos lendo, cantando, rindo, editando jornais, perambulando e fazendo uma convenção cômica e celebrando o nascimento da AMÉRICA LIVRE em nosso próprio tempo. Novas tribos irão reunir-se em Chicago. Nós estaremos completamente abertos, todos estaremos livres (...). Nós lutamos através da política do êxtase. Nós somos os delicados rabiscos de uma nova fúria que irá transformar a América.⁴⁶⁸

Hoffman, num artigo datado de julho, escreveu o que seriam os quatro principais objetivos do grupo: “a mistura de maconha e política”; a criação de um “façamos juntos” nacional; o “desenvolvimento de um modelo para uma sociedade alternativa”; e “a necessidade de fazer algo afirmativo” em relação à Guerra do Vietnã e a Convenção do Partido Democrata.⁴⁶⁹ Já Rubin enfocava, em suas matérias na imprensa alternativa, o tema de uma sociedade livre apoiada na alegria e no prazer, no entanto, mais do que Hoffman, enfatizava conexões com os objetivos e táticas da nova esquerda, como a mobilidade

⁴⁶⁸ Ibid., p. 17.

⁴⁶⁹ Abbie HOFFMAN apud FARBER, 1994, p. 45.

constante (a reunião-dispersão, tão usada no 1968 brasileiro). Rubin também destaca mais o papel da violência e do enfrentamento à repressão.⁴⁷⁰

Hoffman distribuiu para a imprensa a programação prevista para o festival em Chicago, com o sarcástico título “Planos altamente secretos *yippies* para o Lincoln Park”. Entre as propostas, nem todas realizadas, percebe-se todo o caráter sincrético, culturalista e de irreverência política que os *yippies* tentavam impingir. Ao mesmo tempo, juntava-se à *política do êxtase* uma clara preocupação com a defesa diante da eminente repressão e com a questão da violência. Propunham-se treinos de dança, caratê e defesa pessoal; *boas-vindas* às delegações nos hotéis e festival de música; *workshops* sobre drogas, comunicação *underground*, teatro de guerrilha, autodefesa e comunidades, seguidos de uma *festa e amor*; mantras poéticos, cerimônias religiosas, mostras de filmes, mistura de mídias, concerto no Coliseu e nomeação do porco Pigassus como candidato; poesia, cantos *folk*, Olimpíadas *Yip* e *Miss Yippie*. Divulgou-se ainda uma lista com 18 demandas, incluindo a legalização da maconha, o fim do imperialismo interno e externo, a abolição do dinheiro, o encorajamento da vida rural, emprego a todos, uso livre e aberto da mídia, programação na TV por *referendum* e conduzida por voto pelo telefone. Uma última opção estava em branco a qual, segundo Hoffman, “você pode preencher com o que você quiser”.⁴⁷¹

Os *yippies* tentaram resolver um assunto ainda pendente na contracultura americana: como conjugar *hippies* e correntes de ação política mais imediata (negros, pacifistas, estudantes e novas esquerdas)? Tal discussão leva imediatamente a outra mais geral, sobre a duplicidade da onda mundial de revoltas, ao mesmo tempo cultural e política. Nem mesmo no interior da organização *yippie*, no entanto, o dilema desapareceu, como se percebe nas crescentes diferenças entre seus dois líderes, Rubin (mais *politizado* e

⁴⁷⁰ Apud FARBER, 1994, p. 20-21.

⁴⁷¹ *Ibid.*, p. 55.

preconizando a organização de ações de massa violentas) e Hoffman (voltado mais aos assuntos culturais e comportamentais). As relações entre as contraculturas e os militantes das novas esquerdas foram tensas, naqueles tempos, não apenas no Primeiro Mundo, mas também em outros lugares onde se desenvolveram ações afinadas à contracultura, como no Brasil.

Muitos analistas, críticos ou não dos movimentos juvenis, identificaram, no entanto, uma clara continuidade entre contracultura e nova esquerda. Roszac aponta dois pólos no protesto juvenil da classe média daquela década: a *boêmia descuidada* dos *hippies* (cuja tradição remontava aos *beats* Ginsberg e Kerouac) e o ativismo político exacerbado da nova esquerda estudantil (cujo patrono teria sido C. Wright Mills).⁴⁷² Apesar da tensão entre esses pólos, um tema os harmonizava – a alienação – e os fazia substituir a *consciência de classe* pela *consciência da consciência*. Revela-se tal harmonia na fácil transposição dos praticantes de uma ala à outra da rebelião. Roszac também cita a tendência das *universidades livres* ou *críticas*, criadas por iniciativa da nova esquerda, de se tornar cada vez mais *hippies*, tanto nos temas (típicos das contraculturas), quanto nos métodos.⁴⁷³

Essa continuidade entre contracultura e nova esquerda foi também reconhecida entre algumas lideranças juvenis, como, por exemplo, na tentativa *yippie* de fundar uma integração dos dois pólos de protesto. Em geral, porém, os líderes e militantes mais ativos das novas esquerdas mostram-se bastante críticos às contraculturas, entre eles, a SDS americana, sobretudo quando ela passou a ser controlada pelo *Progressive Labor*. O SDS, assim como os críticos conservadores, logo associou os *hippies* apenas ao consumo de drogas, à passividade e ao individualismo. Havia também um certo rancor contra os concorrentes desse *mercado rebelde*.⁴⁷⁴

Por sua vez, as contraculturas sempre se desenvolveram menos como organizações com comandos, e mais como uma

⁴⁷² ROSZAC, 1972

⁴⁷³ Ibid.

⁴⁷⁴ GARRIGÓ, 1970, p. 127.

anárquica reunião de tribos em torno de algumas personalidades ou *papas* – que não tinham papel de liderança muito eficiente. Já os jovens, em geral, como aponta Roszac, transitavam entre as prática e as ideias professadas entre os dois pólos da contestação.⁴⁷⁵ Na *teoria*, as teses principais das duas alas se contradiziam em vários aspectos, porém, na prática, as massas juvenis mobilizadas construía uma unidade.

3. Cotidiano e comportamento nos movimentos estudantis

Para muitos analistas das revoltas juvenis dos anos 1960, sobretudo as de 1968, seu principal efeito se fez na vida cotidiana e nos valores. Mesmo as ações estudantis daquele ano teriam sido muito mais revoluções culturais do que revoltas políticas: “68 questionou todas as normas da vida social, inclusive as do Estado, mas fundamentalmente as da família, a moral tradicional, os tabus e as proibições em voga. Tratou-se, mais do que tudo, de uma revolução subjetiva e religiosa, no sentido do sagrado, moral, cujas consequências políticas, muito mais suaves, consistiram em negociar os espaços do individual e do político”.⁴⁷⁶

Os próprios jovens, às vezes, verbalizaram essa duplicidade. Um dos comitês de ação formados na França, em Maio de 68, evocava no próprio nome o caráter duplo dos seus objetivos: “Comitê de Ação Freud-Guevara”. Num panfleto, depois de convocar a unidade de “todos aqueles que estão esmagados ou excluídos por um sistema inumano”, afirmava o comitê: “A luta deve ter como seu objetivo final o estabelecimento de um sistema socialista no qual, através da destruição de barreiras, a criatividade de cada indivíduo seja liberta. Este objetivo implica uma revolução não apenas nas relações de produção, mas também no modo de vida, nas maneiras de pensar, nas relações humanas e no conceito da vida sexual como um todo”.⁴⁷⁷

⁴⁷⁵ ROSZAC, 1972.

⁴⁷⁶ Julia KRISTEVA apud *Folha de S. Paulo*, 10/maio/1998, p. 5-13.

⁴⁷⁷ Apud KATSIAFICAS, 1987, p. 99-100.

As pequenas ações no aspecto cultural e artístico, muitas vezes à margem do que os líderes consideravam como os aspectos centrais dos movimentos, acabaram sendo, talvez, as mais marcantes. Constituem a ponte de ligação e permitem caracterizar esses movimentos como *contraculturas*.

Uma questão relevante a eles associada era a sexualidade, mesmo quando, como no Brasil, ela ficou ausente dos discursos dos líderes estudantis. Já em Maio de 68 havia uma pregação aberta da revolução sexual, nem sempre nas retóricas dos militantes, mas certamente nas canções de protesto, cheias de erotismo,⁴⁷⁸ e nos grafites desconcertantes, que evocavam a libertação dos desejos e certo anarquismo, expressos outrora em vanguardas modernistas, como o surrealismo e o Dada: “Quanto mais faço amor, mais quero fazer a revolução e quanto mais faço a revolução mais quero fazer amor”.⁴⁷⁹

Em sua própria origem, a mobilização francesa conteve essencialmente uma demanda relacionada à liberdade sexual. Os protestos em Nanterre que dariam início ao Maio de 68 encerravam uma questão muito importante para os universitários em busca dessa liberdade: o fim da proibição das visitas entre os moradores dos alojamentos estudantis feminino e masculino. Foi decretado em Paris – segundo um grafite – o *Estado de felicidade permanente*, que era ao mesmo tempo uma resposta à ameaça do governo de decretar um estado de sítio. A libertação dos desejos e a busca do prazer transformavam-se em objetivos políticos, conforme outro grafite parisiense: “Acredito que meus desejos são realidade porque acredito na realidade dos meus desejos”.

Maio de 68, entretanto, não era totalmente inovador. Em Berkeley, um Comitê Unido pelos Direitos Sexuais já defendia, três anos antes, a promiscuidade sexual e as orgias coletivas em revistas estudantis e afirmava que “ver os outros copulando pode ser muito instrutivo”.⁴⁸⁰ Estudantes, ativistas não-estudantes e até

⁴⁷⁸ SINGER, 1997.

⁴⁷⁹ MATOS, O.C.F. “Tardes de maio” In: GARCIA & VIEIRA, 1999, p. 183.

⁴⁸⁰ Apud FEUER, 1971, p. 331.

alguns professores radicais usavam ou insinuavam a obscenidade e a linguagem pornográfica em seus discursos e escritos.

Os cabelos longos já eram usados por muitos jovens na França, em Maio de 68. Na Alemanha, com a ajuda da imprensa conservadora, as lideranças do estudantis foram tachadas de *macacos de cabelo comprido*: “Foi assim que toda uma nação rotulou a sua elite jovem, as melhores cabeças entre 18 e 30 anos”.⁴⁸¹ Assim como os *hippies*, o corpo e o aspecto externo dos jovens passavam a trazer um *estilo*, uma identidade, uma forma de rebeldia contra os padrões considerados *normais*. A liberdade requerida tinha cada vez mais a ver, também, com a liberação do uso do corpo, da mente e dos desejos. Em resposta à uma proibição de colar cartazes nos muros de Paris (lei de 29 de julho de 1881), os estudantes ironizaram num célebre grafite: “É proibido proibir, Lei de 10 de maio de 1968”.⁴⁸² O sentido desse veto às proibições, entretanto, ia muito além dos meros cartazes. Tinha relação, certamente, com a própria queda dos tabus que limitavam as liberdades cotidianas.

Na opinião de Katsiaticas, tais ideias projetavam algo como a transformação do auto-interesse em interesse universal.⁴⁸³ Nos melhores momentos dos cartazes, das pichações, dos cantos e palavras de ordem irônicas e pornográficas, propunha-se uma revolução na vida cotidiana, exigindo a felicidade imediata, em vez de *conceitos revolucionários*: “A felicidade e a liberdade deveriam ser os critérios últimos de valor. A revolta apresentava-se simultaneamente política, moral e subjetiva”.⁴⁸⁴ Maio de 68 foi capaz de produzir ou reproduzir incríveis *slogans*, que incidiam diretamente na questão do cotidiano e mesmo na contestação dos sonhos de ascensão das classes médias: “Não mude de emprego, mude o emprego de sua vida”.⁴⁸⁵ Na greve de maio de 1970, nos

⁴⁸¹ HAUG, W.F. “1968 na Alemanha”. In: GARCIA & VIEIRA, 1999, p. 29.

⁴⁸² MATOS, 1981, p. 63.

⁴⁸³ KATSIATICAS, 1987.

⁴⁸⁴ Apud SINGER, 1997, p. 62.

⁴⁸⁵ *Ibid.*, p. 62 e 149.

Estados Unidos, retomou-se a proposta de integrar revolta cotidiana, sexual e política, por exemplo, num documento estudantil produzido em Berkeley: “A reconstituição da universidade nada significará sem a mudança nas relações em nossas próprias vidas. Estas relações estendem-se ao nosso trabalho e em nossa política, bem como em nossos lares”.⁴⁸⁶

Segundo Lefebvre, uma verdadeira revolução tem sempre, entre seus efeitos imediatos, o abalo do cotidiano. E o término dela constantemente é sinalizado pelo restabelecimento do dia-a-dia. Contudo, em Maio de 68, o principal objeto da revolta não era apenas a contestação das autoridades paternalistas, mas do próprio cotidiano. Para recuperar a ordem após tais rebeliões, mais do que nunca se mostrou eficiente a estratégia de reorganizar a vida diária por um instante suspenso, o que garantiu a retomada da estabilidade social: “A suspensão do cotidiano se definia pela soma das ausências: sem correio, sem gasolina, sem transportes etc. Voltando com suas redes e circuitos, o que trazia de volta a gasolina, o correio, os trens, os cheques postais e bancários, não era apenas alguns meios de viver que voltavam, era muito mais: era a quotidianidade inteira”.⁴⁸⁷

Em diversos movimentos estudantis no Primeiro Mundo, o tema da *sociedade de consumo* e sua rejeição por palavras de ordem e demonstrações foi fundamental. “Nem robô, nem escravo”, dizia um poema feito em Paris em Maio de 68.⁴⁸⁸ Outro *slogan* francês negava a vida cômoda em meio a objetos de consumo alienantes, protestando contra a confusão entre felicidade e abundância: “Recusamos um mundo em que a certeza de não morrer de fome se converte no risco de perecer de aborrecimento”.⁴⁸⁹ Nas mobilizações de estudantes, assim como nas contraculturas, a rejeição da sociedade de consumo não se traduzia necessariamente em proposições de uma vida despojada

⁴⁸⁶ Apud KATSIAFICAS, 1987, p. 147.

⁴⁸⁷ Henri LEFEBVRE apud LEFEBVRE et. al., 1968, p. 125.

⁴⁸⁸ Apud DOMENACH, ago.-set./1968, p. 45.

⁴⁸⁹ Apud BARBÁCHANO, 1974, p. 136.

dos prazeres propiciados pela abundância material. Ao contrário, muitas práticas tentaram fazer do dia-a-dia uma festa. Sobre Maio de 68, Dumazedier fala em *quermesse*⁴⁹⁰ e Morin em *potlach* e *carnaval*.⁴⁹¹ Teria havido um inesperado encontro entre a abundância da sociedade tecnológica e os rituais pródigos das sociedades *primitivas* ou das festas populares tradicionais.

Na Itália de 1968, ao mesmo tempo em que se organizou “o bloqueio de todos os grandes magazines e *shoppings* das cidades – em Pádua, Mestre e Veneza”, durante o Natal (com a polícia agindo rudemente e até causando mortes), os estudantes promoveram grande festa no *réveillon*, na Universidade de Pádua, abrindo a escola a qualquer um que desejasse dela participar.⁴⁹² Para Daniel Cohn-Bendit, a *Noite das Barricadas* (10 de maio de 1968, em Paris) foi uma verdadeira festa, no sentido de um encontro alegre e inesperado de companheiros em trincheiras que cercavam a polícia: “Era uma festa, um verdadeiro desrecalque (...) A sociedade das barricadas foi a irrupção de um futuro no presente.”⁴⁹³

As revoltas estudantis, especialmente Maio de 68, esboçaram uma nova forma de revolução. Além de conjugar cotidiano, comportamento e política, suas próprias ações combinavam modos tradicionais de protesto com novas práticas imediatas da construção de um cotidiano alternativo. Outro intrigante *slogan*, em Paris, reafirmava a impressão de Cohn-Bendit sobre a Noite das Barricadas: “Em baixo do calçamento está a praia”.⁴⁹⁴ Essa bela imagem poética lembra os jovens retirando os paralelepípedos das ruas para se defender e atacar a polícia. Ao mesmo tempo, retiravam a muralha simbólica que os separava da liberdade, da felicidade e da natureza. Unia-se, como só a poesia consegue fazer, a violência revolucionária e a utopia da subversão

⁴⁹⁰ DUMAZEDIER, ago.-set./1968.

⁴⁹¹ MORIN, 1986, p. 42.

⁴⁹² NEGRI, Antonio. “Primavera e aulas para homens vivos”, *Folha de S. Paulo*, 10/maio/1998, p. 5.3.

⁴⁹³ COHN-BENDIT, 1988b, p. 42.

⁴⁹⁴ Apud MATOS, 1981, p. 59.

da vida cotidiana. Em junho daquele ano, em Veneza, após uma batalha em que estudantes e operários enfrentaram a polícia, durante a manhã, 50 mil pessoas marcharam até a Praça São Marcos “e ali dançaram até a madrugada”.⁴⁹⁵ Mesmo os situacionistas desejavam, antes de tudo, uma revolução na vida cotidiana e proclamavam-na como uma festa, e não como política tradicional: “As revoluções proletárias serão festas ou não serão revoluções, pois a vida que elas anunciam será ela mesma criada sob o signo da festa.”⁴⁹⁶

Singer afirma que se esboçara a prática de substituir as instituições pelas artes, nos locais ocupados pelos estudantes, como as universidades, os liceus e no Teatro Odéon.⁴⁹⁷ Os jovens de Paris, significativamente, invadiram esse teatro, templo da arte dramática e da alta cultura, ao passo que suas passeatas, mesmo quando passavam em frente ao prédio da Assembléia Nacional, simplesmente ignoravam o templo do parlamentarismo. Para Dumazedier, a ocupação do teatro simboliza o caráter cultural dessa revolta, que atingia não apenas a universidade, mas todas as demais instituições culturais, entre elas, liceus, bibliotecas, teatros, museus, cinema, imprensa, rádio e televisão (a própria ORTF declarou-se em greve).⁴⁹⁸ No Teatro Odéon tiveram vez verdadeiros psicodramas coletivos. Pessoas comuns, jovens ou adultas, podiam subir no palco e expor livremente seus pensamentos e experiências. Aplausos, apupos e reações da platéia faziam parte de uma verdadeira terapia de grupo.⁴⁹⁹

Os italianos viveram experiência semelhante, ao ocupar a Academia de Belas Artes de Veneza e planejar sabotagem à Bienal de Arte, para a qual estavam chegando artistas de todo o mundo.

⁴⁹⁵ Antonio NEGRI. “Primavera e aulas para homens vivos”, *Folha de S. Paulo*, 10/maio/1998, p. 5.3

⁴⁹⁶ Manifesto sobre a Miséria do Meio Estudantil. Apud MATOS, O.C.F. “Tardes de maio”. In: GARCIA & VIEIRA, 1999, p. 182.

⁴⁹⁷ SINGER, 1997.

⁴⁹⁸ DUMAZEDIER, ago.-set./1968.

⁴⁹⁹ Cf. O documentário *Maio de 68. A luta continua*. Direção: Willian Klein, França, 1968.

Na Academia, promoveram muitos debates sobre arte, cultura e política, com participação até do profeta da antipsiquiatria, Franco Basaglia (que já vinha realizando experiências de libertação dos doentes mentais): “Do saber ao salário, da arte à psique, a libertação passava onde quer que fosse”.⁵⁰⁰

Assim como os jovens que colocaram flores nos canos das armas dos soldados, na Marcha ao Pentágono, em 1967, os franceses jogaram flores aos policiais nas ruas um ano depois. Em maio de 1970, nos Estados Unidos, inventou-se um *tanque da paz*, que atirava flores e doces, para atacar o prédio da ROTC, na Universidade de Cornell. Na Universidade de Denver, armou-se uma *cidade livre* com tendas chamanda Woodstock Oeste: Comunidade Paz e Liberdade. Bandeiras dos Estados Unidos, do Canadá e da Frente de Libertação Nacional do Vietnã do Sul foram hasteadas num concerto de rock com 250 mil pessoas, na fronteira entre esses dois primeiros países. Centenas de *hippies* tomaram a ilha de Tom Sawyer, na Disneylândia, e lutaram com a polícia, que os expulsaram.⁵⁰¹

Na verdade, a proposta juvenil de transformação da vida cotidiana começava pelas próprias demandas de transformação da universidade e, por consequência, de toda a educação, da ciência e da tecnologia. Na crítica ao ensino universitário, os rebeldes tentaram desvelar os próprios mitos da ciência neutra e da razão instrumental. Eles seriam mera ideologia a esconder um sistema de dominação que faz uso das ciências, dos cientistas e dos especialistas disciplinados. Um participante da ocupação da Universidade de Turim, em 1968, considerou que a “a ciência e a racionalidade tecnológica” eram uma forma de sustentação sobre a qual “o aparato de poder de nossa sociedade se apoia para perpetuar e subtrair a crítica política do sistema de decisões, mediante o qual se realiza o domínio tanto na universidade como

⁵⁰⁰ NEGRI, Antonio. “Primavera e aulas para homens vivos”, *Folha de S. Paulo*, 10/maio/1998, p. 5.3.

⁵⁰¹ KATSIAFICAS, 1987.

na fábrica, bem como na sociedade civil em geral”.⁵⁰² A investigação científica, assim, transformara-se num “trabalho dividido de rotina realizado por um exército de pessoas que trabalham dentro de gigantescas organizações administrativas”.⁵⁰³ Finalmente, a universidade e o poder acadêmico eram, antes de tudo, modos de disciplinarização do jovem, preparando-o para adentrar as demais instituições burocráticas e tecnocráticas do sistema capitalista.

Ainda em 1964, um panfleto do *Free Speech Movement* sedimentava a visão da Universidade de Berkeley como uma fábrica: “Os nervos e a carne humana são transmutados debaixo da pressão e da tensão da rotina universitária”.⁵⁰⁴ Inspirado em Paul Goodman, ele afirma que os estudantes eram, naqueles dias, a *classe* mais explorada nos Estados Unidos, preparados para a submissão numa universidade burocratizada, industrializada, fria, impessoal e formadora de mão-de-obra intelectual. Aliás, um dos *slogans* dos jovens em Berkeley, naquela época dizia: “Você é um estudante ou uma máquina IBM?”.⁵⁰⁵

A universidade tecnocrática apropriava-se, mais do que nunca, de ferramentas autoritárias de ensino, reproduzindo o próprio autoritarismo reinante na sociedade e preparando o jovem para submeter-se a instituições igualmente tecnocráticas e autoritárias: “Os exames, as lições, a perda de tempo, o doutrinamento, as medidas disciplinares, a imposição da ciência e da cultura pelos de cima, todas são formas de controle e de violência exercidas sobre o estudante”.⁵⁰⁶

O sistema das relações pedagógicas que submete o estudante a um catedrático onipotente colocado no cimo da pirâmide acadêmica deve ser compreendido como um rito de iniciação, no qual o

⁵⁰² VIALE, 1969, p. 30-31.

⁵⁰³ *Ibid.*, p. 30-31.

⁵⁰⁴ “We want a university”, do *Free Speech Movement* apud DRAPER 1965, p. 192.

⁵⁰⁵ Apud FEUER, 1971, p. 411.

⁵⁰⁶ “Didattica e repressione”, documento do comitê de agitação dos estudantes que ocuparam a Universidade de Turim, apud VIALE, 1969, p. 35.

estudante (a partir do seu interesse pelas ciências) é compelido a se conformar com as estruturas sociais que se apropriam, reproduzem e produzem a ciência.⁵⁰⁷

A miséria da universidade é a miséria dos que têm que estudar nela (...). Temos más condições de trabalho, com míseras lições magistrais, com seminários estúpidos e com absurdas normas de exame. Se nos negamos a que uns professores idiotas especializados façam de nós mais idiotas especializados, pagamos o atrevimento com o perigo de ter que deixar os estudos sem concluí-los.⁵⁰⁸

Os professores e os estudantes – ambos distribuidores e consumidores desumanizados do bem de consumo da ciência – se convertem eles mesmos em bens de consumo; algo para ser comprado e vendido na oficina de colocação da Universidade.⁵⁰⁹

Para essas correntes, a universidade afastava os jovens das discussões realmente urgentes e essenciais. O que seria realmente importante aprender estava não apenas fora delas, como também era desconsiderado pelos seus professores: “A psicanálise, Vietnã, o desenvolvimento econômico, a escola italiana, a difusão social e política da pesquisa filosófica etc.”⁵¹⁰ Para tanto, na ocupação da Universidade de Turim, em 1968, os estudantes formaram comissões para a preparação de uma carta de reivindicações de reforma universitária, além de grupos de discussão e estudo, especialmente de assuntos excluídos da academia e vistos por eles como essenciais à realidade que viviam. Essas comissões acabaram, na prática, revolucionando os métodos de ensino-aprendizado, pois logo abandonaram idéia de ler os livros

⁵⁰⁷ Resolução universitária, de setembro de 1967, do SDS alemão, apud BOSC, S. & BOUGUEREAU, J-M. “O movimento dos estudantes berlinenses – um precedente?” In: BOSC et. al., 1968, p. 37.

⁵⁰⁸ Documento, de 26 de novembro de 1966, do comitê provisório preparatório de uma auto-organização estudantil, apud BERGMANN et. al., 1976, p. 38-39.

⁵⁰⁹ Carl DAVIDSON apud GARRIGÓ, 1970, p. 32-3.

⁵¹⁰ “Didattica e repressione”, do comitê de agitação da Universidade de Turim, apud VIALE, 1969, p. 24.

acadêmicos e tentaram criar novos meios de valorização de experiências diretas. O objetivo era evitar o risco da contaminação desses grupos pela mesma burocratização tecnocrática que combatiam: “Nosso principal problema era auto-educarmo-nos na livre discussão, subtrairmo-nos da vassalagem cultural dos professores e aprender a autodirigir nosso movimento e nossa agitação com a participação de todos e sem delegar os problemas de direção, tanto política como de elaboração, a um reduzido grupo mais ou menos burocrático”.⁵¹¹

Na tentativa de remodelar a vida cotidiana e contestar as instituições, também foram criados diversos projetos alternativos de universidade: crítica, livre ou antiuniversidade. Um dos primeiros exemplos foi a declaração, em Berkeley, do desejo de criar a Universidade Livre da Califórnia, ainda em 1964, no já citado panfleto “We want a university”.⁵¹² Dois anos depois, a Midepeninsula Free University, em Palo Alto, na Califórnia, resultou da iniciativa de seus alunos. Dizia a declaração dos princípios dessa *universidade livre*: “Cada indivíduo deve gerar suas próprias e mais vitais questões e programar sua própria educação. (...) A educação não é um produto e não deve ser medida em unidades, notas e graus. (...) A educação que não tem consequências para a ação social ou para o desenvolvimento pessoal é vazia. (...) O estado natural do homem é a contemplação extática”.⁵¹³

Experiência consequente se deu também em Berlim Ocidental, cuja universidade já se denominava oficialmente *livre*. Por isto, em 1967, após uma série de conflitos com a administração, os alunos partiram para a criação da Universidade Crítica (*Kritische Universität*). Seus documentos de fundação, publicados em outubro, afirmam que a neutralidade política da ciência era algo radicalmente enganador. A única chance de a ciência recuperar sua autonomia era voltar a se fundamentar “nos

⁵¹¹ VIALE, 1969, p. 29.

⁵¹² APUD DRAPER, 1965, p. 191-192.

⁵¹³ Apud GARRIGÓ, 1970, p. 70-71.

homens reais e ativos”.⁵¹⁴ O ser humano da ciência deveria abandonar a concepção positivista de ser *simplesmente instrumento registrador*, como também a crença de que a ciência era realmente neutra e apolítica. Na nova forma educacional, incentivava-se a formação de grupos autônomos de estudo e ação: criaram-se mais de 30, no início do semestre de inverno de 1967-68.⁵¹⁵

No começo de 1968 inaugurou-se a Antiuniversidade de Londres, versão britânica das universidades livres americanas. Assim como essas, a antiuniversidade também se viu penetrada pelos novos saberes, esoterismos e místicas trazidos pelas contraculturas, depois de partir de uma origem mais próxima aos temas politizados das novas esquerdas. Em Londres, havia cursos dedicados a *anticulturas*, *antipoesia* e *contra-instituições*. Repetia-se o sincretismo contracultural observado nos *hippies*. Juvenildade, experimentação, multiplicidade e métodos *anarquistas* de ensino teriam redundado, certamente, em muitas dificuldades, enganos e insucessos: “Com muita frequência, tal esforço intelectual dirigido por instrutores mal saídos da adolescência degenera numa louvação semi-articulada e indiscriminada de tudo que seja novo, estranho e barulhento”.⁵¹⁶

Mas, apesar de confusas e em geral malsucedidas, essas experiências indicam o potencial criativo das iniciativas contestadoras e o inconformismo diante dos processos que faziam a vida cotidiana universitária adquirir um tom tecnocrático, acrítico, autoritário e hierárquico. Processos que faziam deles, estudantes, meros especialistas e técnicos em instituições burocráticas e impessoais, nos quais a ciência perdia seu potencial transformador e conscientizador, tornando-se mero suporte do desenvolvimento capitalista e da tecnologia em benefício de

⁵¹⁴ “Programa da Universidade Crítica”, editado por P. Maikowski e pela Associação dos Estudantes da Universidade Livre de Berlim, 20/out./1967, apud BOSC et. al., 1968, p. 108-113.

⁵¹⁵ BERGMANN, U “Historia del movimiento estudantil” In: BERGMANN et. al., 1976.

⁵¹⁶ ROSZAC, 1972, p. 57-58

minorias. Os anos 1960 tornaram mais visível o fenômeno de transformação da universidade em um celeiro de novos profissionais, local de passagem obrigatório aos aspirantes a membros da nova classe média, mediante longa preparação para o exercício de uma profissão reconhecida. Segundo Kenneth Keniston, "(...) as exigências de educação e aprendizado de longa duração transformam a juventude de classe média num tipo de classe inferior interna".⁵¹⁷

E. P. Thompson, analisando a resistência dos trabalhadores, no século XVIII e no início do século XIX, havia descrito que uma espécie de *consciência de classe* surgira antes da formação da própria classe operária. Não se poderia, do mesmo modo considerar a onda mundial de 1968 como uma revolta da nova classe *proletária* intelectual, antes mesmo de sua constituição, ou melhor, justamente contra o processo de sua constituição?

Os estudantes que se revoltam, já não são mais os 'filhinhos de pai' das velhas burguesias dominantes, já se tratava de um novo proletariado. Eles são a antecipação da nova força-trabalho imaterial, fortemente intelectualizada, que, nos 30 anos que se seguiram, observamos se impondo na produção (...). O movimento de 68 é um movimento precursor, cuja força de renovação não se esgotou, e que revela um novo protagonista do processo de liberação da exploração, um protagonista intelectual, porque é assim que o trabalho se tornou.⁵¹⁸

Alain Touraine, sociólogo francês que produziu uma das melhores análises do Maio de 68, no calor dos acontecimentos, apontou desde logo essa condição nova dos universitários.⁵¹⁹ A revolta deles revelava a conformação do que Touraine chamaria de *sociedade pós-industrial*, em que saberes, informação e conhecimentos tornam-se *produtivos*, dadas a condição de

⁵¹⁷ Apud EHRENREICH, 1994, p. 77-78.

⁵¹⁸ NEGRI, Antonio "Por que é difícil esquecer 68?", Folha de S. Paulo, 22/fev./1998, p. 5.3.

⁵¹⁹ TOURAINE, 1970.

abundância da produção material e a necessidade de incrementar o setor terciário da economia. Esse processo revela também novas formas de mobilização e protesto, apoiadas não apenas na posição ocupada pelas classes na produção material – como tradicionalmente se pensou e realizou –, mas também fundadas em outras vivências *sociais* específicas vividas por grupos e categorias na vida cotidiana. Mesmo no período mais próximo a 1968, isso foi demonstrado, ainda que de modo ambíguo e confuso, pelos próprios ativistas estudantis:

A sociedade nos é apresentada como uma espécie de sistema de castas em que nós, estudantes, temos que nos considerar uma elite privilegiada, homens burocráticos canalizados em direção ao nicho burocrático apropriado.⁵²⁰

Em sua imensa maioria, os estudantes não são mais destinados às funções dirigentes, o que era provável esperar da Universidade elitista da primeira metade do século XX. Exceto pelos futuros tecnocratas, grupo reduzido selecionado em grande parte do circuito separado das grandes escolas, os 700 mil inscritos no ensino superior francês formarão o essencial dos quadros subalternos e dos técnicos do neo-capitalismo. Eles pertencem por antecipação a este grupo social, assim como os trinta mil estudantes de 1.900 pertenciam à burguesia.⁵²¹

4. Mídia, sociedade e Contracultura

Desde os anos 1960, se instaurou uma questão muito polêmica a respeito do papel da mídia e da indústria cultural nas contestações juvenis. Alguns, na maior parte conservadores, denunciavam que a grande mídia tinha culpa no fenômeno da multiplicação das mobilizações. Outros, como os *yippies*, influenciados por Marshall McLuhan, discutiam a possibilidade

⁵²⁰ Carl DAVIDSON apud GARRIGÓ, 1970, p. 33.

⁵²¹ Frédéric BOM & Michel-Antoine BURNIER, em 1971, apud BACHY & Bahcy, 1973, p. 208-209.

de utilizá-la em favor da revolta e, assim como o festival durante a Convenção de Chicago, as representações polêmicas do *teatro de guerrilha* tinham tal intenção. Quanto aos pensadores progressistas ou afiados às esquerdas, notadamente depois daqueles anos, em geral, passaram a ilustrar que a mídia e a indústria cultural foram muito importantes para a *domesticação* das rebeliões – por meio de um ou outro processo ou combinando-os, como a adaptação a clichês padronizados, a apropriação de formas e conteúdos e a criação de produtos culturais baseados nos valores da juventude rebelde (constituindo, assim, um novo mercado juvenil).

O que se percebe é que as relações entre a mídia e a onda mundial de revoltas foi complexa e repleta de fenômenos contraditórios e surpreendentes. Mídia e juventudes se fizeram transformar naqueles tempos – num processo que, em muitos sentidos, continuou o que se observara desde o *rock and roll* na década de 1950. Ou seja, nenhum dos dois saíram *ilesos* ao fim desse entrelaçamento inesperado, paradoxal, mas inevitável entre essas duas grandes forças transformadoras da contemporaneidade. Cada aspecto apontado pelos que viram na mídia a redenção ou a perdição das rebeliões juvenis tem de ser levado em conta, pois revela uma face a mais deste encontro marcante para a vida cultural desde então.

A respeito da atuação da mídia, alguns saudaram entusiasmados o seu impensado estímulo à rebelião contra a sociedade que a mídia devia proteger, como em Maio de 68: “Os mecanismos do sistema de informação voltaram-se contra seus autores. O gosto pelo sensacional, pelo sangue, que desvia habitualmente o leitor, o ouvinte ou o espectador da política, tornou-se em maio um fator de mobilização”.⁵²² Em compensação, ao mesmo tempo, os estudantes berlinenses tiveram no truste de jornais *Springer* um dos seus principais inimigos. Quanto aos que desejavam preservar a *ordem* social, o risco viria justamente do livre mercado

⁵²² Frédéric BON apud LEFEBVRE et al., 1968, p. 29.

dos meios de comunicação. Na concorrência pelo público e pela audiência, produziu-se uma insensata adulação da juventude e das suas formas contestadoras. André Philip destaca que a imprensa teve um forte papel negativo, em maio de 68, graças ao seu sensacionalismo. Rádios e imprensa escrita dedicavam-se a exaltar o extremismo estudantil e, mediante dramatização sensacionalista, exageravam a grandeza dos eventos.⁵²³

Outros foram mais ambíguos na descrição do perigo fomentado pela conjugação entre mídia e revolta estudantil, como Andres Garrigó. Tal conjugação, para além de prejudicar ou suscitar o movimento, parecia consolidar ainda mais as características negativas da sociedade materialista e consumista.⁵²⁴ Na defesa da rebelião, Roszac vê esse encontro como um fator extremamente negativo para o verdadeiro sentido que um protesto contra a *sociedade tecnocrática* deveria tomar. A mídia ajudava na perversão das contraculturas, rumo à sua folclorização, a modelos deturpados e estereotipados do exótico e excêntrico: “O problema é novo e difícil: uma espécie de cínica asfixia da rebeldia através da publicidade contínua, e começa a parecer que para o Sistema esta arma é muito mais eficaz do que a supressão pura e simples”.⁵²⁵

As contradições no confronto entre contraculturas, meios de comunicação, indústria cultural e o mercado de bens de consumo talvez tenham ganhado visibilidade extrema em dois eventos de 1969. Foram dois festivais de rock e contracultura que reuniram centenas de milhares de jovens nos Estados Unidos: Woodstock e Altamont. O primeiro transformou-se em discos com altas vendagens e num filme de Hollywood de grande sucesso. Mais importante, porém, foi ter conseguido reunir um público entre 500 e 600 mil pessoas. No palco, promotores e líderes da contracultura brigavam pelo controle do evento e “não tinham idéia de que a estrela maior desse *show* seria a multidão”.⁵²⁶ Enquanto isso, o

⁵²³ PHILIP, 1968.

⁵²⁴ GARRIGÓ, 1970, p. 187.

⁵²⁵ ROSZAC, 1972, p. 47.

⁵²⁶ LEARY, 1999, p. 368-369.

promotor do evento, Bill Graham, era flagrado pelas câmaras do filme *Woodstock* xingando os garotos que invadiam o festival sem pagar, chamando-os de “escória de merda”.

Três meses depois, acontecia o festival de Altamont, num autódromo perto de Oakland. Quando os Rolling Stones, a atração esperada por todos, começaram a tocar, os Hells Angels, responsáveis pela segurança, ajudaram a patrocinar um empurra-empurra, distribuindo golpes nos que estavam mais à frente. Talvez para se defender, um jovem *hippie* e negro de 18 anos sacou uma arma e os motoqueiros reagiram, matando-o a facadas, golpes com barras e pontapés. O palco foi invadido e o *show* dos Rolling Stones interrompido.⁵²⁷ É claro que toda a grande mídia cobriu exageradamente o evento desastroso, criticando veementemente tudo o que se referia à contracultura e às revoltas juvenis. Apesar disso, Altamont demonstrava que, mesmo nos sonhos *hippies*, violência e agressividade faziam sua secreta morada. Outra questão, na opinião de Leary, é que se construía uma grande distância entre, de um lado, os grandes ídolos, produtores e até os líderes da contracultura, e de outro, a massa dos jovens: “Uma coisa ficou clara com relação a Woodstock e Altamont. Nenhuma das estrelas do rock ou de seus produtores tinha idéia do que estava acontecendo no planeta. A coletividade genérica estava à frente de seus líderes e porta-vozes”.⁵²⁸

Outros fatos ilustram outros aspectos dessas contradições. Em 1967, os *Beatles* compuseram a música *All you need is love* (*Tudo o que você precisa é amor*) e a apresentaram num especial de televisão, transmitido via satélite, a uma audiência de 200 milhões de pessoas. Tratava-se de uma clara mensagem pacifista, tipicamente *hippie*, cantada pelos *Beatles*, adornados de flores e cores típicas da contracultura. Ao mesmo tempo, era uma das primeiras vezes na história que se fazia uma transmissão via satélite, simultaneamente, a vários países. A contracultura e o rock se antecipavam ao *show*

⁵²⁷ MENEZES, T. “Stones mataram sonho *hippie* há 30 anos”, *Folha de S. Paulo*, 6/dez./1999, p. 6.5.

⁵²⁸ LEARY, 1999, p. 371.

mega-histórico da chegada do ser humano à Lua. Mais um caso curioso, embora intenso e exemplar, foi o *boom* de livros sobre Maio de 1968, na França, ainda naquele ano (e, em alguns casos, no próprio mês em que estourou o movimento!).⁵²⁹

Por sua vez, Edgar Morin já havia criticado as vedetizações realizadas na época⁵³⁰ – não se deve esquecer que o próprio Maio de 68 francês foi espetacularizado. Sua evidência exagerada ofuscou, até certo ponto, o caráter mundial da revolta e a profundidade conseguida por muitas outras mobilizações. Mas, em complementação a Morin, devo situar a análise do sempre corrosivo Baudrillard. Esse autor se opõe à interpretação originada dos próprios rebeldes de 1968 (inclusive dos *yippies* citados por Morin) de que a revolta teria se aproveitado da sua publicização pela mídia para se espalhar e radicalizar ainda mais - algo que se aproxima da versão de diversos governos, para os quais a excessiva cobertura da mídia teria amplificado desmesuradamente as revoltas. Já a opinião do semiólogo francês alinha-se àqueles que criticam o papel dos meio de massa no enfraquecimento da rebelião: “Eu diria, pelo contrário, que os *media* nunca desempenharam tão bem o seu papel e que, na sua função de controle social *habitual*, estiveram à altura dos acontecimentos”.⁵³¹ A própria *vedetização* fez parte essencial da *domesticação* da revolta por esses meios: “A transgressão e a subversão (...) não passam sobre as ondas sem serem sutilmente negadas enquanto tais: transformadas em *modelos*, neutralizadas em *signos*, são esvaziadas do seu sentido”.⁵³²

Basicamente, argumenta Baudrillard, os meios de comunicação, apesar de transmitir os conteúdos das contestações juvenis, manteve as formas midiáticas intocadas, anulando esses conteúdos. A rebeldia original era simbólica, ou seja, de tradução ou redução a modelos preexistentes impossível em si mesma – no

⁵²⁹ HOBBSAWM, 1982.

⁵³⁰ MORIN, 1986, Terceira Parte, cap. 2.

⁵³¹ BAUDRILLARD, 1972, p. 221.

⁵³² *Ibid.*, p. 221-222.

entanto, sua transposição midiática e também sua adaptação ao modelo já conhecido da *greve*, retiraram-lhe a força simbólica. Para esse autor, sua verdadeira energia residia em sua dimensão simbólica, expressada antes da sua fase *mediatizada*. Nesta, Maio de 68 transformou-se numa greve geral de imensas proporções. No entanto, tendia a seguir padrões formalizados de comportamento político. A verdadeira revolução esteve nas manifestações livres e espontâneas nas ruas, que não se reduziam a modelos consagrados e rígidos.⁵³³

Baudrillard é um dos que avalia tal movimento sem o critério da *eficácia política* ou da *conquista do poder*. E, na verdade, é justamente na sua potencialidade de superar esta prática política, apoiada no poder, na força, nos rituais formalistas e na representatividade, que se encontra muito da riqueza desse processo. Contudo, é claro, nem mesmo entre seus líderes, na França e no mundo, a concepção tradicional de poder e política esteve superada, pelo contrário. Não à toa, as ações da onda mundial dos anos 1960, em sua maioria, escaparam do estrito controle dos seus *líderes*.

De qualquer forma, já não eram a mesma mídia e a mesma sociedade que surgiam dessa acomodação entre os símbolos da revolta e os signos redutores da comunicação de massa. Sedimentou-se mais e mais o estilo de vida consumista, independentemente de valores tradicionais que limitavam o hedonismo no consumo. Nesse sentido, podem ser encaradas as conclusões do *Center for Contemporary Cultural Studies* sobre as contraculturas. Na análise das diferenças entre os valores da classe média tradicional e os da contracultura, tem-se uma interessante descrição do conflito entre a perspectiva *oficial* da classe média e a óptica das subculturas. No fim, os autores desse centro irão considerar a revolta juvenil e a contracultura como meros desvios momentâneos, expressões de um instante em que a cultura da classe média vivia as contradições da sua adaptação à nova

⁵³³ *Ibid.*, p. 226.

sociedade capitalista formada no pós-guerra. Mas, antes disto, fazem interessantes exercícios teóricos e empíricos para mostrar a relação entre a lógica da estrutura de classes e a lógica da classificação etária na formação de subculturas juvenis, ainda que tendam a retornar a explicações reducionistas, em que predomina o raciocínio de classe e a consideração ortodoxa de que apenas dos trabalhadores podem sair teses efetivas de oposição social.

Por outro lado, deixam um sugestivo repertório das diferenças entre contracultura e cultura da classe média tradicional: estilo contra *status*, comunidade contra a família nuclear, anticapitalismo e anti-sindicalismo contra o pró-capitalismo, nomadismo contra a valorização do lar, *enclaves* em vez da área residencial, *work-is-play* (trabalho como lazer) em vez da dicotomia lazer/trabalho, participação direta em vez da representação formal, ausência de liderança contra o elitismo, o público como pessoal contra a oposição cívico/privado, escolas livres ou *de-schooling* (desescolarização) contra o sistema privado/público tradicional, *cena versus* clube, ideal da *vida é arte* contra a alta cultura, *butique* contra a alta moda, anticonsumo *versus* alto consumo, antimaterialismo contra materialismo, *liberdade* contra hábitos reservados, postura libertária contra a sobriedade, proposta de transcender os papéis em vez de se adaptar a eles, quebra dos papéis de gênero contra a oposição masculino/feminino (e domínio do masculino), individualismo fraternal contra individualismo possessivo.⁵³⁴

Na verdade, com tais contradições, a contracultura revelaria, de modo hiperbólico, o que o próprio capitalismo avançado exigia das classes médias: consumo em vez de sacrifícios puritanos, satisfação imediata das necessidades em vez de gratificações póstumas, aquisição de bens de consumo instantâneos em vez de bens duráveis, estilos de vida mais livres em lugar de seriedade e sobriedade.⁵³⁵

⁵³⁴ CLARKE, J et. al., "Subcultures, cultures and class". In: HALL & JEFFERSON, 1982, p. 9-74.

⁵³⁵ *Ibid.*

Para outros, como G. Lipoversky, a crise dos anos 1960 e a Contracultura foram lidos como um “momento capital da passagem do modernismo ao pós-modernismo”: mais do que uma adaptação não-revolucionária e destinada à acomodação sob as mesmas bases socioeconômicas de outrora, 1968 é um verdadeiro marco de uma nova civilização, de uma nova era da história ocidental.⁵³⁶ Segundo esse autor, há uma continuidade entre 68 e o pós-68, no sentido de que, no primeiro, também se fazia a defesa do individualismo e do hedonismo, mas, em virtude das últimas sobrevivências dos valores tradicionais, ela tinha que ser tensa e radical. Após 1968, o pós-modernismo teria um clima mais *cool*, sendo aquele ano o momento *hot* de um mesmo processo. Os movimentos de 68 representam o fim do modernismo e “a última manifestação da ofensiva lançada contra os valores puritanos e utilitaristas (...) mas eles são, também, o começo de uma cultura pós-moderna, isto é, sem inovação e audácia verdadeira, que se contenta em democratizar a lógica hedonista”.⁵³⁷

Em direção semelhante aos comentários de Lipovetsky, estão os de Baudrillard, no referente aos *hippies*. Apesar de retoricamente eleger a *sociedade de consumo* como seu grande inimigo, como o estilo oposto da vida a que decidiram se dedicar, os *hippies* faziam, no fundo, apenas o papel de uma imagem refletida no espelho. Como tudo o que acontece no mundo contemporâneo, para Baudrillard nada escapa à lógica imperdoável do sistema: “Gulosa de sociedades primitivas, a sociedade de consumo imediatamente os recuperou para o seu folclore, como flora estranha e inofensiva (...) o ‘Humano’, acossado pela sociedade produtivista e pela obsessão do *standing* festeja nos ‘hippies’ a sua *ressurreição sentimental*, na qual, por detrás da aparente anomia integral, persistem todos os traços estruturais dominantes da sociedade modal”.⁵³⁸

Nos valores apregoados ao *pós-moderno*, há uma *práxis* da liberdade individual, um incentivo para viver o presente.

⁵³⁶ G. LIPOVETSKY apud FERRY & RENAUT, 1988, p. 76.

⁵³⁷ *Ibid.*, p. 76.

⁵³⁸ BAUDRILLARD, 1991, p. 191-2.

Valorizam-se os grupos minoritários, as relações afetivas, as causas concretas, a concepção do corpo como comunicação, o respeito aos misticismos e a busca da *felicidade*. No meu entender, essa busca de autoconhecimento, esse olhar para o subjetivo e o individual, também foram marcas das mobilizações juvenis dos anos 1960. No entanto, ela aconteceu justamente ou conjuntamente nos terrenos do político, das relações sociais e do cotidiano. O que explica a dissociação entre o político e o privado depois de 1968? Teria sido um produto da atuação da indústria cultural em favor da exacerbação da procura pelo *pessoal*? A indústria cultural, valendo-se de um novo impulso da sociedade de consumo (agora em fase de *flexibilização*), teria retirado essa procura pelo *autêntico* no terreno sociopolítico e jogado essa busca no campo do consumo?

Os valores apontados como *pós-modernos* constituíram parte importante dos ideais expressos ou subexpressos nas contestações dos jovens daquela década. Integram projetos incipientes *antimodernos*, mas que não continham potencialmente apenas o resultado niilista, egoísta, alienado e apolítico supostamente construído. Em 1968 deu-se uma forma política e *semi-institucional* (ou alternativa às instituições modernas) de expressão da individualidade, do subjetivismo, das diferenças e da busca da felicidade individual. Expressão que se realizava ainda no mundo social *real*, e que operava em direção às instituições sedimentadas da política, da cultura e da sociedade (para sua conquista, reforma, substituição ou completa destruição). Os *perigos* do cotidiano (alienação, exploração no trabalho, subempregos, guerras nucleares, Guerra do Vietnã etc.) que significavam ameaças aos jovens, não levaram, nesse caso, a uma fuga do dia-a-dia – buscou-se mesmo, em vários momentos, a transcendência dele. Se a contracultura expressou esse desejo por meio de valores antimodernos, a nova esquerda manifestou a mesma vontade via ideologias ainda plenamente modernas. No entanto, ambas visavam, conscientemente ou não, superar as inseguranças do

cotidiano, destruir os limites à felicidade individual e constestar as amarras da subjetividade

Impulsos e valores *pós-modernos*, no sentido conferido pelos seus teóricos, estavam já no centro das revoltas juvenis dos anos 1960. Mas aí encontraram uma forma política e socialmente ativa de expressão (e não virtual ou mediada pela comunicação de massa). Ela chegou a níveis extremos de *desvio* social (liberdade sexual e uso de drogas) e de ativismo (propostas e práticas de luta armada, guerrilha, terrorismo e ação direta). Esses novos anseios e valores revelados então, apenas começavam a se encontrar com o consumismo. A fase da *flexibilização* da sociedade de consumo, que começaria com a crise mundial na década seguinte, parece ter encaixado melhor novos valores e hábitos de consumo dentro da *normalidade* do sistema capitalista.

Enfim, o movimento de 1968 foi também um desencanto em relação às instituições sociais e políticas modernas (inclusive, às formas institucionalizadas de oposição política). Desencanto expresso, muitas vezes, nos moldes tradicionais da contestação, tanto nos temas quanto nas ideologias de fundo, bem como nas práticas de protesto. Contudo, são formas híbridas de política, pois reúnem *tradições* políticas e ideológicas com propostas totalmente novas ou que, mesmo essenciais, foram marginalizadas no passado. Gerou-se, enfim, um novo produto altamente contestador. Os projetos anti-modernos dos anos 1960, em sua prática, são muito diferentes da sociedade que vem se constituindo, ainda que tenham partido dos mesmos princípios proclamados.

O desenlace da *revolução* juvenil dos anos 1960 guarda semelhanças com o da Revolução Francesa, não tanto no conteúdo, mas nas formas. Em ambas, muitas promessas foram feitas, despendeu-se enorme energia humana, acumularam-se grande carga emocional e mobilizações sociais maciças. Nas duas, as concretizações revelaram-se bem mais modestas em relação às suas potencialidades, mas, mesmo assim (e apesar das *contra-revoluções* e *restaurações*), transformaram completamente o mundo ocidental (e, por extensão, influenciaram todo o planeta, mais rápida e

notavelmente em 1968). Talvez se pudesse dizer, para ser mais justo, que ambas as revoluções foram, simultaneamente, transformação social e manifestação da transformação social e expressão dessa mudança. Nenhuma revolução é simplesmente transformação, é também uma manifestação dessa transformação, uma busca de sua aceleração ou, ainda, o desejo de que ela seja feita mediante a intervenção consciente dos indivíduos e grupos envolvidos.

Conclusão

Os movimentos estudantis dos anos 1960 foram os precursores das mobilizações sociais que, nas duas décadas seguintes, organizaram-se na busca e na consolidação de identidades socioculturais mais localizadas, e não necessariamente apoiadas na classe social: movimentos de bairro, de favelas, de gênero, étnicos, de minorias nacionais, regionais e raciais, de homossexuais, ecologismos etc. No entanto, os movimentos estudantis tiveram características próprias em relação àquelas mobilizações que os precederam, entre elas, a mais notável é justamente o caráter mundial de sua conflagração. Eles não foram exclusivos dos países *desenvolvidos*, nem se pode dizer que tenham se iniciado aí ou que aí tenham ido mais longe. Não apenas se manifestava um processo mundial com base em incipientes redes da globalização e da mundialização cultural (interligação entre universidades, amplitude da mídia e indústria cultural, telecomunicações e propaganda impressa). Também havia uma espécie de *atmosfera* que *contaminou*, ao mesmo tempo, muitos jovens em todo o planeta, um efeito *eros*. Além disso, essa onda mundial de revoltas tinha em potencial uma *mundialização alternativa*, um ímpeto internacionalizante diferente do constatado na globalização imperante nos dias de hoje.

Graças ao seu caráter mundial, essa onda mundial de rebeliões revelou uma diversidade nacional, étnica e política. Em seu aspecto homogeneizador, pode-se dizer que conteve sobretudo ações da juventude universitária com origem nas classes médias das grandes cidades. Nos seus temas comuns, destacam-se: a forte crítica ao *imperialismo* americano (inclusive nos Estados Unidos) e à acomodação soviética para com ele e sua tese da *convivência pacífica*; a vivência da democracia radical na sociedade e na universidade; elogios e solidariedade aos movimentos antiimperialistas de

libertação nacional; admiração por e influência de socialismos do Terceiro Mundo ou heterodoxos; e propostas de reestruturação e transformação da vida cotidiana e da cultura em conjunto com a transformação política e econômica, e não depois dela. Quanto a esse último aspecto, um comentário demonstra o caráter complexo desse fenômeno: a proposta de revolução do cotidiano surgia de tendências sociais tão antagônicas ideologicamente quanto a Revolução Cultural chinesa e os *hippies*. A diversidade das revoltas juvenis permitiu sua integração a movimentos terceiro-mundistas e de operários, guerrilheiros e pacifistas, étnicos e feministas, reformistas e ecológicos. Possibilitou que as formas artísticas por eles adotadas passassem por outra radical transformação: rock, música popular, psicodelismo, contraculturas, imprensa alternativa, artes gráficas, *dazibaos*, caricaturas etc.

Diante de respostas insatisfatórias aos seus dilemas particulares, muitos estudantes buscaram alternativas fora dos contextos da mídia e da indústria cultural massificadas, do discurso de fundo moralizante e tradicionalista do mundo *democrático* e da visão ortodoxa e até refratária aos estudantes do comunismo soviético. Entre tais alternativas, submetidas a uma relação experimental com as rebeldias juvenis, destacam-se Che Guevara e Cuba, Mao e China, Vietnã e as lutas dos povos oprimidos nos países do Terceiro Mundo, intelectuais e novas organizações de esquerda críticos ao comunismo soviético (Marcuse e Escola de Frankfurt, publicações e correntes da nova esquerda na Europa e Estados Unidos, grupos de discussão e ação estudantil, Paul Goodman, Wright Mills, o existencialismo de Sartre, redescobertas do anarquismo e do trotskismo) e contraculturas (músicas de protesto, cinemas novos, poesia *beat*, revolução sexual, drogas psicodélicas, *hippies*, misticismos e esoterismos, teatros de guerrilha e político).

A diversidade das fontes e mesmo a complexidade das suas causas explicam a igual diversidade e complexidade dos movimentos, levando vários analistas e militantes a negar qualquer tipo de ligação entre eles. Os que contestam a unidade da onda

mundial de revoltas apontam para a fragilidade das juventudes, no sentido da maturidade, do desenvolvimento intelectual ou da ação de hormônios. Ou, então, indicam a falsidade e a manipulação por trás de ações não constituídas com base na consciência de classe social. De qualquer modo, ambas as posições colaboraram para o esvaziamento e até mesmo a derrota desse processo – muito menos, é claro, do que a repressão advinda das forças conservadoras de *direita* (dos regimes militares da América Latina ao governo *democrático* americano) e da *esquerda* (da invasão das tropas russas na Checoslováquia à falta de apoio dos partidos comunistas oficiais) ou do que a domesticação das revoltas contraculturais na mídia e na indústria cultural.

Para Octavio Ianni, a globalização nos faz lembrar que o mundo é muito mais diverso e heterogêneo do que concebem as doutrinas legitimadoras do Estado e da Nação, atualmente em crise. A globalização revela o mundo como um surpreendente caleidoscópio justaposto aos caleidoscópios locais, nacionais e regionais. Ao mesmo tempo em que se promovem processos de integração e homogeneização (nos quais se agridem, mutilam e até destróem diversidades), a multiplicidade do local, do particular e do alternativo reage, em processos de mobilização e enriquecimento cultural. A globalização acaba gerando ainda mais diferenciação e fragmentação: enquanto suprime certas heterogeneidades, revela outras que se acreditavam perdidas, recorda a existência de outras tidas como esquecidas, fortalece várias que apontam para o passado ou para um futuro alternativo.⁵³⁹ Como uma espécie de precursor dessa dialética, a onda mundial de revoltas juvenis conteve uma miríade de ideologias e teorias que denotavam o passado, resgatando padrões não-globais, ao mesmo tempo em que revelava um caleidoscópio de usos diversos da tecnologia, da ciência e do conhecimento no futuro.

⁵³⁹ IANNI, 1997.

A onda mundial de revoltas, notadamente as contraculturas, contiveram fortes críticas aos mitos oficiais da memória nacional. Em geral, produziu novos ou adotou mitos alternativos: o populismo radical no Brasil; imagens do *povo* realimentadas pelos socialismos heterodoxos e do *camponês* aliado ao foco guerrilheiro, no foquismo e no maoísmo; a retomada de heróis populares da Revolução Mexicana, na Cidade do México; sentimentos nacionalistas fortes entre os negros, estudantes e contraculturas nos Estados Unidos etc. Simultaneamente, porém, muitos elementos dos ideários e iconografias dessas rebeliões revelam o internacionalismo e um sentimento mundial: terceiro-mundismos adotados por jovens do Primeiro Mundo ou que suscitaram a imagem de uma *revolução* mundial para todos os rebelados; busca de orientalismos por parte das contraculturas; sentimento, presente em muitos militantes, de que formavam uma única mobilização global; caráter internacionalista de ideologias das novas esquerdas ou pelo menos de aspectos importantes delas etc. Em todos esses casos, mesmo nos seus símbolos nacionais alternativos, as revoltas juvenis ajudaram a pôr em causa a mitologia tradicional das nações. E, paradoxalmente, também cederam à nascente memória internacional-popular, à cultura mundializada, muitos dos atuais componentes mundiais que evocam a juvenildade, como rock, guitarras, *hippies*, *jeans*, minissaias, liberdade, estilo, identidade e novidade.⁵⁴⁰

Na lógica dialética do capitalismo como processo civilizatório, a onda capitalista global não apenas produz alienação, criando ou recriando modos de exploração econômica, desigualdade social e dominação cultural, mas possibilita o surgimento de formas de sociabilidade

(...) realmente inovadoras, liberadoras ou deslumbrantes. Abrem novas possibilidades de emancipação individual e coletiva, permitindo outras formas de criação também individuais e coletivas. Florescem ideias filosóficas, científicas e artísticas, ao

540 ORTIZ, 1994; SANTOS, 1992.

mesmo tempo em que se criam distintas condições sociais de individualização, mobilidade social, organização de movimentos sociais e correntes de opinião pública. Também os movimentos artísticos podem dispor de outras condições de emergência, desenvolvimento e generalização. A multiplicação dos meios de comunicação e as possibilidades de circulação das coisas, gentes e ideias, em âmbitos nacional, regional e mundial, abrem outros horizontes para indivíduos e coletividades.⁵⁴¹

A onda mundial de revoltas (contraculturas, movimentos estudantis e rebeldias juvenis) foi um fenômeno surgido nos anos 1960 que pode ser analisado dentro dessa dialética do globalismo, já que foi uma das primeiras expressões da mundialização da cultura, ainda que contrariamente ao sentido consolidado pelo globalismo nas décadas seguintes: “Uma questão que me intriga é a unidade do mundo que se parecia preparar, num plano diferente do atual: qual o nexo entre as explosões da Revolução Cultural Chinesa, de Berkeley, Paris, Praga, as capitais brasileiras etc.? Essa ligação sem fio e tão cheia de promessas era ilusória?”⁵⁴²

Esse processo reunia, num todo heterogêneo, aspectos *pré-capitalistas* (*primitivos*, exóticos, místicos, comunitários), alternativos ou marginais (ideologias heterodoxas superadas ou mantidas nas sombras), práticas comportamentais censuradas (drogas e sexualidade livre), propostas de uso das novas tecnologias (farmacologia psicodélica, música eletrônica, cinema, ondas eletromagnéticas) e novas formas de relação social e política (sempre vivendo entre propostas antagonistas, muitas vezes conjugadas, da democracia aberta à luta armada, do individualismo extremo ao comunitarismo, da tecnologia psicodélica às comunas pastorais). Avançou-se para uma rebelião que combinava categoria etária (os jovens), geração (nascidos no pós-Segunda Guerra), urbanidade, classe social (as *novas classes médias*) e locais ao menos tocados por valores ocidentalizantes (gerando *práxis* afins, com base no do atrito

⁵⁴¹ IANNI, 1985, p. 159.

⁵⁴² Roberto SCHWARZ apud *Folha de S. Paulo*, 10/maio/1968, p. 5.10.

ou combinação do *ocidental* com o *oriental*, primitivo, místico, marginal ou alternativo).

O globalismo abre, assim, novos horizontes de historicidade e temporalidade, coloca potencialmente, diante dos olhos dos agentes sociais, o passado, o presente e o futuro, bem como sociabilidades tradicionais, modernas e virtuais em novas maneiras possíveis de combinação e recriação. O processo que dissolve fronteiras também modifica as noções de *espaço* e *tempo*, faz ressurgir fatos e conceitos desaparecidos, revela novas realidades e faz história e geografia se moverem *espetacularmente*. Potencialmente, a imaginação é liberta pelas tecnologias que unificam o mundo e fazem do tempo um instantâneo, que desterritorializam o espaço e dissolvem as temporalidades.

Simultaneamente, porém, uma gama principal de forças desse capitalismo global tenta garantir que a linha mestra seja mantida: reforça as estruturas de poder globais e transnacionais, as tecnocracias, o racionalismo tecnicista ou razão instrumental, o uso da ciência e da tecnologia em técnicas de controle, o predomínio do princípio da quantidade sobre o da qualidade, a concepção de liberdade como a de consumo, o enriquecimento da utilização de virtualidades e aparências (em vez de experiências reais do diferente), a mídia, a indústria cultural, a cultura de massas, a lógica de mercado, o inglês pragmático como o idioma da globalização etc. A mundialização do capitalismo cria possibilidades de abertura da imaginação e da liberdade, mas, ao mesmo tempo, institui um processo de socialização em que predominam os princípios da mercantilização universal (da economia à cultura), da tecnificação das condições de vida, da alienação no trabalho e da quantificação generalizada.⁵⁴³

Nesse sentido, a onda mundial de revoltas foi, ao mesmo tempo, uma ação eclética possível pelas transformações advindas com o globalismo e uma reação contra o sentido predominante delineado por essa *civilização global*. Rebelava-se certamente contra

⁵⁴³ IANNI, 1995.

a ideologia dominante, da globalização, que ainda se esboçava. Propunha uma miríade de outros valores, práticas, ideias e ideologias advindas das mais diversas fontes, de vários tempos e espaços (aglutinados no que considerou aqui como terceiro-mundismos, novas esquerdas e contraculturas). Conquistou vitórias, sobretudo no campo dos comportamentos, somatizadas em certo sentido pelas instituições do capitalismo e do mercado.

Mesmo “derrotada”, deixou severas marcas na civilização, que continuaria a se construir. Colaborou, de certo modo, para uma “limpeza” de valores tradicionais que, no seio da nova sociedade esboçada, emperravam o estilo de vida consumista, a lógica da razão instrumental e os controles das tecnocracias. Mas não se resumiu a isto. Procurou ir além do proposto pelo globalismo dominante: qualidade em lugar da quantidade; novos estados de consciência e de racionalidade em detrimento do racionalismo prático; experiências efetivas do alternativo em vez do contentamento com simulacros seguros; heterodoxias em substituição à rígida bipolarização ideológica da Guerra Fria; e liberdade ampla de comportamento e criação em lugar da liberdade de consumo e da cultura de massas produzida pela grande mídia. Ao mesmo tempo, porém, ela continha, em seu próprio seio, flagrantes limites, dilemas e contradições, que ajudaram a gestar a sua própria dispersão. Tais limites, eram também, por outro lado, justamente a sua riqueza: a heterogeneidade, o idealismo, o ativismo resoluto, a juvenilidade e a relação experimental para com a realidade.

O que foi o primeiro grande movimento em prol de uma *globalização* alternativa teria alguns de seus ideais retomados por mobilizações posteriores, muitas iniciadas mesmo na década de 1960, como o ecologismo. A onda mundial de revoltas também ilustra a possibilidade de reações futuras aos rumos tomados pela civilização mundial. Mas não é o caso nem de julgar a derrota da juvenilidade radical, nem de usar a combatividade daquele momento como critério de avaliação dos protestos (ou silêncios) das gerações posteriores e futuras. Cada *geração* vive nas

possibilidades do seu tempo – a mera cópia de respostas dadas no passado pode dar origem a criações forçadas e frágeis. Na verdade, deve-se ver aquela onda como um exemplo de que alternativas aos caminhos tomados pela *civilização global* são plausíveis e, a meu ver, desejáveis e necessárias. Ademais, a rebeldia dos anos 1960 aponta a possibilidade de essas novas proposições se engajarem numa futura corrente mundial de contestação criativa.

Referências

- ABRAMO, H. W. "Grupos juvenis dos anos 80 em São Paulo. Um estilo de atuação social". 1992. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo.
- ALBUQUERQUE, J. A. G. *Movimento estudantil e consciência social na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- _____. "Movimento estudantil e classe média no Brasil. Estudo comparativo". In: _____ (coord.). *Classes médias e política no Brasil*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, cap. IV, p. 117-144.
- ALMEIDA, C. A. *Cultura e sociedade no Brasil. 1940-1968*. São Paulo: Atual, 1996.
- ALMEIDA, M. H. T. de & WEIS, L. "Carro zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar". In: SCHWARCZ, L. M. (org.). *História da vida privada no Brasil – 4. Contrastes da intimidade contemporânea*, São Paulo: Cia. das Letras, 1998, cap. 5, p. 319-410.
- ALVES, M. M. *68 mudou o mundo. A explosão dos sonhos libertários e a guinada conservadora num ano que valeu por décadas*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- ARBEX JR., J. *Guerra Fria. Terror de Estado, política e cultura*. São Paulo: Moderna, 1997.
- ARGUEDAS, S. "En torno a la ideología del movimiento estudiantil". In: J. Carrion et. al. *Tres culturas en agonía*, Cidade do México: Nuestro Tiempo, 1969, p. 108-169.
- BACHY, C. & BACHY, J-P. *Les étudiants et la politique*. Paris: Armand Colin, 1973.
- BARBÁCHANO, C. *El cine, arte e industria*, Barcelona: Salvat, 1974
- Benedicto Ferri de Barros. 9/maio/1998, Caderno de Sábado, p. 2, "A tragicômica revolução estudantil". *Jornal da Tarde*
- BARTRA, A. *Los herederos de Zapata. Movimientos campesinos posrevolucionarios en México. 1920-1980*. Cidade do México: Era, s.d.
- BAUDRILLARD, J. "Requiem pelos 'media'". In: *Para uma crítica da Economia Política do signo*, São Paulo: Martins Fontes, 1972, p. 221-222.
- _____. *A sociedade de consumo*, Lisboa: Edições 70, 1991.

- BAZANT, J. "Tres Revoluciones mexicanas". *Historia Mexicana*, Cidade do México, out.-dez./1960.
- BENES, Jan. "La liberté ne se promène pas en rouge", *Esprit*, Paris, n. 374, p. 259-268, out./1968.
- BERGMANN, U. "Historia del movimiento estudiantil". In: _____ et al. *La rebelión de los estudiantes*. Barcelona: Ariel, 1976, p. 7-56.
- _____ et al. *La rebelión de los estudiantes*. Barcelona: Ariel, 1976.
- BERUTTI, F. C. et al. *História*. Belo Horizonte: Lê, 1989.
- BETTELHEIM, C. *A luta de classes na União Soviética: primeiro período (1917-1923)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- _____. *Revolução cultural e organização industrial na China*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- BIRNBAUM, N. "O colosso que vacila", In: LEFEBVRE, H. et al. *A irrupção. A revolta dos jovens na sociedade industrial: causas e efeitos. L'homme et la société*. Revista Internacional de Pesquisas e Sínteses Sociológicas, São Paulo: Documentos, 1968, p. 170-201
- BISCALQUIN, D. *A sociedade da imagem, paper*. Simpósio do Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Americana/SP, ago./1999.
- BOBBIO, L. & VIALE, G. "La estrategia del movimiento". *Pensamiento crítico*. Havana, n. 19, 1969, p. 69-85.
- BOGGS, James et. al. "Black Power". *Les Temps Modernes*, Paris, n. 264, maio-jun./1968.
- Serge BOSC e Jean-Marceau BOUGUEREAU, "O movimento dos estudantes berlinenses - um precedente?", in. Serge BOSC, J. M. Bouguereau e Philippe Gavi, *A crise européia: revolta ou revolução*, Rio de Janeiro: Degrau, 1968, pp. 15-78
- BOSC, S. et. al. *A crise européia: revolta ou revolução*. Rio de Janeiro: Degrau, 1968.
- BRANDÃO, A. C. & DUARTE, M. F. *Movimentos culturais de juventude*. São Paulo: Moderna, Coleção Polêmica, 1990.
- BRITO, S. (org.). *Sociologia da juventude*, 4 volumes, Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- BROUÉ, P. *A primavera dos povos começa em Praga*, São Paulo: Kairós, 1979.
- CANÊDO, L. B. *A descolonização da Ásia e da África*, São Paulo: Atual, Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1986.
- CANTOR, M. *The divided left. American radicalism, 1900-1975*. New York: Hill and Wang, Toronto: McGraw-Hill, American Century Series, 1978.

- CARDOSO, I. A. R. "A dimensão trágica de 68". *Teoria & Debate*, Revista Trimestral do Partido dos Trabalhadores, São Paulo, n. 22, set.-nov./1993, p. 59-64.
- CARMONA, F. "Genealogia e atualidade da repressão". In: CARRION, J. et. al. *Tres culturas en agonía*. Cidade do México: Nuestro Tiempo, 1969, p. 170-246.
- CARNEIRO, M. L. & PONTES, J. A. V. 1968, *do sonho ao pesadelo*, São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1998.
- CARRIÓN, J. "Biografía política del movimiento de julio". In: _____ et. al. *Tres culturas en agonía*. Cidade do México: Nuestro Tiempo, 1969, p. 9-78.
- CARRION, Jorge et. al. *Tres culturas en agonía*. Cidade do México: Nuestro Tiempo, 1969.
- CASANOVA, Pablo González. "Mexico: The dynamics of an agrarian and 'semicapitalist' Revolution". In: Petras, J. & Zeitlin, M.. *Latin America. Reform or Revolution?*. Greenwich: Fawcett, s.d., p. 467-485.
- CASTAÑEDA, J. G. *Utopia desarmada. Intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.
- CASTRO, J. et. al. (orgs.). *Latin american radicalism. A documentary report on left and nationalist movements*. New York: Vintage Books/Ramdom House, 1969, p. 366-389.
- CAZÉS, D. "Despolitización, movimiento estudiantil y politización en México". In: CARRION, J. et. al. *Tres culturas en agonía*. Cidade do México: Nuestro Tiempo, 1969, p. 79-107.
- CERTEAU, Michel De. "Savoir et société. Une 'inquietétude nouvelle', de Marcuse á mai 68". *Esprit*. Paris, n. 374, out./1968, p. 292-312.
- CHAVARRÍA, J. "A Communication on University reform". *Latin American Research Review*, Nova York, III (3), 1968, p. 192-195.
- CLARKE, J. et. al. "Subcultures, cultures and class". In: HALL, S. & JEFFERSON, T. (eds.). *Resistance through rituals. Youth subcultures in post-war Britain*. Londres: Hutchinson/ Center for Contemporary Cultural Studies/ University of Birmingham, 1982, p. 9-74.
- COELHO, C. N. P. "A tropicália: cultura e política nos anos 60". *Tempo Social*, Revista de Sociologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1(2), 2º semestre de 1989, p. 159-176.
- _____. "A transformação social em questão: as práticas sociais alternativas durante o regime militar". 1990. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo.

- COHN-BENDIT, D. et. al. *A revolta estudantil*. Rio de Janeiro: Laudes, 1968.
- COHN-BENDIT, D. 1968: *A revolução que tanto amámos*. Lisboa: Dom Quixote, 1988a.
- _____. *O grande bazar. As revoltas de 1968, Conversas com Michel Lévy, Jean-Marc Salmon e Maren Sell*. São Paulo: Brasiliense, 1988b.
- COURTOIS, S. et. al. *O livro negro do comunismo. Crimes, terror e repressão*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- _____. & PANNÉ, J.-L. "Revolução mundial, Guerra civil e terror". In: _____ et. al. *O livro negro do comunismo. Crimes, terror e repressão*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p. 319-425..
- DANTAS FILHO, J. & DORATIOTO, F. F. M. *A república bossa-nova. A democracia populista (1954-1964)*. São Paulo: Atual, 1991.
- DAUBIER, J. *História da Revolução Cultural Chinesa*. 2 vols., Lisboa: Presença, 1974.
- DAVIS, D. E. "The dialectic of autonomy. State, class and economic crisis in Mexico, 1958-1982". *Latin American Perspectives*, Newbury Park, 20 (3), 1993, p. 46-75.
- DEBRAY, R. *Revolução na revolução?* Havana: Casa de las Américas, 1967.
- DELUMEAU, J. *A civilização do Renascimento*. vol. II, Lisboa: Estampa, Imprensa Universitária, 1984.
- DETREZ, C. "Pour une stratégie de la contestation". *Esprit*, Paris, 373, ago.-set./1968, p. 53-60.
- DIRCEU, J. & PALMEIRA, V. *Abaixo a ditadura*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/Garamond, 1998.
- DOMENACH, J.-M. "L'ancien et le nouveau". *Esprit*, Paris, 372, jun.-jul./1968, p. 1023-1030.
- _____. "L'ideologie du mouvement". *Esprit*, Paris, 373, ago.-set./1968, p. 35-51.
- DONGHI, T. H. *Historia de la Universidad de Buenos Aires*. Buenos Aires: Eudeba, s.d.
- DRAPER, H. *Berkeley: The new student revolt*. New York: Grove, Black Cat, 1965;
- DRAPPER, T. *Castrismo. Teoria e prática*. Rio de Janeiro: GRD, 1966.
- DUARTE, T. "Entre a realidade e a utopia: Goiânia em 1968". In: MARTINS FILHO, J. R. (org.). *1968 faz 30 anos*. Campinas: Mercado de Letras, São Carlos: Editora da Universidade Federal de São Carlos, 1998, p. 129-144,.

DUMAZEDIER, J. "A un étudiant révolutionnaire". *Esprit*, Paris, 373, ago.-set./1968, p. 61-80.

DUTSCHKE, R. "Los estudiantes antiautoritarios y las contradicciones del capitalismo tardío". In: BERGMANN, U. et. al. *La rebelión de los estudiantes*. Barcelona: Ariel, 1976, p. 57-163.

EHRENREICH, B. *O medo da queda*. Página Aberta, 1994.

EISENSTADT, S. N. *De geração a geração*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

ENZENSBERGER, H. M. *Com raiva e paciência. Ensaio sobre literatura, política e colonialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

Esprit. "Mai 68", Paris, 372, jun.-jul./1968, p. 961-986.

Esprit. "Origine et sens du Mouvement (table-ronde)". Paris, 372, jun.-jul/1968, p. 1046-1078.

Esprit. "Histoire et leçons d'une grève". Paris, 373, ago.-set./1968, p. 97-120.

Estado de S.Paulo, O. "Trinta anos depois, 'Che' vira santo em Cuba". 8/out./1998, p. A15.

Estado de S.Paulo, O. "Viúva de Mitterrand participa de festa a 'Che'". 9/out./1997, p. A16.

L'Express. "Dossier: Mai 68, les archives secrètes de la police". Paris, 19/mar./1998, p. 44-63.

FARBER, D. R. *Chicago '68*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.

FAVRY, R. "La libération pédagogique". In: *Esprit*, Paris, 374, out./1968, p. 346-359.

FERNANDES, F. *A universidade brasileira: reforma ou revolução?*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

FERREIRA, E. F. X. *Mulheres, militância e memória, Histórias de Vida, Histórias de sobrevivência*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, s.d.

FERRY, L. & RENAUT, A. *Pensamento 68. Ensaio sobre o anti-humanismo contemporâneo*. São Paulo: Ensaio, 1988.

FEUER, L. S. *El cuestionamiento estudiantil del establishment. En los países capitalistas y socialistas*. Buenos Aires: Paidós, 1971.

FICHELET, M. et. al. "Mai 68 chez les élèves architectes". In: *Esprit*, Paris, 374, out./1968, p. 378-389.

Folha de S.Paulo. "A última utopia". 10/maio/1998, Caderno Mais.

Folha de S.Paulo. 02/maio/1999, p. 1.10.

Folha de S.Paulo. 02/jul./2000, Caderno Mais, p. 17.

FONTAINE, P. "A América Latina e a experiência comunista". In: COURTOIS, S. et. al. *O livro negro do comunismo. Crimes, terror e repressão*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p. 769-807.

- FORACCHI, M. M. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, s.d.a
- _____. "Frustrações dos jovens e orientação do protesto estudantil". In: FERNANDES, F. (org.). *Comunidade e sociedade no Brasil leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional/ Editora da Universidade de São Paulo, s.d.b
- _____. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo, Livraria Pioneira/Editora da Universidade de São Paulo, 1972.
- _____. *A participação social dos excluídos*. São Paulo: Hucitec, 1982.
- FREI BETTO. *Batismo de sangue. Os dominicanos e a morte de Carlos Marighella*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.
- FREITAS, J. de. "Cuba: ida e volta". *Folha de S.Paulo*, 23/jan./2000, Caderno Mais, p. 4-15.
- GALBRAITH, J. K. *O novo Estado Industrial*. São Paulo: Pioneira, 1977.
- GARCIA, M. A. "Pensando uma derrota vinte anos depois". In: KOUTZII, F. & LEITE, J. C. *Che 20 anos depois. Ensaios e testemunhos*. São Paulo: Busca Vida, 1987, p. 64-77.
- _____. "Praga – 1968, trinta anos depois". *Sociedades em transformação*. São Paulo, IV(4), abr.-jun./1998, p. 2-5.
- _____. "Em busca de 1968". In: _____ & VIEIRA, M. A. (orgs.). *Rebeldes e contestadores. 1968: Brasil, França e Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 7-20
- _____ & VIEIRA, M. A. (orgs.). *Rebeldes e contestadores. 1968: Brasil, França e Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- GARRIGÓ, A. *La rebeldia universitaria*. Madrid: Guadarrama, 1970.
- GAVI, P. "Contre-Révolution en Indonésie". *Les Temps Modernes*, Paris, 271, jan./1969, p. 1153-1212.
- _____ et. al. *Porquê a revolta? Debates*. Lisboa: Sá da Costa, Coleção Utopia, 1975.
- GIDDENS, A. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.
- GILLIS, A. *Youth and History. Tradition and Change in European age relations. 1770-present*. Nova York; Londres: Academic Press, 1981.
- GOODMAN, P. *Problemas de la juventude en la sociedade organizada*. Barcelona: Península, 1971.
- GORENDER, J. *Combate nas trevas*. 5ª ed., São Paulo: Ática, 1998.

- GORZ, A. "Limites et potentialités du mouvement de mai". In: *Les Temps Modernes*, Paris, 266-267, ago.-set./1968, p. 231-264.
- GOYTISOLO, J. "Prague, octobre 1968". *Les Temps Modernes*, Paris, 270, dez./1968, p. 1096-1105.
- GROPPO, L. A. "O rock e a formação do mercado de consumo cultural juvenil". 1996. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas.
- _____. *Juventude. Ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: Difel, 2000.
- GROSSBERG, L. "The media economy of rock culture: cinema, postmodernity and authenticity". In: FRITH, S. et. al. (orgs.). *Sound and Vision. The Music Video Reader*. Londres/ Nova York: Routledge, 1993, p. 185-209.
- GUILLEBAUD, J.-C. "A consolação da Revolução Sexual". In: GARCIA, M. A. & VIEIRA, M. A. (orgs.). *Rebeldes e contestadores. 1968: Brasil, França e Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 173-179
- GURZA, F. A. "Examen de libros". *Revista Historia Mexicana*, Cidade do México, 129, 1982, p. 170-175.
- HAGEMEYER, R. R. "1968: ano da derrubada do ensino pago no Paraná". In: MARTINS FILHO, J. R. (org.). *1968 faz 30 anos*. Campinas: Mercado de Letras, São Carlos: Editora da Universidade Federal de São Carlos, 1998, p. 95-128.
- HALL, S. & JEFFERSON, T. (eds.). *Resistance through rituals. Youth subcultures in post-war Britain*. Londres: Hutchinson/ Center for Contemporary Cultural Studies/ University of Birmingham, 1982.
- HAUG, W. F. "1968 na Alemanha", In: GARCIA, M. A. & VIEIRA, M. A. (orgs.). *Rebeldes e contestadores. 1968: Brasil, França e Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 27-34.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.
- HINTON, H. C. *A China comunista na política mundial*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1967.
- HOBSBAWM, E. J. *Revolucionários. Ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982,
- _____. *Era dos Extremos. O breve século XX. 1914-1991*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- HOLLANDA, H. B. de & PEREIRA, C. A. M. (org.). *Poesia Jovem – Anos 70*. s.l.: Literatura Comentada, s.d.

- HOME, S. *Assalto à cultura: utopia subversão guerrilha na (anti) arte do século XX*. São Paulo, Conrad, 1999.
- HUMPHRIES, S. *Hooligans or rebels? An oral history of working-class childhood and youth. 1889-1939*. Oxford; New York, Basil Blackwell, 1984.
- IANNI, O. *O colapso do populismo no Brasil*. 4ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s.d.
- _____. "O jovem radical", BRITO, S. (org.). *Sociologia da juventude*, vol. I. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p. 225-242.
- _____. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.
- _____. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- JAMESON, F. *Pós-modernismo. A lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996.
- JELLEN, C. "Mexique: le sens d'une révolte". *Les Temps Modernes*. Paris, 270, dez./1968, p. 1080-1095.
- JOHAN, M. "La CGT et le mouvement de mai". *Les Temps Modernes*. Paris, 266-267, ago.-set./1968, p. 326-374.
- Jornal da Tarde*. "Maio 1968". 2/maio/1998, Caderno de Sábado.
- JULLIARD, J. "Syndicalisme et Revolution". *Esprit*, Paris, 372, jun.-jul./1968, p. 1037-1045.
- KAISER, R.-U. *El mundo de la musica pop*. Barcelona: Barral, 1974.
- KATSIAFICAS, G. *The Imagination on the New Left. A global analysis of 1968*. Boston: South End Press, 1987.
- KOUTZII, F. & LEITE, J. C. *Che 20 anos depois. Ensaios e testemunhos*. São Paulo: Busca Vida, 1987.
- LEARY, T. *Flashbacks "Surfando no caos": uma autobiografia*. São Paulo: Beca, 1999.
- LEDO, P. M. "La educación superior". In: *Mexico. Cincuenta años de Revolucion, vol. IV, La Cultura*. Cidade do México: Fondo de Cultura Economica, s.d.
- LEFEBVRE, H. et al. *A irrupção. A revolta dos jovens na sociedade industrial: causas e efeitos, L'homme et la société*, Revista Internacional de Pesquisas e Sínteses Sociológicas, São Paulo: Documentos, 1968.
- LERNER, V. "Historia de la Reforma Educativa". *Historia Mexicana*, Cidade do México, XXIX (1), jul.-set./1979, p. 91-132.
- LEVI, G. & SCHMITT, J.-C. (orgs.). *História dos jovens-2. A época contemporânea*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

- LUZZATTO, S. "Jovens rebeldes e revolucionários: 1789-1917". In: LEVI, G. & SCHMITT, J.-C. (orgs.). *História dos jovens-2. A época contemporânea*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996, p. 195-258.
- MACIEL, L. C. *Geração em transe. Memórias do tempo do tropicalismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, s.d.
- MACHADO, A. "Gita Mehta retrata ocidentalização da Índia". *Folha de S.Paulo*. 25/dez./1999, p. 4.4.
- MANDEL, E. "Leçons de Mai 1968". *Les Temps Modernes*, Paris, 266-267, ago.-set./1968, p. 296-325.
- MARCUSE, H. *One-dimensional man. Studies in the ideology of advanced industrial society*. Boston: Beacon Press, 1968.
- _____. *Eros e civilização. Uma crítica filosófica ao pensamento de Freud*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- MARGOLIN, Jean-Louis. "China: uma longa marcha na noite". In: COURTOIS, S. et. al. *O livro negro do comunismo. Crimes, terror e repressão*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p. 539-649.
- _____ & RIGOULOT, P. "Comunismos da Ásia: entre 'reeducação' e massacre". In: COURTOIS, S. et. al. *O livro negro do comunismo. Crimes, terror e repressão*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p. 539-766.
- MARTÍN, Juan Luis. "Youth and the Cuban Revolution. Notes on the road traversed and its perspectives". *Latin American Perspectives*, Newbury Park, 18 (2), 1991, p. 95-100.
- MARTINS FILHO, J. R. "O movimento estudantil na conjuntura do golpe". In: Toledo, C. N. de (org.). *1964: visões críticas do golpe. Democracia e reformas no populismo*. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, s.d., p. 75-81.
- _____. *Rebelião estudantil: 1968 - México, França e Brasil*. Campinas: Mercado de Letras, 1996.
- _____. (org.). *1968 faz 30 anos*. Campinas: Mercado de Letras, São Carlos: Editora da Universidade Federal de São Carlos, 1998a.
- _____. "Os estudantes nas ruas, de Goulart a Collor", In: _____ (org.). *1968 faz 30 anos*. Campinas: Mercado de Letras, São Carlos: Editora da Universidade Federal de São Carlos, 1998b, p. 11-26.
- MARX, K. & ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- MATOS, O. C. F. *Paris 1968. As barricadas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

- _____. "Tardes de maio". In: GARCIA, M. A. & VIEIRA, M. A. (orgs.). *Rebeldes e contestadores. 1968: Brasil, França e Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 181-192
- MATZA, D. "As tradições ocultas da juventude". In: BRITO, S. (org.). *Sociologia da juventude*, vol. III, Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p. 81-106.
- MEDINA, C. (coord.). 1968-1988. *Nos passos da rebeldia*. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 1988.
- MEHTA, Gita. *Carma-Cola: o marketing do Oriente místico*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.
- MENEZES, T. de. "Stones mataram sonho hippie há 30 anos". *Folha de S.Paulo*. 06/dez./1999, p. 6.5.
- MERCHANT, L. A. "La memoria y la revisión de la revolución". *Revista Historia Mexicana*. Cidade do México, XLIV (4), abr.-jun/1995, p. 525-536.
- MEYER, L. "El Estado mexicano contemporâneo". *Revista Historia Mexicana*. Cidade do México, vol. XXIII (4), abr.-jun/1974, p. 722-752.
- MEYROWITZ, J. *No sense of place. The impact of eletronic media on social behavior*. Nova York/Oxford: Oxford University Press, 1985.
- MILLS, C. W. *A verdade sobre Cuba*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.
- _____. *A nova classe média (White Collar)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- MORAES, J. Q. de. "A mobilização democrática e o desencadeamento da luta armada no Brasil em 1968: notas historiográficas e observações críticas". *Tempo Social*. São Paulo, I (2), 2º semestre de 1989, p. 135-158.
- MORAIS, P. de & REIS FILHO, D. A. 1968. *A paixão de uma utopia*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- MORIN, E. *Cultura de massas no século XX. O espírito do tempo 1. Neurose*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- _____. *Cultura de massas no século XX. O espírito do tempo 2. Necrose*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.
- MUGGIATI, R. *História do rock, vol. 3: Os anos rebeldes. Somtrês*, São Paulo: Três, 1984.
- NATTLIEZ, J.J. "Fidel Castro et l'affaire tchécoslovaque". *Les Temps Modernes*, Paris, 268, out/1968, p. 741-749.
- NEGRI, A. "Por que é difícil esquecer 68?". *Folha de S.Paulo*. 22/fev./1998, p. 5.3.
- _____. "Primavera e aulas para homens vivos". *Folha de S. Paulo*. 10/maio/1998, p. 5.3.
- OLIC, N. B. *A desintegração do Leste. URSS, Iugoslávia, Europa Oriental*. São Paulo: Moderna, 1993.

- OLIVEIRA, J. A. S. de. "O movimento estudantil em Alagoas: uma abordagem e algumas reflexões". In: MARTINS FILHO, J. R. (org.). *1968 faz 30 anos*. Campinas: Mercado de Letras, São Carlos: Editora da Universidade Federal de São Carlos, 1998, p. 145-166.
- ORTIZ, R. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- OURY, F. & VASQUEZ, A. "Problèmes de L'Éducation dans les pays du Tiers Monde". In: *Les Temps Modernes*, Paris, 264, maio-jun./1968, p. 1961-1976.
- PACZKOWSKI, A. & BARTOSEK, K. "A outra Europa vítima do comunismo". In: COURTOIS, S. et. al. *O livro negro do comunismo. Crimes, terror e repressão*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p. 427-537.
- PAES, M. H. S. *A década de 60. Rebeldia, contestação e repressão política*. Ática, São Paulo, 1992.
- _____. *Em nome da segurança nacional. Do golpe de 64 ao início da abertura*, São Paulo: Atual, 1995.
- PALMEIRA, V. "Os valores de 1968". In: GARCIA, M. A. & VIEIRA, M. A. (orgs.). *Rebeldes e contestadores. 1968: Brasil, França e Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 117-128.
- PAMPLONA, M. A. *Reverendo o sonho americano: 1890-1972*. São Paulo: Atual, 1995.
- PAZ, O. *O labirinto da solidão e Post-Scriptum*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- PELLICCIOTTA, M. M. B. "Cultura e política no movimento estudantil do pós-1968". *Simpro Cultura*. Campinas, VII (43), maio/2000, p. 11-14.
- PEÇANHA, D. L. N. *Movimento Beat. Abordagem literária, sócio-histórica e psicanalítica*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- PEDREIRA, F. *Brasil política. 1964-1975*. São Paulo: Difel, 1975.
- PEDROSA, M. "Três artigos sobre os anos 60". In: *Revista Praga*, São Paulo: Boitempo, 2, 1997, p. 107-122.
- PEDROSO, F. & VASQUEZ, P. K. "Questão de ordem. Vanguarda e política na arte brasileira". In: *Trinta anos de 68, catálogo da exposição*. Rio de Janeiro, 1998.
- Pensamiento Crítico*, "Documentos", Havana, n. 39, abr./1970, p. 5-98.
- PERRONE, F. *Relato de guerra: Praga, São Paulo, Paris*. São Paulo: Busca Vida, 1988.
- PETRAS, J. "Revolution and guerrilla movements in Latin America: Venezuela, Colombia, Guatemala, and Peru", In: _____ & ZEITLIN, M.

- (org.). *Latin America. Reform or Revolution?*. s.l.: Greenwich: Fawcett, s.d., p. 329-369.
- PHILIP, A. *Mai 68 et la foi démocratique*, Paris: Aubier-Montaigne, 1968.
- PITTS, J. R. "Les étudiants et la contre-méritocratie". *Esprit*, Paris, n. 373, ago.-set./1968, p. 89-96.
- POERNER, A. J. *O poder jovem. História da participação política dos estudantes brasileiros*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- PONIATOWSKA, E. *La noche de Tlatelolco. Testimonios de historia oral*. Cidade do México: Era, 1987.
- PRADO JR., B. "Regras de um método filosófico". *Folha de S.Paulo*. Caderno Mais, 25/jun./2000, p. 10-11.
- RABEHL, B. "Del movimiento antiautoritario a la oposición socialista". In: BERGMANN, U. et. al. *La rebelión de los estudiantes*. Barcelona: Ariel, 1976, p. 265-313.
- RADER, D. "The new revolutionaries". *Partisan Review*. New Brunswick, XXXVII (1), 1970, p. 59-73.
- REICH, C. A. *The greening of America*. Nova York: Bantam Books, 1971.
- REIS FILHO, D. A. "O ano mágico", In: MORAIS, P. de & _____ 1968. *A paixão de uma utopia*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- _____. "1968, o curto ano de todos os desejos". In: GARCIA, M. A. & VIEIRA, M. A. (orgs.). *Rebeldes e contestadores. 1968: Brasil, França e Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 61-71
- REZENDE, C. B. "Identidade. O que é ser jovem?". *Tempo e Presença*, CEDI, 240, 1989, p. 4-5.
- RICOEUR, P. "Reforme et révolution dans l'Université", in *Esprit*, Paris, 373, ago.-set./1968, p. 987-1002.
- RIDENTI, M. "Breve recapitulação de 1968 no Brasil". In: GARCIA, M. A. & VIEIRA, M. A. (orgs.). *Rebeldes e contestadores. 1968: Brasil, França e Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 55-60.
- _____. *Em busca do povo brasileiro. Artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- RIESER, V. "Universidad y sociedad". *Pensamiento crítico*. Havana, 19, 1969, p. 48-68.
- RIESMAN, D. *A multidão solitária. Um estudo da mudança do caráter americano*. São Paulo: Perspectiva, 1971.

- RIGOULOT, P. & MARGOLIN, J.-L. "Coréia do Norte, Vietnã e Laos: a semente do Dragão". In: COURTOIS, S. et. al. *O livro negro do comunismo. Crimes, terror e repressão*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p. 650-685.
- RODRIGUES, L. M. "O PCB: os dirigentes e a organização". FAUSTO, B. (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. tomo III, vol. 10. São Paulo: Difel, 1981, p. 362-443.
- ROSS, S. R. (org.). *Is the Mexican Revolution dead?*. Nova York: Alfred A. Knopf/ Borzoi Books on Latin America, s.d.
- ROSSANDA, R. "Les étudiants comme sujet politique". *Les Temps Modernes*. Paris, 266-267, ago.-set./1968, p. 206-230.
- ROSZAC, T. *A Contracultura. Reflexões sobre a sociedade tecnocrática e a oposição juvenil*. Petrópolis: Vozes, 1972.
- ROUEDE, A. "La révolte des licéens". *Esprit*, Paris, 372, jun.-jul/1968, p. 1003-1014.
- ROZOS, G. "Régis Debray et la radicalisation de la révolution". *Les Temps Modernes*, Paris, 266-267, ago.-set./1968, p.441-479.
- SADER, Emir. *Cuba, Chile, Nicarágua. Socialismo na América Latina*. São Paulo: Atual, 1992.
- SADER, Eder (org.). *Che Guevara. Política*. São Paulo: Ática, 1981.
- SARAMAGO, J. "Chiapas, nome de dor e de esperança". *Folha de S.Paulo*. 07/jun./1998, p. 1.25.
- SARTRE, J.-P. *Furacão sobre Cuba*. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1960.
- _____. "Questão de método". In: *Sartre e Heidegger*. São Paulo: Abril Cultural, 1973, p. 115-197.
- SCALZONE, O. "Sur l'occupation de la Faculté des Lettres a L'Université de Rome". *Les Temps Modernes*. Paris, 264, maio.-jun./1968, p. 1996-2001.
- SEMERARO, G. *A primavera dos anos 60. A geração de Betinho*. São Paulo: Loyola/Centro João XXIII, 1994.
- SILVA, J. I. A. *Estudantes e política. estudo de um movimento (RN 1960-1969)*. São Paulo: Cortez, 1989.
- SILVA, R. A. da. "A greve de 1968 em Osasco". In: GARCIA, M. A. & VIEIRA, M. A. (orgs.). *Rebeldes e contestadores. 1968: Brasil, França e Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 73-82.
- SIMON, A. "Le Festival des enragés". *Esprit*, Paris, 375, nov./1968, p. 550-562.
- SINGER, H. *República das crianças. Uma investigação sobre experiências escolares de resistência*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

- SIRKIS, A. *Os carbonários: memórias da guerrilha perdida*. São Paulo: Global, 1984.
- _____. "Os paradoxos de 1968". In: GARCIA, M. A. & VIEIRA, M. A. (orgs.). *Rebeldes e contestadores. 1968: Brasil, França e Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 111-116.
- SOUCHERE, E. de la. "Le retour du drapeu noir". *Esprit*, Paris, 266-267, ago.-set./1968, p. 121-132.
- SOUSA, J. T. P. de. *Reinvenções da utopia. A militância política de jovens nos anos 90*. São Paulo: Hacker, 1999.
- SWEETZY, P. M. et. al. *Perspectivas da América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.
- TOLEDO, C. N. de (org.). 1964: *visões críticas do golpe. Democracia e reformas no populismo.*, Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, s.d.
- TOBLER, H. W. "La burguesía revolucionaria en México: su origen y su papel, 1915-1935". *Revista Historia Mexicana*, Cidade do México, 134, 1983, p. 213-237.
- TOURAINÉ, A. *El movimiento de mayo, o, el comunismo utópico*. Buenos Aires: Signos, 1970.
- VALLE, M. R. do. "O diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar em 1968". 1997. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas.
- VARGAS, B. "Yuppies: o jovem materialismo urbano". *Revista Humanidades*. Brasília, 1988, p. 24-27.
- VAZQUEZ, P. K. "Cronologia". In: *Trinta anos de 1968, catálogo da exposição*. Rio de Janeiro, 1968.
- VELASCO, S. "Significados da conjuntura de 1968". In: GARCIA, M. A. & VIEIRA, M. A. (orgs.). *Rebeldes e contestadores. 1968: Brasil, França e Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 105-110
- VENTURA, Z. 1968. *O ano que não terminou. A aventura de uma geração*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.
- _____. "A nostalgia do não vivido". In: GARCIA, M. A. & VIEIRA, M. A. (orgs.). *Rebeldes e contestadores. 1968: Brasil, França e Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 129-134.
- VIALE, G. "Contra la Universidad". *Pensamiento crítico*, Havana, 19, 1969, p. 3-47.

- VIEIRA, M. L. M. "68: os estudantes mineiros e o desejo de um novo mundo". In: MARTINS FILHO, J. R. (org.). *1968 faz 30 anos*. Campinas: Mercado de Letras, São Carlos: Editora da Universidade Federal de São Carlos, 1998, p. 77-93.
- VILLORO, Luis. *Revista Historia Mexicana*, Cidade do México, X (2), out.-dez./1960, p. 196-219.
- VINCENT, J.-M. "Pour continuer Mai 1968". *Les Temps Modernes*, Paris, 266-267, ago.-set./1968, p. 265-295.
- WALLERSTEIN, I. "1968. Revolution in the world-system. Theses and queries". *Theory and Society*. Holanda, 18, 1989, p. 431-449.
- WINOCK, M. "Les lycéens". *Esprit*. Paris, 375, nov/1968, p. 488-505.
- WEBSTER, C. "Communes". In: HALL, S. & JEFFERSON, T. (eds.). *Resistance through rituals. Youth subcultures in post-war Britain*. Londres: Hutchinson/ Center for Contemporary Cultural Studies/ University of Birmingham, 1982, p. 127-134.
- WEFFORT, F. C. *A crise do populismo*. São Paulo: Abril, 1977.
- WERTH, N. "Um Estado contra o povo. Violência, repressão e terror na União Soviética". In: COURTOIS, S. et. al. *O livro negro do comunismo. Crimes, terror e repressão*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p. 47-318.
- WILLENER, A. *The action-image of society, on cultural policization*. London: Routledge, 2001.

Filmes Citados

- Mai de 68. A luta continua*. documentário, direção de Willian Klein, França, 1968.
- Se... ficção*, direção de Lindsay Anderson, Inglaterra, 1968.

Documentos Estudantis

- Ante Projeto de Carta Política para UNE*. mimeo, 1968.
- AVILA, L. de et. al. "Defender a UNE e realizar vigorosas ações de massas". mimeo, 1968.
- BATISTA, J. Transcrição de entrevista na Rádio Itatiaia. Belo Horizonte, 29/mar./1968.

Carta Política da UNE. Revisão, São Paulo, Grêmio da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, n. 5, set./1967, p. 18-28.

CENTRO ACADÊMICO "VISCONDE DE CAIRU". *Vanguarda*. Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP, mimeo, n. 27, São Paulo, 5/set./1968.

_____. *Vanguarda no Exílio*. Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP, mimeo, n. 1, São Paulo, 18/out./1968.

CENTRO DOS ESTUDANTES SECUNDÁRIOS DO CEARÁ. "Companheiros". panfleto, Fortaleza, 31/mar./1968.

_____. "Nota à imprensa". panfleto, 1968.

COMANDO REVOLUCIONÁRIO ESTUDANTIL DE 31 DE MARÇO, COMANDO DE CAÇA AOS COMUNISTAS E PARTIDO UNIVERSITÁRIO DE ARREGIMENTAÇÃO. "Manifesto ao povo paulista". panfleto, 1968.

Contribuição ao XX Congresso da UNE. Combate intransigente a ditadura e ao imperialismo ianque. mimeo, 1968.

DIRETÓRIO CENTRAL ESTUDANTIL LIVRE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. "Como lutar". mimeo, 2º sem./1968.

Despertador, O. mimeo, São Paulo, ano II, n. 5, nov./1968.

Grêmio Informa. Grêmio da Faculdade de Filosofia da USP, mimeo, São Paulo, maio/1968.

GRÊMIO DA FACULDADE DE FILOSOFIA DA USP. "A UNE e o 30º Congresso", n. 1, 1968, p. 5.

_____. "A UNE somos nós". mimeo, 1968.

_____. "Por uma nova UNE. XXX Congresso da UNE. Contribuição para um programa 68/69". mimeo, 1968.

Jornal da UEE. Gestão Nova UEE, mimeo, São Paulo, jun./1968.

_____. Gestão Nova UEE, mimeo, São Paulo, jul./1968.

_____. Gestão Nova UEE, mimeo, São Paulo, ago./1968.

Jornal do DCE. Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, n. 0, out./1968.

KOBASHI, N. et. al.. "Contribuição ao XXX Congresso da UNE. Combate intransigente à ditadura e ao imperialismo ianque". mimeo, 1968.

MARC, J. et. al. "O povo na luta derrota a ditadura e expulsa o imperialismo". mimeo, 1968.

_____. "O movimento estudantil e a luta popular". mimeo, 1968, p. 3.

"ME – estratégia e tática", mimeo, 1968.

Metropolitano, O. Órgão oficial da União Metropolitana de Estudantes, Rio de Janeiro, n. 7, abr./1968.

NUNES, C. et. al. "Defender a UNE e realizar vigorosas ações de massas". *mimeo*, 1968.

Perspectiva. União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais, n. I, *mimeo*, Belo Horizonte, ago./1968.

_____. União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais, n. II, *mimeo*, Belo Horizonte, set./1968.

_____. União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais, n. IV, *mimeo*, Belo Horizonte, nov./1968.

O papel do movimento estudantil no processo revolucionário. *mimeo*, 1968.

O papel do movimento estudantil no processo revolucionário da sociedade brasileira. *mimeo*, 1968.

Política de massas para o ME. *mimeo*, 1968.

O povo na luta derrota a ditadura e expulsa a ditadura. *mimeo*, 1968.

Programa para o movimento estudantil. *mimeo*, Curitiba, outubro de 1968.

Revisão. Revista do Grêmio da Faculdade de Filosofia da USP, São Paulo, n. 5, set./1967.

Revista DCE-USP Livre. Diretório Central dos Estudantes da Universidade de São Paulo "DCE Livre", São Paulo, n. 1, 1965

A situação no Brasil e o movimento estudantil". *mimeo*, p. 2.

SOARES, E. "A UNE e o 30º Congresso". *mimeo*, n. 1, jul./1968.

TRAVASSOS, L. "Evitemos o golpismo no XXX Congresso da UNE". *mimeo*, 1968.

A situação no Brasil e o movimento estudantil", documento preparatório ao 30º Congresso da UNE. *Mimeo*, 1968.

Revista da UNE. Rio de Janeiro, n. 1, 1968.

TRAVASSOS, V. Discurso no enterro de Edson Luís. *mimeo*, 1968.

UNIÃO ESTADUAL DOS ESTUDANTES DE SÃO PAULO. "Invasão de teatros em São Paulo". panfleto, 19 de julho de 1968.

_____. "Manifesto Público", panfleto, 1968.

_____. "Manifesto aos Operários", panfleto, abr./1968.

_____. "UEE convoca", panfleto, 1968.

“Este livro de Luís Antonio Groppo, com sua abordagem sociológica, cuidadosa e bem construída à luz da história, retoma a importância dos acontecimento de 68, quando os jovens foram os portadores do sentido revolucionário de uma época. Chega-nos no momento certo, mostrando a relevância do papel de uma geração nos processos de transformação social e o quanto cada época é responsável pela formação de seus jovens, revelando o valor do passado contestatório para se entender a participação política da juventude contemporânea. É uma publicação para ser consultada por pesquisadores do campo das ciências humanas e sociais, e pela juventude inquieta em busca de horizontes de atuação que apontem as possibilidades dos movimentos juvenis em nossa sociedade tão esquecida da ousadia revolucionária”. (Janice Tirelli, Universidade Federal de Santa Catarina [UFSC]).



ISBN 978-65-5869-950-7

